

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM HISTÓRIA,
PODER E PRÁTICAS SOCIAIS
NÍVEL: MESTRADO

VÍVIAN LARA CÁCERES DAN

**O ACESSO À CIDADE: questões sócio-econômicas da cidade de Cáceres
com enfoque na Praça da Feira**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
MAIO DE 2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM HISTÓRIA,
PODER E PRÁTICAS SOCIAIS
NÍVEL: MESTRADO

VÍVIAN LARA CÁCERES DAN

**O ACESSO À CIDADE: questões sócio-econômicas da cidade de Cáceres
com enfoque na Praça da Feira**

Dissertação de Mestrado apresentada como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em História, na Linha de Pesquisa Estado e Poder, do Curso de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE -, Campus de Marechal Cândido Rondon, sob orientação da Prof. Dra. Carla Luciana Silva.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
MAIO DE 2010

“Você é encantador, inteligente, malevolente, quase ruim. Mais um esforço...afinal, a carta que você me manda, invocando ora o que se diz, ora o que você mesmo pensa, e os dois misturados, é uma espécie de júbilo pela minha suposta infelicidade. Por um lado, você diz que estou acuado, em todos os sentidos, na vida, no ensino, na política, que me tornei uma vedete imunda, que aliás isso não dura muito, e que não tenho saída. Por outro lado, você diz que eu sempre estive a reboque, que sugo o sangue e degusto os venenos de vocês, os verdadeiros experimentadores ou heróis, e que eu mesmo fico à margem, só observando e tirando proveito. Para mim não é nada disso. Já estou tão cheio dos verdadeiros e falsos esquizos que me converteria com prazer à paranóia. Viva a paranóia! O que você pretende me injetar com sua carta é um pouco de ressentimento (você está acuado confessa) e um pouco de má consciência (não tem vergonha, está a reboque...); Repugna-me tanto a possibilidade de ter má consciência como a de ser a má consciência dos outros; se era só isso, não valia a pena me escrever. Sua carta está repleta de uma comiseração fingida e de uma real sede de vingança(...). É verdade que a benevolência não é o forte, em vocês. Quando eu já não souber amar e admirar pessoas ou coisas, me sentirei morto, mortificado. Mas vocês, parece que nasceram completamente amargos, é a arte da piscadela. De todas as interpretações possíveis, em geral vocês escolhem a mais maldosa ou a mais baixa. Infelizmente você volta rápido demais às recriminações: você não vai sair dessa, estamos de olho, só esperando...Nem de longe quero me fingir de louco, mas enlouquecerei a minha maneira e na minha hora, não precisam me empurrar(...). Minha carta, por causa da sua, parece uma justificação. Assim não se vai longe. Você não é um árabe, é um chacal. Você faz de tudo para que eu me transforme nisso que você critica. Decepcionar é um prazer!”.(DELEUZE, Gilles. Carta ao inimigo. IN: CONVERSACÕES. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. pgs.15-16).

*“De resto, me é odioso tudo o que simplesmente me instrui, sem aumentar ou imediatamente vivificar a minha atitude. Estas são palavras de Goethe, com as quais, sempre com um expressamente corajoso **ceterum censeo**, podemos começar nossas considerações sobre o valor e a falta de valor da história. Nestas considerações, deve ser em verdade apresentado, porque instrução sem vivificação, o saber no qual a atitude adormece; a história tomada como um precioso supérfluo e luxo do conhecimento deveriam ser, segundo as palavras de Goethe, verdadeiramente odioso para nós – na medida em que ainda nos falta o mais necessário e porque o supérfluo é o inimigo do necessário. Certamente precisamos da história, mas não como o passeante mimado no jardim do saber, por mais que este olhe certamente com desprezo para as nossas carências e penúrias rudes e sem graça. Isto significa: precisamos dela para a vida e para a ação, não para o abandono confortável da vida ou da ação ou mesmo para o embelezamento da vida egoísta e da ação covarde e ruim. Somente na medida em que a história serve à vida queremos servi-la”. (NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm, 1844-1900. Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, p. 5).*

DEDICATÓRIA

À minha querida mãezinha que com seu apoio não me deixou esmorecer no meio do caminho...ao paizinho tão querido que é meu maior exemplo de garra e perseverança, não desiste nunca e passa a vida lutando...à minha irmã que também esteve acompanhando toda minha trajetória e dando uma força na correção do trabalho.

Aos amigos queridos que também agüentaram meus lamentos e acreditaram em mim, Tida, Rose, Dani, Irene, Fabi, Jeff, Jeninha, Juarez, Thiesko, Pedro, Ferzinha, Gal, Rubinho, Paty, Tut, Leila. Aos colegas e ex-alunos que também acreditaram nesse trabalho e vêm acompanhando a finalização do mesmo, principalmente Diego, Juarez e Thales.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores do mestrado pelas excelentes aulas e momentos de intenso aprendizado.

Ao Professor Paulo Kolling e Professora Virgínia Fontes pelas orientações esclarecedoras na banca de qualificação. E também à professora Carla que acompanhou e orientou esse trabalho.

Aos entrevistados, em especial ao Adilson Reis que me disponibilizou seu banco de dados e Jorge Amed.

Aos funcionários dos órgãos públicos em que estive pesquisando, ao Cabo Alex do Batalhão de Polícia Militar, à “Net” e Raquel do Arquivo da Câmara Municipal, aos funcionários do Arquivo Público Municipal, Museu Histórico, Secretaria da Ação Social, Creas, INCRA, Secretaria do Planejamento, Secretaria de Obras, Secretaria de Finanças, Acec, Floresteca, Feira.

RESUMO

O ACESSO À CIDADE: questões sócio-econômicas da cidade de Cáceres com enfoque na Praça da Feira

A presente dissertação analisa as enormes contradições do capitalismo manifestas na cidade de Cáceres e a crescente desigualdade social presente nesse local. O texto relaciona a economia, a organização espacial, a questão social e como a classe burguesa atua na política local para assim podermos evidenciar essa desigualdade, quem a estão produzindo, a quem isso interessa e afeta. Para entendermos o que acontece nessa cidade, a praça da feira, lugar da pobreza, do descuido, do destrato das pessoas e ainda enfoque da atuação tanto das políticas sociais, religiosas quanto da polícia torna-se um exemplo de como esse espaço exterioriza as desigualdades sociais vivenciadas nessa sociedade, ampliação de seu domínio, exploração das demais classes e como a elite local promove estratégias de sufocamento deste lugar. Ao discutir como o Estado e a sociedade organizada atuam para sufocar um lugar que incomoda, ou ao colocar em evidência as políticas sociais que tentam “amenizar” os problemas sociais, ou mesmo abordando as estratégias de ordenação dos espaços urbanos dessa cidade, esses elementos combinados podem ser encarados como um fator da política segregadora e das desigualdades vivenciadas em sociedade assim como perceber como essas práticas são direcionadas para atender aos interesses da elite local. O percurso teórico-metodológico é ancorado nas reflexões de Carlos Nelson Coutinho, Ronaldo Coutinho, Sônia Mendonça, Cecília Coimbra, Roberto Lobato Corrêa, Virgínia Fontes, José de Souza Martins, Karel Kosik, Milton Santos, entre outros que inspiram o entendimento dessa realidade. Assim, juntam-se os pressupostos teóricos à pesquisa qualitativa baseada em levantamento de bibliografias referentes ao tema, coleta de dados em jornais, revistas, atas e requerimentos da Câmara Municipal, Leis, Projetos, entrevistas, boletins de ocorrências, mapas, dados em sites oficiais como INCRA, IBAMA, IBGE entre outros e entrevistas.

Palavras-Chave: espaço; praça da feira; desigualdade; elite; Cáceres; economia.

ABSTRACT

ACCESS TO CITY: socioeconomic issues about Cáceres city focusing on the Praça da Feira

This dissertation examines the enormous contradictions of capitalism manifested in the city of Cáceres and increasing social inequality in this place. The text relates the economy, spatial organization, social issues and how the bourgeois class acts in local politics. So we can show that inequality, those who are producing and who it affects and interests. To understand what happens in this Praça da Feira, a poverty place, neglect, the affront of people, and still approach the performance of the social sind , religious the when police becomes and example of how this espace outward social inequalities lived in this society and how the local elite promotes strategies of suffocation in ths place. Discussing how the state and organized society act to stifle a place that disturb , or to highlight the social policies that attempt to soften the social problems, or even approaching the ordering strategis of urban spaces that town. These agreed can be faced as a factor of segregates politics and inequality experienced by society as well as understande how these practices are directed to serve to the interests of the local elite. The relation of the theoretical and methodological reflections is anchored by Carlos Nelson Coutinho, Ronaldo Coutinho, Sonia Mendonça, Cecília Coimbra, Roberto Lobato Correa, Virgínia Fontes, Jose de Souza Martins, Karel Kosik, Milton Santos, among other that inspire the agreement of this reality. This way join theoretical assumptions to the qualitative research based on a surved of bibliographies on the subject, collecting data from nespapers, magazines, proceedings and requirements of the city council, laws, projects, interviews, police reports, maps, data in official sites as INCRA, IBAMA, IBGE and interviews among others.

Keywords: space; Praça da Feira; inequality; elite; Cáceres city; economy.

ILUSTRAÇÕES E TABELAS

MAPA 01: LOCALIZAÇÃO DE CÁCERES-MT

MAPA 02: ÁREA DE INFLUÊNCIA E PERÍODO DE DESMEMBRAMENTOS

MAPA 03: REGIÃO SUDOESTE DE MATO GROSSO

MAPA 04: FAIXA DE FRONTEIRA

MAPA 05: EIXO DE INTEGRAÇÃO LESTE-OESTE

MAPA 06: TIPOLOGIA DE PRODUTOS QUE LIDERAM O CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO

MAPA 07: EXPORTAÇÕES DE MATO GROSSO

MAPA 08: MANCHA URBANA DA CIDADE DE CÁCERES

MAPA 09: DESENVOLVIMENTO URBANO SEGUNDO ESTUDO DE AGUIAR

MAPA 10: PRIMEIRO PLANO DIRETOR DE CÁCERES

FIGURAS

FIGURA 01: PROPAGANDA DE LEILÃO DE GADO DO GRUPO COMETA

FIGURA 02: PROPAGANDA DE LEILÃO DE GADO DA GRENDENE

FIGURA 3: PLANTAÇÃO DE TECA

FIGURA 4: PLANTAÇÃO DE TECA

FIGURA 5: O TRABALHADOR DA PLANTAÇÃO DE TECA

FIGURA 6: TERMINAIS PORTUÁRIOS

FIGURA 7: ATIVIDADE EM UM DOS TERMINAIS

FIGURA 8: A CIDADE DE CÁCERES

FIGURA 9: CENTRO HISTÓRICO

FIGURA 10: PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO NA FEIRA A NOITE

FIGURA 11: A PRAÇA DA FEIRA A NOITE

FIGURA 12: BAR DA LOIRA

FIGURA 13: RUA LATERAL ONDE FICAM OS BARES

FIGURA 14: BAR DO SENHOR MORENO

QUADROS:

QUADRO 01: RENDA APROPRIADA PELOS 10% MAIS RICOS DA POPULAÇÃO EM CÁCERES E MATO GROSSO

QUADRO 02: IMÓVEIS RURAIS POR CLASSE DE ÁREA E CONDIÇÃO DO OCUPANTE, NO MATO GROSSO E CÁCERES EM 2002

QUADRO 03: DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE IMÓVEIS E ÁREA TOTAL, SEGUNDO A CATEGORIA DO IMÓVEL RURAL NO MATO GROSSO E EM CÁCERES NO ANO DE 2005

QUADRO 04: POPULAÇÃO RESIDENTE NA ZONA RURAL DE CÁCERES NOS ANOS DE 1970, 1980, 1996 E 2000

QUADRO 05: ESTABELECIMENTOS E ÁREA NO MATO GROSSO E EM CÁCERES DE 1985 E 2006

QUADRO 06: PROJETOS DE ASSENTAMENTOS DO INCRA EM CÁCERES DE 1995 A 2006

QUADRO 07: POPULAÇÃO RESIDENTE NA ZONA RURAL DE CÁCERES, EM 1970 A 2000

QUADRO 08: EFETIVO DE REBANHO BOVINO DE MATO GROSSO E CÁCERES, 1991 E 2006.

QUADRO 09: ANIMAIS ABATIDOS POR FRIGORÍFICO EM CÁCERES, 2004-2007

QUADRO 10: EXPORTAÇÃO DO TERMINAL DAS DOCAS DE MATO GROSSO EM CÁCERES, DE 2002 A 2007

QUADRO 11: EXPORTAÇÃO POR PRODUTOS POR CÁCERES DE 2004 A 2007.

QUADRO 12: EFETIVO DE SUÍNOS NO MATO GROSSO NOS ANOS DE 1985, 1995, 1999 E 2003

QUADRO 13: EFETIVO DE GALINÁCEOS, NO MATO GROSSO E CÁCERES, 1991-2006

QUADRO 14: PRODUÇÃO DE MANDIOCA, MELANCIA E ABACAXI NO BRASIL, MATO GROSSO E CÁCERES, 1991 A 2006.

QUADRO 16: PRODUÇÃO DE TOMATE E BANANA NO BRASIL, MATO GROSSO E CÁCERES, 1991 A 2006

QUADRO 17: PRODUÇÃO MATO GROSSO – SOJA: ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTOS, ANOS DE 1995, 1999, 2002 E 2003

QUADRO 18: PRODUÇÃO DE SOJA EM GRÃOS NO BRASIL, MATO GROSSO E CÁCERES, NOS ANOS DE 1991, 1995, 1999, 2005 E 2007

QUADRO 19: MATO GROSSO – ALGODÃO EM CAROÇO: ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTOS, ANOS DE 1995, 1999, 2002 E 2003

QUADRO 20: PRODUÇÃO DE ALGODÃO HERBÁCEO EM CAROÇO NO BRASIL, MATO GROSSO E CÁCERES, EM 1995, 1999, 2002 E 2005

QUADRO 21: MATO GROSSO – ARROZ: ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTOS – 1995, 1999, 2002 E 2003

QUADRO 22: PRODUÇÃO DE ARROZ NO BRASIL, NO MATO GROSSO E CÁCERES, EM 1991, 1995, 1999, 2003 E 2005

QUADRO 23: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGO EM CÁCERES NOS ANOS DE 2000 E 2006 SEGUNDO O IBGE

QUADRO 24: BRASIL: POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL, 1950-2000

QUADRO 25: MATO GROSSO: POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL, DE 1970 A 2007

QUADRO 26: CÁCERES: POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL DE 1970 A 2007

QUADRO 27: POPULAÇÃO DE CÁCERES NA DÉCADA DE 1970.

QUADRO 28: POPULAÇÃO DE CÁCERES POR ESTADO DE NASCIMENTO NO ANO DE 2000

QUADRO 29: TIPO DE IMÓVEIS EM CÁCERES ATÉ 2007

QUADRO 30: ÁREA URBANA DE CÁCERES ATÉ 2007

QUADRO 31: EDIFICAÇÕES POR BAIRROS EM 2007 – AMOSTRAGEM

QUADRO 32: CÁCERES: VIAS URBANAS E PAVIMENTO EM 2007

QUADRO 33: DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR TIPO DE DOMICÍLIO, NO BRASIL, MATO GROSSO E CÁCERES, ANO DE 2000

QUADRO 34: DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR NÚMERO DE BANHEIROS, NO BRASIL, MATO GROSSO E CÁCERES, ANO DE 2000

QUADRO 35: DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, NO BRASIL, MATO GROSSO E CÁCERES, ANO DE 2000

QUADRO 36: DESTINO DOS DEJETOS HUMANOS EM CÁCERES, ANO DE 2006

QUADRO 37: DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, NO BRASIL, MATO GROSSO E CÁCERES, ANO DE 2000

QUADRO 38: ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ALGUMAS ÁREAS DE CACERES EM 2006

QUADRO 39: TIPOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS EM CÁCERES, ANO DE 2000 E 2007

QUADRO 40 TOTAL DE METROS CÚBICOS ABASTECIDOS DE ÁGUA, POR BAIRROS EM CÁCERES, ANO DE 2007

QUADRO 41: DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR DESTINO DO LIXO

QUADRO 42: VALOR DO RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO DAS PESSOAS COM RENDIMENTO E DOS RESPONSÁVEIS PELOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, NO BRASIL, MATO GROSSO E CÁCERES, EM 2000

QUADRO 43: RENDA PER CAPITA (R\$) NO MATO GROSSO E ALGUNS MUNICÍPIOS, ANOS DE 1991 E 2000

QUADRO 44: PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA, NO BRASIL, MATO GROSSO, CÁCERES, ANOS DE 1999-2004

QUADRO 45: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL, NO BRASIL, MATO GROSSO E CÁCERES, ANOS DE 1991 E 2000

QUADRO 46: INDICE DE GINI, NO MATO GROSSO E CÁCERES, ANOS DE 1991 E 2000

QUADRO 47: NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS, SEGUNDO TIPOS DE AÇÕES PROMOVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, ANO DE 2008.

QUADRO 48: EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR, NO MATO GROSSO E CÁCERES, ANOS DE 2000 E 2006

QUADRO 49: BOLETINS DE OCORRÊNCIA NOS ANOS DE 2003 A 2008

LISTA DE ABREVIATURAS

- AHIPAR..... Administração da Hidrovia do Paraguai.
- BR 070-163-080-158-174..... Rodovias Federais.
- CODEMAT Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.
- COOTRADE..... Cooperativa Mista do Trabalho Multidisciplinar Ltda.
- DTC Diretoria de Terras e Obras Pública.
- DIAG..... Diagnóstico do Planejamento Urbano de Cáceres.
- FLORESTECA..... Empresa de Teca.
- ha..... hectares.
- IBAMA..... Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
- INTERMAT..... Instituto de Terras do Mato Grosso.
- INCRA..... Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- MERCOSUL..... Mercado Comum do Sul.
- NDIHR-UFMT..... Núcleo de Documentação e Informação Histórica e Regional da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso.
- PAR..... Programa de Assentamento Rápido.
- PAC..... Programa de Ação Conjunta.
- PA..... Projeto de Assentamento.
- PEA..... Projeto Especial de Assentamento.
- PIN..... Programa de Integração Nacional.
- POLOCENTRO..... Programa de Desenvolvimento dos Cerrados.
- POLONOROESTE..... Programa Integrado do Desenvolvimento do Noroeste do Brasil.
- PROTERRA..... Programa de Redistribuição de terras e estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste.
- ZPE..... Zona de Processamento e Exportação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
CAPITULO I – ASPECTOS RELEVANTES SOBRE A CIDADE DE CÁCERES	
1.1.Perspectiva Teórico Metodológica de caráter histórico.....	
1.2.Breve histórico sobre o município de Cáceres.....	
1.3.A situação rural e sua relação com a cidade.....	
1.4 .Estabelecimentos rurais da cidade de Cáceres e do Estado de Mato Grosso.....	
CAPÍTULO II – A SITUAÇÃO URBANA EM CÁCERES	
2.1.A formação do espaço urbano de Cáceres e algumas problemáticas.....	
2.2.A cidade fragmentada sócio-espacialmente.....	
2.3.O aprofundamento das desigualdades na estrutura urbana.....	
CAPITULO III – A QUESTÃO SOCIAL EM ANÁLISE	
3.1.A exclusão social como categoria analítica.....	
3.2.A realidade social do Estado de Mato Grosso e da cidade de Cáceres.....	
3.3.Os programas sociais.....	
CAPÍTULO IV – UM ESTUDO DE CASO: A PRAÇA DA FEIRA	
4.1.As praças, o surgimento da Praça da Feira e sua inserção na política local.....	
4.2.Movimentações na Praça da Feira de Cáceres: manhãs.....	
4.3.As apropriações do espaço da feira: noites.....	
CONCLUSÃO	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
FONTES ESCRITAS	
SITES CONSULTADOS	
ENTREVISTAS	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Quando ingressei no Programa de Mestrado, a problemática que organizava essa dissertação inicialmente girava em torno do espaço da Praça da Feira, limitando-se a destacar a Feira como um espaço de diversão da população mais pobre, pensava-o como um espaço que sobreviveu apesar de estereotipado (local de bêbados, prostitutas, ambulantes, drogados) já que este local reflete as enormes contradições do capitalismo, entre elas o pequeno comércio, a informalidade, a pobreza e a marginalidade que dali emana. Meu objetivo inicial era investigar como esse local vem sobrevivendo, que estratégias seus frequentadores e trabalhadores usam e por quê. Mas para discutir as enormes desigualdades existentes tive que ampliar meu objeto e fazer outras escolhas teóricas e assim, passar a discutir problemas relativos à cidade: perceber nas mãos de quem está a riqueza e as benesses do capital, abordar os problemas da ordenação dos espaços, da exclusão e questões sociais para então compreender de que forma essas desigualdades se manifestam na cidade (e na feira) e para quem realmente a cidade é pobre.

Este trabalho nasceu das minhas vivências e incômodo ao longo dos anos como pesquisadora-docente em reconhecer como a cidade é pobre e pelo interesse que tive na dinâmica e na história da cidade, ao tentar compreender as modificações na política, na economia, nos espaços, quem as estão promovendo, que estratégias estão sendo usadas e em que contexto essas mudanças estão ocorrendo. Assim, o trabalho que apresento aqui foi construído a partir de algumas leituras marxistas, de um incômodo inicial a respeito da desigualdade social evidenciada das mais diferentes formas nessa cidade e também da propagação de um discurso que coloca a cidade de Cáceres como pertencendo a uma região pobre, estagnada e de grave crise econômica, e que somente os dados da pesquisa poderiam nos revelar quais pontos eram reais ou escamoteadores dessa realidade e por quê.

O objetivo geral pautou-se na pretensão de fazer um “raio X” da cidade, um quadro representativo da lógica de acumulação capitalista e perceber como esse município também está pautado na reprodução ampliada do capital e conseqüentemente produzindo as contradições que ele engendra: a desigualdade. Trata-se de uma análise sobre o processo de constituição da cidade de Cáceres-MT, centrando a atenção no estudo de aspectos sócio-econômicos relacionados ao modo como a cidade foi

historicamente construída, demonstrando as desigualdades sociais presentes na cidade, destacando significados e motivos. A problemática, portanto, é discutir problemas relativos a essa desigualdade, seus reflexos e quais “soluções” foram apontadas até o momento para “ludibriar” as pessoas e fazê-las pensar que esse quadro está se alterando. Por que a cidade parece ter parado no tempo? Aparente estagnação. Por que uma cidade tão antiga ainda não dispõe de infra-estrutura básica na grande maioria dos bairros, nem tem ações que correspondam de forma positiva para amenização de problemas sociais? Que setores de classe atuam dentro dos órgãos públicos, se beneficiam dos mesmos e o que fazem pela cidade? Por que a pobreza é uma condição generalizada neste local? Quem se beneficia dessa situação, justificando as “permanências”, as ausências e contribuindo para que a mesma se modifique lentamente sempre a favor do capital?

Trata-se, então, de um estudo que aborda também o Estado e suas políticas públicas, de como estas contribuíram de certa maneira para que o Mato Grosso “desenvolvido” tivesse se tornado na realidade um espaço de “privilegiados”, onde poucos ganham muito e muitos acabem se tornando apenas a mola propulsora do capital, como exército de mão-de-obra de reserva e sobrevivendo com quase nada, numa relação de extrema exploração.

Para nos atermos ao que ocorre em Cáceres, para discutir e diagnosticar os problemas vistos como estruturais, bem como conhecer a cultura e classe dominante, devemos remeter ao que foi escrito como “história oficial”, bem como a uma série de análises realizadas a respeito desta cidade, a partir das investigações de entrevistas orais, notícias jornalísticas, documentos oficiais disponíveis em vários órgãos: no Arquivo Público Municipal, na Câmara Municipal, na Prefeitura, nos órgãos de Ação Social, nas entidades de “caridade”, no INCRA, no Batalhão de Polícia Militar, e nos espaços de manifesta pobreza (entre esses espaços escolhi a Praça da Feira), para compreender como a classe dominante local atua e a partir destes dados fazer uma reflexão para pinçar esta “outra” realidade pretendida que desmascara a pseudoconcreticidade e entendermos a dinâmica desta realidade que será apresentada nesse trabalho. Utilizo ainda dados e informações do IBGE, Diagnósticos para o Planejamento Urbano elaborado em 2006 que produz uma base de dados para realização do Plano Diretor de Cáceres que ainda não existe, bibliografias referenciais, dados da Secretaria de Finanças e também da Ação Social, sobre os Programas Sociais desenvolvidos nesta cidade (e que advém em sua maioria de programas do governo federal) e entrevistas com profissionais que atuam diretamente na “amenização”/controle desses fatores vistos

como “problemas” para, a partir daí, discutir e produzir alguns apontamentos sobre essa realidade que de certa forma escancara uma cidade com índices alarmantes de AIDS, abuso sexual, alcoolismo e drogas, prostituição e marginalização social e, portanto, um grande contraste entre uma minoria concentrando renda e uma maioria sem as mínimas condições para sobrevivência.

Porém, não pretendo compilar, tão-somente, a documentação oficial produzida pelos órgãos, pois isso significaria empobrecer meu objeto e apenas repetir acriticamente o discurso oficial, como bem lembra a professora Dra. Sônia Mendonça.

Para ela:

“a pesquisa junto aos documentos oficiais produzidos por uma agência estatal continua sendo um procedimento indispensável a seu estudo. No entanto, é imperioso que a abordagem de um *corpus* documental tão específicas quanto Relatórios, Anais e Boletins seja feita à luz de uma definição precisa daquilo que se concebe como Estado, pois somente assim será possível verificar tudo aquilo de relacional e conflitivo que ele abriga, à sombra do tom aparentemente monocórdio da narrativa documental, uma vez que tais embates, inter e intra-estatais estão descolados daquele que constituem a própria sociedade civil como um todo”¹.

É preciso então discutir esses dados e descobrir as relações dos mesmos com a real situação vivenciada nessa cidade. E mais, não deixar intocado nessa abordagem a vinculação de toda essa problemática à produção e reprodução ampliada do capital, destacar as contradições e movimentos que ele incorpora, quais estratégias que nesse espaço estão impulsionando a acumulação do capital e dominando a prática social nesse lugar. As análises portanto, são uma tentativa de fazer uma leitura crítica da historiografia existente e dos dados produzidos oficialmente, e pretendem uma história do tempo presente contribuindo para futuros estudos inclusive.

Com o intuito de melhor compreender meu problema de pesquisa, dediquei-me ao detalhado levantamento bibliográfico e produção acadêmica voltados para a complexa questão das desigualdades manifestas nessa cidade. Tal levantamento foi sustentado pelos teóricos marxistas como Carlos Nelson Coutinho, Ronaldo Coutinho, Sônia Mendonça, Cecília Coimbra, Roberto Lobato Corrêa, Virgínia Fontes, José de Souza Martins, Karel Kosik, Milton Santos entre outros.

¹ MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Políticas Públicas no Brasil: uma questão conceitual. In: Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns Escritos. Rio de Janeiro: Niterói. Vícios de Leitura/ FAPERJ, 2007, 13.

¹ IB, idem, p. 16.

Assim, no primeiro capítulo resalto as transformações decorrentes da apropriação das terras no Mato Grosso e Cáceres por parte de segmentos de empresários e comerciantes, os quais colaboraram para a transformação territorial, política e social desencadeada no campo refletindo na formação e crescimento da cidade e para os quais a cidade não é pobre, já que são parte do segmento que acumula capital, concentra renda e explora a mão-de-obra, recursos naturais e estruturais. Portanto, o argumento central pauta-se na apropriação do espaço que aconteceu de forma a favorecer uma parcela da população local e tal fato está associado à organização e funcionamento do capitalismo. Esse capítulo enfatiza a leitura conjunta entre o desenvolvimento do campo e da cidade, pontuando suas conexões e resultados. Tal discussão é bastante importante, visto que rompe com a tradicional visão dicotômica que insiste em apresentar os dois desenvolvimentos como desiguais e a definir o campo como o lugar do “atraso” e a cidade como o espaço do “progresso”. Algumas falhas nessa abordagem ainda persistem inclusive pela dimensão do trabalho e “tempo” para fechar as discussões e que futuramente poderão ser sanadas com mais pesquisa e análises. Entre elas, um estudo mais detalhado sobre as exportações que saem do Porto de Cáceres, sobre os intelectuais orgânicos da classe rural e sua atuação a nível municipal e estadual para compreender como essas associações de empresários se articulam nos espaços de poder, ainda existe a necessidade de se fazer uma abordagem mais específica sobre a atuação dos movimentos sociais em Cáceres e região, qual a posição do Movimento dos Trabalhadores sem terra sobre essa apropriação capitalista da terra, trazer a relação dessa expansão da fronteira agrícola (pecuária e agronegócio) com os índices de violência, morte e conflitos de terra, e pesquisar mais detalhadamente sobre o tipo de agricultura implementada nesses assentamentos efetivados na região de Cáceres.

No segundo capítulo, a abordagem diz respeito à situação urbana da cidade tentando demonstrar como se dá a estruturação da cidade sob a hegemonia do capital, para tanto analisamos a ocupação e ordenação da cidade, os agentes modeladores, quais os problemas verificados na expansão e qual a relação da função econômica da cidade com as desigualdades manifestas sócio-espacialmente. O argumento central parte da idéia de que a cidade é elaborada para um determinado segmento de seus habitantes e as políticas e falas oficiais são sustentadas nesse objetivo. Dessa forma, chamamos a atenção para a existência de “duas” cidades – uma “rica”, dona de uma determinada infra-estrutura e uma “pobre” marcada pela falta dessa mesma infra-estrutura. Serão apresentados os problemas que existem nessa cidade, assim como o discurso oficial que

legítima o “desenvolvimentismo” e a recorrência por parte do segmento dominante de que os problemas existentes também são responsabilidade da população como um todo, mas não a si mesmos. Nesse capítulo ainda ficou ausente uma discussão mais pormenorizada sobre os agentes imobiliários que ajudam a transformar os espaços, valorizá-los ou mesmo justificar as permanências. E, ainda, um estudo das entidades associativas de trabalhadores dessa cidade bem como sua atuação diante das questões levantadas. Essa falha por vezes, pode levar o leitor à impressão de que aquilo que acontece na cidade é muito diretamente ligado às decisões e vontades apenas dos grupos dominantes mas de antemão antecipo-me para dizer que o que faltou foi pesquisa para colocar outros pontos de vistas e atuações de outros segmentos de classe.

No capítulo terceiro, passamos a destacar como se materializa essa cidade desigual, quais as estratégias para o controle social e criação da conformidade, sendo estas produzidas de diversas formas, na elaboração de leis, em reuniões com segmentos organizados, na ação da Polícia, nas Políticas Sociais que trazem dados da pobreza para explicar a situação de miséria congênita e assim conseguirmos captar como esses segmentos de classe dominante (grandes proprietários, comerciantes e empresários) se beneficiam dessa situação, justificando as “permanências”, as ausências e contribuindo para que a mesma realidade se modifique lentamente, sempre voltadas para a acumulação de capital de alguns setores e para a política de exclusão. As fontes permitem a discussão de assuntos relativos à maneira como a classe dominante local busca então a construção de um “consenso” em relação ao domínio por ela exercido, assim também demonstra ações sendo realizadas no sentido de treinar as populações na perspectiva de efetivamente conhecerem seu lugar social. O funcionamento dos aparelhos privados de hegemonia e sua estrutura organizacional estão, nesse sentido, agindo diretamente nas questões levantadas por esse trabalho e apontando soluções. Da leitura desse capítulo é possível perceber então que a administração pública não está totalmente ausente e despreocupada em relação àquilo que acontece na Periferia. Pelo contrário, é perceptível a existência de preocupação e a realização de esforços ou ações voltadas para garantir a “ordem” das coisas. Um dos lugares onde é possível perceber a efetivação da política de exclusão é a Praça da Feira, lugar da pobreza, do descuido e do destrato das pessoas e que a partir das entrevistas, denúncias, boletins de ocorrências e discussão sobre a falta de planejamento acaba se evidenciando como um espaço que reflete esse universo desigual, sendo alvo dos segmentos organizados, bem como as pessoas que ali frequentam. E, portanto, passamos a problematizar no quarto capítulo, a

criação e permanência da Praça da Feira, como estão ocorrendo as apropriações desse espaço e relacionando-as às diversas estratégias manifestas para um sufocamento do local, sendo as pessoas o alvo desse Poder Público que quer esconder a pobreza, ou seja, mostra também o quanto o Poder Público não vê com bons olhos a existência desse local. Trata-se de um espaço específico em Cáceres que é ocupado, elaborado e reelaborado cotidianamente pela população pobre que o frequenta noturnamente e que acabam portanto, fazendo uma “resistência” aos processos descritos e do qual a Praça da Feira é um alvo. Mesmo diante da força dos discursos e práticas dominantes que buscam instituir um consenso sobre a cidade e sua história, a população que frequenta a Praça da Feira pode ser vista, nesse sentido, como um contra-discurso que não necessariamente nega a versão dos grupos dominantes mas é antagônico a ele. Entre as falhas desse trabalho está a ausência das falas desses trabalhadores diurnos e noturnos (eles não falam com estranhos, apesar de várias tentativas de abordagem) sobre o ambiente que frequentam e trabalham. É importante construir essa fala para podermos dar voz àqueles que efetivamente vivem e constroem o cotidiano da Praça da Feira, especialmente para mostrar suas opiniões sobre a Feira e aquilo que oficialmente se fala e se conta sobre a Praça, isto é, seria necessário estabelecer um contraponto entre a versão oficial e a versão dos frequentadores da Praça da Feira sobre esse local. Enfim, há muito o que se fazer e falar ainda sobre o tema.

CAPÍTULO I – ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE A CIDADE DE CÁCERES

“Horrorizai-vos porque queremos abolir a propriedade privada. Mas em vossa sociedade, a propriedade privada está abolida para nove décimos dos seus membros. E é precisamente porque não existe para esses nove décimos, que ela existe para vós” (KARL MARX & FRIEDRICH ENGELS).

Este capítulo estará abordando sobre aspectos da ruralidade e sua relação com o processo de construção da cidade de Cáceres. Vêm trazendo informações e problematizações a respeito da apropriação do espaço da cidade. A pretensão geral é utilizar os dados e discussão desses tópicos para fazer um “raio X” da cidade, um quadro representativo da lógica de acumulação capitalista pautado no modelo de desenvolvimento econômico e perceber como se deu o processo de inserção deste Estado e deste município na reprodução ampliada do capital e das contradições que ele engendra. No capítulo está presente uma interpretação da história de Cáceres que pretende realizar uma crítica ao modo como esse processo aconteceu demonstrando suas particularidades, especialmente que um dos seus resultados é a desigualdade social que marca a sociedade. Isso servirá de base para pensarmos essas crescentes desigualdades que vincam as relações sociais nos espaços dessa cidade, e que auxiliam na difusão de formas degradadas de existência que serão demonstradas ao longo deste trabalho.

No primeiro item há uma breve discussão teórica que prepara o leitor para o tipo de análise e confrontos teóricos e políticos subseqüentes. O segundo item aborda sobre os motivos da fundação da cidade e também do Estado apontados pela historiografia existente, bem como supostas “etapas” de desenvolvimento, desmembramentos, crise e “estagnação” e atividades econômicas. Há a intenção de realizar uma crítica à “história oficial” e por isso venho pontuando e problematizando as supostas fases de “desenvolvimento” elencadas pela “fala oficial” que vai construindo o rumo do desenvolvimento almejado e alcançado tanto em relação à cidade de Cáceres quanto do estado do Mato Grosso. O terceiro tópico aborda sobre a situação rural da cidade de Cáceres que tem como característica predominante, grandes propriedades de terras e esclarece como foram produzidas e estão distribuídas, ressaltando ainda os projetos de assentamentos localizados nesse município, a atividade pecuária como predominante, sobre o reflorestamento de teca que colabora para um aumento de mão-de-obra utilizada

no campo e que de certa forma auxilia no desenvolvimento das forças produtivas e pela manutenção fundamental da sociabilidade própria do capitalismo. O quarto item esclarece sobre atividades ligadas à produção do Estado de Mato Grosso e da cidade de Cáceres, traz dados sobre as exportações e importações, enfatizando sobremaneira a atividade da pecuária, abordando também a produção primária de alimentos e grãos, sobre o setor secundário e terciário da cidade, todos ligados à produção de riquezas. Todos esses itens estarão demonstrando nas mãos de quem esteve e está a riqueza e tenta relacionar essas atividades ao que acontece também na cidade. A leitura desse capítulo portanto, deve ser pensada numa relação entre campo e cidade e vem pontuando suas conexões e resultados. Foi uma maneira de tentar romper com a visão dicotômica que insiste em apresentar os dois desenvolvimentos como desiguais e a definir o campo como um lugar do “atraso” e a cidade como o espaço do “progresso”.

1.1 Perspectiva Teórico Metodológica de caráter histórico

Repensar nosso projeto de pesquisa a partir dos textos que abordamos e discutimos nos ajuda na medida em que amadurecemos algumas idéias, descartamos outras e reinventamos outras mais. Nesse processo, algumas angústias pereceram e outras permaneceram porque somente com o “desenrolar” da pesquisa seria possível dizer se a prática ou objeto que estive analisando era importante para responder questões do presente.

Para entender ou estudar um determinado contexto e também uma realidade, o texto de Kosik² nos dá suporte, já que reflete sobre o domínio da experiência pseudoconcreta. Ele nos alerta que podemos operar no mundo real e viver das aparências, de uma forma não refletida, ou seja, se situar no mundo sem pensar criticamente. Podemos também acabar compartilhando da idéia de que tudo é relativo, como querem os relativistas, e acreditar que tudo é construção de um discurso, que não vivenciamos um mundo real, mas, sim, a representação de uma dada realidade, que é relativa. São por estas, entre outras razões, que o mundo das aparências é tão forte, e a realidade aparece como algo dado, sem ser refletida e, neste sentido, é muito distante da análise feita por Kosik e outros marxistas.

² KOSIK, Karel. Dialética da totalidade concreta. In: Dialética do concreto. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1976, p. 9-54.

A realidade é o campo onde o sujeito age objetiva e praticamente. Não é algo para se compreender apenas teoricamente, mas onde ele exercita sua atividade e de onde surgirá a sua intuição prática da realidade, como viver, como proceder diante das dificuldades, ter uma opinião sobre o que se passa a sua volta e que também o afeta. A ética, a moral, o Estado, são construções históricas que não são eternas, se transformam nas práticas sociais, por ações dos indivíduos. É preciso problematizar a história a partir da ação dos indivíduos entendendo que essa ação não é isolada, que este homem é um ser social, e que a moral, a ética, seu entendimento de mundo é vivido por suas ações, no âmbito social. A realidade é o mundo dos meios, em que o indivíduo cria suas próprias representações das coisas e elabora um sistema de noções para captar o aspecto fenomênico da realidade.

A “práxis utilitária” coloca o homem em condições de se orientar no mundo, mas não quer dizer que essa práxis seja a compreensão das coisas e da realidade, nem a lei dos fenômenos, nem seu núcleo interno. Essas formas fenomênicas estão desligadas de sua conexão interna. Essa práxis fundamenta a fragmentação dos indivíduos, a divisão do trabalho, a divisão da sociedade em classes, a hierarquia das posições sociais, sendo conceitos historicamente determinados, unilaterais e naturalizados. É essa práxis utilitária que cria o pensamento comum, a forma ideológica do agir do ser humano, esse mundo onde o homem age e é manipulado. Não se trata do mundo real, e embora tenha consistência do mundo real é apenas o mundo das aparências. A representação da coisa é a proteção de uma consciência do sujeito, de determinadas condições históricas já fixadas.

Existe um pensamento, o crítico, que quer conhecer adequadamente a realidade, que não se contenta com os esquemas abstratos, nem com as representações abstratas, é um pensamento que destrói a pseudoconcretude (ideologia fetichizada) para atingir a concreticidade onde o mundo das aparências se desvenda em mundo real. O “marco” que construímos foi pensado a partir de consensos e precisamos pensar a partir das dobraduras, fazer perguntas diferentes sobre algo que já está nítido porque as evidências não aparecem de forma acabada e sim de forma multidimensional.

A dialética demonstra a dependência das formas fenomênicas como sedimentos e produto da práxis social da humanidade. A dialética é o pensamento crítico que quer compreender a coisa em si e para si e se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade? A tarefa a qual os marxistas se propõem é justamente entender a dinâmica de uma realidade. Compreendê-la no todo, e isto não significa

saber tudo o que acontece, pois estas análises nunca se completam. O **todo não é o tudo**³, mas dá conta de explicar um determinado contexto e a dinâmica daquelas relações. O método crítico dissolve as criações fetichizadas do mundo ideal entretanto, para transformar a realidade é preciso que essa explicação se coloque no terreno da “práxis revolucionária”.

Em suma, Kosik pretendeu construir uma “crítica da civilização e da cultura” e demonstrou ser possível pinçar uma outra realidade, “uma autêntica realidade por trás da cultura dominante”. Assim também é possível “desvendar um autêntico objeto histórico sobre as estratificações e convenções fixadas”⁴.

Este estudo faz parte de uma convicção teórica que orientou minha trajetória e que ampliou a discussão para além do que pretendia, e isto aconteceu devido às leituras e à compreensão de trazer polêmicas verdadeiras, de relevância social para construir conhecimento sem enfeites ou que ao menos fosse além da superficialidade.

1.2 Breve Histórico sobre o município de Cáceres

O processo de ocupação do território que hoje consiste o Mato Grosso é tão importante quanto o da cidade de Cáceres, uma vez que contextualiza transformações econômicas, políticas em interface com as questões sociais e espaciais. Dessa forma, faz-se necessário demonstrar brevemente o processo histórico de formação do Estado e da cidade.

Esse processo inicia com as expedições bandeirantes que objetivaram descobrir riquezas no interior do país e no comércio de ameríndios como escravos. A expansão até a configuração atual é resultado desse processo de interiorização dos exploradores. Assim, a exploração vegetal, mineral, produção agrícola e comercial foram formas utilizadas para abastecer o mercado europeu e o Mato Grosso também contribuiu para esse comércio mercantilista a partir do século XVIII com as descobertas de ouro nas minas de Cuiabá.

³ Sobre a totalidade ver também: CARVALHO, Edmilson. A totalidade como categoria na dialética marxista. Outubro, São Paulo, n. 15, 2007, p. 177-193.

⁴ KOSIK, Karel. Dialética da totalidade concreta. In: Dialética do concreto. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1976, p. 20.

Gislaine Moreno⁵ destacou duas etapas no processo de produção de Mato Grosso: a primeira delas, centrada no extrativismo mineral e vegetal, e paralelamente o desenvolvimento de uma agricultura de subsistência e pecuária extensiva, fase esta que durou até a metade do século XX; e a segunda etapa desse processo de produção seria a inserção do Mato Grosso na economia de mercado através dos projetos de colonização e modernização do setor agropecuário que ocorreram a partir da metade do século XX até os dias atuais, quando o campo também se industrializa, não ficando subserviente à cidade, mostra-se auto-suficiente e sendo o que ele é utilizando o que a cidade tem para oferecer em serviços e comércio. Todas essas fases têm como característica comum o fluxo de migração na ocupação das terras de Mato Grosso.

Cáceres foi fundada em 06 de outubro de 1778 pelo Tenente de Dragões Antônio Pinto do Rego e Carvalho, por ordem do Capitão-General Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, 4º governador de Mato Grosso. Esta denominação veio em homenagem à Luiz Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, português que governou Mato Grosso por quase 12 anos. Mas esta povoação teve como primeiro nome a denominação de Villa Maria do Paraguay.

Os motivos da fundação deste povoado, num primeiro momento, estiveram ligados à necessidade de consolidar as fronteiras e ocupar os “vazios demográficos”⁶ e, portanto, defender a fronteira sudoeste de Mato Grosso, pois este povoado ficava exatamente entre Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá, e também era banhado pelo Rio Paraguai, caminho mais rápido para chegar a São Paulo. E portanto, era um importante ponto de passagem portuguesa e posteriormente do Império do Brasil. Segundo Aguiar,

“(…) A fundação de Cáceres, se insere no processo histórico iniciado no período dos bandeirantes, em pleno ciclo do ouro, do qual resultou a ocupação dos Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. A fundação de Cáceres e Corumbá teve na época o fim de assegurar as áreas conquistadas em território espanhol. Além desse fato, a nova cidade facilitava a comunicação e o comércio com Cuiabá. Servia ademais como entreposto entre Vila Bela da Santíssima Trindade e a Vila de Cuiabá. Sendo a chave de navegação fluvial com São Paulo, Cáceres surge como parte integrante de um conjunto de medidas de ordem estratégica/geopolítica por parte do governo português”⁷.

⁵ MORENO, Gislaine & HIGA, Tereza Cristina Souza (org). Geografia de Mato Grosso. Cuiabá, Entrelinhas, 2005.

⁶ Há uma vasta discussão sobre o “vazio” pois esta terra sempre teve habitantes, ameríndios que foram desconsiderados e tornaram-se mão-de-obra escrava e núcleos povoadores para confirmar posse portuguesa dessas terras.

⁷ COY Martin. Friederich, Martin. Roper, Monika. Schier, Michada. Aguiar, Maria Virginia A de. Questão Urbana na Bacia do Alto Paraguai. UFMT. Centro de Estudos da América Latina, pg. 86-87.

As publicações de documentos do Núcleo de Documentação e Informação Histórica e Regional da Universidade do Estado de Mato Grosso (NDIHR-UFMT), dos arquivos provenientes do acervo da Península Ibérica dos séculos XVII, XVIII e XIX, na sua quase totalidade referentes ao Centro Oeste do Brasil, revelam que Luís de Albuquerque encarregou o Tenente de Dragões Antonio Pinto do Rego e Carvalho de “fundar, erigir e consolidar uma povoação civilizada”⁸.

O referido tenente fez observar rigidamente a demarcação do traçado de arruamento, casas, praças, travessas, e locais determinados para a Igreja, quartéis, Casas do Conselho e cadeia. Sendo assim, a determinação da fundação do povoado foi anunciada no local pelo Tenente, que convocando algumas das suas ilustres famílias, fez lavrar a Ata de Fundação de Vila Maria do Paraguai, no dia 06 de Outubro de 1778 a partir do seguinte texto:

“Cáceres foi erigida na margem oriental do rio Paraguai, sete léguas ao norte da foz do rio Jauru e na confluência dos rios Sepotuba e Cabaçal, a povoação contou, inicialmente, com um total de 161 moradores de ambos os sexos, em que entrava em parte índios (...). Mais tarde, foi descoberto ouro nas proximidades do rio Cabaçal o que tornou Vila Maria mais próspera”⁹.

Do ponto de vista econômico, no Mato Grosso, a pecuária começou a destacar-se na segunda metade do século XVIII, embora o suporte econômico da região ainda tivesse continuado a ser o ouro. A Guerra do Paraguai (1865-1870) desestruturou essa atividade da pecuária pois teve áreas ocupadas pelos paraguaios. Com o fim da guerra a atividade mencionada voltou a ser uma atividade em expansão. Várias charqueadas se espalharam no interior do Pantanal, sendo uma atividade importante até a década de 1920.

A cidade de Cáceres, por ser considerada a saída fluvial para o Pacífico, teve seu desenvolvimento econômico relacionado ao extrativismo, à agricultura e à pecuária que floresceu nas imediações da cidade e ao comércio que se projetou no centro urbano oriundo da oferta de produtos como a madeira, a borracha, plantas medicinais e gado. Com o desenvolvimento dessas atividades, Cáceres foi elevada à categoria de Vila em

⁸ Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso (UFMT), dos arquivos provenientes do Acervo da Península Ibérica dos séculos XVII, XVIII e XIX. Fundação da Vila Maria. UFMT Editora: 1978, p.4.

⁹ MENDES, Natalino F. História de Cáceres: história da administração municipal. Cáceres: Editora do Autor, 1973, 34.

1859, Villa Maria e de cidade em 1874, São Luís de Cáceres¹⁰. Com a abertura da navegação internacional após tratado com o Paraguai (1856) esta vila se transforma em importante porto fluvial de alcance internacional, já que se afirmou como meio de comunicação com o mundo, sendo os principais portos nessa época, o de Corumbá, Cuiabá e Cáceres.

A fase de efervescência das importações e exportações de produtos industrializados e regionais na primeira metade do século XX, fez surgir grandes casas comerciais como as das famílias Dulce, Arruda, entre outros, que revendiam as mercadorias importadas da Europa que, juntamente com centenas de imigrantes, desembarcavam, cotidianamente, no Cais do Porto vindo em grandes vapores. A navegação possibilitou também a vinda de muitos estrangeiros como os franceses, os belgas, os italianos, os ingleses, entre outros. Imponentes casarões são perfilados uns ao lado dos outros, constituindo-se em reminiscências do glorioso apogeu do período colonial e imperial brasileiro.

Ainda hoje, estes casarões demarcam o centro da cidade como região residencial das elites locais, e chamam a atenção pelo seu estado de preservação. Destacando-se na parte considerada como histórica da cidade, na forma de um conjunto arquitetônico de diferentes estilos, que nos lembra os idos tempos do ciclo do ouro e da navegação no Mato Grosso e permanece como um discurso silencioso da classe de comerciantes que dominavam a economia da época. Veja a seguir uma foto de um casarão da Família Ambrósio, localizado no centro da cidade:

¹⁰ Denominação: Cáceres. Ato de criação: Lei Provincial nº01 de 28 de Maio de 1859 (elevada a categoria de Vila). Ato de criação: Lei Provincial nº 03 de 30 de maio de 1874 (elevada a categoria de cidade – São Luiz de Cáceres). Posteriormente, com o decreto-lei n. 208, de 26 de outubro de 1938, alterou a denominação do município para simplesmente Cáceres.



DAN. Vivian L. C. Casarão da Família Ambrósio. 2009.

O ciclo de exploração vegetal no Mato Grosso ocorreu no final do século XIX e início do XX, sendo a erva-mate, a poaia e a borracha, os principais produtos explorados. A guerra do Paraguai (1865-1870) isolou a região durante o conflito e depois de 1890, a cidade de Cáceres e as demais voltaram à normalidade e suas atividades econômicas foram reorganizadas com o predomínio das exportações de erva-mate, ipecacuanha (poaia)¹¹ e borracha. Com a crescente navegação pelo Rio Paraguai, houve então um incremento das atividades agropecuárias e extrativistas, intensificando-se também atividades comerciais entre Cáceres e Corumbá (hoje Mato Grosso do Sul) através da navegação fluvial, e, por isso, surgiram os estabelecimentos industriais representados pelas usinas de açúcar (Fazenda Ressaca) e as charqueadas de Descalvados e Barranco Vermelho de grande expressão no final do século XIX e início do XX em Cáceres.

Já podemos perceber a inserção do capital estrangeiro nessas atividades, tendo por base o sistema de arrendamento de terras, com participação do capital nacional e estrangeiro. Destacando-se a fazenda Descalvados com criação de gado e exportação de caldos, extratos, conservas de carne para a Bélgica. Esta fazenda é só um dos exemplos de atividades agropastoris e industriais voltada para exportação em grande escala, alavancando o comércio com o crescimento das importações e exportações de manufaturados nacionais e estrangeiros. Como resultado, tivemos um crescimento espacial da área urbana desta cidade e o surgimento de novos núcleos de produção.

¹¹ Ipeca é um arbusto (raiz) que os indígenas usavam para induzir vômito e como antídoto contra picadas de cobras venenosas. A poaia, também conhecida como ipeca e ipecacuanha, de utilização na indústria farmacêutica era um produto de exportação. Cáceres era o centro comercial mais importante de ipeca na segunda metade do século XIX e o preço da poaia era estabelecido pelos compradores (indústria de medicamentos da Europa e dos EUA). O auge da produção ocorreu entre 1885-1890.

Um estudo sobre a Bacia do Alto Paraguai, desenvolvido por pesquisadores do Centro de Estudos da América Latina em 1994, divide esses ciclos econômicos como “fases do desenvolvimento” das diversas cidades analisadas, entre elas Cáceres. E vincula o desenvolvimento de um lugar ou sua estagnação a uma alternativa lucrativa de exploração e a estagnação econômica também sendo entendida aqui como declínio da produção e retração da população. Segundo Aguiar (1994: 87-88), esta fase marca a segunda etapa da “evolução” de Cáceres, entre os anos de 1860 e 1960, ligada estreitamente ao porto fluvial, que ficava à margem do rio Paraguai, período em que houve a diminuição da corrida do ouro (devido à decadência das minas auríferas de Mato Grosso no final do século XVIII) e início da exploração das matas do Alto Rio Paraguai extraindo: borracha, peles, madeiras, e ipecacuanha (poaia). Essa extração vegetal estimulou as relações comerciais internas e externas, atraiu migrantes, interiorizou a economia, fortaleceu sobremaneira os laços do capital.

Esta cidade vai assim, se tornando um “porto de apoio” às atividades extrativistas e à pecuária extensiva para exportação, entre o período colonial e o republicano (1889-1930) e haverá um predomínio de grandes propriedades nas mãos de Companhias estrangeiras no Mato Grosso no período da República Velha, e que segundo BORGES, “tornam mais intensos os processos de concentração fundiária”¹². Entre as quais estavam as empresas: *The Brazilian Meat Company* em Três Lagoas (311.010 hectares), a *Fomento Argentino Sud-Americano* em Corumbá (726.077 ha), a *Franco Brasileira*, em Miranda (242.456 ha) e Corumbá (172.352 ha), a *The Miranda Estância Company* em Miranda (219.506 ha), a *Sud-Américaine Belge S/A* em Corumbá (177.060 ha), a *The água limpa Sybdicate* em Três Lagoas (180.000 h) e, ***em Cáceres, a Brazil Land Cattle and Parking com 884.231 ha, conhecida como Fazenda Descalvados*** (criação de gado vacum, fabricação de extrato de carne, caldo, conservas, em grande escala, exportados para a Bélgica).

No mesmo período da extração vegetal, outras atividades econômicas se desenvolveram no Mato Grosso, como a produção de açúcar que vinha sendo praticada desde o século XVIII (após a Guerra do Paraguai essa produção aumentou, pois importam máquinas modernas usadas nos engenhos). Segundo BORGES, essa atividade entraria em decadência na década de 1940, devido à concorrência das grandes usinas do Sudeste, diminuição da produtividade e devido à política de combate ao coronelismo, na

¹² BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. Do extrativismo à pecuária (algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso, 1870-1930). S. Paulo. Ed. Scortecci, p. 191.

Era Vargas, privilegiando os usineiros do Sudeste. Em Cáceres, teve destaque a Usina Ressaca que iniciou seus empreendimentos em 1872, por D. Francisco Villanova, e de 1902 a 1967 funcionou como usina de açúcar e aguardente. Outra atividade de destaque nessa mesma época foi a nova fase de exploração diamantífera e a pecuária que continuou a se expandir, e a manter a liderança entre os produtos exportados.

Segundo BORGES, a pecuária se torna uma atividade em constante crescimento e já em 1914 era a mais importante atividade de exportação do Mato Grosso. E ainda, com a implantação da ferrovia que liga Campo Grande (MS) com São Paulo (1914) e, posteriormente, Corumbá. As maiores propriedades estrangeiras se concentraram nessa região (atual Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). A economia desta região foi impulsionada com a ferrovia e antes, as atividades produtivas dependiam basicamente da navegação pelo rio Paraguai.

Pereira¹³ acrescenta que durante o período colonial até os anos de 1940 a comunicação fluvial assim como o surgimento da estrutura fundiária concentrada foram legados que chegaram até as gerações mato-grossenses posteriores. E que, a opção hidroviária começou a entrar em crise quando a opção de rodovias surgiu nos anos 50 e 60. Assim, Cáceres que era um “entreposto” de Corumbá, deixará de sê-lo lentamente e novos processos migratórios começam a se consolidar com as rodovias do Sudoeste do Estado.

1.3 A situação rural e sua relação com a cidade:

Gisele Moreno¹⁴ esclarece que do período colonial até a o final da década de 1930, a economia brasileira apoiou-se na produção e exportação de bens primários. Devido à crise da comercialização do café (principal produto de exportação até os anos 1930), a política econômica nacional se redimensiona pautando-se na “hegemonia do capital urbano industrial” e as estratégias dessa política econômica (desenvolvimento industrial e a diversificação da agricultura) provocaram mudanças também no papel desempenhado por Mato Grosso no processo de crescimento econômico do Brasil: sua função era torna-se produtor de alimentos e absorver a mão-de-obra excedente de outras regiões saturadas ou densamente povoadas e, assim, colaborar para diminuir o número

¹³ PEREIRA, Benedito Dias. Industrialização da Agricultura de Mato Grosso. Cuiabá, Ed. UFMT, 1995, p. 66.

¹⁴ MORENO, Gislaine & HIGA, Tereza Cristina Souza (org). Geografia de Mato Grosso. Cuiabá, Entrelinhas, 2005.

de desemprego nessas regiões. Para isso, na década de 1930, foram implantadas no Mato Grosso as colônias de colonização, cujo objetivo era interiorizar a população e aumentar a produção agrícola do Estado. O “sucesso” dessa política de colonização intitulada de “Marcha para o Oeste” não ocorreu nesse momento, embora tenham continuado, e somente a partir dos anos 1970 haveria grandes mudanças na ocupação do território de Mato Grosso, passando a ser “alvo” da política de integração nacional.

Com isso é possível perceber que essa política de integração dos “espaços vazios” à economia nacional era na realidade a tentativa de expansão do capitalismo também no campo e por isso começam a frisar a idéia da vocação agrícola desse Estado. Era preciso promover a modernização da agricultura, inserir a agricultura no “circuito do capitalismo internacional”, e devido ao forte crescimento urbano verificado nos anos 1950 e 1960, era preciso interiorizar a população; a agricultura brasileira deveria abastecer o mercado interno, ser exportada e tornar-se consumidora de bens de produção e insumos das indústrias estrangeiras.

Segundo Siqueira, em 1946 o Estado do Mato Grosso substituiu a Diretoria de Terras e Obras Públicas que existia desde 1902, pela Diretoria de Terras e Colonização (DTC)¹⁵. Com isso foi possível constatar que a política do Estado, desde a República Velha até a ditadura militar, foi a de “incentivar a colonização via venda de terras públicas”¹⁶. O povoamento da região de Cáceres em meados da década de 1950 esteve ligado a uma mudança na estrutura fundiária em que o Estado iniciou o processo de colonização assentando colonos, com novos núcleos de produção e comunidades, o que viria resultar em novos municípios que se emancipam da grande região de Cáceres.

São 22 municípios que compõem a região sudoeste: Comodoro, Campos de Júlio, Nova Lacerda, Vila Bela S. Trindade, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião, Jauru, Figueirópolis D’Oeste, São José dos Quatro Marcos, Glória D’Oeste, Mirassol D’Oeste, Lambaria D’Oeste, Rio Branco, Araputanga, Salto do Céu, Reserva do Cabaçal, Indiavaí, Cáceres, Conquista D’Oeste, Vale São Domingos e Sapezal e o mapa abaixo visualiza essa região do Mato Grosso.

A partir dos dados e discussão acima apontados o que seria o desenvolvimento trazido por esses projetos de colonização? Visando o desenvolvimento do capitalismo no país, o Estado do Mato Grosso é transformado em “fronteira agrícola” e no campo

¹⁵ Segundo a autora, a Diretoria de Terras e Colonização (DTC) será ainda substituída pela CODEMAT em 1966, mantendo as mesmas funções e atualmente surgiu a INTERMAT.

¹⁶ SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Revivendo Mato Grosso. SEDUC, 1997, p. 156.

esse processo toma a forma de concentração de terras, implantação de monoculturas e expulsão de pequenos produtores e trabalhadores rurais que migram para as cidades (periferia) ou para áreas de fronteira. Mas o governo precisa manter a “ordem econômico-social dominante”, sem reformas estruturais no campo, então cria projetos de assentamentos ou de colonização oficial para que os trabalhadores expropriados tenham acesso à terra e não intensifiquem ainda mais os conflitos pela terra.

No final dos anos 50, 60, 70 e 80, o município de Cáceres recebeu intensa migração e, portanto, tornou-se “pólo colonizador”. Devido a esses fluxos migratórios atraídos por terras com preços inferiores aos do Sul e Sudeste, por áreas de colonização estaduais e possibilidade de ocupação (processo de colonização estatal e privada), as atividades produtivas tiveram grande aceleração e “as terras além do Rio Paraguai, à margem direita da rodovia no sentido Cuiabá-Porto Velho, começaram a ser povoadas”¹⁷. E, a antiga DTC desencadeou a partir de 1953, o processo de colonização estadual dos atuais municípios de Rio Branco, Salto do Céu, Lambari D’Oeste e Reserva do Cabaçal.

Aguiar explica que na terceira fase do que intitula “evolução” da cidade de Cáceres (1960-1979) houve uma ligação rodoviária permanente ligando Cáceres e Cuiabá em 1950, assim como a construção de pontes sobre os rios Cabaçal e Paraguai facilitando a migração iniciada na década de 1950 que se intensifica nas duas próximas décadas (1960-1970). Com a facilidade do transporte rodoviário a navegação perde sua importância, quase chegando a sua estagnação. A cidade de Corumbá (MS) perde influência como centro comercial que passa a ser exercida por Cuiabá, já que a atividade portuária perde importância nesse contexto.

De acordo com o diagnóstico de planejamento urbano de Cáceres, ao se referir à década de 1960:

“naquela década, com o processo de colonização estatal e privado da região, surge um pujante ciclo de atividades agrícolas diversificadas. Portanto, durante um breve período, as áreas que no início do século eram florestas, algumas de extrativismo de poaia, transformaram-se em regiões com uma agricultura diversificada e rápido crescimento”¹⁸.

¹⁷ SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Revivendo Mato Grosso. SEDUC, 1997, p. 157.

¹⁸ Diagnóstico do Planejamento Urbano da cidade de Cáceres, 2006, p. 67.

Nesta fase (1960-1990), segundo o estudo de Aguiar¹⁹, a atividade extrativista também perde importância para a atividade agrícola que passa a dominar a estrutura econômica, surgindo importantes núcleos de produção em comunidades como Rio Branco, Mirassol D'Oeste, Jauru, etc e a partir de 1976 esses núcleos e comunidades começaram a se emancipar.

O espaço mato-grossense vai sendo produzido, moldado, através de sucessivos reordenamentos e podemos notar que essas situações foram dinâmicas e resultaram dos poderes constituídos em cada um desses períodos: num primeiro momento para assegurar a expansão das fronteiras nacionais (no final do século XVII até a primeira metade do século XVIII), na exploração aurífera e expansão do capitalismo na fase mercantil (primeira metade do século XVIII), exportação de matérias-primas (segunda metade do século XIX até início do século XX), desenvolvimento comercial e, portanto, fortalecimento dos laços capitalistas, com a melhoria nos sistemas de comunicação almejando relações comerciais freqüentes, lucros e investimentos, expansão das atividades agropecuária, agricultura e colonização (primeira metade do século XX) visando a apropriação capitalista da terra: atividade agrícola ou especulativa. Novas feições ao espaço geográfico mato-grossense foram impressas e continuam esse movimento porque este processo de construção do espaço é dinâmico.

Esse processo de integração do Centro-Oeste e da Amazônia à economia nacional iniciou com a “Marcha para o Oeste” foi intensificado durante o governo militar quando houve a expansão acelerada dos espaços com atividades voltadas à agropecuária e modernização agrícola objetivando diversificar a agricultura e dar sustentação ao processo de industrialização que ocorria na região centro-sul do país.

Nos anos de 1970, a economia brasileira foi inserida no processo de internacionalização do capitalismo e a política de integração nacional voltou sua atenção para as regiões “periféricas”. O objetivo era criar “pólos de desenvolvimento”, dinamizando setores da economia regional e incorporando-os à economia nacional. As estratégias partiram dos Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico e Social, um de 1974 e o outro de 1989. Regiões com baixa densidade demográfica como o caso da Amazônia e do Centro-Oeste justificaram a intervenção direta do governo. E como resultado do Programa de Integração Nacional foram implantadas em Mato Grosso, as rodovias federais: BR-163, BR-364, BR-070, BR-080, BR-158 e BR-174.

¹⁹ COY Martin. Friederich, Martin. Roper, Monika. Schier, Michada. Aguiar, Maria Virginia A de. Questão Urbana na Bacia do Alto Paraguai. UFMT. Centro de Estudos da América Latina.1994, pg.88

Gislaine Moreno explica que somente na década de 1980, o DNER efetuou estudos para ligar as rodovias federais (BR-070 – Cuiabá/Cáceres, BR-174 – seguindo até Pontes e Lacerda e BR-364 até Comodoro) e continuou o asfalto até Porto Velho. E que esta ligação permanente entre Acre, Rondônia e Sul do Amazonas, passando por Cáceres, criou um “grande eixo de estruturação do sudoeste do Mato Grosso”²⁰.

Assim, tanto o município de Cáceres quanto o seu interior que será transformado em novos municípios, se beneficiaram com “novos programas de desenvolvimento nacionais” como o Programa de Integração Nacional, criado em 1970, o POLOCENTRO e por último, o programa POLONOROESTE que efetuou não só a pavimentação da estrada Cuiabá-Porto Velho, mas também construiu estradas vicinais, melhorou a infra-estrutura de armazenagem, assistência técnica, realizou ações de regulamentação fundiária, demarcou áreas indígenas e implantou projetos de colonização ao longo da rodovia, o que contribuiu para acelerar a apropriação capitalista da terra (formando grandes latifúndios para atividades agrícolas, agropecuária ou com fins especulativos) por grupos empresariais e investimentos que atingiram o entorno de Cáceres.

Essas medidas e outras ações de programas como o PROTERRA²¹ (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste, criado em 06-07-1971, estimularam o acesso a grandes áreas de terras devolutas e públicas a empresários nacionais e estrangeiros, em tamanhos muito superiores aos módulos fixados no Estatuto da Terra (1964). Esses programas foram apresentados como promoção da reforma agrária e política agrícola, pois pretenderam desmobilizar os movimentos sociais que lutavam pela reforma agrária, e pôr fim nos conflitos transferindo trabalhadores rurais para áreas da Amazônia Legal.

O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), criado em 1971, ficou responsável pela implantação dos projetos oficiais e particulares de colonização nas áreas que eram federalizadas e este órgão desenvolveu quatro modalidades de projetos de colonização²², visando resolver os conflitos pela terra e regularizar áreas de posse. Essa era a forma “viável”, na concepção do governo federal, de se efetivar a reforma agrária, embora na realidade esses projetos não tinham essa

²⁰ MORENO, Gislaine & HIGA, Tereza Cristina Souza (org). Geografia de Mato Grosso. Cuiabá, Entrelinhas, 2005.

²¹ Outros programas com a mesma intenção: PRODOESTE, POLOAMAZÔNIA, POLOCENTRO, PRODEPAN, POLONOROESTE.

²² Projeto de Assentamento Rápido (PAR), Projeto de Ação Conjunta (PAC), Projeto Especial de Assentamento (PEA) e Projeto de Assentamento (PA).

finalidade, mostraram-se associados ao objetivo de expansão da fronteira econômica e basearam suas ações na concessão de incentivos fiscais e financeiros a grandes empreendimentos capitalistas.

Com isso Mato Grosso concentrou nas décadas de 1970 e 1980, o maior volume de recursos e de projetos empresariais destinados aos Estados da Amazônia Legal, abrindo a perspectiva para o grande capital investir, seja na implantação de projetos agropecuários, agroindustriais, seja via especulação no atrativo mercado de terras ou em projetos de colonização privada. Segundo Moreno:

“Foram 243 projetos empresariais, 92% dos quais foram destinados somente ao setor agropecuário; e mais 87 projetos de colonização particular, sendo considerado, na época, o **paraíso da colonização particular**” (grifo nosso)²³.

Assim, é possível dizer que essas ações criaram as condições jurídicas e institucionais necessárias à apropriação privada da terra que foi sendo adquirida em grandes extensões e uma grande parte delas reservadas para “futuras” negociações. Portanto, as empresas particulares de colonização de Mato Grosso e também as empresas agropecuárias (colonização empresarial), puderam agir com especificidade através da especulação fundiária, adquirindo com facilidade grandes extensões de terra, oferecidas à baixos preços pelos governos estadual e federal. Essa colonização agrícola e empresarial, tida aqui como agente de “transformação do território mato-grossense” é a forma empresarial e capitalista que deu origem à ocupação do território em Mato Grosso e que é vista como parte importante do desenvolvimento da região.

Esses programas do governo foram apontados pelo *Diagnóstico de Planejamento Urbano de Cáceres*²⁴, como fatores de crescimento econômico e apontou essa época como um período em que a região cresceu notoriamente havendo reflexo em Cáceres, cidade tida como “centro” desses serviços e porto de saída desses produtos, e que além do extrativismo vegetal e da pecuária, passou também a dedicar-se à atividade agrícola. O estudo ainda aponta os elementos de investimentos considerados como “desenvolvimento” ocorrido em Cáceres, a partir “do desenvolvimento agrícola, da presença do Banco do Brasil, da melhoria portuária, dos escritórios de assistência e

²³ MORENO, Gislaine & HIGA, Tereza Cristina Souza (org). Geografia de Mato Grosso. Cuiabá, Entrelinhas, 2005, p.40.

²⁴ O Diagnóstico é um estudo amplo sobre a cidade de Cáceres com objetivo de elaboração do Plano Diretor da Cidade e foi realizado em 2006 pela COOTRADE.

técnica rural e da criação da Escola Agrotécnica federal”, o que teriam projetado a cidade como um “pólo de produção do estado e do país”.

Esse Diagnóstico que teve como objetivo descrever a realidade sócio-econômica do município para o planejamento urbano, vem reforçando o modelo econômico capitalista de que o desenvolvimento de um lugar estaria ligado diretamente ao crescimento econômico do mesmo e não o seu inverso: aumento da exploração, desigualdades e ampliação do domínio pelas elites dirigentes.

Pesquisamos inúmeras reportagens do final da década de 1960 até 1974, do jornal local *Correio Cacerense*, fundado por José Wilson de Campos²⁵ em 1960, tido como o jornal mais antigo do Estado do Mato Grosso, disponível na Câmara Municipal de Cáceres. Segundo Michelis²⁶, o Jornal teve vários proprietários: em 1965 pertenceu a Dércio Cruz, um grande fazendeiro, a partir de 1968 pertenceu a Cláudio Carvalho um capitão do Exército; em 1970 o dono era Odilon Viegas um advogado; a partir de 1977 pertenceu ao ex-prefeito e grande proprietário de terras Aloísio Coelho de Barros; e, a partir de 1986 passou a ser a proprietária Orfélia Michelis (que inclusive esteve recentemente envolvida em processo de propaganda política extemporânea para a candidatura do ex-prefeito Ricardo Henry que ganhou as eleições em 2008, mas não assumiu em 2009 a Prefeitura por motivo de ser cassado). Esse jornal, o único em Cáceres e região, que tem circulação diária, ressaltavam essas produções agrícolas, a chegada de migrantes e abertura de casas comerciais, as obras de melhorias e construções realizadas pela Prefeitura Municipal e pelo Estado como sendo exemplos desse “progresso” e desenvolvimento desta cidade e do Mato Grosso. Isso sinaliza que parte dessa burguesia agrária se instalou na cidade e precisavam de uma mínima infraestrutura e serviços para atenderem às suas necessidades, negócios, escoamento de produção já que vivem na cidade, além da exploração da mão-de-obra.

O jornal “O Correio Cacerense”, desde o início, desempenhou a função de um meio propagandístico da elite local, “prestigiando” políticos, mantendo essa elite latifundiária e de comerciante informada e destacando seus eventos e participações. O

²⁵ José Wilson de Campos era veterinário, irmão da Marília Fontes, casada com o ex-prefeito Antônio Fontes (PMDB).

²⁶ Michelis, Orfélia, proprietária e diretora jornalística desde 1986, fundadora ainda do MDB em Cáceres e a frente do comando no ano de 1976.

jornal noticiou em 06/03/1969, o crescimento do comércio e dos cinemas, enfatizando que este crescimento era a chegada do “progresso”²⁷, evidenciando que:

“A presença de novos cinemas é uma resposta aos pessimistas da nossa urbe. Novas casas comerciais, construções que surgem nos mais variados pontos da cidade são um atestado de que a cidade cresce a cada dia, e isso é uma demonstração de fé no grande futuro de nossa cidade (06/03/1969, Ano 1, n. 30)”.

Podemos perceber que havia em vários momentos uma defesa em prol do administrador público e também da cidade como se este jornal “idealizasse” o que as pessoas devessem pensar a respeito dessas figuras políticas e também uma idéia “progressista”, de prosperidade da cidade onde moravam.

O jornal Correio Cacerense noticiou no dia 24/05/1970 a importância do Porto de Cáceres utilizado para transportar a produção de arroz do município para Corumbá, e também para destacar que esta produção ia aumentar e que está sendo comprada pelo Banco do Brasil e seu destino final é o estado de São Paulo:

“Entram e saem quase que diariamente navios conduzindo parte do arroz do município até a cidade de Corumbá, onde há reembarque por ferroviária, diretamente para Araçatuba-SP (...). O arroz que está sendo transportado, pertence ao Banco do Brasil S/A, que adquiriu por compra de agricultores de Cáceres. Sabemos que Cáceres poderá produzir este ano quase 1 milhão de sacas de arroz e que, o citado banco, calcula comprar cerca de 300.000 sacas, ou seja, 30% da produção do município. Até agora foram embarcados 20.000 sacas, parte das 50.000 que o Banco comprou, e que serão enviados à Araçatuba-SP (24/05/1970, Ano 2, n. 144)”.

Assim também foi possível perceber a partir de um pedido de recuperação de uma estrada, Requerimento n. 128/83 feito à Câmara Municipal, por proprietários da região, o quanto estes dependiam das estradas para escoamento da produção agrícola e já demonstrando sua organização e mobilização em torno de seus interesses, quais sejam, a agricultura e a pecuária, conforme exposto a seguir:

“Considerando que Cáceres depende totalmente da agricultura e da pecuária, considerando que os agricultores estão em verdadeiro estado de abandono, considerando a promessa do Excelentíssimo Presidente da República que diz: ‘plante que o João garante’, considerando que os agricultores plantaram e colheram suas produções sem condições de escoamento por falta de estradas, solicito à prefeita Ana Maria, a recuperação da estrada Vila Nova ao Pilão e do

²⁷ O termo “progresso” será um termo em evidência pelas fontes que utilizo associado às reformas, implantação de infra-estrutura, destaque de figuras políticas e nos debates sobre o desmembramento dos municípios da região da Grande Cáceres, fontes como: a imprensa local (o Jornal Correio Cacerense), a “Memória oficial” dos livros de história regional escritos pelo Professor Natalino Ferreira Mendes e também debates dos vereadores da Câmara Municipal, nas atas e requerimentos analisadas sobre as décadas de 1960 a 1990.

Pilão à rodoviária principal (asfalto). Justificativa: A recuperação da estrada de extrema necessidade, pois beneficiará mais de 70 proprietários com plantação de arroz, feijão, milho e banana. A não recuperação da estrada facilita o desvio da produção para Mirassol d'Oeste e em consequência o município de Cáceres perderá ICM que é a nossa maior fonte de renda²⁸(grifo nosso).

A expansão das atividades econômicas agrícolas colaborou ainda para a origem de inúmeros municípios que formavam a grande região de Cáceres. Então, a partir dos anos 1960 até 1990, Cáceres vivenciou um processo de crescimento por ser “pólo de serviços”, tanto para as áreas de colonização quanto para os municípios que surgiram. Portanto, nas décadas de 1970 e 1980 ocorreram também a emancipação de vários núcleos sócio-econômicos como o distrito de Mirassol D'Oeste, Rio Branco, Salto do Céu, entre outros, que antes faziam parte de Cáceres. Aguiar também ressalta esses desmembramentos de novos municípios, inserido na quarta e última fase de “desenvolvimento” de Cáceres (1980-atualidade) e que estes, “continuam fazendo parte da realidade sócio-política do município de Cáceres”²⁹. E, destaca:

“a expansão da administração pública pela construção do Centro Operativo de Cáceres (COC), tanto no sentido físico quanto pelo aumento gradativo do número de funcionários públicos, é uma política adotada desde os anos 80 para agilizar o desenvolvimento sócio-econômico da cidade de Cáceres”³⁰.

A seguir, os mapas da localização de Cáceres dentro do Estado de Mato Grosso e ainda de sua área de influência, áreas que fizeram parte da grande região de Cáceres e que desmembraram-se em novos municípios, para enfatizar como o discurso oficial vai frisando a idéia de que Cáceres, além de ser um dos maiores municípios do Estado, tem sua importância territorial ligado aos fatores que determinaram “sua expansão pelo progresso” dentro do Estado de Mato Grosso e se tornaria uma cidade-pólo, liderando toda a região oeste.

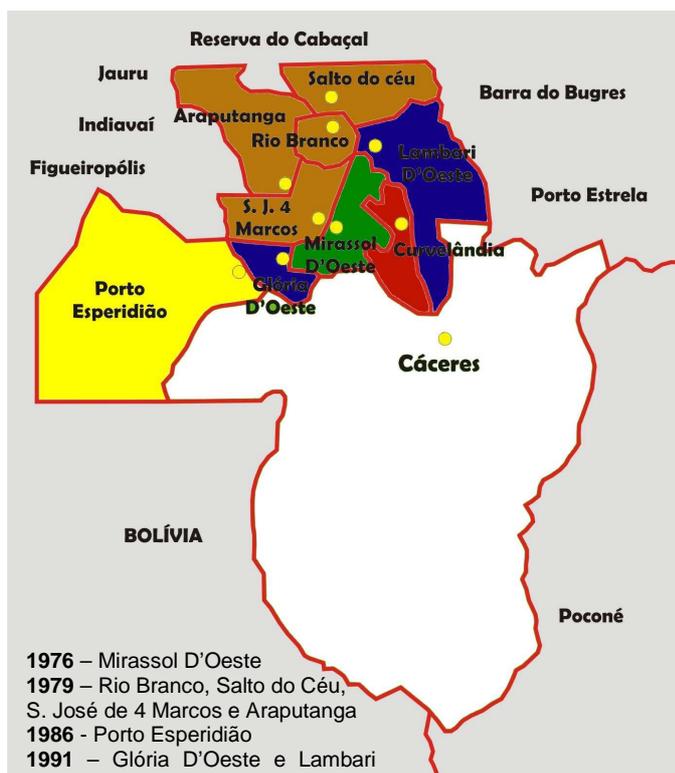
²⁸ Requerimento aprovado pela Câmara Municipal n. 128/83, de autoria do vereador Sebastião Xavier Alcântara (PMDB).

²⁹ COY, Martin. Friederich, Martin. Roper, Monika. Schier, Michada. De Aguiar, Maria Virginia A. Questão Urbana na Bacia do Alto Paraguai. UFMT. Centro de Estudos da América Latina, 1994, pg. 89.

³⁰ COY, Martin. Friederich, Martin. Roper, Monika. Schier, Michada. De Aguiar, Maria Virginia A. Questão Urbana na Bacia do Alto Paraguai. UFMT. Centro de Estudos da América Latina, 1994, pg. 91.



Localização de Cáceres no mapa do Brasil. Fonte: Engenheiro Adilson Reis (2009).



Mapa da área de influência e período de desmembramentos. Fonte: Diagnóstico Urbano da cidade de Cáceres (2007).

Na medida em que esses novos municípios também conquistaram melhorias em serviços e estruturas diversas, diminuíram sua dependência com relação a Cáceres, deixaram de ter os custos de deslocamentos até a antiga sede municipal e isto refletiu negativamente para Cáceres, significando uma redução de repasses no “bolo fiscal”

nacional assim como a diminuição da “pressão política” do interior por recursos e serviços. AVELINO aborda sobre a terceira fase de “desenvolvimento” de Cáceres:

“marcada por uma queda brutal de sua economia com a emancipação político-administrativa das populações que faziam parte do território geográfico do município entre 1970 e 1980, perdendo arrecadação e empregos, abalando o município economicamente pois perde a maioria das terras destinadas à agricultura, que juntamente com a pecuária era sua maior fonte de recursos”³¹.

Este problema gerado pela queda da arrecadação foi debatido na Câmara Municipal dos Vereadores, que a partir de então, expressaram essa preocupação com o “desenvolvimento” da cidade e a partir do requerimento aprovado em 1991, podemos evidenciar uma transformação na sua estrutura econômica e social e uma tentativa de reação a essa fase de estagnação pela sociedade organizada, iniciada na década de 1980:

“(…) sugerindo ao Prefeito desta cidade a convocação de todas as representações segmentárias da sociedade civil local, para a realização de um núcleo de debates sobre o tema ‘Progresso e Desenvolvimento de Cáceres’. Justificativa: Historicamente o município de Cáceres vem perdendo gradativamente sua função de cidade capital do pólo de desenvolvimento regional, notadamente da emancipação de vários municípios da região, naturalmente criaram as estruturas de prestação de **serviços que antes só existiam em Cáceres, reduzindo-se brutalmente sua arrecadação; sofreu grande redução do movimento, não houve crescimento industrial pela falta de atrativos e incentivos**, além de tanto outros fatores que tem contribuído para a estagnação do mesmo no contexto regional/estadual. O proposto núcleo de debates discutiria a viabilização de novas fórmulas e projetos de desenvolvimento do município, com a participação da sociedade”³² (grifo nosso).

Segundo o *Diagnóstico para o Planejamento Urbano de Cáceres*, as lideranças políticas de Cáceres não conseguiram se tornar também lideranças dessas novas áreas. Por outro lado, esses novos municípios construíram rapidamente base política autônoma, já que sua dinâmica sócio-econômica é autosuficiente, com recursos próprios ou mesmo por subsídios públicos. Por isso Avelino aponta, em sua análise, que na última fase de desenvolvimento desta cidade de 1980 a 1997, houve uma tentativa de retomada do planejamento em vários níveis como a implantação de transporte alternativo através do terminal portuário de navegação do rio Paraguai para escoamento da safra agrícola de Mato Grosso, a criação da Escola Agrotécnica Federal e

³¹ AVELINO. P.H.M. Evolução socioeconômica de Cáceres e sua região. In: ROSSETO, O.C. e JUNIOR, A.C.P.B (orgs). Paisagens Pantaneiras e sustentabilidade ambiental. (DISSERTAÇÃO). BRASÍLIA. UNB, 2002. p. 34.

³² Requerimento aprovado n. 171/91, em 16/05/1991, vereador: Roosevelt Barros da Silva (PMDB).

Universidade do Estado de Mato Grosso com sede em Cáceres; o Hospital Regional; a construção de uma estrada para a Bolívia; e, o projeto de criação de uma Zona de Processamento e Exportação em Cáceres (ZPE), com planos de consolidação da hidrovía Paraguai-Paraná para torná-la um centro atrativo para municípios vizinhos.

Sobre essa diminuição da arrecadação e sugestão de sua ampliação, Adilson Reis, secretário da Indústria e Comércio de Cáceres, entrevistado por Vivian Lara, justificou os problemas existentes na cidade pela falta de verbas que oriunda de arrecadação ou dos repasses federais e acredita que o aumento na arrecadação melhoraria as condições estruturais da cidade. Esta entrevista foi realizada no ano de 2009 em dois encontros em seu escritório de engenharia. Sua fala reforça a idéia de que a cidade é pobre, representa os interesses de uma fração de classe dominante, do setor de trabalhadores autônomos, industriários e comerciantes que teoricamente recolhem impostos mas segmentos de outras atividades não o fazem. Reis trabalha na atual gestão do prefeito Túlio Fontes, portanto também compõe o governo e assim se expressou:

“Os governos são os grandes leões arrecadadores, mas arrecadar quanto de quem? Não tem de onde arrecadar. Nós temos que gerar o fator gerador, que é a produção, a pulverização de oportunidades, a produção regional e dentro da legalidade que vai gerar um valor que vai voltar aos cofres públicos e que vai retornar em infra-estrutura e oportunidades que se espalha para o social como um todo. Ao mesmo tempo que temos a pecuária dominando o cenário local, temos ao mesmo tempo, nós temos nas pequenas propriedades a bacia leiteira, Cáceres está nesse cenário (65 mil litros por dia aproximadamente) e quase 90% desse leite vai para as Cooperativas, para ser processado fora do município. O que não está havendo é o recolhimento de impostos desse produto que sai daqui in natura e não está havendo por parte do município um controle disso. O Estado arrecada acima disso ICMS depois de processado fora da cidade. É uma evasão de recursos e não está arrecadando nada disso aqui, que não fica aqui, um dinheiro que está indo para o ralo literalmente. E aí você pega isso com relação a cadeia produtiva da pecuária como o couro por exemplo....e isso tudo poderia estar melhorando a arrecadação do município e retornar para a sociedade para ajudar a combater os problemas sociais por exemplo aqui falado. Ao invés da gente ter esse ciclo negativo do crescimento minha idéia é buscar esse equilíbrio. Tem que arrecadar para se fazer um plano de investimento para poder retornar aquilo e combater os problemas”³³.

E completa:

“O município é dependente de verbas federais em 100%. O que entra de recurso aqui: 80% ou algo próximo disso são valores de repasses federais. O índice de participação do município é definido por lei, é feito a partir da movimentação econômica do município, o que sai do município, valores, produtos, índices que compõe repasse do governo federal e houve uma queda geral nesses repasses. A cidade não é auto-suficiente na geração de

³³ REIS, Adilson. Entrevistado por Vivian Lara Cáceres Dan. Em 24-04-2009.

recursos de melhorias públicas etc, e essa é uma regra que foi criada para se estabelecer ou minimizar ai os impactos do crescimento e falta de infraestrutura e os governos então criaram esses repasses ai. Cáceres depende desses repasses”.

Todas essas fases político-econômicas da cidade de Cáceres, apontadas tanto por Aguiar quanto por Avelino concluem que esse processo de desenvolvimento foi desordenado e por isso mesmo a cidade tem sua economia desestruturada, reforçando a fala oficial de que o “progresso”, marcado pela falta de planejamento, colaborou para a situação atual e deixou “marcas permanentes”, principalmente na distribuição de renda da população. Apesar das fundamentações usadas pelos autores acima é possível identificar setores na sociedade civil que organizaram-se e esforçaram-se por modificar essa situação de crise ou decadência econômica nos idos da década de 1980 e 1990, e o indício de que ocorreram essas mudanças está no fato de Cáceres ser atualmente considerada um pólo regional (sudoeste) por oferecer serviços que em outras cidades não existem (no setor da saúde, educação, lazer, exportação). Assim também se instalam em Cáceres escritórios de várias repartições públicas federais e estaduais, a sede da Universidade Estadual do Mato Grosso também é em Cáceres, o Hospital Regional etc. O cadastro, segundo dados da COOTRADE (empresa contratada para elaborar o Diagnóstico do Planejamento Urbano de Cáceres), consta 5.903 estabelecimentos em Cáceres³⁴ na atualidade.

Cáceres estruturou-se como uma área de serviços “de suporte às atividades produtivas do seu entorno”. Atividades comerciais, serviços financeiros, de saúde, de educação, segurança, justiça, transporte etc, foram estas que moldaram a estrutura urbana da cidade. A “complexa” rede de serviços privados e públicos disponíveis em Cáceres³⁵ é apontada pelo Diagnóstico de Planejamento, fala oficial portanto, como uma vantagem e por isso, exigiria melhorias. Segundo o diagnóstico, na medida em que essa estrutura se ampliar tanto na quantidade quanto na especialização desses serviços, seria possível “interiorizar o crescimento econômico, transformando-o em desenvolvimento

³⁴ Estima-se que 20% dos mesmos estejam inativos e que não deram baixa.

³⁵ Receita Federal, Min.Agricultura, IBAMA, ANVISA, INDEA, Rec.Estadual, MARINHA, Navegação HPP (AHIPAR), Aeródromo, CORREIOS, Hospital Regional, Hospital São Luiz, Pronto Atendimento, EMPAER, SEMA, SEBRAE, SESC, SENAC, IFET, SENAI, SESI, Faculdades (IEC, UNIC, FAPAN, UNOPAR, UNEMAT), REDEX, Justiça Federal, FORUM, Juizado Especial, Justiça do Trabalho, Min.Trabalho, CECOMEX, CDL, ACEC, SINDICATOS, ROTARY, LIONS, LOJAS MAÇÔNICAS, COOPERATIVAS, Bancos (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BRASIL, BRADESCO, ITAÚ, AMAZONAS, SICREDI, HSBC), EXÉRCITO (2 B.Fron), 6 Batalhão da Polícia Militar, 2 Cia. Bombeiros militares, POLICIA FEDERAL, POLÍCIA CIVIL, GEFRON e SISC.

humano”³⁶, geraria mais empregos e renda. Esta “potencialidade” foi lembrada pelo estudo (fala oficial) como uma possibilidade para um ritmo mais rápido de desenvolvimento. Este também é o pensamento que predomina na fala do secretário da Indústria e Comércio, Adilson Reis e também nos estudos de Aguiar e Avelino que acreditam que o desenvolvimento do capital, geraria investimentos na cidade e também melhoraria a condições de vida da população. Podemos assim, supor que a estagnação econômica, a idéia de economia desorganizada e estaria portanto justificando a pobreza existente do lugar não condiz com a atual realidade sócio-econômica de Cáceres: essa estrutura de serviços montadas em Cáceres é um indício forte de que Cáceres conseguiu captar investimentos e os segmentos organizados é outro fator. O que existe é uma grande concentração de renda nas mãos de uma classe diminuta de empresários e fazendeiros, sendo o setor terciário de alta lucratividade. Vários empresários e comerciantes (donos de lojas de materiais de construção, supermercados, revenda de carros e motos, joalherias) são também grandes fazendeiros e moram em Cáceres. É possível, então, perceber esses setores da elite agrária e comercial organizando-se para lucrar e para essa fração de classe a cidade não é pobre.

Segundo o quadro a seguir, que mede o percentual de renda apropriada pelos 10% mais ricos da população, no Mato Grosso e no Município de Cáceres, de 1991 e do ano 2000, houve um aumento dessa renda apropriada tanto no Estado quanto na cidade o que já pode ser considerado um indício de que talvez não esteja ocorrendo uma “estagnação econômica” em Cáceres como alegam alguns estudos sobre as desigualdades econômicas e sociais do estado, mas uma concentração dessa mesma renda e, portanto, poucos lucrando cada vez mais. A cidade não é por inteira pobre, mas desigual em vários aspectos e o acesso à terra é um deles.

Tabela 01 Renda apropriada pelos 10% mais ricos da população:

Discriminação	Ano: 1991	Ano: 2000
Mato Grosso	49,18	52,95
Cáceres	44,14	49,64

Fonte: Diagnóstico do Planejamento Urbano de Cáceres, 2007.

Adilson Reis também admite que “o município de maior rebanho bovino é o nosso do estado, com aproximadamente 3 milhões de cabeças de gado”. Mas isso você

³⁶ Diagnóstico para o desenvolvimento urbano de Cáceres, pg. 111.

não acaba pulverizando, a renda é concentrada. São poucos proprietários com grandes áreas com pouca geração de empregos”.

Que outros aspectos dessas contradições na dinâmica do processo de construção capitalista e desenvolvimento no território mato-grossense não estão sendo reveladas? Entre outras, dificuldades de acesso à terra e de permanência, início do processo de liberação de mão-de-obra com a mecanização da agricultura, trabalhos informais, impactos ambientais, fragmentação étnica e cultural, populações indígenas extintas ou concentradas em reservas, a construção de uma nova identidade regional a partir das migrações, tráfico de drogas.

Por ser uma cidade de fronteira³⁷, longe dos centros econômicos do país, que também vive de pequenas complementações comerciais, resultado da diferença de câmbio, devido ao processo de adensamento das atividades econômicas e também devido ao quadro de pobreza e desigualdades, essa realidade propicia uma outra alternativa de sobrevivência: a informalidade e o contrabando e tráfico de drogas resultando também na presença de um grande contingente de militares e policiais. Cáceres se tornou rota de passagem do tráfico de drogas (pasta base de cocaína, geralmente vinda da Bolívia). Assim noticiou o Jornal “Expressão”, sediado em Cáceres, em 25/04/2009: “Grande apreensão de cocaína (650 quilos de pasta-base) comprova Cáceres como entreposto de drogas made in Bolívia³⁸”. E, neste sentido, o *Diagnóstico do Planejamento Urbano* ressalta que “os laços fronteiriços continuam, as atividades de intercâmbio econômico e de complementação tendem a se aprofundar, mesmo com os problemas reais da minoria envolvida com o crime organizado”³⁹. Ficando sem resposta a pergunta que se impõe no momento: quem são os donos do contrabando?

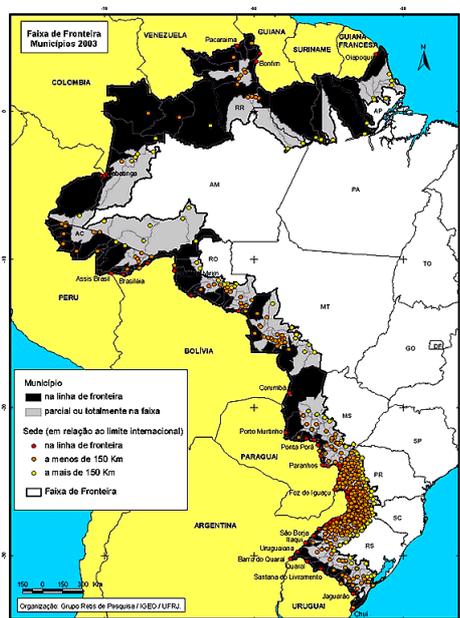
Embora o *Diagnóstico para Planejamento Urbano* oficialize a idéia de que uma minoria esteja envolvida em tráfico de drogas, atuando geralmente como “mulas”, é possível, que devido ao fato das políticas neoliberais aprofundarem a pobreza e as desigualdades sociais, estendendo-se o problema do desemprego e ainda devido à economia informal que atinge quase 50% da força de trabalho no Brasil, de forma direta ou indireta (complementando a renda) essa atividade ilícita provavelmente “sustenta”, ou seja, torna-se meio de sobrevivência de milhares de brasileiros e uma grande

³⁷ San Mathias, primeira cidade da Bolívia na divisa, dista 10 km da fronteira com o Brasil e a fronteira está à 90 Km por rodovia (pavimentada) até Cáceres.

³⁸ Da redação do Jornal.

³⁹ Diagnóstico do Planejamento urbano de Cáceres, 2006. pg. 45.

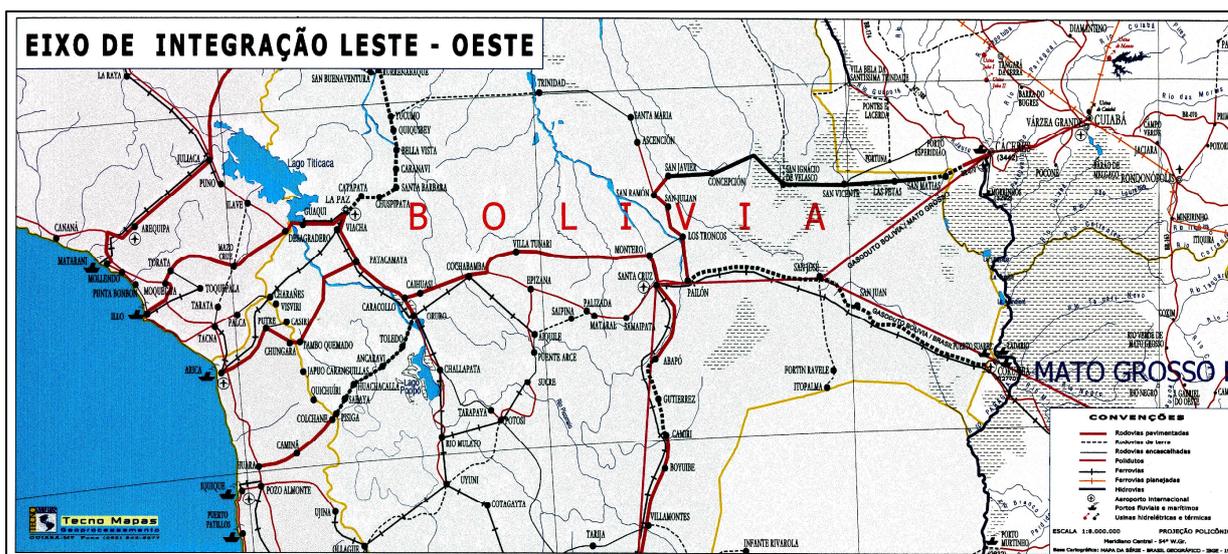
quantidade de pessoas em Cáceres estariam assim envolvidas com essa atividade. O mapa a seguir mostra a faixa de fronteira brasileira e Cáceres possui 341 quilômetros de fronteira com a Bolívia:



Mapa das faixas de fronteiras do Brasil. Fonte: Diagnóstico do Planejamento Urbano de Cáceres, 2007.

Devido ao MERCOSUL, a última década do século passado acelerou o processo de articulação do oeste do Brasil com a área andina (em busca de saída para o Oceano Pacífico). Cáceres se insere nesse processo por ser ponto final de navegação regular do Rio Paraguai, distando 3.440 Km de Buenos Aires e há ligação rodoviária pavimentada entre Cáceres e a fronteira da Bolívia (San Matias), tornando-se um “entroncamento internacional”, com suas atividades de exportação pela hidrovia em crescimento, e atualmente procura se estruturar novamente como importante porto fluvial no contexto matogrossense para se adequar à política de integração latino-americana tornando-se uma opção para implantação da Zona de Processamento e Exportação⁴⁰ no Mato Grosso, fazendo ligação do Centro Oeste com o Oceano Pacífico. A seguir o mapa que mostra esse eixo de integração leste-oeste:

⁴⁰ A Zona de Processamento e Exportação de Cáceres (ZPE) já tem uma área espacialmente delimitada, onde as empresas voltadas para as exportações gozam de incentivos tributários e cambiais, além de procedimentos aduaneiros simplificados e em Cáceres essa área já existe no chamado Distrito Industrial com algumas indústrias (carne bovina, jacaré, madeira teca, couro e cimento, colágeno) em funcionamento.



Mapa: eixo de integração leste-oeste. Fonte: Adilson Reis, 2009.

Esta política que inicialmente era um projeto partidário do governo do Estado e partidários do PMDB de Cáceres, inicia as discussões na década de 1980 sobre o desenvolvimento da região da Grande Cáceres, visando à integração latino-americana lançando planos para reativar a hidrovia Paraguai/Paraná pensada há mais de dois séculos e Cáceres seria um “elo natural” na ligação com os portos do pacífico e com o sul do continente sendo lembrada pelos defensores da implantação da ZPE como “uma localização privilegiada em relação à América do Sul”. A ZPE, na atualidade, ainda é vista pelo prefeito Túlio Fontes e Secretariado como uma “potencialidade” para acelerar o desenvolvimento e o crescimento, sendo entendida como elemento essencial para ocorrer mudanças no perfil econômico da cidade, já que muitas indústrias seriam atraídas para essa região de exportação.

1.4 Estabelecimentos rurais da cidade de Cáceres e do Estado de Mato Grosso

A discussão de forma nenhuma irá se esgotar (até porque a questão rural não é o objeto principal do trabalho) nesse item, sendo mais uma análise geral de questões visando complementar informações à forma como foram distribuídas as terras no Estado do Mato Grosso e também como elo para pensar a constituição da cidade e quem detém a riqueza nesse lugar. Como podemos perceber até agora, essa distribuição esteve ligada ao processo histórico de ocupação alavancado nesse Estado e também às políticas governamentais de acesso à terra (colonização, venda de grandes áreas e regularização

das ocupações), que através de mecanismos institucionais e jurídicos, permitiram uma alienação indiscriminada das terras públicas, que foram transformadas em propriedades privadas e objetivavam muitas vezes interesses especulativos sobre as mesmas.

Portanto, o processo de ocupação das terras desse Estado foi comandado pelas políticas governamentais efetivadas a partir dos anos 1940, que pretendia a expansão da fronteira agrícola e contribuiu para a continuidade da herança fundiária brasileira que vem ocorrendo desde o Período Colonial, caracterizada por uma injusta e desigual distribuição de terra e por uma estrutura altamente concentrada, marcada por grandes propriedades. Da tabela a seguir, podemos notar que dos 115.526 ocupantes de terras no Estado de Mato Grosso, 66% (76.318) são proprietários de terras, 3% desses estão na região de Cáceres (2.297 proprietários). Os dados indicam que existe um grande número de posseiros no Estado, correspondendo a 32,3% do número de ocupantes de terras no Estado e em Cáceres, o número de posseiros chega a quase 27%. Percebe-se que, a maior parte dos ocupantes de terras em Cáceres estão na faixa de 25 a 50 hectares, correspondendo a 637 ocupantes e nessa faixa estão também o maior número de posseiros (185).

Tabela 02: Imóveis rurais por classe de área e condição do ocupante, no Mato Grosso e município de Cáceres, em 2002:

Discriminação	Área (ha)	Proprietários	Proprietário e Posseiro	Posseiro	Total
Mato Grosso	-	76.318	1.884	37.324	115.526
Cáceres	-	2.297	81	868	3.246
	Menos de 2	5	0	10	15
	De 2 a 10	29	2	147	178
	De 10 a 25	165	1	127	293
	De 25 a 50	445	7	185	637
	De 50 a 100	397	10	142	549
	De 100 a 200	361	10	101	472
	De 200 a 500	351	19	99	469
	De 500 a 2000	413	21	38	472
	De 2000 a 5000	105	9	16	130
	Mais de 5000	26	2	3	31

Fonte: INCRA, 2002

Um número reduzido de pessoas, apenas 31 ocupantes possuem mais de 5.000 hectares de terras enquanto 486 possuem menos de 25 hectares. O quadro abaixo traz informações sobre o número de imóveis e área total por categorias de imóveis na cidade de Cáceres, não diferindo muito do quadro do estado do Mato Grosso. As grandes propriedades em Cáceres ocupam 72,9% do total da área dos imóveis cadastrados pelo INCRA desta cidade, e, no Mato Grosso são 73,6%. O tamanho médio da grande propriedade em Cáceres é de 4.973 ha, maior do que o tamanho médio das grandes propriedades do Estado, que é de 4.472 ha. Muitos desses grandes proprietários vivem em Cáceres ou em seu entorno, possuem também lojas comerciais na cidade e mais adiante no texto destacaremos alguns desses grandes proprietários. Na categoria de minifúndios, os mesmos ocupam 2,3% da área total de imóveis em Cáceres e no Mato Grosso apenas 2%. Os minifúndios em Cáceres têm um tamanho médio de 35,2 ha e no Mato Grosso de 38 ha.

Tabela 03: Distribuição do número de imóveis e área total, segundo a categoria de imóvel rural, no Mato Grosso, no município de Cáceres, 2005:

Discriminação	Grande Propriedade	Média Propriedade	Pequena Propriedade	Minifúndio
Mato Grosso	Número e área (ha)	Número e área (ha)	Número e área (ha)	número
	17.061 e 76.305.080,0 ha	25.009 e 16.528.074,4 há	37.185 e 6.362.005,5	56.499
Cáceres	363 e 1.805.263,7 ha	611 e 391.427,1 ha	1.015 e 164.391,7 ha	1.668

Fonte: INCRA, 2007.

Comparando os dados da tabela verifica-se que o Estado possui 135.754 estabelecimentos e Cáceres possui 3.657 dos mesmos que somam 2.361.082,5 hectares. Deste número de estabelecimentos, apenas 9,92% (363) ocupavam mais da metade da área total enquanto 90% dos estabelecimentos ocupam apenas 23,5% da área total. A estrutura fundiária do município tem como traço predominante a grande propriedade. Na atualidade, algumas empresas investem também nessa atividade agropecuária e inclusive fazem leilões de gado de raças puras. Dois grupos se destacam: a GRENDENE (fabricam tênis e materiais esportivos) e também a COMETA MOTO CENTER (lojas de motos e carros espalhadas em todo o Estado). O Grupo Cometa tem 36 anos em Cáceres, com lojas espalhadas no Estado do Mato Grosso, Pará, Rondônia, Amazonas e a sede é em Cáceres, o dono e diretor presidente, Francis Maris Cruz, mora nessa cidade. Trata-se de um empresário muito influente em Cáceres. As reuniões da

Associação dos Comerciantes e Empresários de Cáceres (Acec) ocorrem no auditório de sua loja, o grupo tem projetos sociais, vendem também veículos e gado⁴¹. Outros donos de empresas também têm propriedades na região como o grupo do JUBA SUPERMERCADOS⁴², vários donos de lojas agropecuárias, materiais para construção, a FLORESTECA⁴³, e outros. Nas fotos a seguir, podemos evidenciar dois grupos que frequentemente fazem leilões: o grupo Cometa e a Grendene.



DAN. Vivian L. C. Foto tirada de um painel nas ruas da cidade. 2009.

⁴¹ Algumas informações sobre esse grupo no site www.viacometa.com.br

⁴² Que alguns sócios também moram em Cáceres e têm grandes propriedades.

⁴³ Os donos da Floresteca e da Friboi não moram em Cáceres mas mesmo assim esse capital estrangeiro não existe abstratamente. Ele investe em equipamentos (escritórios), compra de terras, serviços, na exploração da força de trabalho.



DAN. Vivian L. C. Foto de um painel nas ruas da cidade. 2009.

No passado a atividade econômica predominante era o extrativismo vegetal e animal e na atualidade é a pecuária extensiva que estrutura o uso do espaço rural. O que chama a atenção é que com essa atividade preponderando há baixa densidade demográfica na zona rural já que utiliza pouca mão-de-obra. O gráfico abaixo demonstra essa “retração” da população que mora no campo:

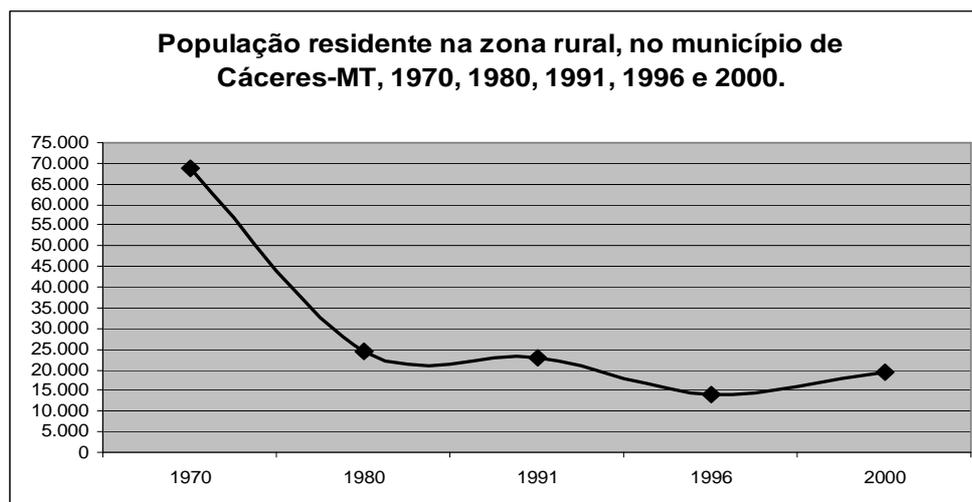


Gráfico 01: demonstra a baixa densidade da população residente na zona rural. Fonte: Adilson Reis, 2009.

Esta estrutura fundiária se baseia na produção tradicional, poucas pessoas empregadas lidando com uma grande quantidade de gado, com relações de empregos

“informais”, e a mão-de-obra empregada não precisa de muitos conhecimentos tecnológicos, já que dificilmente se utiliza maquinário para criação de gado da forma tradicional. A maior parte da força de trabalho no campo era então, sendo utilizada por pequenos proprietários. Gislaine Moreno⁴⁴ explica que:

“Verifica-se um declínio no número de pessoas empregadas na agricultura mato-grossense, embora tenha ocorrido a incorporação de terras ao processo produtivo. A ocupação dessas terras, deu-se quase que exclusivamente por atividades que absorvem pouca mão-de-obra, como a pecuária e a lavoura mecanizada, enquanto as atividades agrícolas tradicionais, que requerem maior utilização de mão-de-obra, vêm sofrendo redução; muitas dessas áreas estão sendo ocupadas pela pecuária extensiva”.

As mudanças na forma de produzir, as monoculturas, a industrialização da agricultura, voltados para o “crescimento econômico” têm também afetado e modificado as relações de trabalho, colaborando para o processo de concentração de terra e renda, gerando desemprego no campo e inchaço populacional nas cidades. Uma das formas mais perversas de manifestação desse fenômeno é o crescimento das periferias nos centros urbanos e crescente desigualdade social e econômica, assentados na pretensa “modernização” do setor agropecuário.

É possível constatar, ainda, que está havendo uma diminuição na quantidade de estabelecimentos rurais e também na área dos mesmos em Cáceres. Podemos levar em conta duas possibilidades sobre este caso: uma maior quantidade de latifúndios ou uma pequena redistribuição das terras pouco representativa no processo de desconcentração, mas que já traz conseqüências como um pequeno incremento de pessoas que vivem e estão tirando seus rendimentos da zona rural. A tabela 04 demonstra isso:

Anos	Mato Grosso	Cáceres
	Estabelecimentos e área (ha)	Estabelecimentos e área (há)
1985	77.921 e 37.835.653 ha	4.013 e 2.504.898 ha
2006	114.148 e 48.355.569 há	2.499 e 1.296.997 ha

Tabela 04 que mostra os estabelecimentos e áreas no Mato Grosso e Cáceres. Fonte: INCRA, 2006.

⁴⁴ MORENO, Gislaine & HIGA, Tereza Cristina Souza (org). Geografia de Mato Grosso. Cuiabá, Entrelinhas, 2005, pg.167.

Um dos motivos para essa redistribuição ainda pouco representativa de terras é o surgimento de movimentos locais de luta pela terra nas décadas de 1970 e 1980 que fizeram com que os trabalhadores rurais acabassem resistindo a esse processo de conquista e apropriação capitalista de terras no Mato Grosso.

Segundo dados da Fetagri-MT, no início da década de 1990, existiam no estado, 267 áreas de tensão social, onde viviam mais de 40.000 famílias de trabalhadores rurais (Fetagri-MT; CPT-MT,1991). Os movimentos sociais organizados, liderados pelo MST foram apoiados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), representantes da Igreja Católica, líderes do Partido dos Trabalhadores e membros dos sindicatos que passaram a atuar diretamente no Estado e como estratégia criada, montavam acampamentos à margem das rodovias, próximas das propriedades que consideravam improdutivas objetivando a ocupação das mesmas. Ainda segundo os mesmos dados, essa movimentação ganhou força em todo o Estado, principalmente a partir de 1995, ano em que o governo começou a implantação dos assentamentos rurais acelerando o Plano Nacional de Reforma Agrária. Considerando todos os projetos implantados no Estado pelo INCRA e Intermat no período de 1985 a 2004, foram assentadas 65.000 famílias numa área de 5,4 milhões de hectares, transformando as posses em propriedade privada.

Cebalho, chefe da Unidade Avançada do INCRA em Cáceres, reconhece a força e a pressão que esses movimentos fizeram já que a maioria dos assentamentos existentes em Cáceres foram fruto de desapropriação por interesse social e o MST indicava essas propriedades:

“O Projeto de Assentamento São Luiz surgiu quando o INCRA fez uma **proposta de regularizar fundiária**, que seria o INCRA arrecadava a terra e depois transferia os documentos para os parceiros. Ai na época os movimentos, o sindicato dos trabalhadores, orientavam os moradores do São Luiz que seria melhor que o INCRA transformasse isso ai em assentamento, em projeto de assentamento porque ai eles iriam ter recursos, financiamentos, e outras benfeitorias, o INCRA dá estrada, dá carro, ai solicitaram ao INCRA que fizesse ali um PA e ai criamos um Decreto fazendo o São Luiz um Projeto de Assentamento e ai foi transformado em PA. Então ali foi uma terra pública que transformou-se em projeto de assentamento. O PA Sadia Vale Verde foi fruto de uma desapropriação por interesse social, houve uma **indicação dos movimentos dos trabalhadores, MTA**, pediram para o INCRA e fizemos uma avaliação, vistoria. Era uma terra documentada de propriedade da Sadia e houve um interesse da comunidade em comprar aquilo ali. Ai o INCRA entrou com um processo de desapropriação por interesse pagaria a terra (em título de dívida agrária – TDA) e as benfeitorias, e fez o estudo, comprou e assentou 449 famílias, que ai uniu Sadia e Vale Verde. O PA laranja I também foi fruto de desapropriação por interesse social ela foi **indicada pelo MST**. O PA Paiol, Laranja I e II tiveram o mesmo início

foi **indicação do MST** e também coube desapropriação por interesse social, foi comprada e transformada em PA⁴⁵.

Portanto, a criação de assentamentos na área rural de Cáceres também é bem recente e fruto dessas lutas, já que apenas em 1995, o INCRA, através do Projeto de Assentamento São Luiz, assentou 29 famílias numa área de 4.033 hectares. A partir deste ano, o INCRA tem feito intervenções na estrutura fundiária devido a essa pressão exercida pelos movimentos sociais no sentido de assentar mais famílias, sendo que, até agora, foram distribuídos 74.625 hectares para 1.855 famílias e esse processo pode ser um indicador de mudanças que estão acontecendo na malha fundiária do Estado, assim como na organização da produção, ainda pequena, mas resultante dessas lutas. Portanto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais, através de muita pressão exercida por grupos de acampados, fechamento de estradas, ocupação de órgãos públicos, conseguiu implantar diversos assentamentos rurais, em decorrência da mediação do Estado em áreas de tensão social. Na tabela 05, evidenciamos os Projetos de Assentamento do INCRA localizados no município de Cáceres e efetivados até 2007.

Projeto de Assentamento	Ano criação	Área (ha)	n. famílias	Média há por família
PA São Luiz	14-12-1995	4.033 ha	29	139 há
PA Sadia-Vale Verde	12-12-1996	12.191 ha	449	27 há
PA Laranjeira I	24-02-1997	10.944 ha	123	89 há
PA Paiol	24-02-1997	16.067 há	449	36 há
PA Laranjeira II	04-03-1997	1.210 ha	34	36 há
PA Jatobá	27/10/1997	906	029	31
PA Nova Esperança	15/12/1997	1.695	051	33
PA Rancho da Saudade	19/12/1997	2.407	047	51
PA Ipê Roxo	31/12/1998	1.247	030	42
PA Barranqueira	20/01/1999	2.326	079	29
PA Sapicuá	30/08/1999	1.249	040	31
PA Limoeiro	02/02/2000	8.649	172	50
PA Corixo	05/04/2001	3.413	072	47
PA Bom Sucesso	18/12/2002	433	014	31
PA Katira	27/09/2003	1.886	047	40
PA Flor da Mata	02/08/2004	1.187	020	59
PA Facção/Bom Jardim	27/03/2006	4.782	170	28
TOTAL	-	74.625	1.855	40

⁴⁵ Fred Cebalho. Chefe da Unidade Avançada do INCRA em Cáceres. Entrevistado por Vivian Lara. 21-07-2009.

Tabela 05: Projetos de Assentamentos do INCRA localizados no município de Cáceres de 1995-2006. Fonte: INCRA, 2007.

Mas os conflitos não encerraram por ai, segundo Gislaine Moreno⁴⁶, o MST ainda têm 2.600 famílias de “sem-terra” acampados em barracos a espera da decisão de onde poderão viver. Além disso, alguns desses assentamentos não possuem condições de sobreviverem devido ao fato de terem sido implantados em áreas sem água potável, e os técnicos do INCRA alegam que essa situação é culpa dos próprios integrantes do MST que indicaram essa região para desapropriação, mesmo após estudos evidenciando que a área era imprópria e pela demora da União em dar condições de assistência técnico-financeira para amenizar essa situação. A fala de Cebalho sobre esse problema exime totalmente a responsabilidade e culpa do INCRA:

“Os PAs da região do Alto Pantanal, Jatobá, Nova Esperança, Rancho da Saudade, Ipê Roxo, Barranqueira, Sapicuá, também foram **indicação de movimentos sociais** e foi tudo desapropriação por interesse social. Nesses assentamentos é que tem uma questão que sempre em época de eleição surge, que é a questão da água: como o INCRA compra uma terra que não tem água? Lá nos assentamentos da Fronteira, nós temos um problema seríssimo de água. Nessa região do Alto Pantanal, nós temos umas fendas e que a água corre por ela, ela não dá em qualquer lugar, tem que furar o lugar certo e corre o risco ainda de achar essa água salobra, não dá pra beber, o gado não gosta e é horrível, o sabão não espuma, é uma água de péssima qualidade. Os laudos emitidos pelo INCRA condenavam a terra (agrônomos) embora fértil não tem água, e foi relatados todos os problemas e laudos agrônômico do que o INCRA ia ter que encarar caso fosse fazer o Assentamento e só era viável através de bombeamento de água do rio Jauru, o INCRA então falou que não ia mais comprar essa terra e houve uma pressão muito grande, trancaram a BR, fizeram um auê, **os próprios elementos que reclamam são um dos culpados também**. A pressão veio dos movimentos. Infelizmente nos movimentos sociais existe muitas pessoas que vivem sobrevivem disso e ai você pergunta como? Eles vêm aqui e fala: olha eu sou do Movimento Sem Terra tal. Esses movimentos estão mais organizados hoje temos o **MTA, Pastoral da Terra (da Igreja Católica), MST a FETAGRI, Sindicato do Trabalhador, movimentos muito ligados a essa questão da desapropriação**. Ai houve essa pressão muito grande através de política conseguiram a desapropriação da terra. Na época do Fernando Henrique houve aquela pressão toda, autorizaram e disseram que iam colocar água lá, só que isso na teoria, quando foi para a prática a gente começou colocando um bombeamento de água ali há 14 km antes dos assentamentos, só que gerou uma conta de energia muito alta e eles não deram conta de pagar. E ai voltou de novo esse problema da água e está até hoje e estou tentando resolver e estão lá, compraram gado, um caminhão pipa cobra parece que cada três caminhão de água que leva para eles, uma cabeça de gado, e estão acabando com o que eles têm, muitos ainda estão lá ainda e ai que **eu estou com essa batata quente na minha mão pra resolver**. O que que estou pensando: têm uma região na divisa da Bolívia, chama Corixa, onde está um dos assentamentos e lá tem uma água que brota numa fonte lá e ai furar um poço artesiano, mas falta saber

⁴⁶ MORENO, Gislaine & HIGA, Tereza Cristina Souza (org). Geografia de Mato Grosso. Cuiabá, Entrelinhas, 2005, pg. 171.

qual a vasão pra saber quantos mil litros por hora ali vai aguentar, e eu bombear essa água para a caixa central pelo menos para o mínimo, lavar roupa, animais e para eles beberem” (grifo nosso)⁴⁷.

Para o chefe do INCRA, o problema dos conflitos de terra é recente e não remontam, como os estudos apontam, a década de 1970 quando efetivamente começou o processo de conquista e apropriação capitalista da terra. Essa é a sua justificativa para os projetos de assentamentos terem iniciados apenas em 1995, época em que não existia mais terra “sobrando”. Alega então que os assentamentos foram criados porque não havia mais terras, era preciso enxugar a quantidade de pessoas nas cidades e não como estratégia do governo para resolver algumas tensões sociais enquanto uma minoria de pessoas de alto poder aquisitivo eram beneficiadas na concentração de grandes extensões em suas mãos a partir dos chamados projetos de colonização empresarial. Segundo Moreno esses projetos consistiam na legalização de terras que variavam de 101 a 3.000 hectares de terras. O INCRA arrecadava essas grandes extensões de terras devolutas e davam preferência de compra ao empresário ocupante, procedendo à “licitação pública”.

Quando perguntado a Cebalho, em entrevista, porque antes de 1995 não existia nenhum assentamento em Cáceres:

“Na minha opinião de 25 anos que estou no INCRA, até a década de 1980 **tinha terra aqui pra todo mundo e ninguém queria**. A Caçara mesmo, você ia até o Cacho aquilo lá era tudo terra pública (terra do Exército e o Exército não teve interesse e passou para o governo) e ninguém queria, porque não tinha documento. Mas era simples, era só demarcar sua posse ir no INCRA requerer, e através do INCRA regularizou tudo, então essa terra todinha era do Exército, essa faixa de segurança e **ai não tinha como ter assentamento porque tinha terra demais, não davam conta do que tinha de terra pública, era só entrar e pegar**. Quando você ia regularizar você tinha direito àquilo que você conseguia trabalhar nela, antigamente não tinha essa questão do meio ambiente era pra desmatar tudo e plantar, o governo queria produção e ai a gente regularizava. Quando o INCRA regularizou todas essas terras públicas e não tinha mais terra pra ninguém devido também a migração para essa região de pessoas de São Paulo, Minas, Paraná, eles pensavam: oh no Mato Grosso tem Terra e vinha pra cá, e começou também esse pessoal a trabalhar a terra como arrendatários, nas fazendas, e começaram a grilar terra dos outros, tinha a terra lá mas ninguém morava lá dentro e não trabalhavam eles grilavam. E **começou no final da década de 1980 os conflitos agrários, por causa de terra, acabou as terras que o governo tinha, então partiram para o Assentamento**, mas isso é uma idéia minha, porque eu ainda não vi nenhum estudo a respeito disso, e **a questão do assentamento foi gerado por isso. E ai começou na década de 1990 as**

⁴⁷ Fred Cebalho. Chefe da Unidade Avançada do INCRA em Cáceres. Entrevistado por Vivian Lara. 21-07-2009.

primeiras desapropriações para atender a demanda de sem terra. E esses assentamentos são medidas sociais para enxugamento da zona urbana”.

Cebalho acredita que todas as pessoas “bem intencionadas” que queriam um pedaço de terra já estão assentadas e coloca como um problema o grande número de “evasão” das pessoas que na atualidade estão assentadas. Nesse sentido a “fala oficial” é importante já que ela também dimensiona o problema vivenciado por esses trabalhadores: além de enfrentarem os grupos de empresários e grandes proprietários para terem seus direitos de terra, o próprio INCRA parece encarar esses movimentos como “oportunistas”:

“E eu acredito hoje que os que viveram da terra, que estava no sem terra já foram todos assentados, já estão todos na terra. Os que estão hoje debaixo da lona, acampados os que estão inscritos para receber uma terra, são pessoas que teve o pai da roça, mas que hoje trabalharam na cidade, estão desempregados e também estão querendo sobreviver em uma terra, achando que essa é a melhor saída, e nem sempre é o que eles imaginam, porque está tendo uma evasão muito grande, estamos tendo que tomar vários cuidados para que a reforma agrária e as parcelas não vire comércio de lote porque está tendo muita venda, quando pegam a terra não querem mais. Nós temos o cadastro nacional que se chama CIPRA, se você pega uma terra nossa, você é cadastrado e se for casado também o esposo, e aí você fica no nosso sistema, e se você não quer mais a terra você tem que desistir pro INCRA entregando a parcela, mas eles não fazem isso oficialmente, quando chega o comunicado pra nós eles já venderam para outro, ele desiste e já vende a parcela e o nome dele fica cadastrado pra sempre e ele não pode mais pega terra em lugar nenhum do território nacional, nem ele nem a esposa, em qualquer lugar que ele for com o CPF dele não passa mais”.

Outro problema apontado por Cebalho diz respeito à Justiça que é lenta, os recursos do governo federal também demoram para serem efetivados, faltam funcionários, existe o comércio de lotes, ou seja, sempre levanta problemas mas ele não avalia a postura e a conduta dos funcionários desse órgão que também já estiveram envolvidos em vários escândalos de corrupção, como a venda irregular de lotes por funcionários do INCRA-MT:

“A Justiça acaba atrapalhando porque é muito lenta, a gente entra com um pedido e a justiça está nos travando muito. Tem processos que estão rolando há 12 anos, 15 anos e pessoas querendo a terra e sofrendo a pressão. Todos esses acampamentos, invasão que você vê na televisão 1% é culpa nossa e 99% é da justiça.

Quando efetiva os assentamentos nós temos a demora dos recursos do governo federal por que quando a gente compra a terra do assentamento a gente precisa do PDA, o PDA é um estudo que promove o desenvolvimento do assentamento. Ele faz as diretrizes do que tem que ser

feito no assentamento e o INCRA não dispõe de funcionários suficientes para fazer um projeto desses, porque ele é muito extenso, e aí a gente faz licitação para contratação de uma empresa pra fazer isso pra nós e o INCRA fiscaliza. Esse já é também um dos primeiros empecilhos que a gente encontra e que demora muito. Um outro problema é o comércio de lotes na reforma agrária. Geralmente aquelas pessoas que ficam lá seis anos debaixo de uma lona, quando você coloca ele na terra não fica 6 meses, aí você está com toda papelada dele pronta aí vai lá pra efetivar ele, não está mais ele, está outro e aí começa tudo de novo. Muitas vezes ele já pegou até o primeiro crédito que a gente chama de Fomento que ele pega para comprar comida, ferramentas e algumas coisinhas que ele precisar, aí ele pega esse primeiro crédito e some aí a gente fica só com o cadastro dele. Há um índice muito grande de evasão desses assentados da fronteira e dou até razão nesse caso porque a falta de água é desumana, e nesses casos eu sou de pleno acordo. Mas a questão do cara pegar o crédito e depois sair, isso aí eu acho falta de consciência e de desconhecimento porque o nome dele fica cadastrado e ele não pode mais pegar empréstimo nem requerer nova terra porque o nome dele está em tudo quanto é órgão de proteção ao crédito e muitas vezes vêm aqui no INCRA, com a cara mais deslavada pra ver se tem condições do INCRA tirar o nome dele como se a gente pudesse fazer isso, o INCRA trabalha em parceria com o Banco do Brasil, Caixa Econômica, não é o INCRA que põe”.

E, prossegue dizendo:

“Nós temos ainda para serem efetivados, o PA Vida Nova, Mata Cumprida, Recompensa I. São terras que já estão finalizando a negociação e já está cheio de gente acampado perto também, e estão todos cadastrados como acampados então, não tem como cadastrar mais ninguém já são terras destinadas e indicadas por Movimentos e estão aguardando que essa terra saia. **Esses três acampamentos aí estão naquelas denúncias que o Ministério Público fez sobre alguns agrônomos que estavam ganhando dinheiro para fazer alguns laudos absurdos, para superfaturamento de terra** e que hoje esses assentamentos estão travados porque os agrônomos que foram denunciados não querem assinar o laudo para o governo pagar a terra. Então eles acham que se foram presos por uma coisa bem menor, imagina agora. E mais uma vez a justiça entro no meio e atrapalho” (grifo nosso).

Atualmente, seis propriedades estão ocupadas desde 2004 localizadas na região sudoeste e centro-sul do estado, somando mais de 200 famílias, mas a maior concentração de famílias está em Cáceres, pois o centro de poder político regional de um dos órgãos que atuam na defesa das questões ligadas ao acesso à terra é sediado em Cáceres, a Comissão Pastoral da Terra. Infelizmente as informações que trago nesse trabalho foram insuficientes para continuar as indagações sobre o problema da terra.

1.5 A produção

As recentes transformações que ocorreram no Estado do Mato Grosso se intensificaram a partir de 1964 já que a “política de modernização agrícola” inseriu novas áreas agrícolas ao interesse do capital estrangeiro e à economia nacional. Segundo Coutinho:

“Não podemos esquecer as particularidades da produção do espaço construído nos países do capitalismo periférico, pois no curso do desenvolvimento capitalista tardio e subordinado se constituiu uma diferenciação de esferas de interação entre o impropriamente chamado ‘capital nacional’, o Estado e o capital multinacional. Neste movimento, o capital local teve sua atuação circunscrita às esferas não-industriais. O capital multinacional, por sua vez, se estabeleceu, no primeiro momento da nossa industrialização tardia (1950-1980) no setor industrial, especialmente nos ramos mais modernos e dinâmicos, e coube ao Estado, nesse processo, não só a gestão do pacto, como também na esfera industrial, a produção de insumos básicos”⁴⁸.

As conseqüências imediatas pela promoção desta “modernização” agrícola no campo foram: uma expansão horizontal da agricultura (produção de escala, mecanizada e em grandes extensões) e a forte especulação de terras. A partir dessas mudanças, outras foram geradas como a redefinição das formas de organização da produção e também das relações de trabalho no campo, mas não houve uma alteração da estrutura fundiária.

O espaço rural da região de Cáceres também vem sofrendo alterações físicas e humanas devido ao surgimento de projetos de empreendimentos com teca⁴⁹, efetivado principalmente pela empresa FLORESTECA⁵⁰ e outras como a SOROTECA e CÁCERES FLORESTAL. A Floresteca investiu e plantou no Mato Grosso e no Pará e tem em andamento 53 projetos nessas regiões e a atual força de trabalho corresponde a

⁴⁸ COUTINHO, Ronaldo. A mitologia da cidade sustentável. In: COUTINHO, Ronaldo e BONIZZATO, Luigi (orgs). Direito da Cidade: Novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano. Ed. Lúmen Júris: RJ, 2007, p. 24.

⁴⁹ Teca, árvore de grande porte cujo nome científico é *tectona grandis*, originária da Índia, Tailândia e Laos, e foi extensivamente plantada no Sudeste da Ásia, América e Pacífico.

⁵⁰ Floresteca, empresa florestal focada no manejo e plantio de teca no Brasil, sendo a maior produtora privada no mundo. Esta empresa oferece uma ampla linha de produtos de madeira teca, incluindo toras, blocos sólidos de madeira, madeira serrada, madeira aplainada, lenha para energia, pisos de madeira e decks, conforme informações disponíveis no site <<http://www.floresteca.com.br>>. Acesso em 17-07-2009. Com um grande número de investidores externos e três donos: um empresário de São Paulo, chamado Silvio Coutinho e dois outros holandeses, segundo informações de Adriano Teixeira, funcionário da empresa em Cáceres.

1.600 funcionários distribuídos nessas áreas onde os projetos se efetivam. No município, existem aproximadamente 10 mil hectares plantados de teca, sendo uma atividade em constante crescimento. E tanto os assentamentos por reforma agrária quanto esse reflorestamento são apontados pelo Diagnóstico de Planejamento Urbano de 2007 como elementos que possibilitam maiores concentrações demográficas no meio rural e contrapõe-se à atividade da pecuária extensiva tradicional que precisa de pouca mão-de-obra. Podemos observar que após anos de queda brusca na população da zona rural de Cáceres, houve recentemente uma estabilização do êxodo rural conforme já mostrou o gráfico 01.

Segundo dados do *Diagnóstico de Planejamento Urbano*, a FLORESTECA, em Cáceres, gera 400 empregos diretos com a atividade de reflorestamento, pois estas plantações exigem cuidado permanente, desde a preparação do solo, desmate, plantio, cuidados contra incêndios, necessitando de mão-de-obra estável, numa média de 26 trabalhadores para cada mil hectares⁵¹. O plantio de teca ocorre em fazendas ao redor de Cáceres e a maior parte desses trabalhadores são moradores de Vilas nas proximidades. Isso vem possibilitando o surgimento de novos empregos e assim, como os assentamentos, essa atividade vem sendo elencado pelo Diagnóstico como fator que altera a configuração tradicional das atividades de pecuária extensiva que necessitavam de pouca mão-de-obra e estaria contribuindo para um pequeno incremento na área rural, pois, precisam de um grande número de trabalhadores. Isso significa que uma boa parte da população de Cáceres e do entorno são mão-de-obra volante para a agricultura e pecuária. A foto a seguir mostra uma plantação de teca:

⁵¹ Segundo dados do Planejamento Urbano de Cáceres, 2006.



FLORESTECA. Foto da plantação de teca, disponível no site da floresteca: www.floresteca.com.br, 2009.

A seguir outra foto das plantações em Cáceres:



FLORESTECA. Foto da plantação de teca, disponível no site da floresteca: www.floresteca.com.br, 2009.

A seguir foto do trabalhador de teca:



FLORESTECA. Foto do trabalhador, disponível no site da floresteca: www.floresteca.com.br, 2009.

O reflorestamento de teca é apontado pelo *Diagnóstico do Planejamento Urbano* como “a grande inovação na produção primária” e que provavelmente desdobrará em outras atividades de processamento. Por ser ainda uma atividade que precisa constantemente de mão-de-obra, esta é responsável pela alteração na paisagem física e humana do meio rural em Cáceres e segundo o Diagnóstico, aprofundará ainda mais essas modificações num futuro próximo. Essa é a estratégia criada pela “fala oficial” para reafirmar os benefícios desses investimentos feitos por empresas de grande porte na região, aprofundando ainda mais as relações do capital e a exploração da mão-de-obra.

O que o Diagnóstico não aponta é que esse tipo de atividade auxilia no processo de concentração de terras nas mãos de empresários e os “donos” dessas terras e plantações têm uma alta lucratividade com essa atividade já que essa é uma madeira nobre e exportada para fazer móveis de luxo, principalmente na Europa. Isso também comprova que a economia no campo não está estagnada, está concentrada em escala de grandes capitais. Ao contrário do que o diagnóstico formula, as modificações no espaço rural serão limitadas já que ninguém intenciona subverter a lógica subjacente intrínseca à produção e à reprodução capitalista do espaço. O espaço é reproduzido como um espaço de dominação e também como mercadoria reproduzível. Falar em ampliação dessa atividade é supor uma aceleração do crescimento econômico no processo de acumulação capitalista que tem como suporte essencial a superexploração da força de

trabalho, e na ampliação dessa exploração já que a abundância de mão-de-obra significa salários baixos e elevadas taxas de mais-valia. Na atual fase do capitalismo denominado de “enclave”, a intensa atividade produtiva não gera empregos, não desenvolve a economia local, propiciando apenas uma maior concentração de renda. Nas palavras de Coutinho, “a dinâmica da acumulação capitalista é que determina a forma de produção e transformação do espaço”⁵².

Um documento acessível no site da Floresteca denominado “Dos Impactos da inserção da Empresa Floresteca na Comunidade” justifica o fato das fazendas Floresteca estarem localizadas no Estado do Mato Grosso, ou seja, se implantaram nessa região porque são áreas reconhecidamente de decadência econômica “há décadas” como os municípios de Cáceres, Jangada e Rosário D’Oeste, para assim “ajudarem” a mudar a realidade de grande pobreza, e explicam que nessas regiões “a renda média per capita está no patamar da linha de pobreza estabelecido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que é de U\$ 2,00/dia”. E, nesse sentido, a FLORESTECA acredita estar ajudando a região pois:

“As entidades representativas do público reconhecem ser a Floresteca a única empresa da região a gerar o significativo número de empregos, capaz de fazer com que os indivíduos possam construir um novo parâmetro de qualidade de vida muito acima da realidade da pobreza local já experimentada”⁵³.

Só não explicam que lugares reconhecidamente de “decadência econômica” devem ter terras mais baratas e mão-de-obra farta para explorar e assim lucrar ainda mais com a atividade de reflorestamento. Este mesmo relatório diz ajudar indiretamente outros setores da economia local:

“De forma complementar, o comércio e outros setores da economia local são beneficiados pela renda dos empregados e outros recursos da empresa que circulam na região, gerando mais empregos e rendas, em quase U\$ 3.333.333,00 milhões. Não há outras empresas geradoras de um volume de recursos similar”⁵⁴.

Destacam as atividades desenvolvidas por essa empresa como sendo a que trouxe desenvolvimento já que acreditam que o modelo de desenvolvimento da

⁵² COUTINHO, Ronaldo. A mitologia da cidade sustentável. In: COUTINHO, Ronaldo e BONIZAATO, Luigi (orgs). Direito da cidade: novas concepções sobre a relação jurídica no espaço social urbano. Ed. Lúmen Júris: RJ, 2007. p23.

⁵³ Impacto Social. Disponível no site da floresteca: www.floresteca.com.br, 2009.

⁵⁴ Indicadores sociais. Disponível no site da floresteca: www.floresteca.com.br, 2009.

pecuária, o único adotado até a chegada da Floresteca é falido por gerar poucos empregos e renda:

“Os conflitos sociais em decorrência da falta de oportunidades são conhecidos bem de antes da chegada da Floresteca na região e relacionam-se com a **falência do modelo de desenvolvimento baseado na pecuária**, que conjugavam pouca geração de empregos com uma baixa qualificação da mão-de-obra. A Floresteca gerava em 2003 um total de 713 empregos e oferece às comunidades no ano de 2004 um total de 964 empregos. A empresa não conflita com entidades ou movimentos sociais voltados à luta pela ocupação e uso da terra. **Para os próprios representantes das comunidades, os empregos e renda gerados pela Floresteca aliviaram as demandas sociais e são avaliados como ponto de escoamento das tensões sociais**”⁵⁵.

Eles mesmos propagando os benefícios que a empresa faz, também ressaltam os salários dos trabalhadores, como fator positivo para o “desenvolvimento” da região, mas não há a fala de nenhum desses trabalhadores nem é apontado no momento nenhum conflito dos trabalhadores com essa empresa Floresteca, ou mesmo indícios de que a expansão da fronteira agrícola seja a partir do agronegócio seja por causa da pecuária, significa um aumento no índice de violência e conflitos pela terra, trazem apenas seu relatório sobre os benefícios supostamente trazidos à região:

“Os trabalhadores Floresteca compõem a parcela menor da sociedade brasileira que tem emprego formal; sendo que no intervalo de renda familiar que vai de U\$ 8,66/dia a U\$ 14,44/dia, cuja renda média familiar é de U\$ 8,87/dia, e onde se localiza a renda média per capita do trabalhador Floresteca (U\$ 9,59/dia), a diferença entre a renda média do intervalo referido é menor que a renda média dos trabalhadores Floresteca em U\$ 0,72/dia. Todavia, o trabalhador mediano Floresteca possui baixa escolaridade e vive a rotina do trabalho pesado. Esta condição encontra correspondência com a massa de indivíduos que vivem no setor informal no Brasil e que constituem a maior parte da força de trabalho no país e que obtém rendas médias próximas ao parâmetro da pobreza. A distância entre a renda média do trabalhador Floresteca e a do setor informal vai aumentando quando se considera o valor médio do país (U\$ 2,66/dia) e chega-se à realidade do Estado de Mato Grosso (U\$ 2,2/dia)”⁵⁶.

O relatório traz ainda um comparativo de geração de empregos da atividade de florestamento de teca com outras: sendo que no plantio de teca utiliza-se 964 empregados para 16 mil hectares de plantação, ou seja, 0,06 empregos por hectare; no plantio de soja, utiliza-se 246,15 empregados para os mesmos 16 mil hectares de plantação, ou seja, 0,01 empregos por hectare; no plantio de algodão, utiliza-se 76,19

⁵⁵ Indicadores sociais. Disponível no site da floresteca: www.floresteca.com.br, 2009.

⁵⁶ Indicadores sociais. Disponível no site da floresteca: www.floresteca.com.br, 2009.

empregados para os 16 mil hectares, ou seja, 0,004 empregos por hectare. E isso seria positivo, pois emprega mais gente que outras atividades.

Em suma, podemos supor que a aceleração do crescimento econômico que a empresa FLORESTECA acredita estar contribuindo, na realidade é a base do processo de acumulação capitalista, e o suporte essencial para que isso ocorra é a super-exploração da força de trabalho, sendo que a cidade de Cáceres, além de ser utilizada com esse fim, possui um grande exército de reserva de mão-de-obra. Na perspectiva do capital, a abundância de mão-de-obra significa salários baixos e elevadas taxas de mais-valia.

Numa tentativa de perceber nas mãos de quem está a riqueza continuaremos a discussão sobre a produção.

No período de 1970 a 1980, o Mato Grosso incorporou 31,7 milhões de hectares no total da área de estabelecimentos agropecuários situados em seu território, o que corresponde a 44% da expansão agrícola ocorrida em todo o país (MESQUITA, 1989). O IBGE aponta que nesse mesmo período, o Mato Grosso apresentou um aumento de 54% de áreas que foram ocupadas por estabelecimentos rurais, mas isso não representou um aumento significativo no uso produtivo das terras e, sim, uma outra modalidade de exploração: a compra de terras públicas e devolutas com interesses especulativos, incentivando a ocupação empresarial do território. Segundo o IBGE, as propriedades que permaneceram inexploradas, assumindo esse caráter de reserva de valor, chegaram a representar 46% das áreas incorporadas pelos estabelecimentos rurais existentes no Estado, entre 1995-1996.

Para encobrir esse caráter especulativo e sua utilização como “reserva de valor” para futuras negociações, e também assegurar o domínio particular sobre essas grandes extensões, utilizaram a prática da pecuária extensiva, alegando que cumpriam o requisito do “valor social” da terra. Até o ano de 1995, a maior parte das terras eram utilizadas como pastagens, ou seja, 21,3 milhões de hectares, correspondendo a 43% da área total dos estabelecimentos, e 26,8 milhões de hectares era considerada área explorada com atividades agropecuárias.

Este município que no século XIX desenvolveu a criação de gado, como parte significativa na estrutura produtiva de Cáceres⁵⁷, intensificou essa atividade pecuária, e já na última década do século passado, passou a ser a atividade predominante,

⁵⁷ A planície do pantanal tem pastagens naturais e condições iniciais para exercer essa atividade econômica sem muitos gastos, por isso se ampliou para além do pantanal.

transformando regiões agrícolas em regiões com atividade pecuarista, que dava suporte a laticínios e frigoríficos. Segundo Borges⁵⁸, “a pecuária é uma atividade em constante crescimento, tendo se tornado, já depois de 1914, na mais importante atividade ultrapassando o extrativismo”. E, segundo Mendes (1994:92), foi entre o Período Colonial e o Republicano que Cáceres se tornou um porto de apoio tanto às atividades extrativistas como à pecuária extensiva para exportação.

Esse quadro de ampliação da atividade agropecuária pode ser evidenciado quando constatamos que durante a República Velha, em Mato Grosso havia o predomínio de grandes propriedades estrangeiras, conforme Borges⁵⁹ situou “as principais atividades territoriais destinadas à criação em Mato Grosso, foram controladas por companhias estrangeiras, que agiram na forma de monopólios e tornavam mais intensos os processos de concentração fundiária”. A pecuária é uma atividade desenvolvida em todos os tamanhos de propriedades mas principalmente nas médias e grandes, onde os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares concentram mais de 50% do efetivo do Estado. A tabela 06 abaixo disponibiliza informações sobre o efetivo de rebanho bovino de Mato Grosso e Cáceres de 1991 a 2006 e podemos perceber que o efetivo de rebanho bovino saltou de 397 mil cabeças de gado aproximadamente no ano de 1991 para quase 1 milhão de cabeças no ano de 2006. O efetivo do Estado era de quase dez milhões de cabeças em 1991 e no ano de 2006 passou a ser de 26 milhões aproximadamente. No estado, o principal segmento dessa atividade é a pecuária de corte onde criam e recriam esses animais, mas também existe o segmento da produção de leite em moldes familiares, que acaba sendo uma atividade secundária no Mato Grosso e geralmente produzida em pequenas propriedades. Não só o número de gado aumenta mas também os abates do gado de corte para venda localmente e para exportação.

⁵⁸ BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. Do extrativismo à pecuária (algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso 1870-1930). São Paulo. Ed. Scortecci, p. 78.

⁵⁹ BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. Do extrativismo à pecuária (algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso 1870-1930). São Paulo. Ed. Scortecci, p.78.

Anos	Brasil	Mato Grosso	Cáceres
1995	161.227.938	14.153.541	480.000
1996	158.288.540	15.573.094	503.000
1999	164.621.038	17.242.935	550.000
2000	169.875.524	18.924.532	636.517
2001	176.388.726	19.921.615	710.000
2002	185.348.838	22.183.695	735.756
2004	204.512.737	25.918.996	943.577
2005	207.156.696	26.651.500	995.076
2006	205.886.244	26.054.332	932.083

Tabela 06: Efetivo de Rebanho bovino em Mato Grosso e Cáceres, anos de 1995 e 2006. Fonte: IBGE, 2008.

A tabela 07 a seguir, apresenta a quantidade de animais abatidos por frigoríficos estabelecidos em Cáceres, inclusive a FRIBOI⁶⁰, que além de ser o frigorífico que mais abate animais também é o estabelecimento que mais tem expandido essa atividade (com exceção do ano de 2005, que houve uma queda nas exportações devido à ameaça da febre aftosa), pois não apenas abastece parte do mercado regional e nacional mas também exporta seus produtos:

Frigorífico	Total de abate em 2004	Total de abate em 2005	Total de abate em 2006	Total de abate em 2007
Juba Supermercados Ltda	1.456	1.387	1.985	1.967
Abatedouro São Jorge Ltda	1.706	1.743	4.263	-
Friboi Ltda	85.136	76.466	93.197	-
JBS S-A	-	-	13.979	136.642
Frigolíder	-	-	-	12.466
SUB-TOTAL	88.298	79.596	113.424	

Tabela 07: Cáceres, animais abatidos por frigorífico, 2004-2007. Fonte: INDEA, MAPA, 2008.

O Estado do Mato Grosso conseguiu a habilitação para exportar carne bovina *in natura* apenas no ano 2000, após anos de rígido controle contra a febre aftosa e de fiscalização sanitária. A respeito disso, Moreno⁶¹ esclarece:

⁶⁰ Grupo JBS/AS, grande multinacional que têm suas atividades espalhadas pelo Brasil e outros países que exporta carne bovina para a Europa e EUA, maiores informações no site: www.jbs.com.br.

⁶¹ MORENO, Gislaine & HIGA, Tereza Cristina Souza (org). Geografia de Mato Grosso. Cuiabá, Entrelinhas, 2005, pg.158.

“O Estado foi considerado livre de aftosa com vacinação, juntamente com São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Goiás, que integram o Circuito Pecuário do Centro-Oeste, pela Organização Internacional de Epizootias (OIE), instituição ligada à Organização das Nações Unidas (ONU)”.

Essa Instituição seria a responsável pela regulamentação da importação e exportação de produtos de origem animal e esse certificado foi importante porque credenciou o Mato Grosso a exportar carne *in natura* para os EUA, União Européia e Ásia. Podemos perceber as mudanças visíveis para o crescimento do comércio internacional e, especificadamente, no caso de Cáceres, o transporte fluvial voltando a ter importância neste contexto, tanto para exportação quanto para importação de produtos. A PROTOBRAS, terminal que iniciou suas atividades em 1975 escoando arroz, milho e madeira, atualmente é operado pelas DOCAS DE MATO GROSSO, empresa particular com a exportação de vários produtos em constante crescimento e saindo do porto de Cáceres como podemos observar:

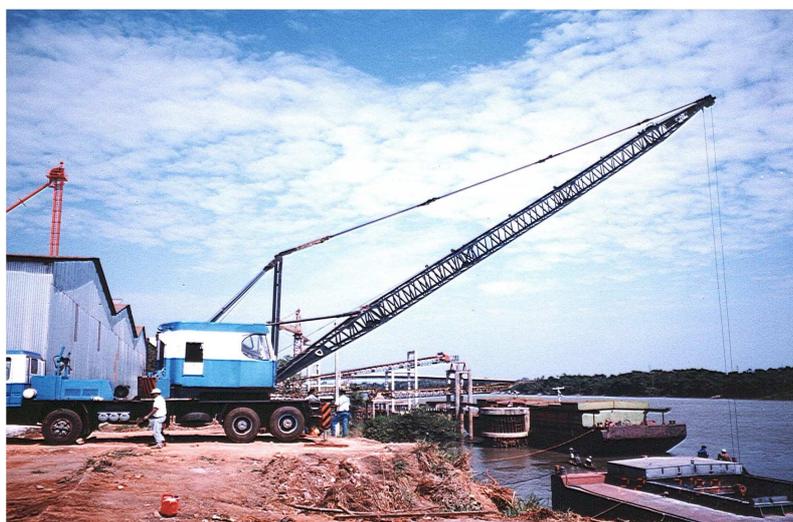
Anos	Toneladas exportadas:
2002	158.134,185
2003	149.967,023
2004	159.078,101
2005	139.143,889
2006	205.000,000
2007	146.157,416
Total	957.480,614

Tabela 08: Exportação do Terminal das Docas de Mato Grosso, Cáceres (2002-2008). Fonte: Diagnóstico do Planejamento Urbano, 2007.

Mesmo ocorrendo a queda nas exportações nos anos de 2004, 2005 e 2007, é visível a importância desse terminal para a crescente comercialização internacional. Segue abaixo, fotos desse terminal:



REIS. Adilson. Foto dos terminais portuários. 2008.



REIS. Adilson. Foto de terminal em atividade. 2008.

A base de sustentação econômica do Mato Grosso esteve assentada na agropecuária e essa atividade liderou até 1975. A partir daí, a área dos estabelecimentos rurais ocupada por lavouras apresentou um crescimento gradativo, principalmente nos anos 1980, quando o governo federal incentiva a ampliação da “fronteira agrícola”. Com isso, houve a expansão da área cultivada, um maior aproveitamento das terras abertas, e a produção agrícola vem liderando o setor em produtividade e renda, incorporando valor à produção do Estado. Parte desse resultado se deve à modernização agrícola, sistemas de produção amparados por novas tecnologias, insumos e defensivos

químicos utilizados em grande escala, aumentando a produtividade e a área cultivada⁶². Isso tudo reflete a intensificação do capitalismo no campo no Estado de Mato Grosso e da agro-industrialização da agricultura. Segundo os dados do IBGE, no ano de 1995, a área cultivada somente com produtos agrícolas, era de 2,9 milhões de hectares e em 5 anos (até o ano 2000) houve um aumento de 27,5%, correspondendo a 4 milhões de hectares de área cultivada (IBGE-PAM). Embora ocupe menor extensão de terras que a pecuária, a agricultura passou a apresentar maior rendimento.

Mesmo em expansão essa agricultura é pouco diversificada, pois predominam as lavouras comerciais voltadas para o mercado externo, representadas pelas culturas temporárias de soja e algodão, seguida pelo arroz, a cana e o milho. Essas lavouras comerciais tendem a refletir na produção da agricultura familiar que ainda é bastante presente no Mato Grosso, reduzindo o plantio dessas culturas que utilizam a forma tradicional de organização da produção agrícola e que sem incentivos financeiros para seu fortalecimento serão substituídas pela agricultura capitalizada, diminuindo ainda mais a participação da pequena produção na economia. Moreno esclarece que:

“A importância da produção familiar está no cultivo de produtos considerados básicos na alimentação do brasileiro e sua redução gera implicações sociais e econômicas, que extrapolam o âmbito regional e refletem, inclusive, no aumento da pobreza de grande parte da população do país, no desemprego, êxodo rural e aumento da violência urbana”⁶³.

A agricultura familiar praticada nas propriedades rurais consideradas pequenas (que variam entre 10 e 100 hectares) dispõe de apenas 3,3% da área total ocupada por estabelecimentos rurais no Estado, e mesmo sendo responsável pela produção de base familiar são nessas propriedades que se criam animais de pequeno porte, cultiva-se produtos essenciais à alimentação da população, abastece-se o mercado regional e ainda são responsáveis pela criação do gado leiteiro. Segundo o IBGE, a maior parte da hortifruticultura é proveniente das pequenas propriedades rurais, sendo esta ainda responsável por 41,9% da produção de suínos, 54,8% da produção avícola do Estado;

⁶² Modelo eficiente para elevar os níveis de produtividade e ineficaz na conservação do meio ambiente. Mato Grosso é o 3º Estado do país em uso de agrotóxicos.

⁶³ MORENO, Gislaine & HIGA, Tereza Cristina Souza (org). Geografia de Mato Grosso. Cuiabá, Entrelinhas, 2005, pg.145.

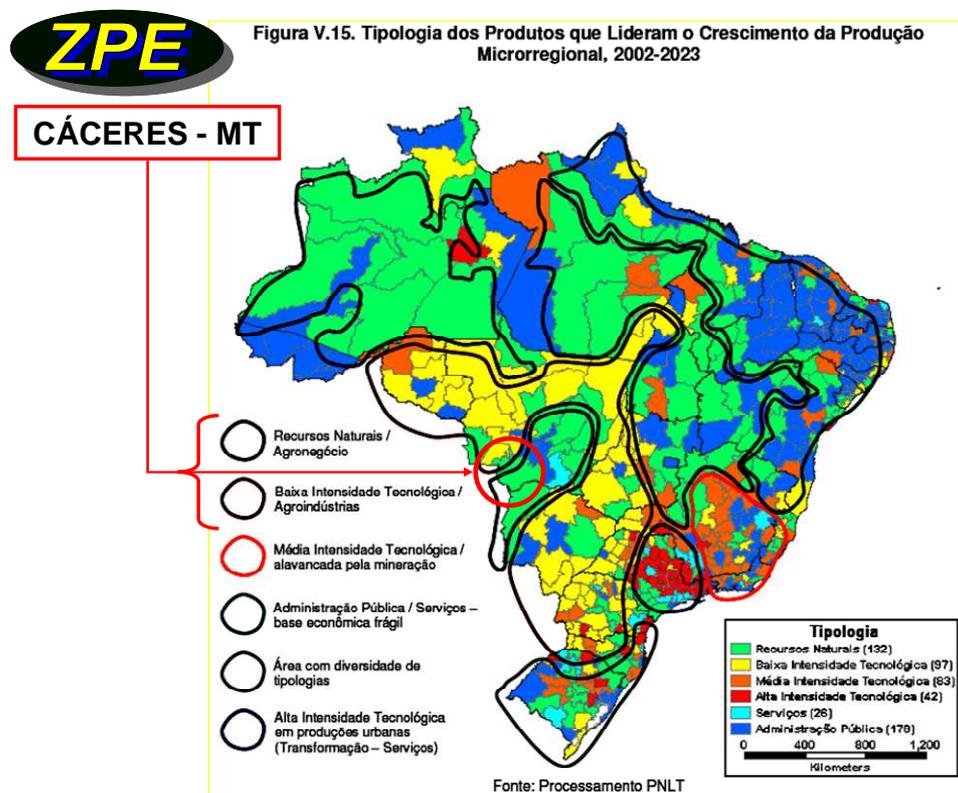
40% da produção total de leite de vaca e 51,4% da produção de ovos de galinha (IBGE, 1997). Dentro dessas pequenas propriedades, segundo Adilson Reis⁶⁴ em entrevista:

“Cáceres não tem grandes áreas de agricultura e sim uma somatória de pequenas áreas. A agricultura de fundo de quintal aqui é significativa a participação na alimentação da cidade e as pequenas chácaras, pequenos agricultores, ai juntando tudo a agricultura familiar é significativo na cidade”.

A região Sudoeste do Mato Grosso entra em destaque no *Diagnóstico do Planejamento Urbano* para reforçar a importância da implantação da Zona de Processamento e Exportação (ZPE) já que nessa região (Cáceres como cidade pólo) há uma cadeia produtiva do couro, estando em operação 5 frigoríficos, um deles inclusive faz parte de uma grande multinacional, a FRIBOI, instalada em várias partes do país e também em Cáceres. Somados esses frigoríficos abatem em média 5.000 cabeças de gado por dia; a região também produz mais de 650.000 litros de leite (na safra) e 500.000 litros (na entresafra); 15 laticínios em toda a região produzindo leite em pó, queijos e derivados; 3 curtumes, um deles também instalado em Cáceres, a TANERY DO BRASIL S-A, que somados, transformam em média 2.000 peles por dia. Há em Cáceres uma indústria de colágeno cuja matéria-prima é a raspa do couro do boi, sendo considerada uma indústria limpa, voltada aos agregados para cosméticos e ainda para exportação; existe também a produção, abate, beneficiamento e comercialização de carne e peles de jacaré; produção e industrialização de mel. Nesta região há ainda uma cadeia produtiva da cana-de-açúcar já que têm duas usinas de processamento de álcool (Lambari D'Oeste e Mirassol D'Oeste) com plantação de mais de 13 mil hectares de cana cuja produção na safra de 2006-2007 foi de 85 milhões de litros de álcool. A região tem ainda uma cadeia produtiva de madeira, com reflorestamentos com teca (*tectona grandis*) que alcança mais de 23 mil ha plantados, a extração de borracha (ou seja, produção da goma elástica brasileira), indústrias de móveis e artesanato. Existe uma cadeia produtiva de minerais com 3 indústrias de calcário, britas e 2 mineradoras nessa região. Mato Grosso vêm se despontando, segundo dados do Diagnóstico do Planejamento Urbano e Adilson Reis, como o sexto Estado brasileiro em exportações e o primeiro da região Centro-Oeste.

⁶⁴ REIS, Adilson. Secretário da Indústria e Comércio na atual administração. Entrevistado por Vivian Lara.

Cáceres foi área de produção de matérias-primas, quer em sua fase inicial de extrativismo vegetal (poaia e madeira) e/ou animal, quer em sua fase agrícola, ou no atual predomínio das atividades agropecuárias (bovinocultura) e mesmo em sua nova fase de produção de madeira (teca). Toda sua produção gerou mercadorias, e segundo o Diagnóstico também sem agroindustrialização e portanto, o Diagnóstico aponta que houve também uma tendência de transferir valores, e não agregá-los, para outras regiões e países conforme sinaliza o diagnóstico de planejamento urbano⁶⁵, ou seja, são produtos (matéria-prima) exportados sem nenhuma transformação. No mapa abaixo, a região de Cáceres é apontada como sendo de baixa intensidade tecnológica e de agroindústrias:



Mapa mostra tipologia de produtos que lideram o crescimento da produção do Estado. Fonte: Adilson Reis, 2009.

Os produtos que mais estão crescendo nas exportações dizem respeito ao mercado da carne, bexigas e estômagos de animais, carnes desossadas, couros e peles, fígados de bovinos congelados, e também madeiras entre outros produtos. Também podendo comprovar não só a importância do porto de Cáceres, mas o destaque da possível lucratividade da empresa Docas de Mato Grosso Ltda. que explora esse

⁶⁵ Diagnóstico do Planejamento urbano de Cáceres, 2006. pg. . 110.

terminal de uso privativo misto, pois é uma concessão a particular. Infelizmente não podemos explorar nem analisar profundamente essa atividade exportadora por falta de dados e informações, sendo os dados disponibilizados apenas os contidos no *Diagnóstico do Planejamento Urbano* de 2007. A tabela abaixo esclarece sobre alguns dos produtos que são exportados pelo Terminal já evidenciando uma grande movimentação deste:

Produtos	2004 (US\$)	2005 (US\$)	2006 (US\$)	2007 (US\$)
Bexigas e estômagos de animais, peixes, etc	212.692	293.109	468.202	349.420
Carnes desossada de bovino, congeladas	1.234.440	1.874.231	8.380.195	9.481.182
Carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas	-	125.591	67.664	297.986
Couros/peles de reptiles, curtidos ou "crust"	72.000		60.000	94.100
Fígados de bovinos congelados	-	10.170	23.198	
Linguas de bovino, congeladas	-		3.201	14.682
Outras peças não desossadas de bovino, congeladas	-	7.056	553	7.624
Outras madeiras em bruto	-	34928	166.149	504.020
Outras madeiras serradas/cortadas em folhas, etc esp>6mm	-	632594	2.172.610	2.204.629
Outras madeiras tropicais em bruto	210.282	226.554	-	-
Outras madeiras tropicais, serradas/cort. fls. etc esp>6mm	746.882	1.021.211	-	-
Outras obras de madeira	-	4.538	-	-
Calças, jardineiras, etc de algodão, uso masculino	-	-	3.311	-
Camisas blusas, etc de fibras sint/artif de uso feminino	-	-	72	-
Camisas de algodão de uso masculino	-	-	1.451	-
Camisas de fibras sintéticas artificiais, uso masculino	-	-	585	-
Chapas, fls etc auto-adesivas de plásticos, rolos L<=20cm	-	70.820	212.730	74.875

Tabela 09: Exportação por produtos, pelo município de Cáceres, em moeda estrangeira (US\$FOB), nos anos de 2004 a 2007. Fonte: Diagnóstico de Planejamento Urbano, 2007.

No banco de dados do engenheiro Adilson Reis (entrevistado) há um mapa das exportações de Mato Grosso que ilustra bem como este estado está inserido nas relações comerciais internacionais e de certa forma propagandeia essa forma de inserção capitalista no Mato Grosso:



Mapa que visualiza as exportações de Mato Grosso e é utilizado como propaganda para a Federação de Indústrias do Estado.

Em entrevista, o coordenador de inspeção tributária do município⁶⁶, Danival Rodrigues, explica que eles não têm noção do que é exportado porque quem controla isso é o governo federal (a concessão é dada pela Diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq) e isso não repercute de forma direta no município, não arrecadam impostos sobre essas exportações, gerando apenas mais postos de trabalho. Os incentivos municipais para as agroindústrias ligadas à ZPE receberiam isenção por 20 anos do Imposto sobre a Propriedade Territorial e Urbana (IPTU), Imposto Sobre Serviço De Qualquer Natureza (ISSQN), taxas de licença para funcionamento e taxas de licença para execução, vistoria parcial ou final das obras.

Outras atividades vêm ganhando espaço no setor agropecuário no Mato Grosso, devido à implantação da agroindústria voltada para a produção da soja. Muitos

⁶⁶ Danival Bento Rodrigues, servidor público municipal há 37 anos na Secretaria de Finanças e atualmente coordenador de inspeção tributária, entrevistado por Vivian Lara em 18-12-2009.

municípios produtores de soja e milho também integram outras atividades como a criação de aves e suínos para diversificar a produção e também agregar mais valor ao produto final da soja e do milho. O farelo da soja e do milho é aproveitado como ração para alimentar esses animais e seus dejetos são utilizados como adubo na agricultura ou alimento para peixes. Esse modelo, segundo os organismos ambientais, propicia maior rentabilidade e reduz a degradação ambiental, mas na realidade mantém o pequeno agricultor subordinado às regras do detentor do capital. A tabela 10 abaixo menciona a produção de animais do Estado e de Cáceres:

Anos	Brasil	Mato Grosso	Cáceres
1995	36.062.103	671.789	52.035
2000	31.562.111	834.084	14.270
2001	32.605.112	934.889	14.583
2002	31.918.749	1.034.608	13.854
2003	32.304.905	1.114.592	14.339
2004	33.085.299	1.315.443	15.056
2005	34.063.934	1.359.824	14.416
2006	35.173.824	1.439.626	13.988

Tabela 10: Efetivo do Rebanho suíno (cabeças), no Mato Grosso, município de Cáceres, 1995-2006. Fonte: IBGE, 2008.

Podemos notar pelo quadro acima que até 1995 o rebanho do Estado ficou praticamente sem se alterar. A atividade de criação de suínos estava organizada em pequenas propriedades, atendendo ao consumo local e ao mercado local. Com a expulsão do pequeno proprietário e uma maior concentração de terras acontecendo nesses anos, decorrentes da política econômica e agrária adotada no Brasil, essa estagnação do rebanho foi compensada nos anos seguintes pela suinocultura empresarial. O modelo produtivo que era organizado em pequenas propriedades foi substituído com o objetivo de expandir essa atividade juntamente com a plantação de soja e milho. O efetivo, então, passou de 771.157 cabeças para 1.114.592 cabeças, representando um incremento de 13% entre 1995-1999 e 30,8% de 1999-2003. A região Norte mato-grossense é a maior produtora de suínos já que também se destaca na produção de grãos, a região Centro-Sul é a de menor produção, 9,8% do efetivo total, sendo Cáceres, Nossa Senhora do Livramento e Rosário do Oeste os maiores produtores, mas esta produção está decaindo em Cáceres onde a prioridade é a pecuária.

A avicultura no Mato Grosso acompanhou a tendência nacional de crescimento, principalmente no segmento de aves de corte, devido ao aumento do consumo interno, preço acessível, marketing do produto e difusão de tecnologias, sobretudo para as

regiões que produzem soja, já que a atividade da avicultura está integrada à produção de soja:

Anos	Brasil	Mato Grosso	Cáceres
1991	594.392.594	7.108.625	212.059
1995	729.531.299	13.066.000	223.246
1999	804.575808	15.517.593	262.550
2000	842.740.173	15.946.928	275.677
2003	921.322.832	19.812.784	314.571
2006	1.011.515.701	22.966.217	317.948

Tabela 11: Efetivo de galináceos, no Mato Grosso, município de Cáceres, 1991-2006. Fonte: IBGE, 2008.

Entre 1995-1999, houve um incremento de 15,8% no efetivo de galináceos, aumentando para 15,5 milhões o plantel do Estado. A região Sudeste do Estado liderava essa produção de aves e animais destinados ao abate, concentrando 35% dessa produção. A Sadia domina o mercado, com produção própria e também associada à pequenos produtores (sistema integrado) que participam com a terra e a infra-estrutura como galpões e mão-de-obra; a empresa participa com a matéria-prima, apoio técnico e estabelece o preço a ser pago ao criador, monopolizando a produção e não permitindo maiores ganhos para o produtor que é o dono da terra. Assim, o produtor trabalha subordinado às empresas agroindustriais que dominam o mercado.

De certa forma a produção agropecuária do Estado vem se destacando no cenário econômico nacional e também internacional, mas essa produção está vinculada à produção de grãos e portanto, é um resultado esperado, já que este está assentado na política governamental de expansão da fronteira agrícola e também do desenvolvimento do capitalismo. A prioridade é a exportação e por isso há maiores incentivos nessa área.

As conseqüências “indesejáveis” dessa prática são sociais e ambientais (desmatamentos e uso de agrotóxicos) e ficam para a população pagar. Predominando as monoculturas e a industrialização da agricultura, o modo de produzir se altera rapidamente (utilização de máquinas e menos mão-de-obra), modificando também as relações de trabalho, fortalecendo ainda mais a concentração de terra e renda, gerando ainda mais desemprego no campo e na cidade, aumentando as desigualdades já vivenciadas.

Essas culturas de pequenas propriedades têm apresentado redução de sua área uma vez que as políticas agrícolas voltadas à pequena produção quase são inexistentes,

e na maioria desses estabelecimentos o rendimento e a produção têm sido cada vez menor, já que não introduziram tecnologia. Um bom exemplo do que está acontecendo em Cáceres é com a produção de feijão, cultura que se destacava dentro da agricultura familiar e que vem apresentando redução na produção, o café também sofreu drástica redução. A produção de café está concentrada na região Norte mato-grossense, que na década de 1970 tinha estimulado a vinda de muitos migrantes do Sul. Mesmo sem se adaptar ao solo e clima continuaram seu plantio e em alguns anos houve inclusive o aumento da produção (anos de 1990 e 2002). Em Cáceres, esse produto vem desaparecendo, conforme quadro abaixo:

Anos	Brasil	Mato Grosso	Cáceres
1990 – feijão	2.700.567	28.073	1.987
1999 – feijão	2.830.915	26.132	720
2002 – feijão	3.064.228	39.578	172
1995 – café	1.860.269	9.359	20
1999 – café	3.263.704	23.267	41
2006 – café	2.573.368	8.696	20

Tabela 12: Brasil, Mato Grosso e Cáceres – produção (t) de feijão em grão e café (t) (beneficiado) - 1990, 1995, 1999, 2002, 2006. Fonte: IBGE, 2007

A mandioca, melancia e abacaxi são outros produtos típicos da agricultura familiar local e no Estado, apresentam baixa produção e produtividade. É uma cultura que está presente em quase todas as pequenas propriedades no Estado. A mandioca é mais consumida como alimento *in natura* e voltada à produção de farinha. A recuperação dessa produção em Cáceres, pode estar ligada ao crescimento do setor hortifrutigranjeiro que vende na Feira de Cáceres e à produção nos assentamentos rurais. Já no Estado não houve um aumento da área plantada, mas uma recuperação da produção nas áreas já utilizadas com essa finalidade. Outras produções ligadas à cultura familiar e ao setor da hortifruticultura vieram aumentando em Cáceres, mas a melancia, depois de uma grande produção em 2002, desapareceu e o abacaxi continua aumentando, sinalizando para o fortalecimento do mercado hortifrutigranjeiro local:

Anos	Brasil (t)	Mato Grosso (t)	Cáceres (t)
1991 - mandioca	24.537.505	421.445	19.600
1991 - melancia	-	1.654	120
1991 - abacaxi	-	5.680	-
1999 - mandioca	20.864.340	284.125	14.000
1999 - melancia	-	3.755	120
1999 - abacaxi	-	17.919	63
2006 - mandioca	26.639.013	563.653	19.980
2006 - melancia	-	20.047	-
2006 - abacaxi	-	38.087	360

Tabela 13: Brasil, Mato Grosso e Cáceres – produção (t) de mandioca, melancia e abacaxi - 1991, 1999, 2006. Fonte: IBGE, 2008.

Outros dois produtos ligados ao setor da hortifruticultura e portanto também à produção da agricultura familiar assinala uma redução na cultura do tomate em Cáceres, e a cultura da banana que após forte redução na produção começou a aumentar em 2006:

Produto	Ano	Mato Grosso	Cáceres
Tomate	1991	3.082	375
Banana	1991	26.497	1.909
Tomate	1995	5.160	100
Banana	1995	18.309	240
Tomate	2006	2.403	-
Banana	2006	555.470	2250

Tabela 14: Produção (t) de tomate e banana, no Mato Grosso e em Cáceres – 1991, 1995, e 2006. Fonte: IBGE, 2008.

A soja começou a ser cultivada comercialmente em Mato Grosso no final dos anos 1970, e devido aos incentivos fiscais de programas vinculados ao desenvolvimento regional, POLOCENTRO, essa produção se expandiu para dar conta de atender a demanda do mercado europeu e japonês. Um desses programas, o Proceder, inaugurado em 1974, fez correções no solo do Cerrado, de baixa fertilidade, com adubações e correções de acidez e a partir de então, passaram a apresentar níveis excelentes de produção. O incentivo à migração de sulistas para o Mato Grosso, com experiência no trabalho agrícola mecanizado também é considerado um elemento para o início da expansão da cultura da soja em terras mato-grossenses.

Portanto, várias são as condições que permitiram o aumento da produção: a apropriação de terras, as correções do solo, emprego de tecnologia, a demanda por esse produto, o sistema alternativo de culturas após a colheita da soja para aumentar rendimentos e manter o solo protegido, a migração de sulistas. A tabela abaixo mostra o salto dado entre as safras da área colhida entre 1995-2003, que era de 1,7 milhão de hectare, para 4,4 milhões de hectares. Além disso, a extensão de terras utilizada para produção obtida passou de 4,4 milhões para 12,9 milhões de hectares, com um grande índice de produtividade, chegando a 2.937kg por hectare em 2003 no Mato Grosso:

Anos	Área colhida (ha)	Produção obtida (t)	Rendimento médio obtido (kg-ha)
1995	1.739.291	4.435.965	2.550
1999	2.635.010	7.473.028	2.836
2002	3.824.231	11.707.165	3.060
2003	4.413.271	12.965.583	2.937
IBGE, 2005			

Tabela 15: Mato Grosso – soja: área colhida, produção e rendimentos – 1995, 1999, 2002 e 2003. Fonte: IBGE, 2005.

Esta produção de soja está mais concentrada em municípios na região Sudeste do estado e, portanto, Cáceres não se destaca nessa atividade embora venha sendo desenvolvido em várias áreas de Mato Grosso. Segundo Moreno:

“A produção de sementes exige cuidados específicos, como o uso de tecnologia para a secagem, classificação dos grãos e assistência técnica constante, além de pesquisas para o melhoramento genético, a introdução de novas variedades e o combate à doenças. A Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso (Aprosmat), congrega empresas agropecuárias que controla 80% da produção de sementes no Estado”⁶⁷.

Na década de 1970, o processo de colonização (estatal e privada) da região da Grande Cáceres, fez surgir um acelerado ciclo de atividades agrícolas diversificadas, sendo esta região palco de extração de madeira, cultivos alimentares, plantio de café, algodão e pastagens, mas já na década de 1990 a atividade da pecuária era predominante produzindo um recuo nas atividades agrícolas. Para Cáceres, a soja teve pouca

⁶⁷ MORENO, Gislaine & HIGA, Tereza Cristina Souza (org). Geografia de Mato Grosso. Cuiabá, Entrelinhas, 2005, pg.158.

representatividade no passado, porém, a partir de 2005 iniciou sua presença no contexto local, conforme tabela abaixo:

Anos	Brasil	Mato Grosso	Cáceres
1991	14.937.806	2.738.410	36
1995	25.682.637	4.435.965	-
1999	30.987.476	7.473.028	310
2002	42.107.618	11.707.165	-
2005	51.182.074	17.761.444	9.000
2007	-	15.681.628	7.500
Fonte: IBGE, 2008			

Tabela 16: Produção (t) de soja (em grãos), no Brasil, Mato Grosso e Cáceres, nos anos de 1991, 1995, 1999, 2002, 2005, 2007. Fonte: IBGE, 2008.

Nas regiões com plantações de soja, o milho é cultivado e associado à soja no sistema de rotação de culturas portanto, houve um aumento tanto da área plantada, quanto da produção e rendimentos no Estado. Assim como outras lavouras, essa produção depende de tecnologia, da política agrícola de incentivo, e também da demanda do mercado. Essa realidade assinala a tendência das plantações de milho, estarem relacionadas ao predomínio de lavouras tecnificadas (sementes selecionadas e insumos industriais) e a produção em grandes propriedades, embora ainda seja praticado esse cultivo nas propriedades pequenas de forma tradicional também. Uma outra atividade integrada à soja é a criação de animais, aves e suínos, nas unidades agroindustriais, como já foi comentado.

Na frase de MACIEL: “o cerrado veste branco” (apud MORENO), resume-se o quanto à cultura de algodão vem crescendo nos últimos anos, principalmente a partir de 1999. Nos anos 1960 e 1970, embora o plantio do algodão já era uma das principais culturas do Estado, eram realizadas por métodos manuais da agricultura familiar (com contratações temporárias de mão-de-obra para a colheita). Isso significa dizer que, enquanto esse produto esteve concentrado em pequenas propriedades, tinha pouca participação na produção agrícola estadual, embora viesse apresentando aumentos continuados. O ano de 1999 marca uma grande mudança na produção estadual, passando a ser um produto cultivado nas regiões de cerrado (clima favorável), de forma mecanizada com alto grau de tecnologia empregada (com uso intenso de agrotóxico para evitar diversas pragas e melhorar a produtividade) e em escala empresarial (grandes extensões de terras com plantações de algodão), e isso elevou a capacidade

competitiva do Estado e é mais um investimento que significa alta lucratividade, mecanização e conseqüente expulsão do pequeno agricultor.

Anos	Área colhida (ha)	Produção obtida (t)	Rendimento médio obtido (kg-ha)
1995	34.106	46.525	1.364
1999	200.182	630.406	3.149
2002	328.046	1.141.211	3.478
2003	290.617	1.065.863	3.667

Tabela 17: Mato Grosso – algodão em caroço: área colhida, produção e rendimentos – 1995, 1999, 2002 e 2003. Fonte: IBGE, 2005.

A partir de 2001, Mato Grosso passou a posição de maior produtor do país (tanto em oferta quanto em qualidade do produto) e nas safras de 2002-2003, participou com mais de 48% da produção nacional. Segundo Moreno:

“Todas as iniciativas estatais e privadas voltadas para a produção do algodão no Estado visam a sua comercialização em grande escala, beneficiando diretamente os grandes e médios produtores. A produção é comercializada no mercado nacional, sendo as plumas empregadas na fabricação têxtil e a semente na produção de óleo e ração animal”⁶⁸.

Ela ainda esclarece a respeito da implementação da cadeia produtiva do algodão no Estado, pois isso significou a instalação de indústrias de beneficiamento nas regiões produtoras, atraindo mais investimentos e tecnologia para o setor e isso justificaria os elevados índices de crescimento nos últimos cinco anos. E, enfatiza:

“Em Primavera do Leste, por exemplo, a Unicotton – Cooperativa dos Produtores de Algodão do Sudeste do Mato Grosso -, em parceria com a Basf S.A e a Syngenta Proteção de Cultivos Ltda., instalou um laboratório de classificação tecnológica do algodão em pluma, para diagnosticar a qualidade da fibra. A empresa mantém um centro de pesquisa nas suas sedes, formado pela Cooperativa Central Agropecuária Ltda (Coodetec), com aporte financeiro do Fundo de Apoio à Cultura do Algodão (Facual, mantido por produtores para subsidiar pesquisas e projetos voltados ao melhoramento da cotonicultura). Já uma outra parceria, firmada entre a Fundação Mato Grosso e a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), permite aos associados do Programa Mato Grosso Cotton Quality a classificação de sua produção nos laboratórios de análise da BM&F em São Paulo”⁶⁹.

⁶⁸ MORENO, Gislaine & HIGA, Tereza Cristina Souza (org). Geografia de Mato Grosso. Cuiabá, Entrelinhas, 2005, pg.161.

⁶⁹ IB, idem, pg.161.

Em Cáceres, percebe-se que essa produção esteve ligada à agricultura familiar, pois na década de 1990 ainda existia uma cultura representativa e essa atividade agrícola foi praticamente abandonada, conforme podemos perceber da tabela abaixo:

Anos	Brasil	Mato Grosso	Cáceres
1995	1.441.526	46.525	6.285
1999	2.007.102	630.406	300
2002	2.166.014	1.141.211	-
2005	3.666.480	1.682.839	-
Fonte: IBGE, 2008			

Tabela 18: Produção (t) de algodão herbáceo (em caroço) no Brasil, Mato Grosso e Cáceres, em 1995, 1999, 2002 e 2005:

Mato Grosso também é produtor de arroz, comprovando que essa atividade deve atender ao capital e à alta lucratividade e não há incentivos à agricultura familiar. A partir da década de 1990, no Brasil, a faceta ideológica mais popularizada foi a do agronegócio, como algo moderno e da agricultura familiar como algo ultrapassado. Essa comparação não foi feita ao acaso. Os custos de sua produção são baixos e isso pode ser uma das causas para a expansão dessa cultura em todo o Estado, sendo o Norte do Estado o maior responsável pelo incremento da produção. Um outro fator ligado a esse crescimento estaria vinculado à abertura de novas áreas de cultivo agrícola e formação de pastagens. A sua cultura também é utilizada de forma revezada com a cultura da soja além de ser cultivado nas pequenas propriedades de forma não mecanizada. A partir de 2001, o Estado passou a ser o segundo maior produtor do país e isso representa 12% da produção nacional, que se concentra mais na região centro-norte, perdendo apenas para o Rio Grande do Sul que produz mais de 50% do total da produção nacional.

Anos	Área colhida (ha)	Produção obtida (t)	Rendimento médio obtido (kg-ha)
1995	341.562	588.518	1.723
1999	726.682	1.727.339	2.377
2002	438.646	1.192.447	2.718
2003	439.502	1.253.363	2.851

Tabela 19: Mato Grosso – arroz: área colhida, produção e rendimentos – 1995, 1999, 2002 e 2003. Fonte: IBGE, 2005.

Em Cáceres a produção de arroz foi, na década de 1970, um dos principais produtos a ser escoado pela PORTOBRÁS de Cáceres, e houve diminuição na sua

produção em contexto local mesmo diante da ampliação de sua produção no Estado do Mato Grosso até 2005, como podemos observar na tabela abaixo. E uma das explicações para isso seria o fato de que o crescente ciclo de atividades agrícolas diversificadas na região de Cáceres foi sendo substituída pela atividade da pecuária que torna-se predominante na região da Grande Cáceres.

Anos	Brasil	Mato Grosso	Cáceres
1991	9.488.007	465.826	8.229
1995	11.226.064	588.518	5.090
1999	11.709.694	1.727.339	5.400
2003	10.334.603	1.253.363	5.750
2005	13.192.863	2.262.863	5.400

Tabela 20: Produção (t) de arroz, no Brasil, Mato Grosso e Cáceres, 1991, 1995, 1999, 2003, 2005. Fonte: IBGE, 2008.

Diante do que foi apresentado nesse item, é possível constatar que a estrutura produtiva dominante em Cáceres e região, o que está em crescimento é a bovinocultura ou pecuária de corte e também a de leite. A matéria-prima, segundo o Diagnóstico do Planejamento Urbano, pouco consegue agregar valores (agroindústria) em torno desta atividade, e diz tratar-se de uma atividade dependente do capital externo (carne para exportação, teca para exportação), o que explicaria o fato de sua capacidade de reter o valor agregado localmente ser bem difícil sendo que a maior parte do lucro com essas atividades não ficam aqui, vão para o exterior. Adilson Reis, em entrevista, utiliza esse fato para também explicar as desigualdades existentes como se o aumento do lucro por parte dos exportadores de produtos já trariam mais emprego e melhoraria às condições de vida da população:

“Se olharmos para o passado da cidade, a política de exploração dos produtos naturais, por muito tempo existiu aqui, isso foi **literalmente sugado da cidade**, seja na extração de produtos naturais, extrativismo, comércio de peles, animais, enfim, uma série de atividades que estão registradas na história da cidade. Se fizermos uma comparação com o momento atual, nossa região tem 5 frigoríficos, tem a plantação de teca madeira de alto valor comercial e que traz divisas para Cáceres, mas é preciso verticalizar isso: não adianta mandar carne in natura, grãos in natura, mandar madeira semiprocessada, tem que ser criada aqui indústrias de móveis, quites para montagem, material industrializado, gerando emprego e renda, alimentos compostos que só do grão soja dá especificadamente mais de 40 produtos, é preciso verticalizar para gerar emprego e renda” (grifo nosso).

E ainda observa em sua fala oficial e de defesa da Zona de Processamento e Exportação que:

“Cáceres tem essa **vocação** para exportação, nessas áreas todas que falamos. Antes, toda casa comercial de médio porte exportava produtos in natura para a Europa e vinha manufaturas da Europa. Temos que atuar dentro das possibilidades econômicas”.

Sua posição de classe (dominante), em todo o trabalho, veio auxiliando na montagem de justificativas para a reprodução do capital já que Reis fortalece a idéia de crescimento da capacidade produtiva da economia local, ou seja, da produção de bens e serviços com a possibilidade de emprego para mais pessoas, aperfeiçoamento tecnológico e ampliação das exportações. Isso representaria para ele a diminuição das desigualdades sociais e ativação do desenvolvimento. Ele é um intelectual orgânico atuante e envolvido com as questões que tratam do “desenvolvimento” da cidade e acaba representando o segmento do empresariado na vinda da Zona de Processamento e Exportação de Cáceres.

Pedlowski⁷⁰ aponta em uma entrevista à IHU On-Line sobre o agronegócio que “quem mais ganha com ele são as grandes cadeias de comercialização, que ficam com o grosso do que é gerado mundialmente”.

Infelizmente o agronegócio ou a pecuária não trarão essa melhoria “desejada” por Reis. Falar em agronegócio é abordar a questão da concentração de terras que estão se ampliando no Brasil e na realidade essa é a grande “maquiagem” para a proteção desses latifúndios no Brasil. O Índice de Gini, uma das formas possíveis de medir a desigualdade e a igualdade, nos permite ter uma idéia do quanto o país é desigual. Quanto maior o coeficiente estiver perto de zero, maior será a igualdade, quanto mais próximo de um, maior a desigualdade. Os últimos dados que temos são de 2006, e registram 0,87, na escala do coeficiente, é uma concentração bastante forte. O interessante é que, em 1996, o número era 0,856 e tivemos um acréscimo de 2 pontos, o que significa que aumentou a concentração de terra no país.

Isso significa que diante desse atual modelo agrícola e do ponto de vista produtivo o seu impacto gerou maior concentração de propriedades no país que já tinha propriedades bastante concentradas, não enfrentando a questão da democratização do

⁷⁰ Marcos Pedlowski é professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, com atuação no âmbito do Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico do Centro de Ciências do Homem da UENF. Entrevistado por IHU On.-Line.

acesso à terra. O censo de 2006 também aponta que a concentração de renda atual é maior que na década de 1920. As oligarquias rurais continuam poderosas e seu mando político (Congresso Nacional representados pela bancada ruralista) e econômico (agronegócio) continuam “intocáveis”. A partir do agronegócio mantêm-se um permanente lobby sobre o Ministério da Agricultura e sobre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária o que permite flexibilizar a fiscalização com relação aos agrotóxicos e sua comercialização no país. O termo que foi cunhado, a partir da década de 1960, para o que acontece no Brasil é o de “modernização conservadora” e do ponto de vista de importações, hoje falamos em implementos agrícolas, agrotóxicos, transgênicos e isso tudo foi feito às custas da manutenção do agronegócio. Existe uma maior dependência do mercado e maior inserção no mercado mundial e isso virou símbolo de modernidade, quando na verdade temos uma maior concentração de terras e recursos hídricos, e uma minimização das seqüelas sociais e ambientais como a questão do trabalho escravo, trabalhadores contaminados por agrotóxicos, desmatamentos e aceleração da destruição que já acontece no Centro-Oeste e Amazônia, principalmente.

O processo de modernização da agricultura promoveu no plano político, segundo Sônia Mendonça, uma disputa das agremiações para representar a “fala legítima” da classe dominante agrária. É neste contexto que superam os conflitos e impõe-se “uma nova força hegemônica ruralista”⁷¹, coroado com a legitimação do Ministro da Agricultura do governo Lula, Roberto Rodrigues. Não são realçados os aspectos antagônicos desse Brasil moderno (progresso tecnológico e consenso para configuração do projeto político) por um lado e extremamente conservador por outro (atraso nas relações sociais de produção). Vemos um setor prosperar às custas da exploração degradante do trabalhador. E tudo isso está concentrado na questão do agronegócio. Trata-se, portanto, de um modelo de desenvolvimento que objetiva apenas aumentar a lucratividade das empresas, bancos, grandes corporações e transnacionais. Segundo Sônia Mendonça, o conceito de agricultura foi reelaborado pelas entidades patronais agroindustriais entrelaçando-o à noção do “agrobusiness” que não mais se limitou à atividade agrícola em sentido tradicional, essa foi a maior operação simbólica realizada. Segundo ela:

⁷¹ MENDONÇA, Sônia. A construção de uma nova hegemonia patronal rural: o caso da organização das cooperativas brasileiras. Artigo. Disponível em: www.anpuh.org-arquivo-downloadID_ARQUIVO=56. Acesso em: 07-07-2010.

“Agora essa noção diria respeito a todo um processo, vivenciado no país, de rápida tecnificação do setor rural, responsável por uma primeira ordem de mudanças, que fizeram surgir e desenvolver, de forma interdependente, todas as atividades econômicas que, direta ou indiretamente, guardassem algum vínculo com a agricultura. Este conjunto passaria a integrar um poderoso complexo, assim definido não somente em termos de seu peso econômico, mas, sobretudo, de sua influência política. A agricultura tornou-se, assim, avalista de um sistema que respaldaria a existência de uma megagregemiação, supra-associativa, ainda que, segundo seus idealizadores, nenhuma das entidades viesse a deixar de existir”⁷².

1.6 As Indústrias

No que diz respeito à indústria de grande porte, no setor secundário da produção, destaca-se às indústrias de processamento de produção primária, no caso a bovinocultura e este setor ainda é quase inexistente já que no contexto da expansão capitalista no Brasil, Mato Grosso sempre teve sua economia baseada no setor primário. Os grandes estabelecimentos de processamento de carne do passado (fazenda Descalvados e Barranco Vermelho em Cáceres) pertenciam a proprietários externos. Outros surgiram, e atualmente há em Cáceres um frigorífico (Friboi), dois curtumes e a fabricação de ração que também pertencem a grupos capitalistas associados ao capital externo. Há também uma cooperativa de criação de jacarés e plantação de teca. A diferença é que esses estabelecimentos não se localizam na margem do rio, nem dependem do rio para transportar sua produção, usando também as rodovias. Segundo o coordenador de Inspeção Tributária, existem incentivos para a instalação de indústrias na área destinada à Zona de Processamento e Exportação:

“o governo estadual, através da Secretaria de Indústria e Comércio, doou módulos de terrenos para que essas empresas se estabelecessem aqui sem custo e a Prefeitura, através da Câmara, aprovou a lei de incentivo fiscal para atrair indústrias e essas empresas instaladas não tem custo algum já que não pagam IPTU, nem ISS, nem alvará ou qualquer outra taxa, condicionando essas medidas a um percentual de mão-de-obra direta e indireta da cidade para que haja crescimento”⁷³.

⁷² MENDONÇA, Sônia. A construção de uma nova hegemonia patronal rural: o caso da organização das cooperativas brasileiras. Artigo. Disponível em: www.anpuh.org-arquivo-downloadID_ARQUIVO=56. Acesso em: 07-07-2010, p.18.

⁷³ Danival Bento Rodrigues, servidor público municipal há 37 anos na Secretaria de Finanças e atualmente coordenador de Inspeção Tributária, entrevistado por Vivian Lara em 18-12-2009.

A burguesia comercial exportadora já começou a projetar-se nessa área e algumas modificações no bairro em que essa Zona será ativada já estão acontecendo, melhoramentos de infra-estrutura como energia, estradas. Portanto, já começam a existir pontos de valorização imobiliária do bairro que ainda é bastante carente e precário. Mesmo com esses incentivos percebemos que a estrutura econômica baseada nas funções abastecedoras, distribuidoras e receptoras, predominando sobre as funções industriais que fracamente se desenvolveram, e mesmo as existentes, estão atreladas à atividades extrativistas ou agroindustriais voltadas para o capital, como podemos perceber até o momento.

No setor terciário, as atividades comerciais e de serviços são destaque em Cáceres, caracterizando esta cidade como pólo regional da região Sudoeste em serviços. É através da comercialização das mercadorias com a venda dos produtos ao consumidor que se realiza lucro do capital investido e é importante componente econômico no processo de urbanização. O desenvolvimento dos serviços chega ao debate na Câmara Municipal e jornal local, Correio Cacerense na década de 1980, como a saída para a crise econômica que o município se encontrava devido aos desmembramentos que começavam a ocorrer. Os serviços e o comércio são ramos do setor terciário e existe o comércio de abastecimento das necessidades de consumo familiar como atacado, varejo e supermercados, o comércio dá suporte a sua atividade produtiva principal, ou seja, os que vendem produtos agropecuários e veterinários e ainda os estabelecimentos que atendem os meios de transporte como oficinas, revendedoras de veículos e motos, peças, postos de combustível etc. Os serviços tendem a se expandir conforme a intensidade do processo de urbanização, mas este trabalho vem mostrando que na realidade o desenvolvimento é induzido e atende interesses de classe. Essas atividades comerciais somadas à quantidade de serviços públicos (grande maioria não oferecidos nas cidades próximas tais como Hospital Regional, diversos departamentos de Polícia, Justiça Federal, Juizados, diversas áreas médicas, presídio e outros) e privados diversos, complementaram os requisitos para a importância regional do município e têm grande peso na geração de empregos e arrecadação de impostos que deveriam contribuir para o crescimento da economia local. Ainda na atualidade, alguns bancos estão sediados apenas em Cáceres (Bradesco, Itaú, Sicredi), e outros não existem na maior parte das cidades da região Sudoeste.

Uma outra atividade do setor terciário em crescente importância na economia brasileira e uma tendência da economia mundializada é o turismo. O município de

Cáceres também tem-se voltado a ela pois está integrado ao Pantanal Matogrossense⁷⁴ e subsidia o Festival Internacional de Pesca, cujo rio seria o principal atrativo. Um dos mais luxuosos barcos de turismo, como o “Pato Bravo”, faz o passeio de Cáceres à Reserva do Taiaimã e ao Parque Nacional do Pantanal, pelo rio Paraguai. No trajeto, à beira do rio, estão antigas fazendas e charqueadas como Barranco Vermelho e Descalvados. Portanto, também disponibiliza significativos serviços de hotelaria dando suporte para o grande movimento de veículos na rodovia (BR-364) e estão articulados com a pesca esportiva movimentando atividades complementares como barcos-hotéis, pousadas, restaurantes, venda de equipamentos de pesca, etc. O *Diagnóstico do Planejamento Urbano* aponta:

“o movimento fluvial maior é para escoamento de grãos (soja) e para atividades de esporte (pesca e náutico). No entanto, a quantidade de embarcações registradas pela marinha impressiona, demonstrando a importância do Rio Paraguai para as atividades de lazer e de turismo esportivo”⁷⁵.

Para Adilson Reis o turismo significa uma menor dependência dos repasses do governo federal: “Cáceres é destaque nacional no turismo como um todo. Disso decorre a idéia de que os recursos podem vir num volume bem maior diminuindo essa dependência dos repasses institucionais”. Turismo esse que têm faces “sombrias” como o fato de ser também ponto do turismo sexual, inclusive prostituição infantil. Intervenções públicas na área social não têm dado conta desse problema, muito menos o Poder Judiciário.

O coordenador de Inspeção Tributária vem auxiliando nessa discussão oficial sobre “cidade pobre” e informa que a renda per capita da cidade é uma das mais baixas do Estado, e por isso, classifica Cáceres como uma cidade “pobre”⁷⁶:

“a cidade não tem nada muito grande que possa fomentar o crescimento, só temos funcionários públicos, frigoríficos, empresas pequenas e o comércio. Alguns dos motivos que emperra o crescimento é o fato de ser uma cidade antiga, sem infra-estrutura, crescimento desordenado e trânsito caótico, um centro histórico tombado sem reformas, imóveis só com posse, quase

⁷⁴ Sendo inclusive conhecida como “Portal do Pantanal” ou “Princezinha do Paraguai”.

⁷⁵ Diagnóstico para o planejamento urbano de Cáceres, pg. 102.

⁷⁶ Mas já esclarecemos que a riqueza é muito desigualmente distribuída então não se trata de uma cidade pobre, mas de uma cidade que concentra capitais nacionais e internacionais numa escala assustadora e portanto é uma cidade desigual.

ninguém tem matrícula dos imóveis, nenhum documento, invasões de áreas públicas e privadas, uma bagunça⁷⁷.

A pobreza é congênita, mas é um fator que pode ser explicado pela alta concentração de renda de terras da região e não porque a cidade não possui rendimentos.

Segundo o IBGE, numa análise comparativa dos anos 2000 e 2006, houve aumento de empregos em Cáceres na maioria das atividades abaixo elencadas, exceto no setor de serviços industriais (passando a ser nulo) e no setor da construção civil, sendo as atividades que mais cresceram: administração pública, comércio, serviços e agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca, num total de 11.205 empregos gerados. Esse cenário indica que o exército de reserva de mão-de-obra de Cáceres estaria vinculado a essas áreas de maior crescimento.

Atividades	2000		2006	
	Estab.	Emprego	Estab.	Emprego
Extrativa Mineral	2	8	3	22
Indústria de Transformação	66	1.083	59	1.328
Serviços industriais de utilidade	2	44	0	0
Construção civil	15	367	18	64
Comércio	344	1.542	477	2.476
Serviços	241	1.610	305	2.210
Adm. Pública	8	883	8	3.260
Agropecuária, ext. vegetal, caça e pesca	305	729	448	1.845
Total	983	6.266	1.318	11.205

Tabela 21: Numero de estabelecimento e emprego em Cáceres no ano de 2000 e 2006, segundo setor do IBGE. Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2008.

Esse capítulo vem ressaltando as transformações rurais decorrentes da apropriação das terras, das políticas e estratégias governamentais e da mecanização da agricultura, bem como a produção do Estado do Mato Grosso e do município de Cáceres. Identificamos nessa produção algumas de destaque no cenário internacional e outras que colaboram para o abastecimento interno de produtos hortifrutigranjeiros. Mostramos onde está a riqueza e como se deu esse processo de inserção do Estado nessa fase do capitalismo. Foi também a partir desse processo, reforçado pela “expansão” da

⁷⁷ Danival Bento Rodrigues, servidor público municipal há 37 anos na Secretaria de Finanças e atualmente coordenador de inspeção tributária, entrevistado por Vivian Lara em 18-12-2009.

fronteira agrícola da década de 1970, que ocorreu intensa urbanização do Estado, devido aos fluxos migratórios e pela redução de mão-de-obra no campo expulsando-os para as cidades e aumentando as desigualdades existentes. Nesse capítulo ainda iniciamos a discussão sobre para quem a cidade é realmente pobre e tentamos descaracterizar esse discurso de que é a atividade econômica (pecuária tradicional) ou mesmo a falta de rendimentos da cidade que promovem esse cenário de extrema pobreza vivenciada pela maioria da população. Na realidade a concentração de renda e terras têm-se mostrado nesse processo os maiores fatores da pobreza congênita: poucos lucrando muito. Por outro lado, no próximo capítulo iremos abordar sobre essas transformações territoriais, políticas e sociais desencadeadas no campo e que refletiu diretamente na formação e crescimento das cidades, analisando principalmente a situação urbana de Cáceres, o processo de ocupação e ordenação do espaço urbano, problemas evidenciados no processo de expansão urbana, adensamento, assentamento desordenado, segregação residencial, atividades especulativas, para evidenciar essas desigualdades inclusive no acesso aos bens coletivos e as particularidades do processo de urbanização sob a hegemonia do capital. Conforme VILARINHO NETO observa:

“A análise da conjuntura urbana é indissociável do contexto rural, não sendo possível analisar, compreender, planejar e tomar decisões gerenciais relativas ao espaço e ao sistema produtivo e consumidor urbano sem considerar a realidade rural, próxima e regional, com a qual a cidade se articula”⁷⁸.

⁷⁸ VILARINHO, Neto. In: MORENO, Gislaine & HIGA, Tereza Cristina Souza (org). Geografia de Mato Grosso. Cuiabá, Entrelinhas, 2005, pg. 132.

CAPÍTULO II – A SITUAÇÃO URBANA EM CÁCERES

“É preciso não esquecer que a produção capitalista não se resume a produzir e reproduzir mercadorias, mas é produção e reprodução de relações sociais” (MARX, apud COUTINHO, 2007:31).

Neste capítulo discutiremos as transformações territoriais, o conceito de espaço urbano, a formação e crescimento das cidades, quem produz o espaço urbano (os seus agentes modeladores), a relação do núcleo central e a zona periférica da cidade, analisando principalmente a situação urbana de Cáceres, o processo de ocupação e ordenação do espaço urbano, assim como o crescimento da cidade de Cáceres e problemas evidenciados no processo de expansão urbana, adensamento, assentamento desordenado, segregação residencial e atividades especulativas. É dessa forma que perceberemos a construção desse espaço também como um elemento da desigualdade, como uma das particularidades do processo de urbanização sob a hegemonia do capital que se manifesta inclusive no acesso aos bens coletivos e assim fazer uma relação do espaço físico e histórico-social, tentando responder algumas questões: Como está organizada espacialmente esta cidade? Qual a relação entre as funções econômicas da cidade, a organização espacial e a desigualdade sócio-espacial? Quem são os agentes e que estratégias ou práticas desempenham cada um desses agentes modeladores da cidade de Cáceres? Quais as implicações das taxas de crescimento populacional da cidade, a partir da década de 1970? Por que é uma cidade quase sem infra-estrutura? Para quem essa cidade é pobre e desigual?

2.1 A formação do espaço urbano de Cáceres e algumas problemáticas

A formação dos primeiros espaços no Mato Grosso teve início na primeira metade do século XVIII, quando foi fundada a cidade de Cuiabá. No século XVIII também foram fundados, entre outros núcleos urbanos, a cidade de Cáceres. Esses núcleos urbanos tiveram, inicialmente, a condição de povoados e vilas e passaram mais de 200 anos com pequeno crescimento devido às dificuldades de acesso ao Estado (sem estradas ou rodovias) e limitações também dos sistemas de transportes. Mais do que isso, até os anos 1920, a principal função desses centros urbanos foi sustentar a relação

comercial com o exterior, refletindo a permanência do caráter colonial, que foi amparado por vários ciclos econômicos voltados ao abastecimento do mercado europeu. E, se a preocupação com as cidades se resumia a ocupar, dominar e extrair o máximo da região para levar para o exterior, não havia a necessidade de formar uma rede urbana interna consistente, ou seja, ainda permanecemos com a função de “feitoria comercial”. Vimos na formação histórica que isso ocorria ao levar a produção de carne, borracha, etc, pelo rio Paraguai e que o desenvolvimento das estradas e rodovias se deve à função que este estado passou a ter: “celeiro agrícola” e de grandes latifúndios, estimulados na época da ditadura militar.

Somente na segunda metade da década de 1960 é que o ritmo de crescimento populacional de Mato Grosso se intensificou refletindo essas mudanças diretamente na paisagem urbana. Houve um crescimento vertiginoso das cidades brasileiras como um todo a partir da década de 1960 e na década seguinte já tinha ocorrido a inversão: mais pessoas morando nas cidades do que na zona rural, acelerando assim o ritmo da urbanização. No Mato Grosso, essa urbanização foi muito influenciada pelos fluxos migratórios de outros estados, pelos processos de apropriação de terras, avanço das atividades agrícolas e mecanização que expulsou a mão-de-obra do campo para as cidades, sendo este o principal componente demográfico da urbanização do Estado. Vilarinho Neto enfatiza:

“Foi no final da década de 1960 e início dos anos 1970 que Mato Grosso conheceu novo ritmo no processo de formação e crescimento das cidades. Neste período, a ação dos programas federais de desenvolvimento econômico expandiu a fronteira agropecuária e desencadeou transformações territoriais, políticas, econômicas e sociais. Entre essas mudanças a criação do Estado de Mato Grosso do Sul (11-10-1977) que deu início a uma nova fase de expansão econômica, pautada na atividade agropecuária desenvolvida com o suporte dado pela implantação dos projetos de colonização e incentivos fiscais, que atraíram um grande fluxo migratório nas décadas de 1970, 1980 e início dos anos 1990”⁷⁹.

Portanto, no Mato Grosso, a formação da rede urbana vem, nos últimos anos, se tornando mais complexa e dinâmica, resultando em vários aglomerados urbanos que são parte da Grande Cuiabá.

O processo de urbanização, ou seja, de maior crescimento da população urbana em relação à rural é aquele que dá conformação à cidade e está vinculado ao desenvolvimento industrial e ampliação do setor de serviços. A cidade, então aqui, não

⁷⁹ VILARINHO, Neto. In: MORENO, Gislaïne & HIGA, Tereza Cristina Souza (org). Geografia de Mato Grosso. Cuiabá, Entrelinhas, 2005, pg. 126.

deve ser pensada em separado ao espaço rural mas, em interdependência com este, sendo um espaço produzido e apropriado por grupos de pessoas e acima de tudo, como um processo sob a hegemonia do capital. Portanto, os problemas que ocorrem no campo, já tratados nesse trabalho, liberação de mão-de-obra rural, injusta concentração fundiária entre outras, ou na cidade, migração campo-cidade, desemprego, injusta concentração de renda, formação e expansão das favelas, falta de infra-estrutura básica, não devem ser analisados de forma isolada, pois os efeitos são sentidos nos dois ambientes. Assim, qualquer solução que possa ser pensada também deverá afetar a vida no campo e na cidade.

O processo de expansão da cidade de Cáceres é visto pelos estudos locais como lento até a década de 1960. Mas a partir da década de 1970, a expansão urbana significou um afastamento das margens do rio, ampliando-se a área central de forma rápida e desordenada. O processo de crescimento urbano é apontado pelo estudo de Aguiar e outros como resultado dos fluxos migratórios para o Estado, das políticas de apropriação de terras, modernização agrícola e expulsão de mão-de-obra no campo determinando também a expansão do capitalismo. Foram mudanças que acompanharam a tendência geral constatada no Brasil da inversão das taxas de população rural e urbana. A tabela a seguir, demonstra essa inversão ocorrendo no Brasil a partir da década de 1970 mais de 50% da população já vivem nas cidades e a partir de 1991 evidencia um Brasil essencialmente urbano com mais de 75% da população vivendo nas cidades:

Anos	População total	População rural	%	População urbana	%
1950	51.944.397	33.161.506	63,84%	18.782.891	36,16%
1960	70.070.457	38.767.423	55,33%	31.303.034	44,67%
1970	93.139.037	41.054.053	44,08%	52.084.984	55,92%
1980	119.002.706	38.566.297	32,41%	80.436.409	67,59%
1991	146.825.475	35.834.485	24,41%	110.990.900	75,59%
2000	169.544.443	31.847.004	18,78%	137.697.439	81,22%

Tabela 22: Brasil: população total, urbana e rural de 1950 a 2000. Fonte: IBGE, 1997, 2000.

No Mato Grosso também ocorreram esses índices de inversão e no censo de 1991 e 2007 houve um pequeno incremento da população que vive na zona rural:

Anos	População total	População Rural	População urbana
1970	1.597.009	913.652	683.857
1980	1.138.918	483.777	655.141
1991	2.027.231	542.121	1.485.110
2000	2.504.353	516.627	1.987.726
2007	2.854.642	549.135	2.305.507

Tabela 23: Mato Grosso: população total, urbana e rural de 1970 a 2007. Fonte: IBGE, 2008.

Em Cáceres essa inversão não foi diferente. Não podemos esquecer que entre as décadas de 1970 e 1980 se efetivaram alguns desmembramentos da região da Grande Cáceres e novos núcleos urbanos foram constituídos. Isso contribuiu para uma diminuição da população entre os anos 1970 e 1980. A seguir, a tabela que a isso se refere:

Anos	População total	População rural	População urbana
1970	85.699	68.908 = (80,4%)	16.791 = (19,6%)
1980	59.067	24.553 = (41,5%)	34.514 = (58,5%)
1991	77.540	23.005 = (38,9%)	54.535 = (61,1%)
2000	81.565	18.328 = (22,4%)	63.237 = (77,6%)
2007	84.175	12.701 = (15,08%)	71.474 = (84,92%)

Tabela 24: Cáceres: população total, urbana e rural 1970 a 2007. Fonte: IBGE, 2008.

Ao analisar o contexto dos fluxos migratórios para a antiga Cáceres (censo demográfico de 1970, portanto, antes dos desmembramentos que deram origem a novos núcleos independentes da região de Cáceres), esses dados podem ser visualizados como os de uma região que atraiu migrantes de outros Estados, quando apenas 48% da população residente em Cáceres eram mato-grossenses. Com os desmembramentos ocorrendo na década de 1980 e o surgimento de novos municípios, houveram mudanças substanciais nos dados do censo demográfico dessa década, mostrando outra realidade, onde 78,6% da população residente em Cáceres eram de mato-grossenses, provavelmente nascidos no próprio município, situação esta quase inalterada nos censos de 1991 (77,1% dos residentes são naturais do Estado) e no censo de 2000, com a porcentagem de 74,7% de residentes do Estado, conforme gráfico a seguir:

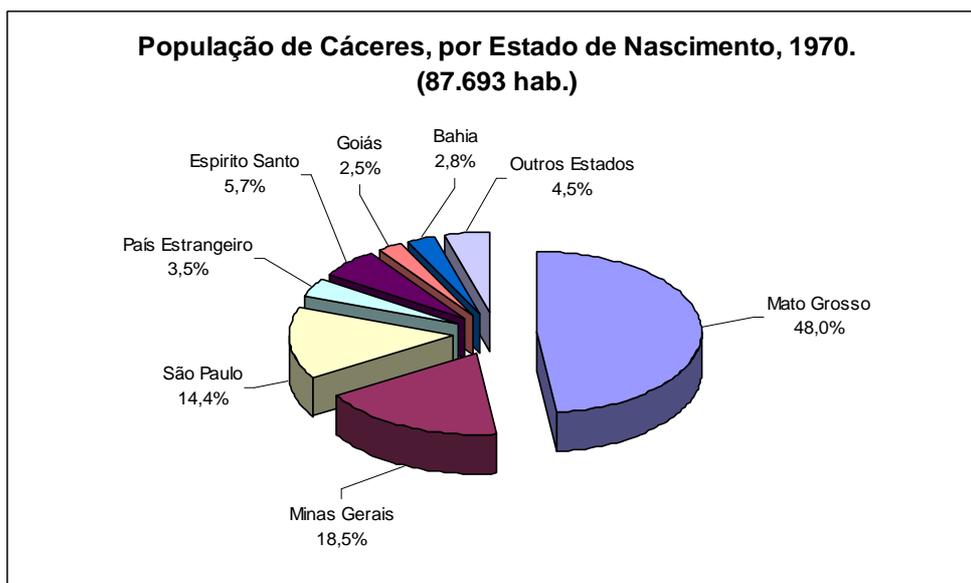


Gráfico 02: População de Cáceres na década de 1970. Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2000

Portanto, ao contrário dos municípios que surgiram em seu antigo território, a população que reside em Cáceres é predominantemente de mato-grossenses. E, ainda pelo demonstrativo dos gráficos houve uma menor participação percentual no total da população estadual, já que essa região possuía menor dinamismo econômico (lembrando que sua estrutura continuou com as atividades tradicionais com o predomínio da pecuária, grandes concentrações de terras, utilização de pouca mão-de-obra no campo) e se comparada com outras regiões do Mato Grosso atraiu também menos migrantes.

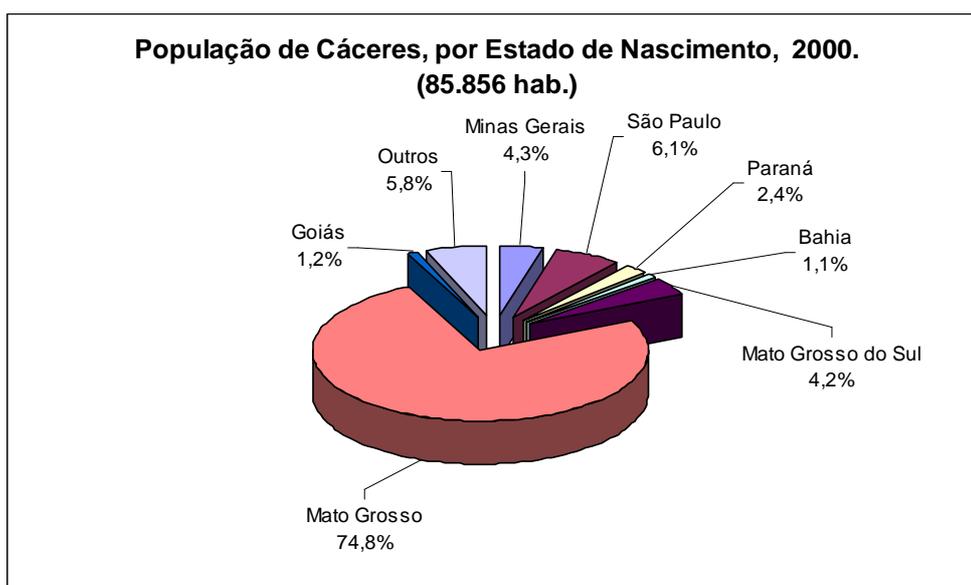


Gráfico 03: População de Cáceres, por estado de nascimento, 2000. Fonte: IBGE/Censo Demográfico, 2000.

Pereira⁸⁰ acrescenta que a partir da década de 1970/1980 houve uma desaceleração no ritmo de urbanização dos principais centros metropolitanos que perderam a atratividade para as cidades de portes médios devido à recessão econômica nacional dos anos de 1980 havendo, nesses centros urbanos médios, maior heterogeneidade do perfil socioeconômico dos migrantes e surgindo ali também “novas periferias”.

A urbanização reflete determinadas relações sociais, assim como as contradições da economia de mercado e também as desigualdades sociais marcadas pela estratificação e pela produção setorizada do espaço urbano. São estes elementos que conferem a cada cidade, funções específicas que se espelham na setorização ou divisão do espaço e na estratificação social. Entendê-los é compreender a relação sociedade-espaço no meio urbano, assim como as relações sociais ali estabelecidas. É perceber que a cidade representa trabalho materializado e ao mesmo tempo o uso do solo expressa uma forma de apropriação do espaço urbano produzido. No caso das sociedades capitalistas esse processo se dá pela propriedade privada, pelo processo de troca efetuado no mercado, e é visto como produto capitalista.

Para abordar sobre o espaço urbano é preciso defini-lo, e para tanto, recorro a autores da geografia, principalmente Milton Santos, Cornélio Silvano e Roberto Lobato Corrêa para realizar esta discussão teórica, juntamente com alguns apontamentos sobre a formação e organização da cidade de Cáceres.

A análise do espaço urbano é realizada considerando-o como “um conjunto de usos da terra, como um espaço fragmentado e articulado”⁸¹, já que todas as suas partes mantêm relações entre si. Seguindo esta definição, essas relações espaciais seriam de natureza social, pois teriam como base a própria sociedade de classes, as práticas de poder e a ideologia manifestada nesta sociedade em questão. Então, este espaço citadino capitalista estaria dividido em “áreas residenciais segregadas”⁸² e seria um espaço extremamente desigual. Coutinho esclarece que:

“A contradição entre o processo de produção social do espaço e sua apropriação privada é o componente fundamental para o entendimento da reprodução espacial, na medida em que, numa sociedade alicerçada sobre a

⁸⁰ PEREIRA, Raphael Henrique Moraes. Processos sócioespaciais, reestruturação urbana e deslocamentos pendulares na região metropolitana de Campinas. Unicamp. 2008. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Demografia. pg. 02

⁸¹ CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 2 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1993, p. 7.

⁸² IB.Idem. p. 8.

troca, a apropriação do espaço, ele próprio produzido, como qualquer outra mercadoria, atende às necessidades da acumulação (...)⁸³.

O espaço urbano é também o lugar onde as diversas classes sociais vivem, visto aqui como “produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço”⁸⁴. Nesse sentido, podemos dizer que a estrutura espacial da cidade é resultado, tanto dos fatores quanto dos agentes socioeconômicos e políticos que vão definindo o espaço urbano. Vários são os agentes: o Estado, os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os investidores imobiliários e outros agentes que não agem de forma única nem estável dependendo muito da dinâmica da acumulação capitalista e de suas necessidades que são mutáveis e, portanto, a ação desses agentes está em constante reorganização.

Em Cáceres, os bairros Cavallhada I e COHAB Velha, próximos ao centro e contínuos são bastante valorizados, pois estão complementando a área central, possuem razoável infra-estrutura, o comércio e os serviços também a eles se estendem e o que acontece aí exemplifica a reprodução do espaço tanto como espaço de dominação como de mercadoria reproduzível submetendo seu uso às demandas do mercado imobiliário⁸⁵.

É assim que a especulação do espaço urbano vai incorporando novas áreas, produzindo novos espaços, algumas áreas vão se deteriorando, outras recebendo infra-estrutura (renovação urbana), e outras ainda sendo alteradas, reordenadas, de forma coercitiva ou não, e acabam mudando “o conteúdo social e econômico” das mesmas. Tendo uma sociedade dinâmica, esse espaço urbano também é mutável, promovendo a estruturação e reestruturação contínua desses espaços. Nesse processo de reorganização espacial a desigualdade sócio-espacial continua a existir.

Um dos temas tratados por Francisco de Oliveira é o entendimento sobre as formas de recriação do Brasil moderno e em que condições o sistema capitalista vai se recriando. E para esse autor até mesmo o “atraso” tem uma função dentro desse desenvolvimento capitalista brasileiro. Segundo ele, “a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no

⁸³ COUTINHO, Ronaldo. A mitologia da cidade sustentável. In: COUTINHO, Ronaldo e BONIZZATO, Luigi (orgs). Direito da cidade: novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano. Ed. Lúmen Júris: RJ, 2007, p. 21.

⁸⁴ CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 2 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1993, p. 11.

⁸⁵ Este ponto será discutido mais adiante.

novo configurando relação não apenas desigual, mas combinada”⁸⁶. Foi assim que o Brasil produziu sua modernização capitalista: a agricultura de subsistência e seu excedente articulou-se com a disposição de acumulação concentrada de capital formando um processo combinado e o conjunto das relações modernas de produção capitalista se apropriou e se apoiou no atraso do setor agrícola. Sua tese é uma crítica à teoria dualista ou estruturalista e demonstra que o desenvolvimento brasileiro não ocorreu pela substituição das importações, mas garantiu a possibilidade de acumulação a partir desses elementos: regulando as leis e as relações de trabalho e do capital, fazendo o Estado intervir na economia, com a agricultura mantendo seu papel, formando o setor industrial e produzindo um inchaço do setor terciário como modo de acumulação do espaço urbano. Ter predominado os mecanismos de atraso no sistema agrícola forneceu aos centros urbanos um grande contingente de mão-de-obra e uma expansão do exército industrial de reserva.

Pelos dados estatísticos é possível visualizar que as cidades que tiveram um crescimento populacional muito acelerado e desordenado, tiveram também muitos problemas decorrentes desse crescimento demográfico, ocorrendo aí os maiores índices de exclusão social; o desenvolvimento econômico é desigual e ainda ocorre uma forte estratificação social. Portanto, no processo de acumulação capitalista houve a aceleração do crescimento econômico e o suporte desse processo é a super-exploração da força de trabalho que não se restringe ao local de trabalho, projetando-se também no espaço urbano. A paisagem urbana é quem denuncia essa segregação sócio-espacial: as camadas pobres vivendo em precárias moradias, em lugares desprovidos de infraestrutura urbana, saneamento, postos de saúde e escolas, localizados nas periferias urbanas ou em forma de enclaves (regiões isoladas) no centro das cidades de médio e grande porte. Campanário observa que:

“Politicamente, esta situação não se tem traduzido em poder de apropriação, por parte das classes populares, das condições gerais de reprodução, isto é, os equipamentos coletivos e seus efeitos úteis. Assim, a reprodução passa também por mecanismos informais caracterizados pela autoconstrução, favelamento e outras formas de reprodução doméstica de valores de uso”⁸⁷.

⁸⁶ OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Editora:CEBRAP, 1972, p. 36.

⁸⁷ CAMPANÁRIO. Milton de Abreu (1984). O mercado de terras e a exclusão social na cidade de São Paulo. In: KRISCHKE, Paulo J. Terra de habitação versus terra de exploração. São Paulo: Cortez. P. 14.

Para entendermos os problemas que levaram às grandes desigualdades existentes nessa cidade devemos descrevê-la com detalhes. O perímetro da cidade de Cáceres considerado urbano compreende 69.835.961 metros quadrados com 40.876 imóveis de tipos: residencial, comercial, institucionais, terrenos baldios, instituições públicas como escola, creches e outros órgãos públicos na classificação de outros, conforme mostram os dados da Vigilância Sanitária de Cáceres, na tabela a seguir:

Tipo de Imóveis	Quantidade	%
Residenciais	24.588	60,15%
Comerciais	2.702	6,61%
Institucionais	1.050	2,56%
Terrenos baldios	12.446	30,44%
Outros (escolas, creches, diversos órgãos públicos)	90	0,22%
Total	40.876	100,0%

Tabela 25: Tipos de imóveis em Cáceres, 2007. Fonte: Vigilância Sanitária de Cáceres, 2007.

Uma síntese da situação urbana revela que o uso do solo já ultrapassou o perímetro “legalmente urbano” em aproximadamente 1.434.896 m². Assim, também existe uma área de aproximadamente 2.543.031 m² de loteamentos irregulares, e uma área maior ainda invadida, de aproximadamente 7.324.752 metros quadrados, sendo estes alguns dos maiores problemas apontados tanto pelo diagnóstico de planejamento urbano como pelo Coordenador de inspeção tributária da Prefeitura de Cáceres como problemas que ocorrem desde a expansão urbana e que “emperram o crescimento da cidade de forma organizada”, dizendo que:

“em Cáceres, desde a formação do centro histórico, não houve uma preocupação em regularizar as matrículas dos imóveis, houve uma grande invasão de áreas públicas e privadas, a prefeitura perdeu a noção do que era dela e não é difícil portanto, a emissão de mais títulos para regularizar essa situação. Até hoje os moradores em grande maioria não tem os títulos de propriedade dos lotes onde construíram suas casas, as pessoas só têm a posse dos imóveis. A Caixa Econômica tem milhões para ser liberado para compra de casa ou construção e não consegue liberar esse crédito aqui porque os imóveis não são regularizados, ninguém tem matrícula, só posse dos imóveis”⁸⁸.

⁸⁸ RODRIGUES, Danival Bento. Servidor público municipal há 37 anos na Secretaria de Finanças e atualmente coordenador de inspeção tributária, entrevistado por Vivian Lara em 18-12-2009.

A “fala oficial”, bem como o Diagnóstico produzido pela Prefeitura e alguns estudos sobre as “fases” do desenvolvimento da cidade justificam a falta de crescimento organizado justamente nessa expansão desordenada, no processo migratório e invasões, apontando isso como um fator negativo para o desenvolvimento da cidade e visto como ampliador das desigualdades. Segundo estudos de Aguiar⁸⁹ detectou-se em Cáceres:

“um desenvolvimento completamente desordenado no contexto urbano causado pelo processo migratório e pela expulsão do homem do campo para a cidade. E assim, grandes áreas urbanizadas surgiram de invasões e de grilagem e mais de 50% dos lotes urbanos particulares em Cáceres não tem documentos, nenhum título, somente posse”.

Trata-se de um problema de outras cidades do Mato Grosso, principalmente Cuiabá que é a cidade do Estado com maior número de favelas. Ali, a realidade é parecida com a de Cáceres: inúmeros bairros surgiram de invasões e dadas às circunstâncias em que foram estruturados, os moradores também não têm títulos de propriedade.

O mapa abaixo mostra a mancha urbana da cidade de Cáceres:



Mapa com vista aérea de Cáceres. Fonte: REIS, Adilson. 2008.

⁸⁹ COY Martin. Friederich, Martin. Roper, Monika. Schier, Michada. De Aguiar, Maria Virginia A. Questão Urbana na Bacia do Alto Paraguai. UFMT. Centro de Estudos da América Latina, 1994, pg. 91.

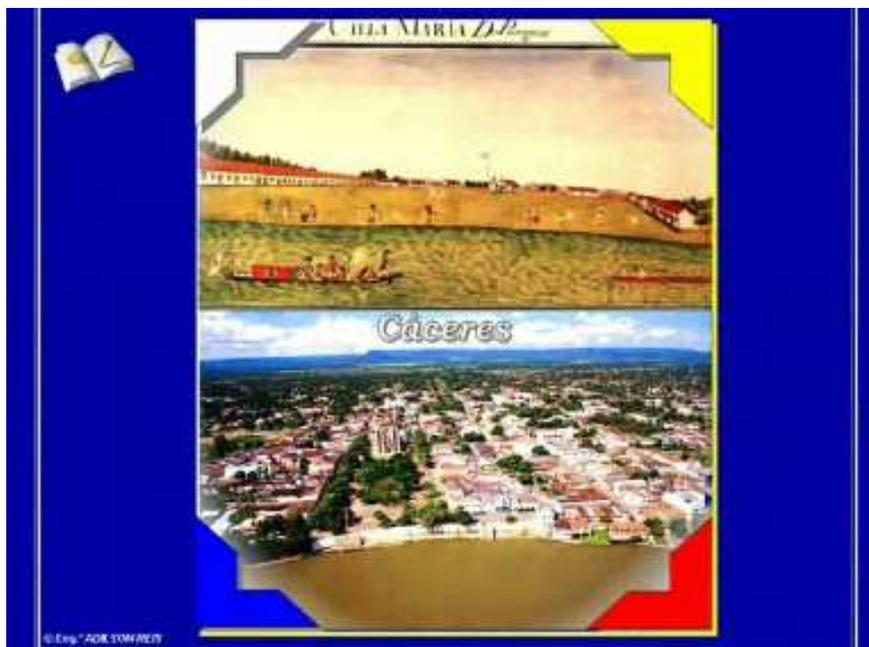
A tabela abaixo mostra, em números, a área urbana da cidade de Cáceres até 2007

Aspectos Relevantes	Quantidade	Unidade de Medida
Área do Perímetro Urbano	69.835.961	(m ²)
Área de Loteamentos Irregulares	2.543.031	(m ²)
Áreas invadidas	7.324.752	(m ²)
Área do distrito industrial e ZPE	4.044.227	(m ²)
Áreas não edificadas em bairros (terreno baldio)	12.446	Lotes
Total de imóveis residenciais	24.588	Unidades
Total de imóveis urbanos	40.876	Unidades
Áreas na cota inferior à 130 metros de altitude	543.393	(m ²)
Áreas Urbanizadas fora do perímetro urbano	1.434.896	(m ²)
Vias Urbanas Pavimentadas	122,61	(km)
Vias Urbanas asfaltadas	112,5	(km)
Vias Urbanas com bloquetes	10,11	(km)
Vias Urbanas não pavimentadas	307,35	(km)
Praças existentes	381.534	(m ²)
Praças Projetadas	38.723	(m ²)
Praças Previstas	38.322	(m ²)

Tabela 26: Área Urbana da cidade de Cáceres. Fonte: Diagnóstico do Planejamento Urbano, 2007.

Embora os estudos sobre a cidade apontem para um crescimento rápido e desordenado é possível perceber que é uma cidade com sistema de cadastramento bem estruturada e alguns intelectuais orgânicos da classe dominante têm acesso e participa da construção de muitas informações da cidade, de sua formação histórica etc. Entre eles, o engenheiro Adilson Reis, atual Secretário Municipal da Indústria e Comércio, que tem uma grande base de dados sobre a cidade e atua nas composições importantes, reuniões e discussões sobre o pretense “desenvolvimento”, sendo uma das pessoas que influenciam no planejamento da cidade: auxiliou na elaboração do *Diagnóstico de Planejamento Urbano*, justificativas para os projetos do PAC e atualmente desenvolveu o Termo de Referência para elaboração do Plano Diretor. Ele é engenheiro civil e de segurança do trabalho, especialista em saneamento básico, faz análises de impactos ambientais e fez também especialização em historiografia mato-grossense. Exerceu cargos públicos como Secretário de Estado Adjunto de Indústria e Comércio, Minas e Energia; Presidente do Centro de Processamento de Dados do Estado (CEPROMAT);

Secretário do Planejamento e atualmente Secretário da Indústria e Comércio; Fundador da Associação Cacerense de Engenheiro, Arquitetos e Agrônomos (ACENA); Ex-presidente do SINDUSCOM e Vice-Presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso (FIEMT); Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Cáceres e do Conselho de Defesa do Meio Ambiente, associado representativo do Rotary Clube de Cáceres (DI-4440) e Presidente do PSB em Cáceres. Tem um grande suporte teórico a respeito da cidade e base de dados históricos e é um intelectual orgânico que atua em favor do segmento empresarial, atua em favor da implantação da Zona de Processamento e Exportação em Cáceres, auxiliando nos meios propagandísticos e turísticos sobre a cidade, como podemos perceber da figura abaixo que ele utiliza em suas palestras:



REIS. Adilson. Foto montagem da cidade de Cáceres como era e agora. 2008.

Cáceres possui uma área de 30% da cobertura da Vigilância Sanitária, de terrenos baldios, ou seja, 12.446 terrenos baldios, e 30,2% ou 31.676 imóveis não edificados, embora cadastrados na Prefeitura. Há grande oferta de lotes vazios inclusive nos bairros mais centrais da cidade, com grande valorização imobiliária, o que sinaliza para o fato de ter uma grande parcela da população de baixa renda e também para o fato de que estes lotes são muito caros nessa parte da cidade, como podemos perceber na tabela abaixo:

Bairro (localidade)	Quantidade de edificações	%	Valor do lote (até 2006)
Centro	2.277	10,31%	70.000,00
COHAB Velha	557	2,52%	15.000,00
Jardim São Luiz	656	2,97%	9.000,00
Jardim Paraíso	381	1,73%	10.000,00
Jardim Marajoara	504	2,28%	5.000,00
Jardim Imperial	880	3,99%	3.000,00
Cavallhada I	723	3,27%	15.000,00

Tabela 27: Edificações por bairros de Cáceres e valores de lotes (por amostragem). Fonte: Diagnóstico do Planejamento Urbano, 2007.

Podemos perceber também que o bairro Cavallhada I, um bairro integrado ao centro da cidade, tornou-se bairro residencial e também é bem valorizado e habitado por pessoas com melhor poder aquisitivo.

Embora o centro (núcleo) e a periferia nunca tenham se constituído em espaços socialmente homogêneos, e mesmo concordando com a idéia de que a perspectiva dual dos estudos sobre segregação urbana que predominou nas décadas de 1950/1970 não dá conta para explicar as transformações espaciais e as dinâmicas que ocorrem nesse espaço aqui pensado “enquanto produto e condição social” (SANTOS, 2005), já que o modelo dual (centro-periferia) tradicional definia o elevado grau de desigualdade espacial de acordo com a distribuição da população pobre segregada nas periferias, distoando dos lugares centrais que concentravam as atividades econômicas e a infra-estrutura básica, constatamos que a desigualdade social pode sim ser vislumbrada em parte, nesta perspectiva dual já que a maior parte da cidade de Cáceres não dispõe ainda de vários elementos dessa infra-estrutura básica e seu desenvolvimento está relacionado a essa dualidade. Neste capítulo, portanto, estaremos mostrando dados sobre essas segregações e discriminações espaciais (residenciais) e de acesso desigual aos equipamentos coletivos de infra-estrutura como uma forma de demonstrar esse quadro de exclusão social.

Na área central da cidade de Cáceres encontram-se as residências das famílias antigas (consideradas tradicionais, pois moram ali há muito tempo), a parte dela que foi tombada pelo patrimônio histórico através da Portaria Estadual n.027-2002, e ainda concentra a maioria dos serviços e comércios, os serviços institucionais públicos, serviços de saúde, sendo portanto, a área mais valorizada em Cáceres.

No perímetro urbano da parte central da cidade, encontra-se uma área tombada, ou seja, imóveis que devido ao seu valor “histórico” fazem parte da história da “cidade”,

sendo estas, construções do século XIX e início do século XX, tombados para se preservar o “aspecto colonial” de uma época em que a cidade era um importante centro comercial na região (principalmente entre 1859-1930) e a partir disso inventaram uma tradição, um lugar de memória. Trata-se de imóveis, construídos nos anos em que a cidade de Cáceres exportava via fluvial, produtos como erva-mate, poaia, borracha, carne enlatada, peles.

Um dos problemas que essa área tombada pelo Patrimônio Histórico enfrenta é a falta de identificação da população com essas estruturas remanescentes que também não se preocupam com a preservação dessas estruturas históricas parecendo estarem vivendo um dilema: reformar e restaurar ao invés de descartar?

“A destruição do passado, ou melhor, dos mecanismos que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas, é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo sem qualquer relação orgânica pública da época em que vivem”⁹⁰.

Existe uma campanha encampada por sujeitos centrais na atuação política local que querem “preservar” esse centro histórico e reformar alguns prédios que estiverem em péssimas condições de uso. A Portaria Estadual n. 027-2002 tombou esses imóveis e o engenheiro Adilson Reis é uma dessas figuras políticas que pretenderam a conservação desses lugares e sua “história”. Como meio propagandístico ele utiliza montagem de fotos para suas palestras como a seguir:



REIS, Adilson. Centro Histórico. 2002.

⁹⁰ HOBBSAWN, Eric. Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo Companhia das Letras, 1995. p. 13

O *Diagnóstico para Planejamento Urbano* de 2006, que sistematizou os dados sobre Cáceres e que teve como objetivo mapear a cidade para a elaboração do Plano Diretor, acrescenta ainda a esse fato, a falta de recursos da Prefeitura para financiar parte dessas reformas, o que para o mesmo, estimularia ações de “revalorização” dessa área tombada e isto deveria fazer parte do planejamento urbano e do plano de desenvolvimento e uso do solo. Nesse sentido, o *Diagnóstico para Planejamento Urbano* da cidade aponta a necessidade de normativas claras, já que essa área “sofre pressões de uso econômico grandes”⁹¹ para viabilizar tanto a manutenção quanto ampliação do uso desse patrimônio que se encontra em processo de abandono, mal uso e/ou mutilações.

Não nos esqueçamos que essa preocupação em “conservar” o que é tido como patrimônio são imóveis localizados no centro da cidade e é importante manter uma imagem adequada ao uso econômico que se faz dessa parte da cidade que concentra a maior parte dos serviços e comércios e a história a ser lembrada deste centro tombado é a história de uma elite de comerciantes e famílias tradicionais que ali residiu ou reside e trabalhava.

O *Diagnóstico do Planejamento Urbano*, na realidade enfatiza a necessidade de revitalização da cidade mediante intervenções pontuais e seletivas, orientadas para o “resgate”, “requalificação” dos lugares da “memória cultural”, pois segundo o mesmo documento é “impossível cuidar da cidade como um todo”.

Na história, o “descuido” em lembrar são meios de engendramento da memória de um grupo, como nos lembra Le Goff:

“ [...] quer a propósito de esquecimento [...] nas manipulações conscientes e inconscientes que o interesse, a afetividade, [...] a censura exercem sobre a memória individual. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo [...] na luta das forças sociais pelo poder [...] Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos da memória coletiva”⁹²

A partir da segunda metade do século XX, com as modificações contínuas da sociedade, a importância da memória coletiva se fortalece, o que faz esse tipo de ação ser permanente. Para Le Goff a memória social exerce o poder de domínio sobre todas as classes e a discussão sobre a importância dos tombamentos ou mesmo revalorização dessas áreas entra como parte desse domínio sobre as classes. Desta forma, ele sugere

⁹¹ Diagnóstico do Planejamento Urbano, pg. 112.

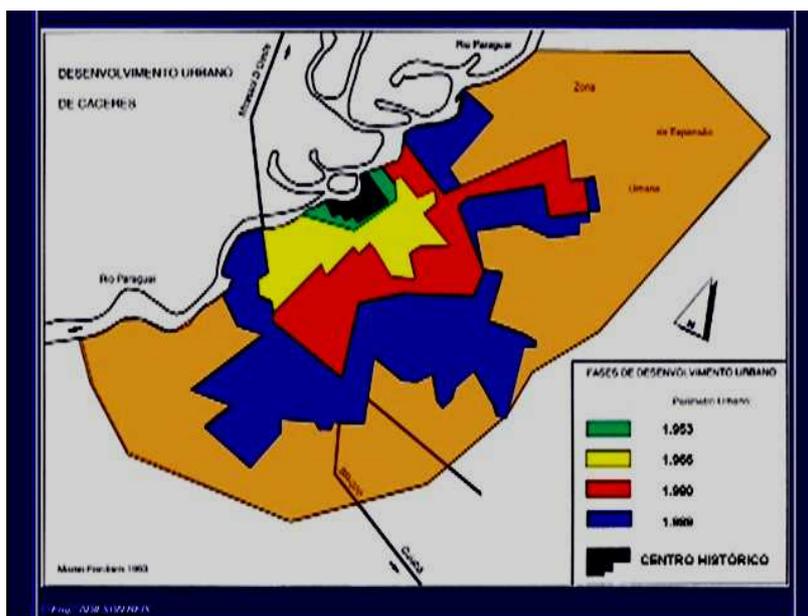
⁹² LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. p. 422

que essa memória social deve ser trabalhada amplamente pela ciência histórica, pois desenvolve papel indispensável ao exercer influência junto ao aparato de discussões dos acontecimentos humanos.

É notória a preocupação de Le Goff quando afirma que as mais diversas formas da sociedade dominante forjam a memória social. Alerta os “*profissionais científicos*” no sentido de transformação do esforço pela “*democratização da memória social*” em uma das ordenações primordial, essencial da sua “*objetividade científica.*” Para confirmar esta idéia, recorre a Ranger que enuncia:

“às recordações familiares, às histórias de clã, [...] às recordações pessoais [...] a todo aquele vasto complexo de conhecimentos não-oficiais [...] que ainda não se cristalizaram em tradições formais [...] que de algum modo representam a consciência coletiva de grupos inteiros [...] ou indivíduos [...] contrapondo-se a um conhecimento monopolizado em defesa de interesses constituídos.”⁹³

A área tombada da cidade de Cáceres corresponde ao centro histórico e, portanto, localiza-se no primeiro perímetro urbano, com imóveis de arquitetura do século XIX e XX, edificados à margem do Rio Paraguai. Também é a área mais valorizada comercialmente, pois é na área central que coexistem o maior número de imóveis: residências e comércios, números de quarteirões e pontos estratégicos que seriam saídas para outras partes da cidade. No mapa a seguir, notamos esse crescimento da cidade a partir do centro da cidade:



Mapa do desenvolvimento urbano segundo estudos de AGUIAR e outros. Fonte: Adilson Reis, 2008.

⁹³ Apud LE GOFF, Jacques, História e Memória, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003 p. 471

Segundo o estudo de Aguiar e outros, Cáceres foi subdividida em duas partes: **o centro** histórico e **a periferia**. “O centro histórico é o lugar de maior concentração de atividades comerciais”, atualmente, e onde já no final do século passado tinha uma importância para o Estado do Mato Grosso, pois ali agiam as antigas Casas Comerciais que mantinham contato com mercados europeus. No centro ainda se localiza o chamado “calçadão” na Praça Barão do Rio Branco, que é ponto de atração para turistas e o principal ponto de encontro nos finais de semana para uma parte da população de melhor poder aquisitivo e é tida como o palco “principal” dos eventos mais “importantes” da cidade.

A definição de Aguiar⁹⁴ sobre a divisão de Cáceres no que diz respeito ao uso do solo urbano, de certa forma, assemelha-se ao que foi discutido por Corrêa ao esclarecer que o uso do solo define áreas como o centro da cidade: “local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer”⁹⁵.

Coimbra⁹⁶ constata que na história das cidades esses territórios valorizados economicamente têm suas populações empurradas para lugares ainda mais periféricos e de menor importância. E essas “periferias pobres” sobrevivem sem as mínimas condições de infra-estrutura ou saneamento. Espaços esses ainda estigmatizados pelo “discurso hegemônico”, pois ali se produziram a violência e a criminalidade. Em sua análise:

“Está, pois estabelecida/cristalizada a relação entre vadiagem/ociosidade/indolência e pobreza e entre pobreza e periculosidade/violência/criminalidade. Mesmo autores mais críticos têm caído, ao longo dos anos, nesta armadilha de, mecânica e ingenuamente, vincular pobreza e violência por meio de estudos baseados nas condições estruturais da divisão das sociedades em classes sociais e no antagonismo e violência resultantes dessa divisão. Tais estudos têm produzido como efeitos justificativas para a necessidade de vigilância e repressão contra os pobres, tão defendida pelas elites em muitos momentos de nossa história”⁹⁷.

⁹⁴ COY Martin. Friederich, Martin. ROPER, Monika. SCHIER, Michada. AGUIAR, Maria Virginia A de. Questão Urbana na Bacia do Alto Paraguai. UFMT. Centro de Estudos da América Latina, pg. 98, uma boa parte da população da cidade continua morando no centro histórico de Cáceres, e a densidade populacional nesta parte é a maior da cidade.

⁹⁵ CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 2 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1993, p. 7

⁹⁶ COIMBRA, Cecília. Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001. pg. 81-82

⁹⁷ IB.idem, pg. 105.

Assim, percebemos que o espaço urbano não é apenas produzido, mas estruturado e consumido dentro de uma dinâmica vinculada à divisão social do trabalho. É a dinâmica da acumulação capitalista que está determinando a forma de produção e transformação do espaço construído. Por isso, cada parcela de terra urbana detém um valor de mercado que lhe é dado em função de sua localização e potencialidade de uso, e esses “termos produtivos” também são traçados em função das classes sociais que detêm poder sobre o mesmo. Coutinho completa:

“Formas de provisão de habitação, processos espaciais específicos como a suburbanização e metropolização e padrões de transformação do território que tendem a se estabilizar em ciclos históricos específicos têm sua lógica de transformação definida pelo regime de acumulação”⁹⁸.

Corrêa esclarece que a valorização imobiliária de algumas áreas em detrimento de outras ocorre, entre outros fatores, devido à ação de “promotores imobiliários” que criam certas estratégias para que se mantenham “bairros de status” onde o preço da terra será elevado. Neste local também haverá uma maior acessibilidade aos meios de transporte, segurança, serviços, mínima infra-estrutura, tornando-o sempre atrativo ao capital imobiliário. Portanto, a articulação de vários agentes, entre eles os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e o próprio Estado que viabiliza a infra-estrutura, são práticas que se efetivam nos bairros ou setores residenciais. E essa “estratégia dominante” não pára de ocorrer segundo o mesmo autor, havendo a criação de novas áreas “nobres” em virtude do esgotamento das áreas antes disponíveis ou ainda como resultado da transformação da imagem desses bairros antigos. Assim esses novos lugares, ao dispor de alguns atrativos, também se tornam de “status elevado”. E completa: “a atuação espacial dos promotores imobiliários se faz de modo desigual, criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista”⁹⁹.

Maricato também observa:

“Nesse contexto, o espaço é fragmentado, explorado, e as possibilidades de ocupá-lo se redefinem constantemente em função da contradição crescente entre a abundância e a escassez, o que explica a emergência de uma nova lógica associada e uma nova forma de dominação do espaço que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação a partir da interferência do estado”¹⁰⁰.

⁹⁸ COUTINHO, Ronaldo. A mitologia da cidade sustentável. In: COUTINHO, Ronaldo e BONIZZATO, Luigi (orgs). Direito da cidade: novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano. Ed. Lúmen Júris: RJ, 2007, p.23.

⁹⁹ CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 2 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1993, p. 24.

¹⁰⁰ MARICATO, Ermínia. Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 91.

Corrêa¹⁰¹ explica que, em escala regional e até as décadas de 1960/1970, as redes urbanas no Brasil não tinham grande complexidade funcional, apresentando-se dispersas e quase sem nenhuma articulação entre elas, e também uma pequena divisão territorial do trabalho. O autor sugere então que, no aspecto espacial, essas redes urbanas obedeciam ao padrão christalleriano, ou seja, se enquadravam na Teoria do Lugar Central de Christaller. E, segundo essa teoria, um lugar central polarizaria para si várias funções centrais (atividades econômicas e estrutura urbana) e geraria competição em torno deste centro, apresentando ainda “um sistema urbano de elevada dependência funcional” e um padrão espacial “altamente polarizado pelo centro dessa rede”¹⁰².

Pereira¹⁰³ esclarece que o espaço urbano brasileiro vem sofrendo algumas transformações nas últimas décadas, e mesmo com um padrão de urbanização ainda disperso e fragmentado, ele alega que este está mais integrado, unindo as diferentes áreas e usos do solo. Isso é de fácil percepção quando uma área desvalorizada rapidamente começa a se modificar, é a prova de que o desenvolvimento é induzido e da valorização imobiliária, significando que alguns agentes passam a ter interesse na valorização de uma determinada área e utiliza o Estado também para facilitar essas transformações. O Estado, portanto atua também na organização espacial da cidade. E Corrêa completa:

“é através da implantação de serviços públicos, como calçamento, pavimentação, água, esgoto, iluminação, parques, coleta de lixo, etc., interessantes tanto às empresas como à população em geral, que a atuação do Estado se faz de modo mais corrente e esperado”¹⁰⁴.

Adilson Reis¹⁰⁵, Secretário da Indústria e Comércio, assim se expressou a respeito da valorização de uma determinada área relativa à cidade de Cáceres:

“Toda vez que você melhora uma via urbana, pavimenta, coloca comunicação, telefone você em pouco tempo tem ocupação. Se você quer induzir o crescimento você dota o lugar de infra-estrutura, e aí vê crescer a venda de lotes e a supervalorização imobiliária. Então a cidade ela é viva, ela é dinâmica. Na verdade a valorização se dá em função da implantação da infra-estrutura, começa o fracionamento dos solos urbanos, as edificações, o

¹⁰¹ CORRÊA, R. L. A. Estudos sobre a rede urbana. Rio de Janeiro. Bertrand, Brasil. 2006.

¹⁰² IB, idem. pg. 01.

¹⁰³ PEREIRA, Raphael Henrique Moraes. Processos sócio-espaciais, reestruturação urbana e deslocamentos pendulares na região metropolitana de Campinas. Unicamp. 2008. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Demografia.

¹⁰⁴ CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 2 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1993, p.

¹⁰⁵ REIS, Adilson. Atual Secretário da Indústria e Comércio, entrevistado por Vivian Lara em 22-04-2009.

valor imobiliário vai crescendo e é diretamente proporcional à infraestrutura”.

O planejamento inicial da cidade de Cáceres pode ser considerado ação direta e explícita do Estado, pois o primeiro plano diretor da cidade, elaborado em 1874, estabeleceu a planta básica da “Vila Maria do Paraguay”¹⁰⁶, medidas das ruas, quarteirões, travessas e onde deveriam desembocar ou cortar. Corrêa ressalta que “a segregação residencial pode resultar também de uma ação direta e explícita do Estado através do planejamento, quando da criação, a partir do marco zero, de núcleos urbanos”¹⁰⁷. Hansen (apud CORRÊA) salienta que esta intervenção ocorre dentro de países latino-americanos desde o século XVI (em cidades coloniais) e ao explicar sobre a origem e “evolução” de uma cidade no México, pareceu estar falando sobre Cáceres que até a década de 1960 houve pouca mudança estrutural na cidade e já seguia um modelo de exclusão sócio-espacial:

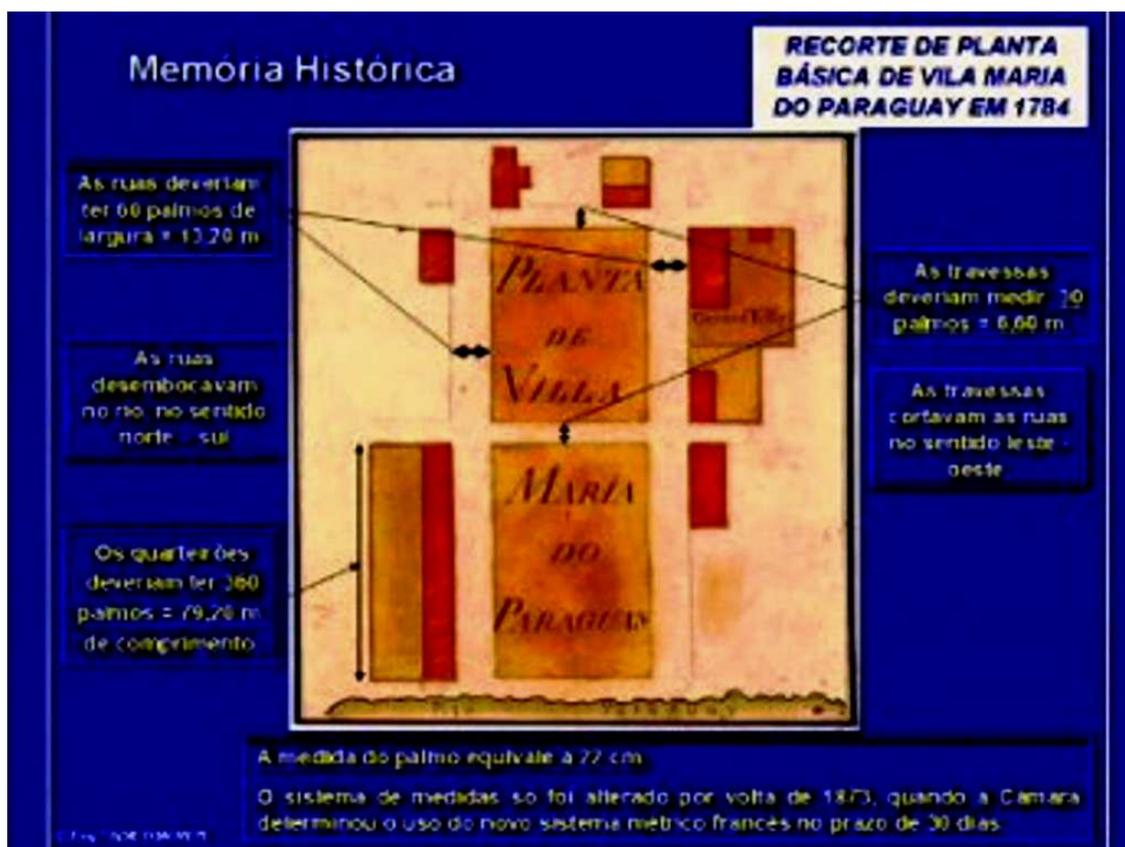
“A cidade foi planejada em torno de uma praça central. Os quatro quarteirões que a delimitavam foram reservados para a Catedral, os edifícios dos governos provincial e municipal e a residência do chefe dos conquistadores. Aos outros espanhóis foram cedidos lotes dentro de dois ou três quarteirões, em cada direção. Esta área espanhola de residência constituiu o centro. A uma distância maior, na direção exterior, e deixando espaço para a expansão deste centro, foram reservadas áreas nas quais os índios podiam estabelecer-se. Estas áreas constituíram os *barrios*. À medida que a cidade crescia, o centro foi absorvendo os *barrios* e os índios foram se mudando para mais além. Mas o crescimento prosseguiu vagarosamente em harmonia com a estrutura social e cultural estabelecida”¹⁰⁸.

Nesse sentido, o primeiro planejamento da cidade de Cáceres, elencado pelo estudo de Aguiar, que vem inaugurando a atuação do Estado, reproduziu um velho modelo colonial descrito por Hansen, e que persiste até os dias atuais: colocando os pobres principalmente na periferia. A seguir um mapa que mostra o primeiro plano diretor da cidade de Cáceres.

¹⁰⁶ Primeira denominação de Cáceres.

¹⁰⁷ COY, Martin. FRIEDERICH, Martin. ROPER, Monika. SCHIER, Michada. AGUIAR, Maria Virginia A de. Questão Urbana na Bacia do Alto Paraguai. UFMT. Centro de Estudos da América Latina, 1994.pg. 117.

¹⁰⁸ HANSEN apud CORREA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 2 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1993, p. 27



Mapa: Primeiro Plano Diretor de Cáceres em 1778. Fonte: Adilson Reis, 2008.

Pereira¹⁰⁹ aponta que devido ao inchaço dos grandes centros urbanos por uma população com baixo nível socioeconômico, esta população ocupou as regiões mais precárias e também mais periféricas, de forma desordenada, sem infra-estrutura, o que em estudos de alguns autores¹¹⁰ esse processo é denominado de *periferização*, discussão esta que cabe para uma abordagem sobre Cáceres.

O estudo de Aguiar coloca Cáceres dentro desse estágio de “estagnação econômica” e esta estagnação é, vista aqui, como consequência do desemprego e também de sérios problemas sociais: “o poder aquisitivo de grande parte da população diminui gradativamente, o que leva a um processo de **segregação na sociedade**”¹¹¹ e portanto chega-se à suburbanização, já que esses segmentos da sociedade em situação econômica deteriorada não conseguem pagar aluguel de valor mais elevado no **centro** da cidade ou em lugares mais estruturados. É sutil, mas o estudo de Aguiar, por várias

¹⁰⁹ PEREIRA, Raphael Henrique Moraes. Processos sócioespaciais, reestruturação urbana e deslocamentos pendulares na região metropolitana de Campinas. Unicamp. 2008. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Demografia. pg. 02

¹¹⁰ Estudos como CANO, 1988; LAGO, 2000; PIRES&SANTOS, 2002; SANTOS, 2005; CAIADO, 2006.

¹¹¹ COY Martin. FRIEDERICH, Martin. ROPER, Monika. SSCHIER, Michada. DE AGUIAR, Maria Virginia A. Questão Urbana na Bacia do Alto Paraguai. UFMT. Centro de Estudos da América Latina, 1994.pg. 102.

vezes retira a responsabilidade dos agentes modeladores da urbanização e culpa a economia ou o Estado retirando a responsabilidade direta dos agentes que estão a frente desse amplo quadro de exclusão social. É uma visão circular, pois a falta de emprego é apontada como causa da estagnação o que na realidade esta estagnação advém entre outros motivos também pela opção de crescimento da cidade apontada no capítulo primeiro, latifúndios com grandes criações de gado que não geram muitos empregos. A cidade tem problemas, os portadores legítimos do discurso oficial reconhecem a existência destes problemas e muitas vezes responsabilizam a população como um todo, mas não a si mesmos pelo que acontece.

Segundo o estudo, este processo de suburbanização também revelaria conflitos de terras entre: donos de lotes (com e sem título de propriedade) X população expulsa (áreas invadidas); e ainda, segundo o mesmo estudo, o Poder Público Municipal não tem verbas permanentes nem leis e técnicos para um “planejamento eficiente”. Essas informações sinalizam que esse instrumento de planejamento é a “tábua de salvação” para o crescimento desordenado e o caos urbano. Corrêa nos lembra que:

“É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. **A produção desse espaço, é antes de mais nada, uma forma de resistência, e ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência.** Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito á cidade” (grifo nosso).

A cidade de Cáceres estava despreparada para esse crescimento populacional, principalmente na década de 1970, tanto na oferta de empregos quanto em infraestrutura urbana. A vinda de pessoas de outras regiões a partir da década de 1950, dentro do processo de colonização, não levou ao aumento da demanda por mão-de-obra já que os novos núcleos urbanos que foram se formando nessa época nos arredores de Cáceres, adquiriram gradativamente suas próprias estruturas de abastecimento e o mercado de trabalho da economia local “estagnada” não absorveu a mão-de-obra disponível já existente, sendo este problema apontado pelo estudo de Aguiar e outros, como o maior de todos da economia cacerense e Aguiar passa então a justificar as diferenças espaciais existentes responsabilizando a própria economia local estagnada, pois esta acabou reproduzindo os problemas da marginalização social de grandes centros urbanos. Aguiar e outros assim se expressam a esse respeito:

“verificou-se então, em escalas diferenciadas, uma reprodução dos problemas que caracterizam as metrópoles e demais cidades brasileiras, a diferenciação, fragmentação e segmentação do espaço econômico e social”¹¹².

Este estudo, assim como o Diagnóstico para Desenvolvimento Urbano, traz uma série de justificativas para as ausências ou carências da cidade que acabam sendo utilizadas para manter essa mesma postura de dominação e discursos em prol de uma elite local. Numa outra parte do estudo de Aguiar, ressaltou que a responsabilidade por essa carência de infra-estrutura básica cai sobre os “ombros” do Poder Público devido a ausência de “cooperação efetiva entre os organismos municipais, estaduais e federais”¹¹³, falta de “continuidade político-administrativa verificada por ocasião dos fins de mandatos”, também devido à falta de condições financeiras do município, ou seja, por não existirem verbas para ampliação desses ramos de abastecimento nem para manutenção das instalações existentes e, ainda pelo fato da administração municipal não ter sido “capaz” de elaborar até os dias atuais um Plano Diretor consistente, que aponte os problemas sejam eles econômicos, sociais ou estruturais e promova projetos e ações para “induzir” o desenvolvimento da cidade.

A conclusão acima apresentada pelo estudo estaria, então, eximindo as pessoas que estão à frente da administração local dos problemas existentes na cidade. Como se a economia por si só fosse responsável pelo que acontece, ou os outros entes do governo, sem haver responsáveis diretos para as deficiências existentes ou desigualdades. Traduzido para o contexto de nossa análise, esse tipo de afirmação reforça a idéia de Estado como sujeito e não como relação social e justifica ainda mais a política de exclusão evidenciada nessa cidade e as ausências de acesso a um lote urbano, habitação, serviços de saneamento básico e eletricidade, ruas asfaltadas, iluminação pública, caminhão do lixo, sistema de transporte, áreas de lazer, segurança pública, etc.

A ação do Estado não é neutra, nem se efetiva ao acaso. Segundo Corrêa:

“A ação do Estado capitalista não se processa de modo socialmente neutro, como se o Estado fosse uma Instituição que governasse de acordo com uma racionalidade fundamentada nos princípios de equilíbrio social, econômico e espacial, pairando acima das classes sociais e de seus conflitos. Sua ação é marcada pelos conflitos e interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles.

¹¹²COY Martin. FRIEDERICH, Martin. ROPER, Monika. SSCHIER, Michada. AGUIAR, Maria Virginia A de. Questão Urbana na Bacia do Alto Paraguai. UFMT. Centro de Estudos da América Latina, 1994, pg. 91.

Tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos de classe dominante, que a cada momento, estão no poder”¹¹⁴.

Nos escritos de Marx já é possível notar a sua preocupação com as relações e determinações recíprocas entre Estado e sociedade. A chave dessa concepção está no entendimento de que: “o Estado precisa ser compreendido simultaneamente como uma imensa superestrutura e o poder organizado de uma classe social em seu relacionamento com as outras”¹¹⁵. Ou seja, em sua visão o Estado e a sociedade não são politicamente distintos. Ocorre que no processo de sua realização o Estado aparece fetichizado, isto é, na consciência e na prática das pessoas ele aparece como um ente abstrato, como um ato de vontade coletiva e não o é. Na realidade ele é a forma que os indivíduos de um grupo dominante se utiliza para fazer valer seus interesse comuns e essa atitude se condensaria como vontade de toda uma sociedade civil. Assim, MARX & ENGELS esclarecem: “daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, além disso, na vontade separada de sua base real, na vontade livre. E da mesma maneira se reduz o direito à lei” (1965:78).

Vale a pena observar que o Estado não é um órgão exclusivo da classe dominante, pois ele também responde aos movimentos de outros segmentos do conjunto da sociedade. Mas o grau de desenvolvimento das forças produtivas apontadas até agora, as relações de produção e a correlação das forças políticas da cidade não se alteraram muito desde sua formação urbana. Assim, há uma grande nitidez na relação desses órgãos públicos municipais (parte do Estado capitalista) como o “locus” da organização estratégica das classes dominantes, grandes proprietários de terras, comerciantes, jornal local (Correio Cacerense) e empresários locais.

O prefeito eleito em 1985 foi Antônio Fontes, médico com família “tradicional” da cidade; em 1989 foi Walter Fidélis, advogado, também de família tradicional da cidade, incluindo outros advogados e juiz de direito em sua família. Em 1993, volta Antônio Fontes como prefeito; em 1997 um agropecuarista da região Aloísio Coelho de Barros foi eleito como prefeito. No ano 2000 foi eleito o filho de Antônio Fontes, Túlio Fontes, advogado, para prefeito. Em 2004 entrou a família Henry, Ricardo Henry, empresário, com irmão deputado federal (Pedro Henry) e ganhou as eleições locais. Em 2008 Ricardo Henry disputou reeleição com Túlio Fontes e embora tenha ganhado as eleições o Tribunal Eleitoral impediu sua posse por contratar em época eleitoral mais

¹¹⁴ CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 2 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1993, p.25-26.

¹¹⁵ MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

enfermeiros e por propaganda extemporânea feita pelo Jornal Correio Cacerense e Túlio Fontes assumiu a Prefeitura em janeiro de 2009. Sobre a influência do Jornal Correio Cacerense nas eleições apoiando ou não candidatos, a Diretora Jornalística do Jornal Correio Cacerense, Michelis¹¹⁶ assim se expressa:

“De todos os prefeitos de Cáceres, os dois que mais ajudaram Cáceres e tiveram melhor relacionamento com o Jornal foram Antônio Fontes e Ricardo Henry. Esse prefeito atual, o Túlio (filho do Dr. Antônio) não tem nada a ver com o pai dele, um homem de caráter, não era caloteiro, nem enrolava os funcionários para pagar as contas da Prefeitura. O que o Prefeito não entende é que um meio de comunicação pode denunciar muitas coisas erradas da cidade, enfim esse prefeito atual não tem um bom relacionamento com esse jornal, ele não aceita ajuda de ninguém, acha que é o único certo e só faz as coisas do jeito dele”.

É assim que a atuação do Estado (nos três níveis político-administrativos) estabelece as condições necessárias para a sociedade capitalista continuar a se reproduzir, ou seja, essa ação de grupos dominantes dentro do Estado cria condições para que o processo de acumulação e reprodução das classes sociais se efetivem e se perpetuem.

Segundo Debiaggi, “as cidades e seus espaços são condição necessária para o desenvolvimento capitalista como um todo”¹¹⁷. Assim sendo, vai depender da força de determinados grupos sociais e da capacidade de cada atividade para conquistarem seu espaço e “uma localização possível”. Várias estratégias econômicas e políticas ideologizam as cidades e seus espaços públicos e os possíveis conflitos que estão acontecendo na sociedade estão também dentro do Estado e vice-versa.

A discussão da ocupação urbana, então, além de refletir sobre os diagnósticos de crescimento desordenado, instrumentos técnicos de ordenação da cidade, perpassa também pela discussão da enorme desigualdade social existente na cidade, bem como sobre as formas que a sociedade organizada e o Poder Público estão utilizando para “amenizar” problemas que incomodam a determinados setores sociais e sobre o controle desse espaço e ainda que essa desigualdade demonstra dois lados já que sua função é para ampliação do capital.

É possível que a insatisfação dos segmentos da população urbana que gostariam de ver as várias reivindicações atendidas, forçariam mudanças maiores: como a

¹¹⁶ MICHELIS, Orfélia. Proprietária e Diretora Jornalística desde 1986. Entrevistada por Vivian Lara Cáceres Dan. 31-03-2010.

¹¹⁷ DEBIAGGI, Moema Castro. O processo de uso e ocupação do solo. In: Política Urbana: a produção e o consumo da cidade. 2 ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986, p.13.

necessidade urgente de fazer uma reforma fundiária urbana profunda e que atendesse a todos os segmentos da sociedade, integrando a população, fazendo-os participar das decisões políticas a serem implantadas no espaço urbano; medidas que permitissem o trabalhador do campo permanecer lá; maior capacidade de gestão para corrigir as distorções do crescimento urbano, ou mesmo construir instrumentos que consigam romper a segregação das atividades e produzir um modelo de descentralização que acabe com essas periferias desestruturadas e vazios urbanos valorizados.

É possível acabar com o movimento do capital? É possível discipliná-lo ao menos? Talvez seja possível ao menos uma intervenção no poder público capaz de modificar positivamente as condições de existência da maioria da população mediante um redirecionamento dos investimentos públicos que tradicionalmente são apropriados pela iniciativa privada, como sugerem Letícia M. Osório e Jacqueline Menegassi (apud COUTINHO, 2007: 27). O problema é que o Estado e o Poder Público não são neutros, ele atende a uma relação de classes que acaba defendendo a função da economia liberal, portanto, ao bloco no poder que está nele representado e é esse bloco que vai definir se essas modificações são possíveis.

Para Friedrich Engels, no entanto, somente a transformação dessa ordem poderia mudar esse quadro onde a lógica fundiária do capital fundamenta a sua existência numa estrutura urbana com profundas desigualdades e que se manifesta entre outras formas quanto às condições habitacionais. Friedrich Engels, em 1845, já tinha dado um passo pioneiro na investigação sobre a crise habitacional nas áreas urbanas da Alemanha, no fim do século XIX quando ocorreu a expansão industrial, percebendo a relação entre a exploração do trabalho e as péssimas condições de vida do proletariado como resultante da estrutura de classes e da distribuição de renda no modo de produção capitalista. Coutinho o cita da seguinte forma:

“De onde provém a crise de habitação? (...) ela é necessariamente produzida pela forma burguesa da sociedade; uma sociedade que não pode existir sem falta de habitação quando a grande massa de trabalhadores depende exclusivamente de seu salário, ou seja, da soma de meios indispensáveis à sua existência e reprodução; (...) quando violentas e cíclicas crises industriais condicionam, por um lado, a existência de um numeroso exército de reserva de desempregados; (...) quando grande massa de trabalhadores desempregados concentram-se nas grandes cidades num ritmo mais rápido que o da construção de casas nas condições atuais, de vez que para os mais ignóbeis pardieiros há sempre locatários; quando finalmente, o proprietário de uma casa, na sua qualidade de capitalista, tem não só o direito, mas também em virtude da concorrência, de certo modo, o dever de extrair da sua casa, sem escrúpulos, os aluguéis mais elevados. Numa sociedade assim, a falta de habitação não é nenhum acaso; é uma instituição necessária; e justamente com as suas repercussões sobre a saúde, etc., só poderá ser

eliminada quando toda a ordem social for inteiramente transformada (ENGELS, apud COUTINHO)¹¹⁸.

Segundo Juacy da Silva:

“No Brasil, a problemática urbana é uma questão prioritária, principalmente quando se leva em consideração o fato de que a maioria da população brasileira (mais de 80%) vive na cidade, realidade agravada pela rapidez desse processo de urbanização e suas conseqüências: o crescimento desordenado e o aprofundamento das desigualdades sociais”¹¹⁹.

Trata-se portanto, de uma excelente oportunidade para discutir a relação desta ocupação do solo com as desigualdades manifestadas em Cáceres, como e quem as estão promovendo em um contexto bem específico. Santos, ressalta que:

“a cidade (...) como relação social e como materialidade, torna-se criadora da pobreza, tanto pelo modelo sócio-econômico de que é o suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo sócio-econômico vigente, mas também, do modelo espacial”¹²⁰.

Portanto, as desigualdades que se manifestam entre outras formas na espacialidade e nas condições de habitações e infra-estrutura não serão suprimidas nesse contexto local, nem os investimentos serão redirecionados para atender as condições de existência da população, o próprio desenvolvimento e modelo sócio-econômico garantem investimentos “induzidos” de uma região ou setor e estaria vinculado ao movimento do capital, da lucratividade.

2.2 A cidade fragmentada sócio-espacialmente

A concentração da pobreza nos centros urbanos é identificada como uma tendência em quase todos os países da América Latina que passaram pelo processo de êxodo rural, ou seja, a liberação de mão-de-obra ou expulsão desses trabalhadores do

¹¹⁸ COUTINHO, Ronaldo. A mitologia da cidade sustentável. In: COUTINHO, Ronaldo e BONIZZATO, Luigi (orgs). Direito da cidade: novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano. Ed. Lúmen Júris: RJ, 2007, p.33.

¹¹⁹ SILVA, Juacy da. In: MORENO, Gislaïne & HIGA, Tereza Cristina Souza (org). Geografia de Mato Grosso. Cuiabá, Entrelinhas, 2005p. 136.

¹²⁰ SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 10.

campo leva-os para as cidades em busca de emprego, ou sensação, propiciando um quadro de crescimento urbano e de pobreza. Esse fenômeno resultou, portanto, em profundas disparidades entre os segmentos sociais ricos e pobres. Brito¹²¹ observou, em escala intra-urbana nas décadas de 1960-1970, que houve um acelerado crescimento da população urbana, e uma grande concentração populacional nos grandes centros urbanos cujo componente responsável também foi a migração tipo rural-urbana. Segundo o estudo de Aguiar sobre Cáceres:

“Com o começo dos grandes fluxos migratórios para a cidade, principalmente na década de 70, tem início um processo de suburbanização e marginalização. Este é caracterizado pela expansão descontrolada da área habitada no perímetro urbano. Essa expansão de loteamentos clandestinos acontece sem nenhum planejamento e a **administração municipal mostra-se sem condições de dirigir o processo no sentido de um desenvolvimento social e economicamente desejável**”¹²²(grifo nosso).

Para Aguiar, não existia marginalização nem suburbanização antes da década de 1970, “são os processos de mudança na estrutura rural (modernização da agricultura, concentração de terras, expulsão dos pequenos agricultores, etc) os responsáveis por grande parte das estruturas e dos problemas urbanos existentes na atualidade”¹²³. Não podemos nos esquecer que para além desses processos e possibilidades de acumulação capitalistas, é preciso ressaltar a importância de segmentos de classes guiando esses processos e influenciando diretamente nessas “mudanças estruturais”. São esses segmentos da sociedade, articulados na política e em órgãos estatais, que garantem as possibilidades de acumulação de capitais, e que continuam influenciando no desenvolvimento sócio-econômico da cidade. Corrêa salienta que os agentes sociais que fazem e refazem a cidade são: “os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos”¹²⁴.

Em Cáceres, além dos agentes imobiliários, há uma grande quantidade de proprietários urbanos e rurais que alugam e vendem imóveis (casas, vilas, apartamentos) e atuam interessados em obter a maior renda fundiária possível de suas propriedades. E mais: “estão particularmente interessados na conversão da terra rural em terra urbana,

¹²¹ BRITO, Fausto; SOUZA, Joseane. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.19, n.4, out./dez.2005. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v19n04/v19n04_09.pdf>. Acesso em: 2009.

¹²² COY Martín. FRIEDERICH, Martín. ROPER, Monika. SCHIER, Michada. AGUIAR, Maria Virginia A de. Questão Urbana na Bacia do Alto Paraguai. UFMT. Centro de Estudos da América Latina, pg. 99.

¹²³ IB, idem. pg. 97.

¹²⁴ CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 2 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1993, p. 12.

ou seja, tem interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural”¹²⁵. Porém, para Corrêa, “a existência de áreas alagadiças em um dado setor da periferia, constitui-se, via de regra, em um entrave para a valorização imobiliária”¹²⁶. Em Cáceres, a apropriação desses terrenos por grupos excluídos se efetiva geralmente em lugares inadequados para moradia como em áreas alagadiças. É assim que se manifesta a segregação sócio-espacial inclusive evidenciada no estudo de Aguiar, que ressalta a inviabilidade econômica de estruturar a cidade como um todo e assim justifica a exclusão existente:

“a dispersão da população urbana em diversas ‘ilhas’ habitadas dentro do perímetro urbano é reflexo **da segregação sócio-espacial intra-urbana**, levando, por outro lado à **demandas de infra-estrutura básica, cuja instalação é muito custosa ou economicamente inviável**”¹²⁷ (grifo nosso).

Maricato defende a idéia de que a exclusão social tem sua expressão mais significativa e concreta “na segregação espacial ou ambiental, configurando pontos de concentração de pobreza à semelhança de guetos, ou imensas regiões nas quais a pobreza é homoganeamente disseminada”¹²⁸.

Segundo Vilhaça¹²⁹, nos centros urbanos estariam a maior parte das atividades econômicas (como lojas comerciais, escritórios, bancos, outros serviços e empregos). E Corrêa explica que:

“nesse processo de centralização (de surgimento e consolidação do centro urbano) nos aglomerados urbanos brasileiros merece destaque também a importância do desenvolvimento das atividades industriais. Não por acaso, o processo de urbanização se encontra intimamente ligado ao desenvolvimento das forças produtivas industriais”¹³⁰.

A particularidade dos processos sócio-espaciais da cidade de Cáceres evidencia o fato de ter ocorrido um processo de centralização (adensamento dos centros urbanos em atividades econômicas e de estrutura urbana) iniciado desde sua fundação e que

¹²⁵ IB. Idem. p. 16.

¹²⁶ IB. Idem. p. 17.

¹²⁷ COY Martin. FRIEDERICH, Martin. ROPER, Monika. SCHIER, Michada. DE AGUIAR, Maria Virginia A. Questão Urbana na Bacia do Alto Paraguai. UFMT. Centro de Estudos da América Latina, 1994.pg. 99.

¹²⁸ MARICATO, Ermínia. Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 55.

¹²⁹ VILHAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP; Lincoln Institute, 1998.

¹³⁰ CORREA, R.L.A . Trajetórias urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 1997, pg124.

embora não tenha como elemento gerador o processo de industrialização, teve outras atividades econômicas (ligadas ao comércio e serviços) que atenderam ao requisito de caracterizar esta área urbana com uma função de produção econômica (pois ali concentra postos de trabalho/empregos) e ainda assume uma função residencial, não havendo, portanto, uma diferenciação do uso do solo (para atividades residenciais ou econômicas). Um bairro na zona periférica do centro, a Cavallhada, assume a função residencial, bairro de status e que complementa as funções da área central da cidade.

Pereira destaca ainda que no processo histórico de estruturação urbana das cidades brasileiras do século XIX e XX surgiram os centros urbanos, caracterizados pela elevada concentração de empregos e infra-estrutura urbana, e seus arredores foram ocupados pelas classes mais altas e assim também surgiram e se consolidaram as periferias: “esta periferia, por sua vez, marcada pelo precário acesso à infra-estrutura urbana e baixo dinamismo econômico onde foram residir as classes sociais mais precarizadas”¹³¹.

Corrêa¹³² esclarece que existem três modelos ou esquemas de segregação residencial que foram desenvolvidos de acordo com a distribuição das classes sociais nas áreas da cidade. O modelo de *Kohl* é o da cidade pré-industrial, formulado em 1841, quando a elite vivia no centro e a população na periferia, evidenciando pouca mobilidade intra-urbana, sendo necessária a localização da elite no centro porque ali se localizava as mais importantes instituições urbanas e devido à acessibilidade “às fontes de poder e prestígio”. No modelo de *Burgess*, baseado nas grandes cidades dos EUA na década de 1920, há uma inversão no padrão de segregação: a elite começa a abandonar o centro e ir morar na periferia, os imóveis do centro tornam-se deteriorados e os “pobres” residiriam então no centro. Segundo o modelo de *Hoyt* desenvolvido em 1939, a segregação espacial ocorreria por setores, a partir do centro. Assim, os bairros de alto status se localizariam nas áreas com “maiores amenidades”, e cortaria as melhores áreas da cidade e assim poderiam “exercer controle do seu território”, em seguida, o setor da população de médio status e por último um setor habitado pela população de baixo status. Nenhum desses modelos exclui o outro, sendo perfeitamente possível o convívio dessas tendências.

¹³¹ PEREIRA, Raphael Henrique Moraes. Processos sócioespaciais, reestruturação urbana e deslocamentos pendulares na região metropolitana de Campinas. Unicamp. 2008. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Demografia. pg. 46.

¹³² CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 2 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1993, p. 66.

Mesmo sabendo que a segregação é dinâmica, as modificações estruturais nos bairros da cidade de Cáceres são muito lentas. Corrêa¹³³ aponta algumas razões para essa preservação da forma e conteúdo (inércia) de funções dos centros de cidades que de certa forma se verificam em Cáceres: custos elevados de uma nova localização, surgimento de novos fatores como criação de unidades de produção e serviços neste local, a ausência de conflitos com outros usuários daquela área e ainda a existência de sentimentos e o simbolismo (o espaço como símbolo de determinados valores culturais) como fatores para existência dessas “áreas cristalizadas” afetando, portanto, o uso do solo. A manutenção desses “símbolos do passado” evidencia um sentimento que representa poder, uma tradição da classe dominante. Essa é uma forma também de evidenciar o controle desse espaço pela população que ali habita. Frações de classe dominante: comerciantes, funcionários públicos, profissionais autônomos, grandes proprietários, etc, que habitam ou têm estabelecimentos comerciais e empresas nessa área.

O modelo dual centro/periferia é importante para pensarmos como foi estruturada a cidade de Cáceres, quais modificações e quais tendências de crescimento emergem nesse cenário. Através dessa abordagem é possível definir o grau de desigualdade existente nessa cidade e, portanto explicar como se consolidou e ainda é possível a permanência desta estrutura urbana e como se manifesta a segregação de grande parte da população em Cáceres, pois “a existência de um centro depende da existência daquilo que não é centro, ou seja, o contorno, a periferia”. Apesar de mudanças visíveis mas muito lentas, como clubes e pousadas, residências em chácaras em bairros mais afastados, apontando para uma “heteroginização da periferia”, incorporando classes médias e altas. Vilhaça explica:

“Até a primeira metade do século XIX, os centros de nossas cidades eram cívicos e religiosos. A partir desta época, especialmente a partir do final do século, no Rio, e mais tarde nas outras metrópoles, o centro começou a ser gradualmente constituído por lojas, confeitarias, restaurantes, hotéis, escritórios de profissionais liberais, crescente número de órgãos públicos, etc. **Aos poucos esses estabelecimentos expulsaram do centro todo tipo de residência.** Ao mesmo tempo, o centro passou a ser não só um lugar cada vez mais utilizado pelas camadas de mais alta renda, para compra e serviços, mas também o principal local de emprego dessas classes. Com isso a proximidade ao centro começou a ser muito importante para as suas residências **e o preço da terra no entorno do centro aumentou.** Essa valorização do entorno do centro para fins residenciais também levou à expulsão das camadas de baixa renda que ali moravam”¹³⁴ (grifo nosso).

¹³³ CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 2 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1993, p.77.

¹³⁴ VILHAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP; Lincoln Institute, 1998, pg. 227.

Corrêa aponta a diferença nos impostos prediais e territoriais como fator discriminante, pois esses impostos acabam afetando tanto o preço da terra como dos imóveis e assim, “os grupos de renda mais elevada residem em imóveis mais caros localizados em bairros onde o preço da terra é mais elevado”¹³⁵ (segregação residencial).

Mas esse tipo de segregação não é a única, soma-se a “alocação espacialmente diferenciada dos equipamentos de consumo coletivo”, já que as áreas onde existem esses equipamentos coletivos na grande maioria das vezes concentram-se onde já reside um grupo social economicamente e politicamente poderoso e que têm seus imóveis mais valorizados “e acessíveis portanto, a grupos sociais cada vez mais selecionados”¹³⁶. Neste sentido, o centro de Cáceres ainda assume a função residencial além de concentrar as atividades comerciais e serviços, e o bairro em seu entorno também se valorizou (bairro Cavahada), consolidando assim, o padrão clássico de segregação urbana: centro X periferia, esta última sendo definida tanto pela população que ali habita (população de baixo nível socioeconômico) e que trabalham no centro, quanto pela precarização da área e relação de dependência com a região central da cidade. Na realidade essa burguesia comercial depende dessa mão-de-obra que vive em setores mais afastados e precários.

Para Corrêa, “a segregação residencial é uma expressão espacial das classes sociais”¹³⁷, ou seja, a segregação residencial de uma cidade capitalista pode ser vislumbrada na localização diferenciada no espaço urbano dessas classes sociais fragmentadas e nos terrenos de preço mais elevado serão construídas residências melhores, em locais com infra-estrutura e bem localizados, e ressalta que:

“A atuação da classe dominante, ou algumas de suas frações, se faz através da auto-segregação na medida em que ela pode efetivamente selecionar para si as melhores áreas, excluindo-as do restante da população: irá habitar onde desejar (...). Por outro lado, ela segrega os outros grupos sociais na medida em que controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária dos demais grupos sociais no espaço urbano. Indiretamente atua através do Estado”¹³⁸.

¹³⁵ CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 2 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1993, p. 26.

¹³⁶ CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 2 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1993, p. 27.

¹³⁷ IB, idem, p. 62.

¹³⁸ CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 2 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1993, p. 64.

O ambiente urbano também se compromete nessa expansão da cidade mostrando-se socialmente e espacialmente fragmentado, e atinge especialmente as populações marginalizadas que carecem de infra-estrutura, coleta do lixo, falta de saneamento básico e vivenciam a problemática expansão desordenada levando-nos a concluir de que a falta de infra-estrutura resulta num grave problema social.

Um dos maiores problemas estruturais e sociais que a cidade de Cáceres enfrenta, portanto, é que o crescimento espacial do perímetro urbano não foi acompanhado de uma infra-estrutura básica, ou seja, não atendeu às necessidades básicas da cidade como um todo, equilibradamente. Conforme o próprio *Diagnóstico de Planejamento* aponta, “os sistemas de abastecimento de água e energia elétrica, sistema de esgoto não foram expandidos no mesmo ritmo do crescimento da cidade nas últimas décadas”¹³⁹.

Segundo Corrêa, o espaço deve ser abordado enquanto “(...) reflexo e condição social, expressando e afetando a existência e reprodução humana, afetando, em realidade, a própria reprodução das diferenças espaciais, qualquer que seja a escala geográfica considerada”¹⁴⁰.

Para Pereira e outros teóricos¹⁴¹, utilizar essa concepção de espaço urbano é reconhecer “por um lado, que este surge como resposta às necessidades dos seus habitantes e que, por outro, uma vez formado, impõe-se-lhes como um fato bruto exterior”¹⁴². A produção e reprodução desse espaço é realizada por processos e sujeitos históricos que vão se sobrepondo e também se contradizendo na sua atuação por transformações da estrutura urbana, principalmente nos últimos anos quando se observa o aumento da periferação e também a descentralização das cidades que tem agora “atividades econômicas dispersas e pulverizadas em extensas manchas urbanas”¹⁴³. Para esse autor, ocorre uma auto-segregação da classe dominante e um outro tipo de segregação imposta a grupos sociais que tem as opções de morar bem reduzidas ou nulas. E, portanto:

“A segregação assim redimensionada aparece com um duplo papel, o de ser um meio de manutenção dos privilégios por parte da classe dominante e o de um meio de controle social por esta mesma classe

¹³⁹ Diagnóstico do Planejamento Urbano, pg. 91.

¹⁴⁰ CORREA, R. L. A. Estudos sobre a rede urbana. Rio de Janeiro. Bertrand, Brasil. 2006, p.278.

¹⁴¹ CASTELLS, 1975a e 1975b; FARIA, 1978; HARVEY, 1992; GOTTDIENER, 1993; BRANDÃO, 2003.

¹⁴² PEREIRA, Raphael Henrique Moraes. Processos sócioespaciais, reestruturação urbana e deslocamentos pendulares na região metropolitana de Campinas. Unicamp. 2008, Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Demografia, pg. 03.

¹⁴³ IB, idem. pg. 04.

sobre os outros grupos sociais, especialmente a classe operária e o exército industrial de reserva”¹⁴⁴ (grifo nosso).

Ou seja, essa diferenciação residencial, dentro da organização espacial, viabiliza o processo de reprodução das relações sociais na sociedade capitalista e esse espaço social torna-se um elemento condicionante dessa sociedade. Harvey¹⁴⁵ argumenta que essas diferenças de áreas residenciais também fornecem meios de interação social distintos: valores, hábitos, expectativas e inclusive estado de consciência. Segregação para ele significa muito além de diferença de renda monetária, mas também diferença na renda real:

“proximidade às facilidades de vida urbana, como água, esgoto, áreas verdes, melhores serviços educacionais e ausência de proximidade aos custos da cidade, como crime, serviços educacionais inferiores, ausência de infra-estrutura etc”.

Nesta perspectiva, Lago precisa o termo periferização:

“não se refere apenas a um lócus, mas a um processo de segregação e diferenciação social no espaço, que tem causas econômicas, políticas e culturais (...) e onde tem importante papel a intervenção seletiva do Estado na alocação dos investimentos urbanos, privilegiando as áreas centrais e ignorando as áreas carentes”¹⁴⁶.

Essa noção de periferização vai, portanto, além de uma noção físico-geográfica, ou seja, além de condições ruins de acessibilidade, também assumindo um caráter “sociológico”, já que as precárias condições de vida da população que ali vive e também o baixo atendimento de infra-estrutura caracterizam essa noção. Para Ojima, o padrão periférico está vinculado ao modelo de desenvolvimento urbano e é assim definido:

“(…) pela segregação social das camadas populares de mais baixa renda e suas características contextuais de habitação normalmente associadas às regiões mais distantes do centro da cidade. O termo periferização, portanto, passa a ser designado como um modelo analítico específico da estruturação do espaço urbano nas metrópoles brasileiras. Surge então, um paradigma teórico, que embora parta do pressuposto espacial, abre mão da delimitação espacial e **trata da segregação das camadas sociais de baixa renda aos espaços periféricos dentro da organização espacial urbana. Assim, esse**

¹⁴⁴ CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 2 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1993, p. 64.

¹⁴⁵ HARVEY apud CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 2 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1993, p.65

¹⁴⁶ LAGO, L.C. Desigualdades e Segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000, p.38-39.

termo não se prende diretamente ao espaço geográfico, mas sobretudo ao espaço socialmente produzido”¹⁴⁷ (grifo nosso) ”.

CORREA observa que “nas sociedades de classes verificam-se diferenças sociais no que se refere ao acesso aos bens e serviços produzidos socialmente”¹⁴⁸. E constatamos que a elite local, comerciantes, empresários e outros profissionais, vivem e trabalham em bairros valorizados e com mínima infra-estrutura, então, para essa elite não há necessidade urgente de melhorias em bairros afastados. A discussão até aqui sugerida nos faz perceber que as necessidades desse grupo que vive e trabalha no centro já estão sendo atendidas, e historicamente isso está sendo evidenciado desde a formação da cidade.

Podemos concluir que os indicadores sociais e graves problemas urbanos na realidade não são culpa da “economia estagnada”, nem das “desculpas” lançadas pelo Poder Público, mas de uma ausência da necessária implantação dessa infra-estrutura básica, já que o desenvolvimento de um determinado espaço é induzido e só vem favorecendo determinados grupos, neste caso a elite local (comerciantes, empresários, e outros profissionais) que já mora e trabalha em bairros mais estruturados.

Nesse sentido, as transformações na dinâmica urbana seriam em parte reflexos das mudanças que ocorrem no modo econômico de produção/reprodução da vida social já que parcela dessas atividades produtivas de um lugar são re-localizados, assim também as áreas residenciais. Leva-se em conta o papel das relações (sociais, culturais) e também suas particularidades históricas na abordagem da questão urbana. Pensando assim, deve-se assinalar que as mudanças espaciais estão dialeticamente relacionadas com as transformações na forma da organização social revelando a interação da sociedade com o espaço, e para Lira¹⁴⁹, trata-se de um “modo histórico e socialmente específico”.

Sobre isso, Corrêa¹⁵⁰ observa que os proprietários dos meios de produção (grandes proprietários industriais e das grandes empresas comerciais) são “grandes

¹⁴⁷ OJIMA, Ricardo. Análise comparativa da dispersão urbana nas aglomerações urbanas brasileiras: elementos teóricos e metodológicos para o planejamento urbano e ambiental. Campinas, 2007. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, pg. 46.

¹⁴⁸ CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 2 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1993, p. 30.

¹⁴⁹ LIRA, Ricardo. Direito urbanístico. Estatuto da cidade e regularização fundiária. In: COUTINHO, Ronaldo e BONIZZATO, Luigi (orgs). Direito da cidade: novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano. Ed. Lúmen Júris: RJ, 2007. p. 134.

¹⁵⁰ CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 2 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1993, p.14.

consumidores de espaço” em virtude da dimensão de suas atividades. Para estes proprietários dos meios de produção, a especulação fundiária não é interessante pois, aumenta o preço dos imóveis e o preço da terra, onerando “os custos da expansão”. Este autor alerta para o fato de que “a propriedade fundiária e seu controle pela classe dominante tem ainda a função de permitir o controle do espaço através da segregação residencial, cumprindo, portanto, um significativo papel na organização do espaço”¹⁵¹.

Um outro ponto relevante que essa análise pode nos levar a supor é que a cidade de Cáceres, mesmo tendo desenvolvido as atividades no setor de serviços e comércio na sua atual fase de expansão e melhorado a infra-estrutura para atender os segmentos de classe desse setor, não deixou de ter presente em sua economia local o caráter econômico colonial (das práticas mercantilistas de exportação de matéria-prima). Portanto, sua função prioritária continua a ser desempenhada com características de ocupação, dominação e extração do que a região dispõe voltada para o exterior ou para cidades maiores. Os dois papéis primordiais da rede urbana destacados por Vilarinho Neto, quando o Brasil tinha o caráter econômico colonial, perduram sem grandes alterações nesse espaço: 1) a localização do poder político-administrativo; 2) a centralização dos agentes das atividades econômicas¹⁵². Os setores mais importantes da economia local são os serviços, comércio, e a exportação que inclusive tem uma área definida em Cáceres chamada de Distrito Industrial. Algumas empresas já atuam como a Crockjapan (produção de carne de jacaré) e Tanery do Brasil S-A e utilizam trabalhadores dessa periferia e adjacências (Bairros Garcês, Junco, Santo Antônio).

Assim, é possível dizer que a cidade foi constituída para o desenvolvimento das forças produtivas: na área central, onde estão os setores do comércio e serviços, tem um mínimo de infra-estrutura implantada porque essa elite local mora e desenvolve suas atividades comerciais ali, embora também não precisem da cidade como um todo, seus filhos estudam fora, suas férias e compras são feitas em centros maiores, enquanto os outros grupos que exploram o potencial produtivo da cidade, não precisam da “pretensa” infra-estrutura constituída na cidade, não existindo portanto, uma “real” preocupação com a formação de uma rede urbana estruturada e consistente. Os donos das agroindústrias não moram na cidade e administram seus negócios por meio de seus funcionários e gerentes. Por exemplo: a empresa Floresteca, cujos maiores sócios

¹⁵¹ IB, *idem* p.15.

¹⁵² VILARINHO, Neto. In: MORENO, Gislaïne & HIGA, Tereza Cristina Souza (org). Geografia de Mato Grosso. Cuiabá, Entrelinhas, 2005, pg. 126.

moram em São Paulo e Holanda, segundo informações de um dos gerentes Adriano Teixeira.

Segundo Corrêa, a partir da década de 1920 a área central das cidades tem sofrido um processo de descentralização o que significa uma “menor rigidez locacional” em suas áreas. Colby¹⁵³ aborda sobre os fatores que levaram a essa descentralização, principalmente a partir da década de 1930, e entre eles estão: o aumento constante do preço da terra, o congestionamento do transporte e um alto custo do mesmo, dificuldade em conseguir espaço para expandir, perda de equipamentos coletivos ou infra-estrutura. Ainda constata que as áreas não centrais têm que ter atrativos: terras com baixo preço, infra-estrutura, acessibilidade etc.

Descentralizar significaria dizer que a cidade está crescendo, que houve ampliação das distâncias e que novas atividades podem estar surgindo nessas áreas; descentralizar significa tornar o espaço urbano mais complexo. A própria dinâmica do capitalismo leva a essa situação e a característica principal do capitalismo na atualidade é ser monopolista, criando-se cadeias de lojas no setor terciário. Para Corrêa:

“Somente o grande capital, em expansão, demanda novos espaços e novos mercados. A descentralização torna-se um meio de se manter uma taxa de lucro que a exclusiva localização central não mais é capaz de fornecer. Nesse sentido constata-se que no capitalismo monopolista há centralização do capital e descentralização espacial.”¹⁵⁴

Em Cáceres, os bairros Rodeio e Garcez, próximos ao Distrito Industrial, ainda tem valores de lotes bem abaixo do preço de um lote no centro da cidade: enquanto nos bairros mencionados o valor fica em torno de R\$ 2.000,00, no centro fica em torno de R\$ 70.000,00¹⁵⁵. Isso provavelmente ocorre para as pessoas que produzem o “discurso oficial”, como Adilson Reis ou em documentos de autoria do *Diagnóstico de Planejamento Urbano* porque o desenvolvimento ainda não foi “induzido” para essa região, não se obtêm grandes lucros com essas áreas carentes que ainda não possuem a maioria dos elementos de infra-estrutura básica. Na realidade é preciso ter terrenos baratos para que se construam casas baratas nem que seja para alugar para esses trabalhadores, ou seja, o desenvolvimento se conjuga com o atraso. Em alguns bairros da periferia essa realidade já começou a mudar: clube, chácaras, pousadas,

¹⁵³ COLBY apud CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 2 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1993, p. 45

¹⁵⁴ CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 2 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1993, p.

¹⁵⁵ Segundo dados do Diagnóstico do Planejamento Urbano, baseados em valores do ano de 2006.

supermercados se instalaram nesses bairros, e já existe propaganda de venda de lotes à beira rio, modificações estas que beneficiarão a classe burguesa que precisa de novos espaços para também se alocar. Bairros estes que por enquanto, mesmo sem infraestrutura garantem o funcionamento do distrito industrial pois, ali também mora uma parte do exército de reserva de mão-de-obra barata e que vivem em condições precárias.

Alguns setores da cidade, como a área central, são mais procurados pelas atividades terciárias e também bairros que são habitados por pessoas de médio e elevado poder aquisitivo. Corrêa observa que no caso da indústria verifica-se o contrário e esclarece: “A descentralização industrial inicia-se nos primórdios do século XX (...). Entretanto, nem todas as indústrias descentralizaram-se. Aquelas que o fizeram, ou nasceriam longe da área central, tornaram mais complexa a organização espacial da cidade”¹⁵⁶. A cidade de Cáceres torna-se um bom exemplo desses usos do solo já que o setor disponível para a zona industrial é afastada da área central e isso prova que também aqui o espaço urbano também está sofrendo alterações e tornando-se mais complexo. Essas indústrias já nasceram longe do centro da cidade de Cáceres, na área destinada para a Zona de Processamento de Exportação, e embora esta ZPE ainda não tenha sido oficializada, já existem algumas empresas fazendo exportações de sua produção: carne, couro, colágeno para cosméticos, madeira teca e estão instaladas nessa parte do perímetro urbano. Mesmo esse distrito industrial estando num bairro despreparado para a classe industrial e burguesa, sem infra-estrutura (sem água encanada, asfalto), já nota-se modificações no mesmo: energia elétrica, crescimento do comércio local (supermercados, bares, pousadas, clube). Atualmente nesse bairro, o Garcês, próximo ao distrito industrial encontra-se um frigorífico (Friboi), a Coocrija (empresa que vende carne de jacaré) e no distrito industrial já existem uma indústria de colágeno (Proteínas S.A), um curtume (Tanery do Brasil S.A) e uma fábrica de cimento.

Este distrito industrial, de localização periférica, resulta de uma ação do Estado, que traçou inicialmente a sua localidade e já está melhorando a infra-estrutura do local, assim a valorização imobiliária começa a remodelar o lugar. O Estado está cumprindo sua função e atendendo aos interesses dessa classe burguesa comercial e industrial, numa dada correlação de forças. Conforme Corrêa:

“através da socialização de vários fatores de produção, como terrenos preparados, acessibilidade, água e energia; e de acordo com interesses de outros agentes sociais, como proprietários fundiários e industriais, visa criar economias de aglomeração para as atividades de produção industrial.

¹⁵⁶ CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 2 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1993, p. 55

O impacto do Estado sobre a organização espacial da cidade sem dúvida é importante”¹⁵⁷.

Mesmo diante da necessidade de se rever esse modelo dual (centro e periferia) a partir da década de 1980, devido ao fato de estar ocorrendo uma “heterogenização da periferia”, não há contradição do modelo dual com esta tendência, ou seja, a periferização social das classes pobres e a segregação geográfica das classes altas podem coexistir já que são distintos os processos: o processo responsável pela segregação social dos pobres é um, e o responsável pela segregação geográfica dos ricos é outro. Neste sentido, Lago explica que essas duas tendências podem:

“estar associadas a processos sociais distintos. Sob um aspecto, o aumento relativo dos pobres e da concentração de renda indicaria a tendência à polarização da estrutura social, em que setores médios pauperizados teriam que buscar novas estratégias espaciais em áreas menos valorizadas, e, portanto, mais distantes do núcleo. Sob outro, a tendência seria de uma estrutura social mais complexa e menos polarizada entre ricos e pobres, com o aumento relativo dos setores médios, sobretudo nas áreas periféricas, onde começa a ocorrer maior dinamismo econômico. Na realidade, tais tendências não são necessariamente excludentes. Ao se incorporar na análise a dimensão espacial, torna-se possível pensar a coexistência de espaços tendencialmente mais polarizados com outros diversificados socialmente”¹⁵⁸.

E mais, Pereira argumenta sobre o fator coercitivo, de natureza social e principalmente econômico implicando no processo de periferização:

“ainda que essa segregação geográfica dos ricos problematize o modelo centro-periferia ao apontar a tendência de crescimento das áreas periféricas não tão precarizadas e ocupadas por pessoas de classes sociais mais altas, essa evidência não falsifica o fato de que existem processos de periferização da população mais pobre”¹⁵⁹.

Nesta perspectiva, Aroca observa: “nesse ponto reside o mérito da teoria clássica da economia urbana ao indicar que os crescentes custos de localização nas proximidades

¹⁵⁷ CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 2 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1993, p. 56.

¹⁵⁸ LAGO, L.C. Desigualdades e Segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000, p.15-16.

¹⁵⁹ PEREIRA, Raphael Henrique Moraes. Processos sócioespaciais, reestruturação urbana e deslocamentos pendulares na região metropolitana de Campinas. Unicamp. 2008. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Demografia. pg. 45.

do centro urbano atuam como força centrífuga”¹⁶⁰. Então, a elevação nos custos de moradia de uma área traz o impacto negativo de tender a expulsar as pessoas que vivem nessas áreas que foram valorizadas. Nas palavras de Pereira: “Assim, é indubitável que a capacidade de absorver aquela elevação dos custos de moradia por parte das famílias e indivíduos será um fator decisivo sobre sua permanência ou não na área. E, que, nesses casos, as camadas populares de mais baixa renda acabam sendo as mais afetadas”¹⁶¹.

A fragmentação das ações dos governos municipais também é vislumbrada pelo estudo de Aguiar como um dos fatores responsáveis pela insuficiente infra-estrutura básica (falta de abastecimento de água, luz, sistema eficiente de esgoto) de grande parte da população tornando as condições de vida das mesmas bem precárias e levando a degradação do meio ambiente urbano. Aguiar no referido estudo enfatiza:

“Há que se mencionar nesse contexto a relação existente entre a pobreza e o meio ambiente urbano degradado, frisando-se que não é somente a pobreza que causa problemas ambientais, mas, muito pelo contrário, é das condições de vida precárias que se deriva grande parte da pobreza existente nas cidades”¹⁶².

O processo de urbanização acompanhado pela capitalização leva à segregação sócio-econômica e também espacial nas cidades e é assim, que um grande número de pessoas, procuram moradias mais baratas em bairros mais afastados. Portanto, a marginalização social é que leva a essas condições precárias de vida. Para o estudo de Aguiar e outros, a cidade sofre com insuficientes programas de assentamentos ou mesmo pouquíssimas ações no sentido de agilizar a construção de casas populares em loteamentos legalizados, e segundo o *Diagnóstico do Planejamento Urbano* os governos municipais “**tem se mostrado incapazes de resolver esses problemas**”, tendo evidenciado o crescimento de áreas invadidas, áreas urbanizadas fora do perímetro urbano, assentamentos em áreas irregulares ou ilegais em lugares da periferia da cidade que na maioria das vezes são inadequados para morar. Conforme o estudo de Aguiar sobre Cáceres:

¹⁶⁰ AROCA, Rafael. Direito urbanístico. Estatuto da cidade e regularização fundiária. In: COUTINHO, Ronaldo e BONIZZATO, Luigi (orgs). Direito da cidade: novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano. Ed. Lúmen Júris: RJ, 2007. p. 44.

¹⁶¹ PEREIRA, Raphael Henrique Moraes. Processos sócioespaciais, reestruturação urbana e deslocamentos pendulares na região metropolitana de Campinas. Unicamp. 2008. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Demografia. pg. 46.

¹⁶² COY, Martin. FRIEDERICH, Martin. ROPER, Monika. SCHIER, Michada. DE AGUIAR, Maria Virginia A. Questão Urbana na Bacia do Alto Paraguai. UFMT. Centro de Estudos da América Latina, 1994.pg. 108.

“Por outro lado, também é aqui que os problemas ambientais são maiores. O perigo de inundações, o lençol freático elevado, a falta de infraestrutura básica, a existência de mosquitos, ratos e outros animais ameaçam seriamente a população expulsa para estes lugares de moradia”¹⁶³.

O referido estudo¹⁶⁴ destaca a necessidade de se elaborar um plano para o uso do solo urbano, diretrizes urbanísticas e um programa de assentamento organizado (a partir do Plano Diretor) pois, sem esses instrumentos a forma “caótica” de expansão de áreas habitadas no perímetro urbano e fora dele (áreas urbanizadas fora do perímetro urbano) deverá continuar, não havendo como efetivar esse planejamento urbano nem “organizar” a cidade. Adilson Reis, enfatiza muito essa questão argumentando que essa é a melhor forma de induzir o crescimento:

“Com raríssimas exceções desde a fundação até o presente momento, houve a preocupação de calçar tecnicamente uma gestão pública e política. Depois do primeiro plano diretor de 1778, o de 1995, que foi uma exigência legal para todos os municípios brasileiros e tinha que ser discutido e aprovado pela Câmara Municipal e caso não fizesse isso nosso município não receberia mais nenhum repasse do governo federal e o que foi feito foi um excelente compêndio de informações (recortou e colocou um código de obras e de posturas que já existiam) mas **que não direcionou a cidade, não definiu o macrozoneamento, locais autorizados onde se pode construir**, enfim definir melhor essas situações no macro em cima de conhecimentos, em cima de estudos. Nós estamos atualizando o plano diretor que existe mas agora **lendo a cidade, tecnicamente, socialmente, fazendo um plano diretor participativo**, colhendo os indicadores dos bairros, tem que ser participativo e os governos anteriores não fizeram isso, foi feito internamente”. E nós precisamos do plano diretor para **induzir o crescimento da cidade**, tentando responder **em que direção nós queremos crescer**, qual a infra-estrutura que devemos colocar para induzir o crescimento aqui **no setor comercial, residencial**, nós temos essa responsabilidade na construção do plano diretor” (grifo nosso).

Tanto Adilson Reis, como os estudos sobre o desenvolvimento da cidade (Aguiar e outros e o Diagnóstico do Planejamento Urbano) apontam para a necessidade de se elaborar um plano para o uso do solo, assim como outras leis específicas (plano diretor, por exemplo), e nessa “fala oficial” percebemos o encobrimento de interesses dominantes, querem dominar esse processo para induzir o desenvolvimento atendendo aos seus interesses principalmente nos setores fundiário e imobiliário. Corrêa observa:

“É no nível municipal, no entanto, que estes interesses se tornam mais evidentes. Afinal a legislação garante à **municipalidade muitos poderes**

¹⁶³ COY, Martin. FRIEDERICH, Martin. ROPER, Monika. SCHIER, Michada. DE AGUIAR, Maria Virginia A. Questão Urbana na Bacia do Alto Paraguai. UFMT. Centro de Estudos da América Latina, 1994.pg. 109.

¹⁶⁴ IB, idem.pg. 116.

sobre o espaço urbano, poderes que advêm, ao que parece, de uma longa tradição reforçada pelo fato de que, numa economia cada vez mais monopolista, os setores fundiário e imobiliário, menos concentrados, constituem-se em fértil campo de atuação para as elites locais¹⁶⁵ (grifo nosso).

O *Diagnóstico de Planejamento Urbano* (fala oficial do estudo sobre Cáceres), explica que o município necessita de ações que regularizem a situação fundiária urbana, tida como “base para **políticas sociais e ambientais**”, já que sem essas ações irão se ampliar os conflitos e a “**anarquia no uso do solo urbano**”¹⁶⁶. Essa fala justifica uma ação efetiva dos segmentos de classe dominante dentro do Poder Público Municipal e na sociedade civil ao “organizar” o uso do solo urbano e quiçá fazê-lo mais desigual do que já o é. O plano diretor nesse sentido é elaborado para a expansão do capital.

Sobre as ações fragmentadas ou seja, sem continuidade por parte dos agentes que estão a frente da administração ou chefia, Amed¹⁶⁷ comenta: “um grande problema de Cáceres é que os projetos que começam terminam rápido e este projeto não pode terminar, esteja quem estiver na Prefeitura”, fazendo referência à importância do trabalho de “rede” entre as diferentes entidades, associações, Poderes constituídos, Polícias, Sindicatos, Conselhos, para colocar em pauta políticas sociais eficazes e aprovação de leis que, segundo ele, vem em “benefício” do município, parte da lei do zoneamento e Plano Diretor. Todas essas referências apontadas por Amed, permite-nos concluir que o Plano Diretor não está sendo resultado de lutas sociais onde as entidades e órgãos associativos estariam participando ativamente, mas está sim ocorrendo uma manipulação do processo. Os presidentes de bairros estão participando das audiências públicas, mas já inseridos no discurso oficial e portanto sem lutas efetivas para a melhoria de seus próprios bairros. Aderem ao processo sem questionar.

Isso significa que o “crescimento desordenado” na cidade é uma expressão aceita pacificamente, pois está diagnosticada na chamada “crise urbana” e faz parte da própria realização da lógica do capital. A solução para a “desordem e o caos urbano”, pensada nessa lógica e apontada por Coutinho, só pode basear-se na explicação que incorpora elementos tradicionais como “lei, ordem e segurança” e modernos como a

¹⁶⁵ CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 2 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1993, p. 26.

¹⁶⁶ Diagnóstico do Planejamento Urbano, pg. 112.

¹⁶⁷ AMED, Jorge Augusto. Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Cáceres. Entrevistado por Vivian Lara Cáceres Dan. 18/7/2009.

“regularização fundiária e o uso das tecnologias limpas”¹⁶⁸, elementos os quais combinam a crença de que a sustentabilidade é possível.

Segundo Lira, o ordenamento jurídico brasileiro tem passado por reformas, inserindo normas gerais “de ordem pública e interesse social”, postuladas por um “novo tempo” que também requer uma “nova ordem urbana”¹⁶⁹. A nossa atual Constituição Federal delineou a competência do município para legislar sobre assuntos de interesse local, mas para promover políticas e planos urbanísticos, programas de construção de moradias, melhorias habitacionais ou de saneamento básico a competência é comum e suplementar com os outros entes federativos (União, Estado).

O Estatuto da cidade é considerado hoje um dos “pilares fundamentais do direito urbanístico”, segundo Lira¹⁷⁰. Para isso, agregou instrumentos e institutos, e um deles é o Plano Diretor, que se traduz no instrumento básico da “política de desenvolvimento e de expansão urbana”, e segundo o autor, esse estatuto pode vir contemplando alternativas para “amenizar” as precárias situações de vida da maior parte da população ou vir trazendo soluções engenhosas para levar o “desenvolvimento” e a melhoria das condições estruturais a mais lugares.

A eficácia das normas urbanísticas dependem da implementação das políticas urbanas, que para Jardim¹⁷¹:

“podem ser entendidas como o conjunto de intervenções municipais legais e materiais e de medidas materiais interventivas no espaço promovidas por terceiros coordenados pelo município, visando àquelas, e estas ordenarem o **pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana**” (grifo nosso).

Na realidade não passam de artifícios escamoteadores das insolúveis contradições dessa mesma realidade que continuará a se perpetuar sócio-espacialmente.

No ano de 2006, a empresa COOTRADE foi contratada (por licitação) para elaborar um Diagnóstico do Planejamento Urbano da cidade¹⁷², e coletou inúmeros

¹⁶⁸ COUTINHO, Ronaldo. A mitologia da cidade sustentável. In: COUTINHO, Ronaldo e BONIZZATO, Luigi (orgs). Direito da cidade: novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano. Ed. Lúmen Júris: RJ, 2007, p.45.

¹⁶⁹ LIRA, Ricardo Pereira. Direito Urbanístico, Estatuto da cidade e Regularização Fundiária. IN: COUTINHO, Ronaldo e BONIZZATO, Luigi (orgs). Direito da Cidade: Novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano. Ed. Lúmen Júris: RJ, 2007, p.4

¹⁷⁰IB, idem p.6

¹⁷¹ JARDIM, Zélia Leocádia da Trindade. Regulamentação da Política Urbana e Garantia do Direito à Cidade. IN: COUTINHO, Ronaldo e BONIZZATO, Luigi (orgs). Direito da Cidade: Novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano. Ed. Lúmen Júris: RJ, 2007, p. 100.

¹⁷² Infelizmente não tenho dados sobre o processo licitatório nem sobre o edital desse processo.

dados sobre a cidade (que inclusive utilizo nesta dissertação). A partir desses dados essa empresa elaborou um diagnóstico do planejamento urbano que deveria ser utilizado para fazer o plano diretor da cidade, uma exigência constitucional.

Na gestão do prefeito Ricardo Henry inicia-se as reuniões e elaboração de um diagnóstico de planejamento para darem andamento ao Plano Diretor, e inclusive o engenheiro civil Adilson Reis estava à frente desse trabalho, na Secretaria de Administração. Segundo Reis, o então prefeito (Ricardo Henry do Partido Progressista), depois de ter o diagnóstico e todas as informações/dados necessários para elaborar o plano diretor, “engavetou” tais dados, abandonou a proposta de elaboração do Plano Diretor e trocou o então secretário Adilson Reis. Sobre a atitude do prefeito anterior (Ricardo Henry) de não dar continuidade ao plano diretor, Adilson Reis em entrevista assim argumentou:

“Ricardo abandonou completamente aquilo que foi pensado. Embora tenha feito o plano plurianual (que é obrigatório), Lei orçamentária anual, previsão orçamentária. Como Cáceres ainda não cumpriu o plano diretor que é obrigatório também isso comprometerá os próximos repasses. Esse plano é obrigatoriamente participativa, a sociedade tem que dizer qual o rol de necessidades, desse rol quais as prioridade e em que prazo. **Leitura técnica e popular para se construir esse cenário para dez anos.** As críticas que existem são construtivas e ai a gente fala para o Sr. Prefeito e muitas vezes ele não gosta disso” (grifo nosso).

Já para Michelis, diretora jornalística do jornal Correio Cacerense, “Ricardo foi um dos melhores prefeitos que passou por aqui, sua administração foi excelente e tínhamos uma excelente relação (o jornal e a Prefeitura)”¹⁷³. Adilson Reis assim comenta sobre o ex-prefeito:

“Localmente, nós não temos rádio nem TV (se referindo ao ex-prefeito que tem uma TV local) de domínio político desse grupo que está no poder (se referindo ao ex-prefeito Ricardo Henry), muito pelo contrário, então eles divulgam versões que criam lá, eles trabalham a contra-informação da cidade em prejuízo político da gestão pública atual, infelizmente. E, tem que ter jogo de cintura para administrar tudo isso. E só quem consegue fazer isso, são os profissionais na política, os políticos profissionais não fazem isso e dizem: `eu não vou colocar azeitona na empada de fulano porque ele não é da nossa turma`. É exatamente assim que acontece”.

Este plano diretor voltou à pauta de discussões em 2009, quando o então candidato a prefeito novamente ganhou as eleições mas não pôde assumir devido aos

¹⁷³ MICHELIS, Orfélia. Proprietária e Diretora Jornalística do Jornal O Correio Cacerense. Entrevistada por Vivian Lara Cáceres Dan. 31-03-2010.

problemas com a Justiça Eleitoral e seu maior rival (Túlio Fontes – DEM) tomou posse e recolocou em pauta a necessidade da implantação do Plano Diretor.

Na atual administração, do prefeito Túlio Fontes (Partido DEM) tem dado continuidade a essa idéia, Adilson Reis assessora o prefeito, dá sugestões e trabalha em conjunto nas duas Secretarias, Indústria e Comércio e Administração, estando na fase de reuniões com segmentos organizados, catalização de informações e problemas dos bairros com o auxílio dos presidentes de bairros, que não discordam desse processo, ficando claro que localmente o projeto burguês se consolida na sociedade organizada. É aí que sua pedagogia da hegemonia atua através da supervalorização dos instrumentos da democracia direta, para que as demais classes aceitem esse projeto acriticamente, ou seja: “a organização da sociedade civil é um vetor importante da legitimação social ao projeto burguês de desenvolvimento (...)”¹⁷⁴ e parte dessa sociedade civil organizada também têm seus objetivos efetivados dentro do Estado, também participa na elaboração dessas leis.

O ex-prefeito Ricardo Henry, do PP, já enfatizava a importância das “parcerias” para fazer um “bom trabalho”:

“Estamos trabalhando, e muito, e a parceria, tanto dos poderes constituídos como com a sociedade organizada, tem sido fundamental para o desenvolvimento do município, esta é a nova proposta de governo que estamos implantando em Cáceres”¹⁷⁵.

Isto evidencia que estas figuras políticas, prefeito anterior, o ex-secretário do Planejamento e atual Secretário da Indústria e Comércio e também o atual prefeito têm visão ampla do que seja o Estado e do que seja sociedade organizada (sociedade civil), já que na gestão de Ricardo Henry foi dado início à elaboração de um Plano Diretor que se adequasse ao “padrão de desenvolvimento e ocupação urbana do seu território” e juntamente com “a sociedade organizada determinar a forma de crescimento a ser promovido”¹⁷⁶, ou seja, sabem como atuar dentro do Estado para beneficiarem-se nessa relação. É possível perceber na entrevista do engenheiro Reis a importância de dizer o que é a cidade para que possam justificar a indução do desenvolvimento de algumas

¹⁷⁴ NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia W (org). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005, pg.87.

¹⁷⁵ Reportagem no site: www.caceres.mt.gov.br, do dia 12/09/2005, com o título “Prefeito Ricardo anuncia pacote de obras”.

¹⁷⁶ REIS, Adilson, atual secretário da Indústria e Comércio, entrevistado por Vivian Lara em 22-04-2009.

áreas. O ex-prefeito Ricardo Henry tinha também um bom entendimento com o jornal local “Correio Cacerense” para que este, juntamente com o site da Prefeitura, noticiasse suas obras, ações e o promovesse¹⁷⁷. Assim, como para o então prefeito as “parcerias” são importantes, para Gramsci, a sociedade civil não está em oposição ao Estado. Segundo FONTES:

“A sociedade civil é o local da formulação e da reflexão, da consolidação dos projetos sociais e das vontades coletivas. Por meio de sua imbricação no Estado, assegura que a função estatal de educação – o Estado educador – atue na mesma direção dos interesses dirigentes e dominantes, através da mediação dos partidos políticos, tanto os oficiais como os que, extra-oficialmente, difundem e consolidam as visões de mundo, a imprensa (ou a mídia)”¹⁷⁸.

Portanto, o Estado e a sociedade civil devem ser pensados como relação dialética, pois o Estado não está desvinculado da sociedade, os conflitos da sociedade estão dentro do Estado e vice-versa, e este caráter de classe do Estado é que fundamenta a propriedade e aqui a própria organização do espaço. A análise dialética permite uma relação mais rica e diversa, análise das ações mais simples e pequenas, ou seja, é o que nos permite compreender o Estado como parte das contradições sociais, na esfera da sociedade civil, bem como as condições históricas do processo.

Assim, a indicação do que é cultura e do que deve ou não ser valorizado, as visões da classe dominante e a própria dominação manifestada no fato de segmentos da elite local estar também atuando dentro do Estado predominam nesta sociedade, e passam a ser divulgados como se fosse vontade de todos; isso dá efetividade também à sociedade de Cáceres, quando por exemplo, sentem a necessidade de implementar leis sobre o tombamento, das pequenas e médias empresas, zoneamento urbano, plano diretor etc e atuar em benefício de certos segmentos (industrial e comercial) já vislumbrando também um maior desenvolvimento econômico com a futura implantação da Zona de Processamento e Exportação.

Isto significa que para melhor entender o Estado temos que entender os aparelhos privados de hegemonia, pois esses organismos é que atuam no sentido de formar um consenso e estão articulados no próprio Estado. A dominação se efetiva pelo

¹⁷⁷ Tanto o site da Prefeitura quanto este jornal de circulação local são meios de informação de massa e portanto, configurariam “aparelhos ideológicos”.

¹⁷⁸ FONTES, Virgínia. Sociedade civil no Brasil Contemporâneo. In: NEVES, Lucia Maria Wanderley & LIMA, Júlio César (orgs). Fundamentos da educação escolar no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006. p.213.

convencimento. Convencer se torna uma tarefa permanente para as classes dominantes e isso se dá por aparelhos privados de hegemonia que rumam para integrar-se ao Estado.

A elaboração do *Diagnóstico de Planejamento Urbano* por um lado mostrou que é possível obter um “planejamento formal” que interessa principalmente às classes dominantes, já que elas induzirão o desenvolvimento da cidade e conhecendo a realidade urbana desta cidade farão emergir uma nova ordem legal e novos padrões de urbanização que afetarão ou se estenderão a todos os “cidadãos”, beneficiando-se nesse processo. Por outro lado, é possível perceber um impasse estrutural da política local onde se observou que os objetivos “escusos” de “politiqueiros”, sejam eles interesses econômicos (a articulação com a Acec e outras entidades demonstra isso), de articulação política (o ex-prefeito Ricardo Henry tem um irmão que é deputado federal, Pedro Henry), ou eleitoral (mudanças estruturais são apostas altas que podem significar maior popularidade ou seu reverso e para ele que pretendia re-candidatar-se talvez não fosse o momento correto para elas ocorrerem) sempre estiveram à frente da administração pública municipal e assim as mudanças também sempre estiveram atreladas aos aspectos levantados: interesses econômicos, políticos e eleitorais. Na fala de Adilson Reis, isso também faz parte da discussão como se ele não fizesse parte desse processo, incomodando-se pela falta de compreensão por parte da população da pretensa “cidadania”, de uma pretensa “consciência” em quem votar e que acredita não fazer parte desse grupo que se estende no poder local seja pelo fato de pertencerem a uma família “tradicional”, seja porque tenham influência de outros políticos da região. Para ele, o fato de ser um profissional atuante já garantiria melhores administradores. Sua vontade de se eleger como vereador na eleição passada foi frustrada, não teve votos porque não gastou em campanhas apesar de ser muito conhecido:

“A maioria na Câmara Municipal é oportunista, não sustenta dois minutos de discussão, não tem conteúdo infelizmente. As coisas têm que partir do conhecimento, do intelecto, de números, de bases de sustentação, para a questão ser defendida em qualquer ambiente e você conseguir construir processo que respondam ao social. Mas a sociedade não está preparada para ouvir isso, não compreende e aí na hora de votar, vota no Zé Mané dos quantos porque ele deu uma festa, porque deu pão e circo para resumir. Por isso precisamos de mais profissionais na política, que não trabalha com fins politiqueiros mas sim, com fins políticos de resultado (...) participamos do processo político, dos projetos para o desenvolvimento”.

Ele aproveitou a oportunidade, a partir da crítica sobre os partidos políticos, e tentou promover o seu partido (PSB) e por isso também é possível perceber interesses político-partidários em sua fala. Para Reis,

“Os partidos políticos organizados em Cáceres são incipientes, alguns mais tradicionais, outros frutos do oportunismo, ou seja, uma mesma pessoa tendo domínio sobre meia dúzia de partidos, usando isso para fins eleitoreiros, não estando focados na essência mesmo da sociedade, tanto que não se vê discussão política fora das épocas de eleição. E isso é um diferencial que colocamos no PSB, aliás o PSB está brigando por um bom número de filiados e que podem contribuir para o social, é um partido de ação social ampliada na discussão de diversos temas”.

Na entrevista com Reis, quando falava sobre o Plano Diretor ele fala que a cidade precisa ter um plano de desenvolvimento, implantando uma política (e programas) para que o desenvolvimento urbano com a ajuda dos governos federal e estadual aconteça:

“Com ele, de fato, enxergando Cáceres pelo retrovisor nos 230 anos para trás e para frente no mínimo nos próximos 10 anos para traçar um **perfil da cidade que queremos**, colher essas impressões da sociedade, isso visando os próximos 10 anos, mas para ter as possibilidades de colocar em prática o que está nesse cenário (plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias) isso tem que estar contido literalmente nessas peças orçamentárias do município, é uma obrigação legal. Parece que agora Cáceres tem uma decisão política (se refere ao atual Prefeito Túlio Fontes) de realmente construir esse momento para a cidade e daí derivar alguns procedimentos para a gestão pública municipal ter uma pauta, agregar algumas coisas que são previsões do governo do Estado, bem como do governo federal especialmente naquilo que diz respeito ao provimento de recursos para a execução de obras necessárias e fundamentais. Dentro dessa matriz, é claro que num determinado momento, **algumas coisas são priorizadas** e isso têm alcance para outras atividades da gestão pública. Exemplo: o município nunca levou em conta essa questão da economia solidária e agora estamos levando para dentro da Secretaria de Indústria e Comércio, inserindo novas questões. Temos a discussão sobre a lei da pequena e média empresa que também já vem sendo discutida pelo SEBRAE, pela Federação das Indústrias, Federação do Comércio, Indústria e Comércio do Estado que promove essas discussões e as estimula, e daí para encaminhar para a prática parece longe mas não está. O plano diretor vai **desenhar a cidade que queremos**” (grifo nosso).

Muda-se o discurso, agora o Plano Diretor é importante (e urgente), mas será que isso representa mudanças na realidade social segregadora? A quem essas reformas irão favorecer e afetar? Para o ex-prefeito Ricardo Henry do PP, esse Plano Diretor e a reforma urbana não eram interessantes naquela oportunidade. Com o atual prefeito Túlio Fontes do DEM, a tática é oposta: é necessária a reforma urbana e a elaboração do

Plano Diretor, mas deixou-se de lado os fins politiqueros? Com que intenção esse plano diretor será aprovado? Beneficiará a todos? A função da pequena política é sempre ocultar a grande e o antigo prefeito não fez nada de grande política, então ambos estão nesse cenário conservando interesses já consolidados. Critica-se com isso a “histórica” ação desses administradores que sempre atendem aos seus interesses prioritariamente e se há urgência na aprovação dessas leis (pois é uma exigência legal) os agentes políticos aproveitarão essa oportunidade para se promoverem, aliarem-se, enfim, tirarem enormes benefícios dessas mudanças. Adilson Reis, em entrevista, apresenta-se como se estivesse neutro, como se não estivesse trabalhando para atingir interesses da classe empresarial, aparentemente está acima dos interesses de classe e aponta que:

“cabe ao Poder Público uma discussão técnica e de **ação direta interna**, envolvendo a sociedade civil como um todo, e aí se envolvendo **inclusive a classe empresarial, que são os investidores**, que vão se perguntar: que cidade é essa que eu possa investir? Investidores atuais e os que pretendem vir para cá: que cidade vão ter daqui há dez anos?”(grifo nosso).

Adilson Reis também fala sobre a importância das leis municipais para garantir o desenvolvimento dessa política urbana que como já ressaltamos remodela as relações de produção e reprodução do capital no processo de urbanização:

“Tem uma superposição no campo legal de Leis Federais que superpõe-se as estaduais e municipais, só que as estaduais e municipais podem estar complementando as leis maiores e são aplicáveis, só que o município ainda está se organizando para isso”.

Para isso, o município vem se preparando, fazendo reuniões e conferência sobre a implantação do Plano diretor, colhendo informações da sociedade a partir das audiências públicas etc¹⁷⁹. Como se a proximidade do governo local com os “cidadãos” fosse o elemento suficiente para garantir maior democracia e participação e assim garantir uma maior eficiência administrativa. Como se por si só as leis municipais dariam conta da amenização das desigualdades existentes espacialmente. Essa seria, então, uma nova etapa para essas pessoas que estão a frente da administração e envolvidos na aprovação das leis municipais, que crêem nas “virtudes” do Direito

¹⁷⁹ No site da prefeitura de Cáceres, www.caceres.mt.gov.br, ver reportagens: “Audiências Públicas percorrem bairros em Cáceres” (04-06-2009), “Plano Diretor de Cáceres será debatido durante todo o dia de hoje no CIC” (11-12-2009) e “Quarta Conferência da cidade sugere criação de conselho e zoneamento municipal” (13-12-2009), acesso em 23-12-2009.

(ideologia jurídica) onde se propõe uma relação quase linear (equilibrada) entre o Plano Diretor e a pretensa “gestão urbana democrática”, baseada nessa ilusória “Democracia Participativa” o que consolidaria, portanto, o “Estado Democrático de Direito”.

Não somente na discussão do Plano Diretor, mas de modo geral, a distribuição desigual ao acesso a bens e serviços na cidade vem ao encontro à discussão sobre a natureza e a qualidade dos conflitos sociais (a possibilidade de uma população consciente do que está acontecendo dentro das entidades de classe e representações), pois esta qualidade está relacionada diretamente à capacidade dos grupos sociais se constituírem em sujeitos sociais (estabelecimento de identidades coletivas e o grau de associativismo) capazes de traduzirem suas necessidades em demandas reconhecidas pelo governo local. Não fiz uma investigação mais aprofundada sobre essas entidades em Cáceres, mas no que tange aos presidentes de bairros estes já se “convenceram” e portanto apóiam as mudanças visando o Plano Diretor consolidado, o convencimento está sendo produzido junto à sociedade civil. É possível que se essas entidades estivessem ativas intervindo nesse processo teríamos um elemento importante para pelo menos vermos efetivados algumas características dessa “gestão democrática das cidades” e que Santos Júnior ressalta:

“A base para a constituição de sujeitos coletivos reside em condições efetivas (direitos políticos, habilidades, recursos e oportunidades) para a formação de movimentos associativos”¹⁸⁰.

A dominação não existe enquanto um “poder em si”, não está apartada nem é plena, ou seja, o poder não existe soberanamente, é uma força relacional. Força relacional não quer dizer harmônica, e sim que essa força oxigena as dinâmicas da sociedade, estas se interpõe, segundo Poulantzas. O que a visão dominante nega é o que faz dela força dominante, já que ela se constitui no embate, no conflito, e as fissuras, as vozes dissonantes estão dentro do próprio discurso dominante.

Para Gramsci, a sociedade civil é um conjunto de associações políticas, culturais, ditas privadas, mas que se inserem dentro do próprio Estado¹⁸¹. Neste sentido, é preciso entender que o Estado, seja a nível municipal, estadual ou federal, é espaço infiltrado de interesses. Assim,

¹⁸⁰ SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. Democracia e governo local: dilemas e reforma municipal no Brasil. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2001, p. 44.

¹⁸¹ LIGUORI, Guido. 1. Estado ampliado; 2. Sociedade civil. Roteiros para Gramsci. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2007, p. 22.

“a ideologia dominante, nas formas de funcionamento-inculcação de que ela se reveste no interior e no próprio seio do aparelho do Estado, constitui um cimento indispensável para unificar as pessoas nos diversos aparelhos de Estado e fazê-lo funcionar a serviço das classes dominantes”¹⁸².

Ou seja, essa ideologia, que não é apenas idéias, mas hábitos, costumes e modos de vida, está inserida dentro dos próprios aparelhos do Estado. Sendo assim, não é possível desconsiderar o seu papel. Ela é “parte ativa” não só na constituição das forças sociais (de classes) ou de sua organização, mas atua na construção de alianças entre o bloco no poder e as classes exploradas, sendo essencial para a continuidade da dominação de classe e auxilia na fixação do consenso. Segundo Poulantzas, a burguesia está dividida em frações de classe e essas frações burguesas, mesmo em graus variáveis, “se situam no terreno da dominação política, fazendo então sempre parte do bloco no poder”¹⁸³. E mais, “o Estado capitalista, hoje como no passado, deve representar o interesse político a longo prazo do conjunto da burguesia (o capitalismo coletivo em idéia) sob a hegemonia de uma de suas frações”¹⁸⁴.

A classe dominante é a proprietária dos meios de produção, mas para ser dominante e a proposta capitalista “vingar” tem que ser dirigente também, ou seja, o Estado se torna instrumento de dominação para legitimar seu projeto pelo restante da classe e passa a regular papéis. É no âmbito da sociedade civil que se constitui a força de sustentação de um poder hegemônico e este se condensa no Estado e nos aparelhos privados de hegemonia. O Estado atua juntamente com os aparelhos públicos e privados para incidir político e culturalmente criando consenso, entre eles, a imprensa¹⁸⁵. Portanto, quando pensarmos em Estado, devemos pensar também nas classes dirigentes que tornam-se hegemônicas por produzirem consenso¹⁸⁶.

Na cidade de Cáceres quem tem guiado essas discussões é a classe dominante local. A Associação Comercial e Empresarial de Cáceres (Acec) que representa o grupo de empresários e comerciantes existe apenas há quatro anos (2005-2010), a ACEC, está atuante, atenta e interferindo nas mudanças que ocorrem na cidade em diversos setores

¹⁸² POULANTZAS, Nicos. As transformações atuais do Estado: a crise política e a crise do Estado. In: POULANTZAS, Nicos (org). O Estado em crise. Rio de Janeiro. Graal, 1977, p. 13-14.

¹⁸³ IB, idem, p. 21.

¹⁸⁴ POULANTZAS, Nicos. As transformações atuais do Estado: a crise política e a crise do Estado. In: POULANTZAS, Nicos (org). O Estado em crise. Rio de Janeiro. Graal, 1977, p. 21

¹⁸⁵ LIGUORI, Guido. 1. Estado ampliado; 2. Sociedade Civil. In: Roteiros para Gramsci. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2007, p. 22.

¹⁸⁶ IB, idem. p. 24.

entre eles, o aspecto estrutural da cidade como no apoio à implementação da Lei de Zoneamento Urbano¹⁸⁷ e futura aprovação do plano diretor (ainda em andamento e realizando audiências públicas). Talvez, tenha sido a própria dinâmica do capitalismo e sua atuação descentralizadora que tenha auxiliado nesse processo de organização desse grupo. A entrevista com o presidente da Associação Comercial e Empresarial de Cáceres demonstra a preocupação dos associados em participarem dessas discussões, e como segmento organizado, sua ação em nome da classe empresarial e comercial, acabar “modelando a cidade”, defendendo seu espaço e interferindo na localização de outras áreas com diferentes usos da terra embora o discurso seja outro. Segundo Jorge Amed, presidente da Acec, entrevistado em 18-07-2009, esta associação pode “ajudar” e muito a cidade porque se articula, por exemplo com a Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores para nesse momento:

“ver aprovada a Lei da Micro e Pequena Empresa de Cáceres e junto com isso o **Plano Diretor**, agora, porque Cáceres já começa a ter um formato no novo Brasil, um Brasil pensando em diminuir as desigualdades sociais, um Brasil que pensa empresarialmente, e com isso se organizando, tendo uma visão ampla inclusive de preservação de meio ambiente, e com a Acec que têm hoje aproximadamente **300 associados** a gente começa a mudar nossa realidade porque nós somos uma entidade de constituição jurídica, sem fins lucrativos, que trabalha projetos **de políticas públicas**, uma de nossas atividades é trabalhar projetos (...). Porque essas políticas públicas é que nossa cidade não pensou até o ano passado, esse ano começou a pensar nisso, não ficar somente na potencialidade, porque Cáceres é uma potencialidade em turismo e em prestação de serviços (...) Nós temos a questão do solo e o próprio **zoneamento** foi agora aprovado na Câmara e muitas pessoas começaram a acordar (..) porque as empresas precisam ter uma visão olística e nós temos dificuldade de trabalhar o associativismo aqui em Cáceres, as pessoas ainda são muito individualistas, a questão do explorado e explorador, a questão do trabalho escravo que temos ainda nesse estado, até porque a questão empresarial no Mato Grosso é nova, é da década de 1980 para cá”.

Trata-se de uma associação recente e que já entende a importância desse próprio grupo coeso para atuar nas questões da cidade, coesa também é sua fala que está em sintonia com o discurso do governo federal:

“E o município de Cáceres demorou para ter uma Associação deste porte, só há 3 anos a Acec foi fundada, porque a região sudoeste do Estado tem três pontos (estudo feito em 2002) problemáticos: índice de desenvolvimento humano péssimo, renda per capita, estagnação, baixo dinamismo e em retrocesso, isso em 2002. Até 2005, nós melhoramos na questão do retrocesso. De 2008 para cá, a gente começa a crescer, e diminui a estagnação, porque começou a vir empresas de fora pra cá. (Proteínas MS, Crokijapan, floresteca, Cáceres florestal, Friboi, artesanato

¹⁸⁷ Que está sendo debatida e em 13-12-2009 durante a 4 Conferência da cidade a principal proposta foi a criação de um Conselho de Zoneamento municipal.

na região, pousadas) voltando a trabalhar a cidade de Cáceres naquilo que há de melhor, que é a nossa cultura. **A Acec tem participado de toda discussão grande da cidade.** Esse **zoneamento** agora vai melhorar o nosso Pantanal. E enquanto não vier a reforma tributária nacional, a prefeitura pode estar fazendo a reforma tributária no município. Os investimentos que virão para a Copa do Mundo (Cuiabá foi escolhida), Cáceres precisa estar inserida nesse processo, nós estamos dentro do Pantanal, quase 58% de Cáceres é pantanal. A Acec tem algumas ações junto ao Ministério Público, ao Judiciário, à Ação Social da Prefeitura, e mais algumas entidades que trabalham a reinserção do presidiário, e nessas áreas temos os projetos sociais que estamos trabalhando na cidade de Cáceres. Todas as ações devem estar integrando junto com a Prefeitura e Câmara Municipal. Temos que nos unir e pensar não só em Cáceres mas na região para que todos cresçam”.

Jorge A. Amed¹⁸⁸ também acredita nas “parcerias” e nos trabalhos em rede para enfrentar os problemas sociais da cidade, segundo ele,

“Nós estamos trabalhando, a partir de abril pra cá porque fomos convidados a participar do Conselho de Ação Social da cidade, a praça da feira, a praça barão, as pessoas que estão jogadas ali, (...) não podemos discriminar, aquelas pessoas são doentes, temos que **ter trabalho de rede.** Identifica a pessoa que está jogada e ver onde está a dificuldade com o profissional técnico que fará a abordagem, trabalhando a questão da religiosidade dessa pessoa, e o resultado é concreto com o trabalho em rede. Mas este projeto precisa ser permanente. Um grande problema de Cáceres é que os projetos que começam terminam rápido e este projeto não pode terminar, esteja quem estiver na prefeitura e na Acec.... **A Acec tem participado de todas as reuniões onde é convidada, porque precisa ter uma representatividade que até o ano passado não tinha e assim, verificar as necessidades da sociedade de Cáceres e ver dentro do perfil da Acec de Cáceres como pode apoiar as ações sociais.** E nós orientamos a elaboração de projetos, pois se não tiver projetos, fica uma coisa assistencialista e nós trabalhamos a promoção das pessoas (...). São situações assim que a gente tem participado muito, e a gente tem muita informação. Estamos num processo de crescimento, geração de emprego e a partir desse ano tem que sair da questão da potencialidade para ser efetivo” (grifo nosso).

Nessa entrevista percebemos não só a atuação desse setor organizado em Cáceres, mas também uma mudança de mentalidade, pois a maior atuação desse grupo depende de sua organização. Se o segmento de comerciantes, empresários e investidores passam a ter interesse na “Reforma Urbana”, nas leis de zoneamento e outras é provável que isso não tenha a ver com o que se projeta: querem uma cidade “melhor”, mas sim porque a regularização fundiária lhes atinge diretamente, inclusive porque em Cáceres a titulação dos imóveis é um problema geral e não somente das áreas de assentamentos das favelas e da periferia. Nesse desenvolvimento induzido, que

¹⁸⁸ AMED, Jorge Augusto. Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Cáceres. Entrevistado por Vivian Lara Cáceres. 18/7/2009.

na realidade também é controlado, é bem possível que o setor comercial continue sendo o maior beneficiado induzirá e controlará na definição de onde poderá ou não construir. Um exemplo dessa atuação é a representação dos comerciantes e empresários de Cáceres em tudo o que diga respeito ao Município como percebemos na fala acima e muitos desses comerciantes e empresários também atuam em outras entidades associativas como Rotary Club e Lions Club, Sindicato Rural, aumentando ainda mais sua influência nos assuntos do município. Segundo Virgínia Fontes¹⁸⁹:

“se os diversos setores sociais não estiverem, portanto, organizados para lutar pelo plano diretor, o que pode acontecer é uma especulação imobiliária alucinada em um determinado local, vão implantar serviços, garantir informações privilegiadas para os setores que já têm dinheiro para construir e que vão fazendo incorporações imobiliárias”.

O espaço aqui é percebido enquanto dimensão sociocultural, pois resulta das lutas pela apropriação de bens e serviços e é expressão da luta pelo poder econômico, político e também simbólico.

O que se pretende, então, com o Plano Diretor, no máximo é uma nova “ética” nas relações sociais para reverter o quadro do “uso desordenado e de caos do solo urbano”, ou mesmo “um planejamento essencial à apropriação equilibrada do dito espaço” que continua a incorporar elementos tradicionais (lei, ordem e segurança) e os modernos (tecnologias tidas como “limpas” e regularização fundiária) como apontado anteriormente, mas não se discute no campo das leis, o fim da reprodução das relações sociais essenciais ao capitalismo (a propriedade privada ou fim da exclusão, por exemplo), afinal, o que está em questão é justamente o contrário: dar novas formas a essa reprodução das relações de produção essenciais ao capitalismo e assim prosseguir com um processo de urbanização sob a égide do capital.

2.3 O aprofundamento das desigualdades na estrutura urbana

Neste tópico a intenção é a de explorarmos mais um pouco as hipóteses do trabalho sobre as manifestações dessas desigualdades sócio-espaciais e que nesse

¹⁸⁹ Observação feita por ela na minha banca de qualificação em agosto de 2009.

momento se referirão sobre a falta de infra-estrutura nos bairros fora da parte central da cidade.

Segundo o *Diagnóstico do Planejamento*, existem 434 quilômetros de vias urbanas na cidade dos quais: 307,35 quilômetros de vias não estão pavimentadas ou seja, mais de 70 % da cidade e apenas 126,68 quilômetros (29,3% do total) estão pavimentadas, destas 10,1% das vias pavimentadas são cobertas por “paralelepípedos ou bloquetes”¹⁹⁰, e portanto, leva-nos a concluir que grande parte da cidade convive com “poeira e lama” sendo este, um outro elemento para a reflexão sobre a ausência de infra-estrutura na maior parte da cidade. Na tabela abaixo apresentamos estes dados:

Vias	número	%
Vias total	434,03	100,00
Vias não pavimentadas	307,35	70,7%
Vias pavimentadas	126,68	29,30%

Tabela 28: Cáceres: vias urbanas e pavimento em 2007. Fonte: Diagnóstico do Planejamento Urbano, 2007.

As áreas pavimentadas sempre estão danificadas, e mesmo Reis enfatizando esse tipo de ação do prefeito anterior como uma forma de recriminá-lo, é possível perceber que há um histórico de administradores, cujo principal objetivo são ações eleitoreiras onde as melhorias ocorrem com esse propósito e mesmo os bairros que receberam ruas pavimentadas recentemente apresentam problemas. Reis, em entrevista, denuncia as irregularidades na gestão do prefeito anterior (2004-2008):

“com fins eleitoreiros, fez muitas pavimentações mas não obedeceu ao projeto correto que contemplava as ruas com galerias pluviais, rede de esgoto, irrigações de casas e asfalto com 4 centímetros de espessura. Ao invés disso, as pavimentações ocorreram de forma irregular, com apenas 2 centímetros de espessura e sem obedecer aos outros requisitos do projeto, resumindo, muitas ruas asfaltadas na cidade também alagam e a maioria está com o “asfalto estourado” : no macro, o slogan de sua campanha foi `uma cidade melhor para se viver e no micro suas ações seriam voltadas para a urbanização da cidade. Mas suas propostas de governo foram abandonadas”.

Como em outras cidades de porte pequeno e médio, em Cáceres, predomina o uso do solo para fins residenciais e com pequeno comércio, serviços e micro-indústrias. O tipo de domicílio particular permanente é casa, correspondendo a 98,36% do tipo de

¹⁹⁰ São tijolos grandes que possuem a forma hexagonal encaixados um ao lado do outro funcionando como asfalto.

domicílio em Cáceres, estando acima do percentual nacional (89,34%) e estadual (94,82%), como demonstrado na tabela abaixo:

Discriminação	Casa	%	Apartamento	%	Cômodo	%	Total	%
Brasil	40.018,373	89,34	4.298.980	9,6	477.748	1,07	44.795.101	100
Mato Grosso	612.424	94,82	21.773	3,37	11.708	1,81	645.905	100
Cáceres	20.958	98,36	108	0,51	242	1,14	21.308	100

Tabela 29: Domicílios Particulares Permanentes por tipo de domicílio, no Brasil, Mato Grosso e município de Cáceres, 2000. Fonte: IBGE, censo demográfico, 2000.

É possível observar ainda na tabela a seguir, que 26,80% desses domicílios permanentes de Cáceres não tinham nenhum banheiro, evidenciando uma porcentagem acima da média do Estado de Mato Grosso (21,22%) e também acima da média do Brasil (16,75%). Isso é parte do problema que pode nos ajudar a evidenciar as péssimas condições de vida dessas pessoas, pois nem as casas alcançam as condições de infraestrutura mínima, sendo esses dados um indício de que o fator renda média per capita do trabalhador está em um patamar que não permitem viver com dignidade, se não são desempregados, trata-se de uma mão-de-obra superexplorada.

Discriminação	1 banh.	%	2 banh.	%	3 banh.	%	4 banh.	%	5 banh.	%	Não tinham	%	total
Brasil	28.274	63,	6.264.	13,	1.979.	4,	514.	1,	259.	0,	7.501.	16,	44.795
	.715	12	520	98	634	42	990	15	894	58	348	75	.101
Mato Grosso	395.50	61,	81.79	12,	22.61	3,	5.64	0,	3.27	0,	137.0	21,	645.90
	5	23	8	66	4	50	5	87	2	51	71	22	5
Cáceres	12.323	57,	2.420	11,	600	2,	182	0,	73	0,	5.710	26,	21.308
		83		36		82		85		34		80	

Tabela 30: Domicílios particulares permanentes por número de banheiros, no Brasil, Mato Grosso e Cáceres, 2000. Fonte: IBGE, censo demográfico, 2000.

Apesar dos dados sobre a infra-estrutura da cidade divulgados no Diagnóstico do Planejamento Urbano ocultarem, Cáceres tem um lençol freático muito próximo da superfície devido a sua localização na planície à margem do rio Paraguai. Isso indica a necessidade de cuidado com redes de esgoto e canalização de águas, mas ocorre o oposto: na maior parte da cidade não há rede de esgoto e falta canalização das águas pluviais. Somados a esses fatores, existem os períodos de chuvas intensas, resultando em vários bairros alagados, as casas sendo invadidas pelas águas, as fossas sépticas transbordando e muitos bairros sendo inundados pelos dejetos produzidos pelos próprios habitantes e impossibilitados de serem escoados enquanto as águas permanecerem num nível elevado, causando sérios problemas de saúde.

2.1. PSF Caramujo | 7 | 1,19 | 551 | 93,55 | 31 | 5,26 | 589 | 100,00
 Quadro 32: Destino dos dejetos humanos em Cáceres em 2006. Fonte: Diagnóstico do Planejamento Urbano, 2006.

Predominam problemas causados pela falta de canalização e de sistemas de esgoto que por conseqüência, aumentam significativamente outros problemas de cunho ambiental e questões ligadas à saúde. O *Diagnóstico para Planejamento Urbano* também aponta essas “ausências” e percebe a necessidade de se ampliar e modernizar a rede de abastecimento de água e esgoto da cidade, mas justifica essa “falha” e, portanto, aponta para a correção desses problemas quando da implantação do Plano Diretor que deverá “amenizar” vários desses problemas.

Muitos estudos que envolvem a questão da água já foram produzidos em Cáceres, entre eles, um elaborado por professores da UNEMAT, em 1992¹⁹¹, mostrando que o abastecimento de água da cidade está prejudicado, pois vários pontos de captação desta água, à margem do rio Paraguai, ficam abaixo dos pontos de lançamento de esgoto. E esses estudos acenam para os mais prejudicados por essas “falhas”. Neste caso, são os moradores da periferia urbana que utilizam essas águas sem tratamento, tanto para tomar banho, lavar roupa, cozinhar e beber, sendo esta a única solução já que não recebem água tratada pela rede geral.

No que se refere à qualidade desta água tratada, um estudo feito por Santos¹⁹², que se baseou na análise de água feita por uma empresa ambiental de Cuiabá, apontou que “estas são potáveis e adequadas ao consumo”. Embora, haja insatisfação e problemas no que se refere aos locais de captação desta água próximos a pontos de lançamento de esgoto, ou seja, problemas com os recursos hídricos da cidade. Correa explica: “a captação da água é realizada próximo do local de despejo do Córrego Sangradouro e deveria ser mais acima do rio, há mais de 4 quilômetros de distância de locais poluídos”¹⁹³. No estudo realizado por Arruda, Pressotti (1992) já alertavam:

“uma das principais canalizações naturais da cidade de Cáceres é o Córrego Sangradouro. Nele são lançados não somente dejetos residenciais, mas também uma grande porção do lixo hospitalar, o que aumenta exponencialmente os respectivos riscos ambientais e de saúde”.

¹⁹¹ ARRUDA, PRESSOTTI:1992.

¹⁹² SANTOS, F. de M. Estudo preliminar sobre a qualidade da água tratada que chega aos bairros Jardim Guanabara e Santos Dumont, em Cáceres-MT. Cáceres – UNEMAT/CNT – Departamento de Ciências Biológicas, 2005.

¹⁹³ CORREA, A. G. Questões ambientais no município de Cáceres-MT, numa retrospectiva histórica: Alguns aportes. Cáceres-UNEMAT/CNT – Departamento de Ciências Biológicas, 2003 pg. 28.

Corrêa¹⁹⁴ também aponta que a captação, tratamento e distribuição de água do município é insuficiente, e muitos bairros sofrem com a falta de água e saneamento básico, pois não existe cobertura satisfatória, razão pela qual a população utiliza o sistema de poços artesianos, sendo este sistema tão presente nesse município. Porém, estes muitas vezes estão próximos de fossas sépticas, ocorrendo a poluição e a contaminação destas águas. A maior parte desta água é para abastecimento residencial. Já o *Diagnóstico de Planejamento Urbano* da cidade indica que é a baixa renda da população que interferiria então no uso da água tratada. Ou seja, “quando os poços enchem, durante e logo após o período das chuvas, a população deixa de consumir água da rede, para economizar”¹⁹⁵.

Com relação à rede de esgoto e pluvial, o Programa de Estruturação Institucional para a consolidação da política nacional de recursos hídricos de 2006¹⁹⁶ aponta em seu estudo que os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que estão na região hidrográfica do Paraguai, contam com 77% da população com efetivo abastecimento de água potável. No entanto, com relação à coleta de esgoto do estado do Mato Grosso somente 16,9% é coletado e, destes somente 13,8% contam com tratamento. Portanto, verifica-se a necessidade urgente de se implantar sistemas de coleta e tratamento de esgotos principalmente em: Cuiabá, Tangará da Serra, Cáceres, Poconé, Corumbá, Coxim e Aquidauana.

A tabela abaixo esclarece que existiam no ano de 2000, 56,75% de domicílio particulares em Cáceres sendo abastecidos pela rede geral de água, índice abaixo do estado do Mato Grosso (63,67%) e do Brasil (77,82%), sendo ainda 39,23% de abastecimento por poço ou nascente, muito acima da média do Brasil e Mato Grosso e o restante por outra forma não canalizada em Cáceres, índice superior ao encontrado no Mato Grosso (33,34%) e do Brasil (15,58%):

Discriminação	Rede Geral – n.	%	Poço ou nascente na propriedade – n.	%	Outra forma – n.	%	Total – n.	%
Brasil	34.859.393	77,82	6.976.877	15,58	2.958.831	6,61	44.795.101	100,00
Mato Grosso	411.233	63,67	215.366	33,34	19.306	2,99	645.905	100,00
Cáceres	12.093	56,75	8.359	39,23	856	4,02	21.308	100,00

¹⁹⁴ CORREA, A. G. Questões ambientais no município de Cáceres-MT, numa retrospectiva histórica: Alguns aportes. Cáceres-UNEMAT/CNT – Departamento de Ciências Biológicas, 2003.

¹⁹⁵ Segundo Diagnóstico do Planejamento Urbano da cidade de Cáceres-MT, pg. 81.

¹⁹⁶ Brasil. Programa de estruturação institucional para a consolidação da política nacional de recursos hídricos – BRA/OEA/01/002: Caderno regional da região hidrográfica do Paraguai. Brasília: MMA/SRH/OEA. 2006.

Quadro 33: Domicílios particulares permanentes por forma de abastecimento de água, no Brasil, Mato Grosso e Cáceres, 2000. Fonte: IBGE, censo demográfico, 2000.

Vários outros estudos sobre a água em Cáceres, como o de Fialho¹⁹⁷ também apontam que o lençol freático de Cáceres é muito próximo à superfície do solo, sendo assim a probabilidade de contaminação deste e poluição é muito presente. Esta situação é agravada devido ao acúmulo de lixo, resíduos (de animais e humanos) e ainda um controle não eficaz de doenças. Como boa parte da água consumida em Cáceres vem de poços artesianos, sua pesquisa sobre as condições físico-químicas e microbiológicas da água dos poços constatou que boa parte de suas estruturas estão comprometidas, sendo necessária uma orientação quanto à construção destes. O quadro abaixo traz o abastecimento de água em várias áreas urbanas da cidade e podemos constatar que a maioria dos bairros têm de 20 a 70% de sua água oriunda de poços artesianos como por exemplo, no Bairro Vitória Régia que 55,33% da água vem de poços artesianos, por isso há gravidade e risco de contaminação.

Áreas	Abastecimento de Água							
	Rede Pública		Poço ou Nascente		Outros		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1. Área Urbana								
1.1. PSF Cohab Nova	1.846	83,72	325	14,74	34	1,54	2.205	100,00
1.2. PSF Rodeio	878	91,08	81	8,40	5	0,52	964	100,00
1.3. PSF Jardim Vista Alegre	1.025	90,23	100	8,80	11	0,97	1.136	100,00
1.4. PSF CAIC	634	56,61	478	42,68	8	0,71	1.120	100,00
1.5. PSF Jardim Paraíso	768	76,11	287	26,95	10	0,94	1.065	104,00
1.6. PSF Marajoara	805	85,91	128	13,66	4	0,43	937	100,00
1.7. PSF Vitória Régia	450	43,99	566	55,33	7	0,68	1.023	100,00
1.8. PSF Vila Real	390	52,77	344	46,55	5	0,68	739	100,00
1.9. PSF Jardim Guanabara	139	30,96	305	67,93	5	1,11	449	100,00
2. Área Rural								
2.1. PSF Caramujo	265	44,99	322	54,67	2	0,34	589	100,00

Quadro 34: Abastecimento de água em algumas áreas de Cáceres em 2006. Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB), 2008.

Hoje, o abastecimento de água está municipalizado e podemos evidenciar a seguir que não houve um aumento muito significativo de famílias atendidas por esse serviço em Cáceres: o abastecimento de água tratada no município no ano de 2000

¹⁹⁷ FIALHO, L. L. Levantamento das condições físico-químicas e microbiológicas de água dos poços do Jardim das Oliveiras, Cáceres-MT. Cáceres – UNEMAT/CNT – Departamento de Ciências Biológicas, 2004.

atendeu 10.118 famílias e no ano de 2007 10.266 famílias havendo um acréscimo de apenas 148 novas famílias. Portanto, levando-nos a concluir que a municipalização não melhorou o atendimento neste setor e estamos mostrando que não é para isso que os políticos estão trabalhando.

Municípios	Nº Famílias		Rede Pública		Poço/Nasc.		Outros	
	2000	2007	2000	2007	2000	2007	2000	2007
CÁCERES	10.118	10.266	5.953	7.232	3.990	2.952	175	82

Quadro 35: Tipos de abastecimento de água e número de famílias beneficiadas no município de Cáceres (ano 2000 e 2007). Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB), 2007.

Na tabela a seguir é possível visualizar a cobertura da rede de abastecimento de água, que é melhor no centro da cidade e nos bairros adjacentes (Cavanhada, COHAB Velha), por amostragem. Em Cáceres, 15.600 metros cúbicos de água são “tratadas” por dia:

Bairros	Total Abastecido (m ³)
Centro	2.996
Cohab Velha	1.264
Cidade Alta	195
Maracanazinho	451
Aeroporto	6
Cavanhada I	1.567
Cavanhada II	333
Cavanhada III	942
Jardim Vista Alegre	140
Vila Irene	251
Massa Barro I	142
Massa Barro II	175
Massa Barro III	26
Jardim Pe. Paulo	493
Jardim Paraiso	308
Parque Nova Era	21
Residencial Parati	14
Santo Antônio	318
Jardim Cidade Nova	574
Boa Esperança	63
TOTAL	19.450

Quadro 36: Total de metros cúbicos abastecido de água, por bairros, no município de Cáceres em 2007. Fonte: Secretaria de Obras de Cáceres –MT, 2008.

No que diz respeito ao tratamento de resíduos sólidos urbanos da cidade de Cáceres, os mesmos são destinados a um aterro sanitário que dista 15 quilômetros do

perímetro urbano. Mesmo assim, existem outros locais dentro do perímetro urbano que são utilizados para despejo de lixo.

Sobre o assunto, Corrêa¹⁹⁸ aponta o ato de jogar o lixo nos terrenos baldios e da queima do mesmo como um “fator cultural”, pois no começo do século, não existia coleta do lixo, este ou era queimado, jogado no rio ou enterrado: “bairros centrais como Vila Mariana recentemente tem lixão à céu aberto, proporcionando mal cheiro, incidência de doenças respiratórias, entre outras, acrescentando o aspecto visual negativo que o mesmo acarreta para o município”. O autor explica que a preocupação dos entrevistados à época, não era o destino final do lixo, mas sim, a retirada do **centro** da cidade, longe dos olhos. E segundo as respostas desses entrevistados, 77% deles, acham que Cáceres é uma cidade limpa pois o caminhão do lixo “passa todos os dias pelo menos nos bairros centrais”. Isso implica em algo que fatalmente corresponde à desinformação que essa população tem a respeito da própria realidade em que vive.

A tabela a seguir oferece dados atuais sobre o destino do lixo desta cidade, sendo possível constatar que 63,93% do lixo da cidade é coletado, estando ainda abaixo da média de coleta do Estado (71,68%) e do Brasil (79,01%), sendo que 30,43% é queimado na propriedade; este índice de lixo queimado está acima da média do Mato Grosso, 20,58% e do Brasil 11,23% e isto sinalizaria segundo o pesquisador para o aspecto cultural (pois as pessoas acreditariam que conviver com o lixo é um “mal necessário”):

Descrição	Destino do Lixo															
	Coletado		Coletado por serviço de limpeza	Coletado em caçamba de serviço de limpeza	Queimado (na propriedade)		Enterrado (na propriedade)		Jogado em terreno baldio ou logradouro		Jogado em rio, lago ou mar		Outro destino		Total	
	Nº	%			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Brasil	35.393.331	79,01	33.263.039	2.130.292	5.029.000	11,23	521.785	1,16	3.102.584	6,93	193.505	0,43	554.896	1,24	44.795.101	100,00
Mato Grosso	462.989	71,68	439.479	23.510	132.899	20,58	17.032	2,64	26.990	4,18	873	0,14	5.122	0,79	645.905	100,00
CÁCE RES	13.623	63,93	12.985	638	6.485	30,43	472	2,2	605	2,84	15	0,07	108	0,51	21.308	100,00

Quadro 37 Domicílios particulares permanentes por destino do lixo, no Brasil, Mato Grosso, Cáceres, 2000. Fonte: IBGE, censo demográfico, 2000.

¹⁹⁸ CORREA, A. G. Questões ambientais no município de Cáceres-MT, numa retrospectiva histórica: Alguns aportes. Cáceres-UNEMAT/CNT – Departamento de Ciências Biológicas, 2003 pg. 35.

Fialho¹⁹⁹ observa ainda que a empresa que atualmente faz o serviço de coleta do lixo não atende todos os bairros, em outros a coleta do lixo não é regular e ainda a empresa não está fazendo algumas atividades de sua responsabilidade como “a limpeza dos córregos em suas margens”. Estes fatores colaboram com o fato da população estar queimando o mesmo, jogando-o nas barrancas de córregos, do rio e em terrenos baldios.

Segundo o *Diagnóstico do Planejamento Urbano*²⁰⁰:

“estas construções/ocupações nas margens dos canais despejam dejetos de toda a sorte (roupa velha, esgoto doméstico, restos vegetais, garrafas e outros) e dessa forma, colaboram com a poluição dos cursos d’água e a obstrução dos canais vindo a provocar danos graves como enchentes”.

Entre os problemas apontados pelo *Diagnóstico do Planejamento Urbano*²⁰¹ está o fato de que o município, que figura como um pólo de saúde regional (Hospital Regional em Cáceres), não possui incinerador para a queima dos lixos hospitalares, de farmácias, clínicas, e hospitais. E, para o estudo vários problemas com o lixo ocorrem devido à falta de coleta de lixo em alguns bairros, ausência dos órgãos competentes da Prefeitura e da Vigilância Sanitária que não fiscalizam as queimadas irregulares, não multam terrenos que são utilizados como depósito de lixo, nem incentivam projetos visando a reciclagem. É interessante a abordagem do estudo pois embora aponte alguns problemas e concorde com o fato do lixo não ser retirado da cidade toda, nem se preocupou em levantar dados sobre o volume de dejetos das empresas que trabalham com animais (o abate tem sangue, restos de carcaças, fezes) muito menos aonde esse lixo está sendo depositado. Esse silêncio pode significar uma das fontes mais brutais de poluição do meio ambiente e uma forma de não complicar os órgãos e a própria administração local que fazem “vistas grossas” para esse e outros problemas.

Outro elemento apontado pelo *Diagnóstico do Planejamento Urbano* desta cidade diz respeito à “carência de políticas públicas na área da educação e saúde”, já que existe uma grande quantidade de entupimento dos dutos e rompimento da rede devido à grande quantidade de lixo jogado dentro das caixas (bueiros), e mais uma vez o diagnóstico aponta a responsabilidade não é somente do poder público, mas que a população colabora para essa situação jogando lixo nas ruas. Um aspecto que contribui

¹⁹⁹ FIALHO, L. L. Levantamento das condições físico-químicas e microbiológicas de água dos poços do Jardim das Oliveireira, Cáceres-MT. Cáceres – UNEMAT/CNT – Departamento de Ciências Biológicas, 2004.

²⁰⁰ Diagnóstico do Planejamento Urbano, pg. 89.

²⁰¹ Diagnóstico para o planejamento urbano, pg. 88.

para essa situação segundo o estudo, diz respeito ao fato de se construírem novas residências sem a supervisão/fiscalização da Prefeitura em suas redes de esgotos, que são muitas vezes ligadas à rede coletora de águas pluviais ocasionando também rompimentos nos tubos nos períodos de chuvas, uma vez que esta tubulação não suporta o volume de águas.

O Diagnóstico (estudo oficial) demonstra que aparentemente a cidade está bem cadastrada, isto é um demonstrativo de que estarão primando por soluções que virão a partir da implantação das leis específicas (Zoneamento e Plano Diretor), sendo essas considerações uma forma de “conscientizar” e justificar as futuras ações e mudanças. Acreditam que a regularização da política urbana é uma forma de “garantir o bem-estar de seus habitantes”, pois estas colaborarão no sentido de organizar a cidade e traçar os rumos do desenvolvimento da mesma. Assim, as políticas públicas urbanas, para quem nelas acreditam, serão formuladas “com vistas à cidade sustentável, pelo Estado, e a sociedade civil visando novos padrões dignos de vida (...)”²⁰². Para Adilson Reis:

“Você estimula o crescimento mas deve estar preparado para solucionar os problemas que vem juntos, e nem sempre isso é alcançado e o problema acaba aparecendo, por diversos fatores. Na verdade o espaço é comum e a gente acaba tendo uma reação em cadeia e negativa infelizmente. O que é paradoxal: a gente busca o desenvolvimento mas tem as dores do crescimento e isso acaba compondo esse conjunto de coisas”.

As dores serão as conseqüências desse “pretensão” desenvolvimento que traz também maiores desigualdades. A população então seria a maior atingida nesse processo adensando ainda mais a exclusão.

Nas palavras de Coutinho:

“Ou seja, ao idealismo dos juristas se agrega o iluminismo dos urbanistas na convicção de uma intervenção do poder público capaz de modificar positivamente as condições de existência **da ampla maioria da população urbana** brasileira, desde que tal intervenção seja alicerçada em **legislação progressista** e este parece o caso do Estatuto da cidade e planejamento urbano adequado” (grifo nosso)²⁰³.

²⁰² JARDIM, Zélia Leocádia da Trindade. Regulamentação da Política Urbana e Garantia do Direito à Cidade. IN: COUTINHO, Ronaldo e BONIZZATO, Luigi (orgs). Direito da Cidade: Novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano. Ed. Lúmen Júris: RJ, 2007, p.119.

²⁰³ COUTINHO, Ronaldo. A mitologia da cidade sustentável. In: COUTINHO, Ronaldo e BONIZZATO, Luigi (orgs). Direito da Cidade: Novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano. Ed. Lúmen Júris: RJ, 2007, p. 27.

Em suma, questionamos: Será mesmo que essas intervenções do Poder Público visarão a melhoria das condições da existência da população? Isso seria possível dentro das leis gerais do capitalismo e conseqüentemente do urbanismo capitalista?

Atentemos para o fato de que para além de um discurso e ações que enfatizam melhorias e serviços públicos que a princípio deveria atender a toda coletividade, temos um Poder Público Municipal que justifica mudanças, reformas (com asfaltamento, sistema de esgoto e coleta de lixo) priorizando bairros centrais onde setores de classe média e alta moram, convivem, trabalham e precisam de um espaço mais limpo e higienizado. Portanto, é possível pensar que esses discursos pelo “progresso” e desenvolvimento de uma região estão articulados às renovações urbanas ativadas pelo Poder Público que faz alterações neste lugar e assim, reordena a cidade para melhor usá-la e/ou controlá-la. A cidade é elaborada para um determinado segmento de seus habitantes e as políticas e falas oficiais são sustentadas neste objetivo. E, por isso mesmo, é possível perceber que essas reformas e leis não apenas modificam lugares, mas também produzem espaços excludentes (segregações urbanas), tratando-se de mais um elemento da desigualdade social, pois vastas camadas da população não têm acesso aos equipamentos urbanos, ou seja, se instalaram em áreas desprovidas de infraestrutura ou têm um atendimento desigual de serviços públicos e sociais adensando ainda mais o processo de exclusão social e desigualdades aqui evidenciadas, e tudo isso para atender à “lógica do desenvolvimento”: lugar para a ZPE, terrenos baratos e lugares sem infra-estrutura para a população habitar, e o discurso oficial seguindo sua fantasia e convencendo.

CAPÍTULO III: A QUESTÃO SOCIAL EM ANÁLISE

“O que está em jogo, hoje, é a exclusão das maiorias: exclusão do mercado, do emprego, da cidadania, da sobrevivência. É contra ela que precisamos dirigir nossa capacidade de reação e organização. O combate ao *apartheid* social é a meta a ser perseguida por todos que se recusam a tomar posse desse legado sombrio. E o primeiro passo para tal enfrentamento reside no conhecimento crítico da realidade²⁰⁴.”

Como é possível conhecer uma determinada realidade? Partindo da representação da “realidade”, o mundo aparente em que vivemos, e tentando desvendá-lo também em mundo real, ou seja, tentando desmontar a cultura dominante, as ideologias fetichizadas e conhecer quem as estão promovendo em um contexto bem específico. Neste capítulo, estarei fazendo uma análise sobre a exclusão social, apresentarei um panorama da realidade social do Estado de Mato Grosso e da cidade de Cáceres, bem como a maneira como a classe dominante local busca a construção de um consenso em relação ao domínio por ela exercido e assim continuarmos a investigação para quem realmente a cidade é pobre e como se materializa essa cidade desigual; também conheceremos as medidas implementadas pelo Poder Público Municipal na forma de políticas sociais para a “amenização” desses problemas, criando conformidade e a falsa impressão de que o Poder Público está fazendo algo para melhorar a qualidade de vida das pessoas. As discussões nesse capítulo

3.1. A exclusão social como categoria de análise

Para entender como se dá o processo de marginalização de um imenso contingente de pessoas que estão sem acesso aos âmbitos social, econômico e político deste país e portanto também nessa localidade é preciso problematizar a noção de exclusão social (a categoria aqui utilizada) e, assim, quem sabe conseguir intervir nessa situação que só se amplia.

O termo exclusão é amplo e descreve vários processos: em alguns momentos é utilizado para explicar processos de degradação das relações sociais do mundo do

²⁰⁴ MENDONÇA, Sônia. A industrialização brasileira. São Paulo: Moderna, 2004, pg. 128.

trabalho, dos direitos sociais, também podendo descrever situação de desigualdade na distribuição dos serviços públicos, ou mesmo sendo estes serviços realizados pelo Estado (saneamento, saúde, educação, etc) vistos como insuficientes; ainda se refere à retração de postos de trabalho ou precarização dos mesmos. Em alguns momentos não se refere a processos mas a agentes/atores sociais: os excluídos. São alguns exemplos da ação violenta do capitalismo que impõe desigualdades múltiplas. Um livro, São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza, citado pelo artigo de Pedro Fiori Arantes²⁰⁵, discute o paradoxo sobre o crescimento econômico na maior cidade do país e ao mesmo tempo o aumento da pobreza. Os autores do livro entendem que crescimento e pobreza são “fenômenos desiguais e combinados”. A pobreza urbana, então, é apresentada como parte do processo de acumulação. Nesse sentido, a moradia ganha importância nessa discussão porque é o “*locus* da reprodução da força de trabalho”, e também o problema da periferia, onde reside a mão-de-obra necessária para o crescimento da produção. O mesmo artigo ainda aborda o livro do Lúcio Kowarik²⁰⁶ que traz uma categoria urbana dentro dessa combinação entre crescimento e pauperização denominada de espoliação urbana e aqui definida como um conceito próprio da urbanização no Brasil: a expulsão dos pobres para a periferia.

As evidências da exclusão, ou seja, os múltiplos processos de “eliminação, degradação e marginalização”²⁰⁷ são evidentes e novos problemas sociais surgem a partir do neoliberalismo inaugurado na década de 1980 e mais acentuadamente no Brasil a partir da década de 1990, tornando ainda mais intensas as desigualdades existentes e portanto as análises sobre essa exclusão pauta-se nesse período, pois as políticas de “migalhas” também são pertinentes a esse contexto do atual capitalismo.

Castels²⁰⁸ aponta que o uso da noção de exclusão se faz de forma errônea e imprecisa, pois nos detemos aos efeitos mais visíveis da crise, ou seja, a aspectos pontuais e não a um processo geral de “desestabilização da condição salarial”.

Pelegriño²⁰⁹ aponta um problema para o uso do termo exclusão nessa perspectiva: ao tornar essa noção autônoma, não damos visibilidade às conexões do todo que a produziu e portanto, deslocamos seu conceito do campo da política para o da

²⁰⁵ ARANTES, Pedro Fiori. Em busca do Urbano. Disponível em: www.scielo.br/sicelo.Php?pid=s010133002009000100007&script=_arttext. Acesso em 22-04-2010.

²⁰⁶ KOWARIK, Lucio. A espoliação urbana. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

²⁰⁷ PEREGRINO, Mônica. “As armadilhas da exclusão: um desafio para análise”. UERJ/UFF, pg 5. Disponível em: www.anped.org.br – reuniões- monicaperegrinoferreira06.rtf. Acesso em 20-04-2009.

²⁰⁸ Castels Robert apud Peregrino Mônica. In: “As armadilhas da exclusão: um desafio para análise”. UERJ/UFF, pg.6.

²⁰⁹ IB, idem, p. 6.

técnica. É assim que passamos a achar que deve existir um especialista ou técnico para cada problema social e acabamos esvaziando o conflito que se faz presente em cada um desses problemas. Abordando a exclusão como questão social, trataríamos os seus efeitos como diagnósticos, com resoluções técnicas. Segundo a autora:

“Lidar com a exclusão passa a ser uma questão de competência, e as políticas, assim como as instituições que as executam, podem ser medidas por sua *produtividade*, medidas pela eficiência de suas ações. A exclusão deixa de ser um problema político, e passa a ser uma questão de eficiência administrativa. Sai de cena a luta por direitos sociais, e entra a capacitação técnica”²¹⁰ (grifo nosso).

Esse efeito produzido, portanto, de “produtividade e eficácia” é na verdade, uma ação da política neoliberal que mascara os conflitos sociais existentes e portanto, estaria despolitizando a ação política.

Para Martins: “não existe exclusão”²¹¹:

“O capitalismo, na verdade desenraiza e brutaliza a todos, exclui a todos. Na sociedade capitalista essa é a regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É próprio dessa lógica de exclusão, a inclusão. A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica”²¹².

Na realidade, as pessoas inseridas nos processos mais degradantes estariam incluídas de forma subordinada e cada vez mais precária ao capitalismo e a exclusão aqui seria um momento constitutivo deste. O que Martins pretende dizer é que a exclusão na verdade é uma extensão de formas precárias de inclusão. A questão fundamental para ele é pensar nas desigualdades produzidas pelo capital, e que a marca destas é a crescente degradação das condições de vida. Esse autor, portanto, utiliza a dimensão social da degradação em sua análise como efeito das políticas econômicas de nosso país.

Francisco de Oliveira²¹³ também se refere à noção de exclusão quando significativa parte da população está “descartada”. Para Fernando Henrique Cardoso seriam os “inempregáveis”, ou seja, para ele não há como integrar, contemplar ou

²¹⁰ PEREGRINO, Mônica. “As armadilhas da exclusão: um desafio para análise”. UERJ/UFF, pg . 6. Disponível em: www.anped.org.br – reuniões- monicaperegrinoferreira06.rtf. Acesso em 20-04-2009.

²¹¹ MARTINS, José de Souza. A exclusão social e a nova desigualdade, SP, Paulus, 1997.

²¹² MARTINS, José de Souza. A exclusão social e a nova desigualdade, SP, Paulus, 1997, pg. 32.

²¹³ Francisco de Oliveira apud PEREGRINO, Mônica. “As armadilhas da exclusão: um desafio para análise”. UERJ/UFF, pg . 6. Disponível em: www.anped.org.br – reuniões- monicaperegrinoferreira06.rtf. Acesso em 20-04-2009.

inserir essas pessoas nos “núcleos globalizados” do capitalismo mundial, “não terão nenhuma vez”, são aqueles que já estavam “vulnerabilizados por agudas desigualdades”, sobram. Esse autor enfoca a noção do descarte, descarte político desse grande contingente populacional e encaminha a discussão para a perda dos direitos sociais e políticos e isto significa colocar “em xeque” a própria democracia como possibilidade de existir.

O panorama brasileiro de crescimento do desemprego, do setor informal, rendimento dos mais pobres em queda, e outras desigualdades entre as classes, levaram o autor a concluir que essa exclusão é um efeito da face econômica do neoliberalismo globalizado que acirrou ainda mais o fenômeno já conhecido da desigualdade social (subentendida pelo autor). O descarte, portanto, agudiza-se nesse país inclusive porque parte significativa da população estaria fora, desconsiderada das políticas públicas (compensatórias e emergenciais).

Não é nosso intuito discutir a origem das divergências teóricas, onde um autor trata a exclusão como fenômeno da degradação e o outro como descarte. Podemos evidenciar que esses autores tratam de formas diferenciadas a noção de exclusão, embora ambos se refiram a ela como **ações** (ações que denunciam situações injustas) e não **relações** (análise da relação que determinou essa ação efetiva), segundo Peregrino. Para a autora então, o termo exclusão não seria o ideal (como categoria central das análises) para entender a “questão social”, que está se agudizando no Brasil a partir da nova configuração do capital em sua face neoliberal, pois para ela este termo descreve efeitos e não relações: “a exclusão é o final de uma cadeia de determinações, mas não nos permite vislumbrar suas relações”²¹⁴. Ainda conforme a autora:

“Primeiramente, que a amplitude da noção de exclusão, tende a permitir a fragmentação dos processos a ela referidos. Desta forma a exclusão é apreendida enquanto multiplicidade de estados, permitindo uma equivalente multiplicidade de soluções. É exatamente esta tendência à fragmentação que permite sua apreensão no discurso neoliberal. Um dos efeitos dessa apropriação efetiva-se no campo da técnica, ocorrendo um esvaziamento político das questões sociais. Por outro lado, ao abordarmos a exclusão como categoria analítica, deparamo-nos com uma noção que remete à possibilidade de descrição de efeitos causados pela agudização das desigualdades políticas, sociais e econômicas a partir da introdução do modelo neoliberal”²¹⁵ (grifo nosso).

²¹⁴ PEREGRINO, Mônica. “As armadilhas da exclusão: um desafio para análise”. UERJ/UFF, pg 10. Disponível em: www.anped.org.br – reuniões- monicaperegrinoferreira06.rtf. Acesso em 20-04-2009.

²¹⁵ IB, idem, pg 14.

Portanto, a autora pretende que vejamos “estados em detrimento de processos”, ou seja, devemos denunciar a exclusão mas inserindo-a no “campo tenso das desigualdades estruturais”. Deveríamos nos remeter ao processo de reprodução do capital, pois ali estaria a origem das desigualdades econômicas e sociais, para assim, não ficarmos “resolvendo” sintomas e recorrendo a especialistas. Sem esvaziar as questões políticas da exclusão estamos investigando e relacionando a reprodução do capital no campo e na cidade, com o crescimento do desemprego e a precarização dos postos de trabalho, com as medidas de “amenização” dos problemas sociais, urbanos, com as leis que virão devido a um incômodo das classes dirigentes e dominantes a respeito da marginalização social e assim, não cairmos na estratégia do capitalismo que nos faz acreditar que as intervenções dirigidas aos excluídos (em busca de soluções fracionadas) irão sanar essa problemática ou mesmo pensar no seu paradoxo com naturalidade como Reis, que diz acreditar que “esse é o preço do desenvolvimento”²¹⁶. O lugar de onde ele fala, Poder Público, não permitiria outra leitura, sendo preciso compreender esse processo de desenvolvimento apoiado na extrema degradação da força de trabalho. Não nos iludamos o fato crucial não mudará no domínio do capital: a incompatibilidade do capitalismo com a justiça social.

Marx evidencia a constituição do exército industrial de reserva:

“(…) se uma população trabalhadora excedente é produto da acumulação ou desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista (...). Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital”²¹⁷.

E quando ele explicou o processo através do qual a formação de riqueza e a acumulação do capital produzem também o contrário, o crescimento da miséria, demonstrou como o processo de produção capitalista cria um excedente de população sem trabalho e de que forma esse excedente reproduz o pauperismo:

“(…) o mais profundo sedimento da superpopulação relativa vegeta no inferno da indigência, do pauperismo (...). O pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção e necessidade se compreendem na produção e na necessidade da superpopulação relativa, e ambos constituem condições de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da

²¹⁶ REIS, Adilson. Secretário da Indústria e Comércio, entrevistado por Vivian Lara em 22-04-2009: “a gente busca o desenvolvimento mas têm as dores do crescimento e isso acaba compondo esse conjunto de coisas”

²¹⁷ MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, Livro 1, vol. II., p. 733-734.

riqueza (...). A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho”²¹⁸.

O estudo de Aguiar e outros esclarece sobre uma tendência evidenciada no Brasil e também em Cáceres: “a situação econômica da cidade de Cáceres hoje em dia é precária pela falta de demanda e de poder aquisitivo da sua população”²¹⁹. Neste cenário aumenta-se as atividades da economia informal, tais como camelôs vendendo produtos diversos, venda de leite *in natura* nas ruas da cidade e também os catadores de lixo, que procuram material reciclável ou comestível no lixo aqui depositado, sendo o material reciclável vendido para intermediários. Enfocar o poder aquisitivo é mascarar o problema mais amplo da forma da reprodução do capital que naturaliza o discurso de que o problema é poder consumir e não é isso o principal. Sobre a informalidade Adilson Reis também aponta a criação da Feira Livre de Cáceres que será analisada em detalhes no capítulo IV, mas que também acaba naturalizando o poder de consumir. Ele argumenta:

“A feira criada como uma oportunidade de trabalho para diminuir o problema do desemprego (gerou empregos indiretos e renda) e ali foi surgindo outras atividades. A feira abrigou os excluídos do mercado de trabalho e gerou oportunidades, incluiu. Lá é um espaço de inclusão na época em que foi criada, é a leitura do momento, da época, ela foi o plano B de muita gente, que viraram chacareiros e começaram a produzir, se incluíram e desenvolveram uma produção local pois boa parte da verdura e fruta vinha de fora. Os mercados daqui absorvem muito essa produção. Acaba tendo um papel no desenvolvimento econômico da cidade mesmo que alguns permaneçam na informalidade, porque ele faz girar a economia de certa forma né? Só que dentro dessa relação surge também o atravessador que compra desse feirante e vende para os supermercados e no caminho ele dobra o preço, o `grosso` muitas vezes está passando pela mão de terceiros. Mas de qualquer forma está girando dentro da cidade, na pequena economia”.

Essas atividades são indícios dos problemas econômicos (desde a década de 1980 afirma-se a entrada de um período de estagnação econômica em Cáceres) e sociais aqui existentes. Mas o estudo de Aguiar e também a fala deste intelectual orgânico

²¹⁸ MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, Livro 1, vol. II., p.746-747.

²¹⁹ COY Martin. FRIEDERICH, Martin. ROPER, Monika. SCHIER, Michada. AGUIAR, Maria Virginia A de. Questão Urbana na Bacia do Alto Paraguai. UFMT. Centro de Estudos da América Latina, 1994.pg. 94.

burguês, Adilson Reis, em vários momentos, acabam justificando a política de exclusão como se as crises econômicas por si só trouxessem as conseqüências “indesejáveis” do capitalismo. Além de agentes sociais guiando esses processos de acumulação, também nos lembrou Coutinho que “os maiores surtos de crescimento econômico no Brasil tiveram como um dos seus sustentáculos a pauperização absoluta de alguns setores do proletariado”, acirrando a exploração do trabalho e gerando formas de espoliação que se dão nos termos das precárias condições de existência na cidade.

Podemos dizer que a reestruturação produtiva iniciada nos anos 1980 não ampliou tão somente o mercado informal com aqueles que estavam excluídos do mercado de trabalho, mas mudou a relação do campo e da cidade, implodiu as formas de trabalho e transferiu aos indivíduos e suas famílias toda uma carga de incertezas econômicas. Isso confronta-se com os dados que abordamos no início do trabalho sobre a renda apropriada pelos 10% mais ricos da população que aumentou de 1991 e 2000. Que há riqueza não resta dúvida, mas ela estaria cada vez mais concentrada nas mãos dos grandes comerciantes, empresários, donos de agroindústrias, fazendeiros, portanto, o capital estaria reinvestido para gerar mais lucro. Por outro lado essa situação produziria mais pobreza. É a respeito dessas condições de existência precarizadas que passamos a tratar a seguir.

3.2 A realidade social do Estado de Mato Grosso e da cidade de Cáceres:

Telles e Cabanes²²⁰ assim se expressam a respeito dos indicadores sociais:

“Grades complexas de indicadores sociais e sofisticadas cartografias urbanas fazem o traçado da pobreza no conjunto da cidade, dos pontos críticos de concentração da exclusão territorial e vulnerabilidade social à distribuição desigual dos equipamentos urbanos e serviços sociais. E no seu conjunto vão desenhando os contornos de uma cidade muito desigual, mas também heterogênea, com diferenciações importantes atravessando e compondo os territórios da pobreza”.

Mesmo sabendo que a grande maioria desses dados são incompletos e utilizados pelos governos, pelas classes dominantes para justificar políticas fragmentadas que

²²⁰ TELLES, Vera da Silva e CABANES Robert (orgs). Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. 2007, pg 60.

deixam de lado a discussão de como se chegou a tal situação de pauperismo, para então trabalharem uma espécie de “soluções” específicas (que não resolvem a problemática obviamente), esses dados são importantes dentro desse contexto que estamos analisando, não sendo nossa pretensão encerrar o debate até aqui produzido e reduzi-lo à uma descrição da pobreza no espaço urbano. Estamos produzindo essas relações deixadas de lado, questionando as medidas para amenização dos problemas sociais e econômicos existentes e ainda tentando entender essa heterogeneidade manifesta na cidade.

O Censo Demográfico do ano 2000 mediu o valor da renda média mensal dos responsáveis pelo domicílio e esse valor em Cáceres ficou abaixo da média nacional e também do Estado. Esse é um dos fatores utilizados comparativamente com outros índices para medir as condições de renda e também qualidade de vida, o que significa que essas condições estão abaixo do esperado para a cidade em estudo. A tabela a seguir traz esses valores.

Discriminação	Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes (R\$)	Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes (R\$)
Brasil	768,83	350,00
Mato Grosso	774,60	351,00
Cáceres	608,28	300,00

Tabela 38: Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas com rendimento e dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, no Brasil, Mato Grosso e Cáceres, em 2000. Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

A renda per capita é um índice que ajuda a analisar o grau de “desenvolvimento” de uma região, mas por vezes esconde as disparidades na distribuição de renda. Mesmo sendo um dado incompleto percebemos, pela tabela a seguir, o desdobramento da pobreza em Cáceres que também reflete na qualidade de vida da população: a renda mesmo tendo aumentado nos últimos anos é inferior a do Estado do Mato Grosso e também inferior a muitos municípios menores e mais novos que Cáceres como Araputanga, Glória D’Oeste e Mirassol D’Oeste.

Discriminação	Renda per capita (R\$)	
	1991	2000
Mato Grosso	204,86	288,06
Cáceres	138,14	218,72
Araputanga	181,73	249,03
Gloria D'Oeste	148,78	238,17
Lambari D'Oeste	95,15	156,34
Mirassol D'Oeste	204,19	221,58
Porto Esperidião	119,71	176,49
Rio Branco	147,63	161,67
S.José 4 Marcos	143,01	168,05

Tabela 39: Renda per capita (R\$) no Mato Grosso e alguns municípios, anos de 1991 e 2000. Fonte: PNUD, IPEA, IBGE, Fundação João Pinheiro, 2003.

O PIB é o principal indicador da atividade econômica e ele sintetiza as atividades produtivas em um resultado final. O PIB per capita advém da soma dos bens (indústria, serviços e agropecuária) e é dividido pelo número de habitantes, ou seja, o resultado da divisão de todos os bens, seja do Estado ou município pela população do município é feito para assim se ter uma idéia de quanto se produz.

Trata-se de uma referência importante para analisar o desempenho da economia entretanto, estes dados apresentam distorções, pois os trabalhadores produzem a riqueza mas não moram nela, e mesmo assim a população entra no cálculo do índice per capita. Isto significa dizer que mesmo tendo esse resultado e sendo um número elevado não significa que a população teve uma melhora na qualidade de vida ou que diminuíram as desigualdades existentes porque a riqueza produzida quase sempre não é revertida em meios pra melhorar a condição de vida das pessoas.

Por isso o PIB per capita deve ser ainda comparado com outros índices, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para conhecer o município e perceber como está estruturada a divisão de renda das famílias. O IDH mede esse índice de desenvolvimento humano levando em consideração os indicadores da educação, da longevidade e da renda.

A partir desses dados em comparação (PIB per capita municipal e IDH) é possível avaliar a renda da população e qual é o acesso dessa população aos serviços básicos. Segundo dados do Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008 o país possui o menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da América Latina, ocupando na estatística geral o 117º lugar entre os 177 países analisados. Em 2002, os municípios de Mato Grosso com maior PIB eram: Cuiabá, Rondonópolis, Várzea Grande, Sorriso e Sinop, com 39,8% do PIB do Estado inteiro. A tabela a seguir mostra

o PIB per capita da cidade de Cáceres que mesmo tendo um pequeno incremento ainda é muito inferior ao índice do Brasil e do Mato Grosso.

Discriminação	Per capita (R\$)						Incremento 1999/2004
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	
Brasil	5.771	6.430	6.896	7.631	8.694	9.729	68,5
Mato Grosso	4.713	5.297	5.585	6.773	8.391	10.162	115,6
Cáceres	3.041	2.758	3.132	3.538	4.037	4.829	58,7

Tabela 40: Produto Interno Bruto per capita, no Brasil, Mato Grosso, Cáceres, nos anos de 1999-2004. Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios – Contas Nacionais 1999-2004. Anuário Estatístico MT-2002.

O IDH dos diferentes municípios de Mato Grosso são muito díspares e um estudo do IDH desses municípios realizado no ano de 2000, divulgado no ano de 2002, aponta que os vinte municípios com melhores posições concentravam menores populações e eram produtores de grãos²²¹. Este mesmo estudo apontou ainda que há uma relação direta entre a condição de vida da população e o que o município arrecada em tributação própria ou por repasses do governo federal e estadual.

Neste estudo, Cáceres tinha o índice de 0,737²²², e segundo a classificação do PNUD, este município estaria entre as regiões consideradas de “médio desenvolvimento humano”, ou seja, com IDH entre 0,5 e 0,8. O município de Cáceres ocupava a posição 2234^a em relação aos outros municípios do Brasil (posição considerada intermediária) e em relação aos outros municípios do Estado do Mato Grosso ocupava a 58^a posição, ou seja, 57 municípios dentro do Estado estariam em situação melhor, o que representa 45% dos municípios do Mato Grosso e, 68 municípios (54%) estariam em situação igual ou pior que Cáceres²²³. Mesmo com um incremento de 13,03% nos anos estudados, o município de Cáceres tem um IDHM menor que o do Estado e que o do Brasil.

Discriminação	IDH M-1991	IDH M-2000	IDH M Rend a-1991	IDH M Rend a-2000	IDHM Longevidade - 1991	IDHM Longevidade - 2000	IDHM Educação - 1991	IDHM Educação - 2000	IDHM Incremento 1991 a 2000 (%)
BRASIL	0,696	0,766	0,681	0,723	0,662	0,727	0,745	0,849	10,06
Mato Grosso	0,685	0,773	0,661	0,718	0,654	0,740	0,741	0,860	12,85
Cáceres	0,652	0,737	0,595	0,672	0,610	0,689	0,750	0,851	13,03

²²¹ Estudo realizado pela assessoria do deputado José Riva em 2002, a partir dos dados da SEPLAN/2000.

²²² Segundo classificação da Secretaria de Estado e Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN/2000).

²²³ Fonte: Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento/Atlas do desenvolvimento humano do Brasil/2000.

Tabela 41: Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal, no Brasil, no Mato Grosso, Cáceres dos anos de 1991 e 2000. Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991-2000.

Hoffmann (apud RIVA) esclarece que “a idéia de pobreza está associada a condições de vida inadequadas decorrentes de baixos rendimentos”. Mais uma vez um estudo “oficial” justificando as conseqüências do capitalismo como se não tivessem sujeitos agindo nessa exploração de mão-de-obra e nesse sentido os dados não denunciam a exploração por se tratar de dados generalizados.

O índice de pobreza, ou seja, o resultado sobre a quantidade de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza no Mato Grosso, não é uma tarefa fácil, pois depende do critério adotado para definir pobreza. Segundo a análise de Vieira²²⁴, economista, Gestor Governamental na Secretaria de Planejamento e Mestre em Agronegócios e Desenvolvimento Regional, numa reportagem publicada por Roberta Penha com o título “Desigualdades Sociais em Mato Grosso em 06/06/2008²²⁵, um dos critérios utilizados seria a renda, medindo a pobreza através do salário mínimo e costuma-se considerar pobres aqueles que pertençam a famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo.

Segundo os dados do censo do ano 2000, a renda per capita média do município de Cáceres era de R\$ 218,72²²⁶. A partir dos dados analisados por esse gestor governamental, Vieira concluiu que Mato Grosso tinha cerca de 30% de sua população vivendo na pobreza, aproximadamente 702 mil pessoas. Ele explica: “Para se ter uma idéia, somente em Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e **Cáceres** vivem cerca de 30% dos pobres de Mato Grosso” (grifo nosso)²²⁷. Vieira observa ainda que o problema se agrava quando:

“se têm muitos pobres vivendo numa região de economia estagnada ou em declínio, porque dificulta ainda mais superação da pobreza, sendo este o caso de municípios como Poconé, Peixoto de Azevedo, Cáceres e Pontes e Lacerda que apresentam, em conjunto, taxas de pobreza superiores a 40% da população²²⁸”.

²²⁴ VIEIRA, Edmar Augusto. Desigualdade de renda e pobreza em economia de alto crescimento: o caso de Mato Grosso. Monografia de Especialização. Departamento de Economia. UFMT, 2005.

²²⁵ PENHA, Roberta. Desigualdades Sociais em Mato Grosso. Disponível no site: www.circuitomt.com.br/home/materia/1465. Acesso em 21-05-2009.

²²⁶ Disponível no site: www.mtseusmunicipios.com.br. Acesso em: 23-03-2009.

²²⁷ VIEIRA, Edmar Augusto. Desigualdade de renda e pobreza em economia de alto crescimento: o caso de Mato Grosso. Monografia de Especialização. Departamento de Economia. UFMT, 2005, pg.61.

²²⁸ PENHA, Roberta. Desigualdades Sociais em Mato Grosso. Disponível no site: www.circuitomt.com.br/home/materia/1465. Acesso em 21-05-2009.

Ainda segundo ele,

“a pobreza tende a ser proporcionalmente mais elevada em regiões estagnadas ou em declínio, regiões que não encontraram seu eixo de desenvolvimento ou que não superam o colapso das atividades extrativas do passado. Regiões com predominância do extrativismo e da pecuária extensiva tendem a apresentar taxas elevadas de pobreza”²²⁹.

Para Vieira, essa configuração regional da pobreza basicamente se refere a dois fatores: devido ao crescimento desigual do Estado e também devido às deficientes políticas públicas. Por sua análise é “justificável” a quantia de pobres em regiões de economia estagnada e as políticas públicas se “deficientes” não auxiliam na diminuição da pobreza. Já analisamos pelo setor da produção de Cáceres, pela situação agrária e ainda a situação urbana que na realidade está ocorrendo uma maior concentração de renda resultando nesse aumento da pobreza. Se esta concentração de renda aumentou sugere a idéia de que os efeitos perversos da pretensa “estagnação” são sentidos pela população que já vive de forma precária, tanto no campo quanto na cidade. Assim o número crescente de desempregados e de pessoas vinculadas à economia informal tende a pressionar ainda mais o exército de reserva de mão-de-obra e a superexploração dessa mão-de-obra.

Para Barros (apud VIEIRA)²³⁰, mesmo havendo uma tendência de redução de pobreza no Brasil, este país têm um índice muito acima dos níveis de pobreza de outros países inclusive da América Latina e isso, teria relação direta com a elevada concentração de renda já que é característica marcante da formação econômica e social brasileira e ainda um enfoque distorcido de políticas sociais que atuam na forma de “política de migalhas”, sem mudanças estruturais no problema da pobreza.

Em Mato Grosso, segundo VIEIRA, os 10% mais ricos da população se apropriam de mais de 50 % da renda, enquanto os 40% mais pobres ficam com menos de 8%. Os níveis de pobreza em Mato Grosso (28,7%) estão abaixo da média nacional (32,9%), porém acima da média dos Estados do Centro-Oeste: Distrito Federal (16,1%), Goiás (26,7%), Mato Grosso do Sul (28,7%)²³¹. Os municípios com maior contingente de pobres em Mato Grosso no ano 2000 eram: Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis,

²²⁹ PENHA, Roberta. Desigualdades Sociais em Mato Grosso. Disponível no site: www.circuitomt.com.br/home/materia/1465. Acesso em 21-05-2009.

²³⁰ BARROS, apud VIEIRA, Edmar Augusto. Desigualdade de renda e pobreza em economia de alto crescimento: o caso de Mato Grosso. Monografia de Especialização. Departamento de Economia. UFMT, 2005, 32.

²³¹ Fonte: PNUD-FJP-IPEA, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

Cáceres, Poconé, Pontes e Lacerda, Barra do Garças, Tangará da Serra, Peixoto de Azevedo, Alta Floresta, segundo IBGE-PNUD do ano 2000²³². Portanto, Cáceres estaria nesse quadro de maiores contingentes de pobres sob a justificativa de economia estagnada e políticas públicas deficitárias, mas sem apontar ou denunciar quem está promovendo esse quadro.

Embora seja a mais importante forma da desigualdade, a elevada concentração de renda não é a única face da desigualdade. A desigualdade de renda também se relaciona com a desigualdade educacional, com as políticas públicas voltadas para o meio rural, com a elevada concentração fundiária, vislumbrada no primeiro capítulo. É preciso, analisar um quadro mais amplo dessas desigualdades e relacionar os diversos elementos que ao longo do trabalho estão compondo esse quadro de pobreza generalizada na cidade de Cáceres.

O valor do Fundo de Participação do Município (FPM) para Cáceres foi de 961.843,523 reais em 2007²³³, e devido às diversas políticas públicas implementadas a partir de verbas federais e estaduais fica evidente que o município é dependente de políticas de desenvolvimento advindas do governo estadual e federal.

De acordo com o estudo do IBGE, que divulgou um mapa da pobreza e a desigualdade social dos municípios em 2003, este índice em Cáceres era de 39,02%. O Índice de Gini²³⁴ é uma das medidas de desigualdade ou concentração mais utilizadas e ele mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. A tabela a seguir traz esse índice, que mede a desigualdade de renda em Cáceres e Mato Grosso.

Discriminação	Índice de GINI	
	1991	2000
Mato Grosso	0,59	0,63
Cáceres	0,55	0,60

Tabela 42: Índice de Gini, no Mato Grosso e município de Cáceres, anos de 1991 e 2000. Fonte: PNUD, IPEA, IBGE, Fundação João Pinheiro, 2003.

Conforme Barros (apud VIEIRA: 2005) a questão da pobreza está associada à concentração de renda e também à má focalização dessas políticas sociais. E ele credita a ineficácia no combate à pobreza no Brasil “à adoção de estratégia baseada unicamente no crescimento, quando se comprova que a redistribuição de renda poderia ser mais

²³² Fonte: IBGE-PNUD-IPEA-FJP, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

²³³ Fonte: IBGE/Cáceres/síntese 2007.

²³⁴ O coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini em 1912.

exitosa. (...) Para erradicar a pobreza no Brasil é necessário definir uma estratégia que confira prioridade à redução da desigualdade”. Há inclusive uma distorção no que se refere aos objetivos das políticas sociais, pois estas não diminuem as desigualdades, sendo estas políticas conhecidas como “migalhas”. No centro das contradições do capitalismo moderno estariam então elencados dois problemas do presente imediato urgente: a pobreza e a gestão da pobreza, já que o problema da pobreza tende a ser confundido com problemas da gestão da pobreza. Telles & Cabanes esclarecem:

“É certo que há também a face mais moderna e mais globalizada disso tudo. Sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990, em um cenário já marcado pelo encolhimento de recursos públicos e aumento da pobreza e também da violência, as atividades comunitárias e associação de moradores se transformam em operadores das formas modernas de gestão social – gestão da pobreza”²³⁵.

No próximo item abordaremos esses programas sociais implementados na atual fase do capitalismo, o neoliberalismo a partir da década de 1990 no Brasil e os evidenciando em Cáceres, tentando compreender porque essas medidas não agem sobre as causas da desigualdade social, apenas atuando na amenização desses problemas e auxiliando juntamente com outros aparelhos do governo no controle e conformidade social.

3.3. Os Programas Sociais:

Juntamente com a implantação do neoliberalismo²³⁶ no Brasil nos anos 1990, inicia-se também um novo projeto de “sociabilidade” que segundo Neves²³⁷ teve várias etapas de consolidação. A primeira etapa (primeira metade dos anos 1990) teve como objetivo os ajustes econômicos que foram importantíssimos para que a classe dirigente/dominante conseguisse o convencimento da sociedade brasileira. Neste momento, as políticas sociais públicas começam a ser precarizadas sofrendo

²³⁵ TELLES, Vera da Silva e CABANES Robert (orgs). Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. 2007, pg.66.

²³⁶ Segundo Mendonça, o receituário liberal se baseou em 3 parâmetros: “a não-intervenção do Estado na economia (Estado-Mínimo), redução de gastos públicos e privatizações de estatais”.

²³⁷ NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Wanderley (org). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005, pg.91.

privatizações e houve ainda, no âmbito da sociedade civil, uma reestruturação dos diversos aparelhos de hegemonia, principalmente dos meios de comunicação de massa, que começam a combater o sindicalismo autônomo. É assim que o neoliberalismo brasileiro vai se esforçando para criar um novo tipo de homem, cidadão e trabalhador.

Uma grande quantidade de movimentos sociais ganham força, as organizações não-governamentais que agora infiltram-se nos embates políticos minando as organizações ligadas diretamente às relações de trabalho. Assim, também as associações científicas passam a atuar somente em interesses específicos e abandonam as discussões e debates nacionais. A Igreja Católica também se redefine dentro deste quadro e assim todos esses aparelhos privados de hegemonia vão se reestruturando para colocar em prática esse “novo projeto de sociabilidade” em questão.

A segunda etapa deste projeto, segundo Neves²³⁸, iniciou no governo de Fernando Henrique Cardoso, e nesta fase as funções do Estado irão mudar: não é mais produtor de bens (profunda desnacionalização da economia) e serviços, mas apenas “coordenador de iniciativas privadas”. A reestruturação das funções do Estado, portanto, não fora apenas de cunho econômico (privatizações), mas também ético-político, pois as estratégias governamentais irão se basear na elaboração de uma nova cidadania mais “ativa e responsável”, que resumidamente, transferiu responsabilidades públicas para as comunidades, empresários, articulando Estado e sociedade civil e produzindo nesta, “atitudes de consenso”. Segundo Mendonça, o governo produziu novos ajustes fiscais e isto significou, cortes com gastos públicos principalmente na “área social, como saúde, educação e previdência”²³⁹. Nesta etapa, foi criado o Programa Comunidade Solidária que enfocava “o combate a situações agudas ou extremas de pobreza”²⁴⁰. O senso de “responsabilidade social” (convencimento) faz com que a classe de empresariado, entidades de caridade e igrejas se envolvam espontaneamente em atividades “cívicas e coletivas”. Segundo Mendonça:

“a aposta numa política econômica recessiva e voltada para assegurar o grau de confiabilidade dos investidores estrangeiros no Brasil provocou a deterioração do tecido social como um todo. O governo FHC caracterizou-se pela enorme negligência com a questão social, já que o corte de gastos faz parte do enxugamento da máquina do Estado imposto pelo neoliberalismo. O projeto político praticado pelo governo nos últimos oito

²³⁸ IB, idem. pg 92.

²³⁹ MENDONÇA, Sônia. A industrialização brasileira. São Paulo: Moderna, 2004, pg120.

²⁴⁰ NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Wanderley (org). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005, pg. 93.

anos teve como alvo central o *conjunto dos direitos sociais*, encarados como `gorduras a serem queimadas`²⁴¹.

E acrescenta:

“Todos os indicadores revelam que, em matéria de políticas sociais e trabalhistas, o governo do Presidente FHC foi um grande desastre, baseado no binômio Estado –Mínimo para o trabalhador e Estado – Máximo para o capital” (...). Em fins da década de 1990, o próprio governo divulgou resultados de uma pesquisa demonstrando que a renda média dos 10% mais ricos do país era *trinta vezes maior* que a renda dos 40% mais pobres”²⁴².

A autora esclarece sobre as conseqüências danosas dessa Era FHC, crises não apenas econômicas mas uma desigualdade socioeconômica profunda provocando exclusão social em número assombroso, uma grande taxa de desemprego e uma situação alarmante de precarização das relações de trabalho com organizações sindicais enfraquecidas.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, inicia a 3ª etapa dessa política e intensiva o “papel educador” do Estado estimulando parcerias, promovendo este novo homem coletivo (o programa Fome Zero, atua com papel pedagógico) e portanto, produzindo cada vez mais conformação geral ao projeto burguês. Nessa fase, houve a desregulamentação das relações de trabalho²⁴³, e o eixo norteador foi voltado à “prestação de serviços sociais às populações excluídas e também para aumentar a auto-estima dos cidadãos discriminados da sociedade brasileira”. A sociedade civil como os jornais, escolas, Igrejas e outros meios de comunicação estão ajudando essas estratégias de hegemonia a se consolidar já que também apóiam e divulgam as ações de “responsabilidade social” e voluntariado.

Segundo Petras, no governo Lula, também houve cortes orçamentários e estes afetaram os programas sociais (alimentação, educação, segurança, trabalho, etc). Até mesmo o programa mais badalado do governo, Fome Zero, sofreu cortes em 10 milhões de dólares e o motivo estaria relacionado ao fato de se aumentar os juros da dívida externa. O programa falhou totalmente já que a distribuição de comida atingiu uma

²⁴¹ MENDONÇA, Sônia. A industrialização brasileira. São Paulo: Moderna, 2004, pg.125.

²⁴² IB, idem, pgs. 125-126.

²⁴³ A reestruturação produtiva partiu do investimento em tecnologia e informática, e segundo Mendonça, dispensou/reduziu a mão-de-obra, a “massa global” de empregos e salários, precarizou as relações de trabalho já que diminuiu sobremaneira os direitos trabalhistas.

fração mínima de pessoas necessitadas. Sobre isso, até mesmo o Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, esclareceu que doar cestas básicas não é uma solução para a pobreza, e que para realmente acabar com as injustiças sociais a resposta seria a reforma agrária²⁴⁴. Outras mudanças como o emprego, a renda consideradas estruturais foram executadas. As políticas orçamentárias então, “em vez de reduzirem, aprofundaram as infames desigualdades do Brasil”²⁴⁵. E comenta ainda:

“Lula da Silva, tanto nos termos da filosofia neoliberal norteadora da sua equipe econômica quanto nas práticas econômicas reais, representa continuidade, extensão e aprofundamento das desastrosas políticas neoliberais seguidas pelo governo Cardoso (...). Não apenas aprofunda as já notórias desigualdades econômicas, como encoraja o mercado especulativo, em vez do mercado produtivo”²⁴⁶.

Torna-se visível a importância desta sociedade civil organizada, empresas denominadas religiosas, ONGs, sindicatos e escolas em multirão, e outras instituições para esses programas, pois embora a esfera de atuação seja pública (a função é pública) é ela que atua na direção dos interesses públicos. E, com esse tratamento “compensatório à fome” vai-se produzindo consenso/consentimento a essa forma de governar. Há ainda projetos/programas específicos para a educação e estes afirmam uma “identidade cidadã”, realizando-se essa parceria entre Estado e sociedade civil. Segundo Neves:

“Este fato aponta, ainda, para uma nova idéia de política (...) com ênfase em um compromisso entre as classes sociais, o qual, estimulando nas classes dominantes o desejo de doação aos pobres, manifesta-se nesses últimos pela convicção do pertencimento à mesma teia de relações sociais responsável não por sua exploração, mas por sua – sempre futura – inclusão social”²⁴⁷.

PETRAS salienta:

“O programa Fome Zero é uma falha total do ponto de vista estrutural, continua sendo no máximo um programa de caridade para controlar os potenciais eleitores pobres. Em vez de eliminada a pobreza, o programa enriqueceu os seus administradores, alimentou a corrupção e reforçou as relações clientelísticas tradicionais de patrão-cliente”²⁴⁸.

²⁴⁴ Apud Petras, James. O Brasil e o Lula: ano zero. Blumenau: Edfurb, 205, pg. 84.

²⁴⁵ PETRAS, James. O Brasil e o Lula: ano zero. Blumenau: Edfurb, 2005, pg.39.

²⁴⁶ IB, idem, pg. 39-43.

²⁴⁷ NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Wanderley (org). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005, pg. 108.

²⁴⁸ PETRAS, James. O Brasil e o Lula: ano zero. Blumenau: Edfurb, 205, pg.116.

É possível então, que estes programas de forma geral, contribuam apenas para gerirem a pobreza e não para modificar esse quadro que se amplia também em Cáceres.

Mendonça adverte:

“O que está em jogo, hoje, é a exclusão das maiorias: exclusão do mercado, do emprego, da cidadania, da sobrevivência. É contra ela que precisamos dirigir nossa capacidade de reação e organização. O combate ao *apartheid* social é a meta a ser perseguida por todos que se recusam a tomar posse desse legado sombrio. E o primeiro passo para tal enfrentamento reside no conhecimento crítico da realidade”²⁴⁹.

Telles & Cabannes acreditam que vivemos uma desestabilização de nossos parâmetros ao pensarmos na desregulação neoliberal nesses tempos de globalização e acabamos perdendo as conexões que articulavam as questões econômicas, políticas, urbanas e sociais:

“a economia é coisa que parece transitar em outra galáxia de referências, a política passa a se reduzir ao problema da gestão do presente imediato e o urbano parece se desconectar do político para ser confinado à **gestão da pobreza** (grifo nosso)”²⁵⁰.

As políticas públicas na área social de aplicabilidade municipal, baseiam-se em programas do governo federal em sua maioria. Utilizaremos alguns dados desses programas efetivados a nível municipal, bem como fontes que trabalham diretamente com o desenvolvimento desses programas ou mesmo parte da sociedade organizada que pretendem a “amenização” desses problemas para então percebermos como essa gestão da pobreza faz parte da preocupação dos setores dominantes e não necessariamente um combate eficaz às causas da desigualdade social.

Atualmente fazem parte do programa Bolsa Família em Cáceres, 5.200 famílias e mais 2.000 estão na lista de espera. Isso significa dizer que 6,11% da população total são atendidas por esse programa e tende a aumentar refletindo nesses números mais uma face da desigualdade e pobreza da cidade. É interessante perceber como esse atendimento está em fase crescente, acompanhando uma tendência nacional: em 2004 eram 1.600 famílias atendidas pelo programa e agora mais triplicou esse número (são

²⁴⁹ MENDONÇA, Sônia. A industrialização brasileira. São Paulo: Moderna, 2004, pg128.

²⁵⁰ TELLES, Vera da Silva e CABANES Robert (orgs). Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. 2007. p. 9.

5.200 famílias). É interessante perceber que para Denise Carvalho, assistente social do Município²⁵¹, isso não represente o aumento da pobreza:

“Não está aumentando a pobreza, mas os nossos serviços vão ficando conhecidos e por isso a maior procura por eles. Não é que está tendo mais casos de denúncias é que estão podendo denunciar mais por exemplo e a gente está podendo enfrentar as situações com mais qualidade nos serviços”.

Segundo Denise Carvalho, Coordenadora de Apoio Administrativo da Secretaria de Ação Social e assistente social da Prefeitura Municipal de Cáceres, em entrevista em 06-04-2009, a estrutura do atendimento municipal está configurado da seguinte forma a partir do ano 2000:

“Dentro da Ação Social nós temos 2 CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) é onde todo o serviço de proteção básica deve ser executado; nós sabemos que precisa de pelo menos mais 2 para atender a população carente; esses CRAS são criados para tirar da sede administrativa esse atendimento direto e ficar mais próximo da população em seus bairros; o CRAS 2, por exemplo tem o PAIF, tem o projeto CONVIVER que é para idosos, tem um setor do PET lá dentro porque quando a criança sai do trabalho infantil e entra na atividade sócio-educativa ela vai para a proteção básica e já vão fazendo um trabalho preventivo para ela não retornar, cursos semi-profissionalizantes dentro do Programa Sócio-educativo da Família; dentro do CRAS 1 nós temos a Central de Cadastro Único, não é só o bolsa família que é incluído no cadastro único, jovens do PROJOVEM também, a carteira do idoso que tem no seu CPF esse benefício também, o trabalho do PET também é feito pela Central do Cadastro Único, a tarifa social de energia para ter direito a taxa mínima de energia pela CEMAT se ganhar menos de 100,00 reais, lá no CRAS também tem um setor de PET, um setor de PROJOVEM, PAIF, tem também a padaria que fornece pão para todos os nossos projetos sociais e a sala de corte e costura lá dentro, mais específico para quem está sendo beneficiado pelo Programa de Habitação, esse programa determina que para receber a casa tem que participar das reuniões, palestras de cidadania e participar de um curso e se não participar perde a casa, então dentro dos CRAS são esses serviços que funcionam; dentro do CREAS, ele é a nossa unidade de atendimento para a questão social de média complexidade. A proteção social é dividida em média e alta complexidade. A de média complexidade ele não perdeu o direito a convivência familiar e comunitária ele tem o seu lar, a sua casa. Na alta complexidade ele não tem nem referência de casa, nem de nada é a situação por exemplo de rua. De média complexidade que o CREAS atende nós temos implantado: não existe mais o programa SENTINELA, foi criado o SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL DE COMBATE A VIOLÊNCIA E ABUSO SEXUAL contra a criança e adolescente; o serviço de PROTEÇÃO SOCIAL AO IDOSO VÍTIMA DE VIOLÊNCIA, a ser implantado nesse ano pelo governo federal; o pagamento de medidas sócio-educativas em regime aberto, prestação de serviços de adolescentes; APOIO SOCIO-EDUCATIVO AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, esse serviço está sendo implantado bem lentamente, ainda não conseguimos a casa de apoio; o CREAS faz o trabalho de orientação e trabalho sócio-educativo com eles, a abordagem; implantado o serviço de atendimento às mulheres vítimas da

²⁵¹ CARVALHO, Denise. Coordenadora de Apoio Administrativo da Secretaria de Ação Social e assistente social, entrevistada por Vivian Lara em 06-04-2009.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA; a última unidade da Secretaria seria a CASA DA CRIANÇA, que disponibiliza o serviço de abrigo para as crianças até 11 anos e 11 meses, negligência, dependentes químicos, abandono atendemos 20 crianças”.

É uma Secretaria muito dependente dos repasses do governo federal e das parcerias com empresas como a Petrobrás, a Cemate por exemplo. Como a própria Coordenadora disse essa cidade precisaria ter outras unidades de atendimento devido ao grande número de população carente. E ela acredita que a população mais informada dos serviços existentes os procura com mais frequência em busca desse atendimento. Essa é a política assistencialista empreendida em Cáceres com o objetivo de amenização dos problemas sociais.

Na tabela a seguir temos uma síntese dos atendidos pelos diversos programas na área social, no ano de 2008.

n°.	Discriminação	N° de pessoas atendidas
1	PRÓJOVEM (Adoles. de 15 a 17 anos	200
2	ASEF (Ações Socioeducativas de Apoio à Família)	1.460
3	Serviço Continuado à Pessoa Idosa.	564
4	PAIF (Programa de Atenção Integrada à Família.	7.800
5	Serviço de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infante Juvenil	175
6	Adolescentes cumprimento de Medidas Socioeducativas.	77
7	Serviço de Abrigamento Temporário	14
8	PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil).	2.480
9	Bolsa Família	2004: 1.600 famílias; 2008: 5.200 famílias
10	Conviver	564
11	Programa Acompanhamento e Monitoramento de Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do BPC.	127
12	BPC (Benefício de Prestação Continuada)	1.476 idosos 750 pessoas com deficiências
13	Projeto de Combate e Prevenção contra a Exploração e Abuso Sexual Infante Juvenil	50
14	Cadastro Único (Auxílio Gás, Bolsa Família e PETI)	7.486
15	Cadastro Único (Carteiras de Idosos expedidas	275
16	Cadastro Único (Tarifa Social de Energia Elétrica	1.238
17	Programa de Inclusão Produtiva-Microcrédito	41
18	Programa Habitacional Meu Lar em 2004	25 famílias
19	Programa Habitacional Morar Melhor em 2005	100 família
20	Programa Habitacional de Interesse Social em 2008 (em andamento)	132 famílias
21	Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários	200 famílias
22	Programa Melhorias Sanitárias Domiciliares	171 famílias

Quadro 43: Número de Pessoas atendidas, segundo tipo de ações promovidas pela Secretaria Municipal de Ação Social, ano de 2008. Fonte: Secretaria Municipal de Ação Social, 2008.

Além dessas políticas sociais, o Prefeito Túlio Fontes, se reuniu com vários representantes da sociedade civil e fui convidada pela Secretária de Ação Social para assistir essa reunião, pois ela achava que isso ajudaria meu trabalho²⁵². Nessa reunião, A Secretária de Ação Social e o Prefeito passam a “justificar” medidas efetivas de combate à “marginalidade” e percebe-se o incômodo geral desses setores reunidos que pretendem auxiliar com sugestões e apoio para conseguirem resultados positivos no que acreditam ser um combate “eficaz” da marginalidade:

“bom dia eu quero agradecer a todos que estão aqui em especial ao Dr. Sabóia (juiz) e a todas as entidades que estão aqui representadas. E o assunto em pauta é um assunto gravíssimo que está ocorrendo não só nessa cidade mas na grande maioria das cidades desse país. Nós (a equipe de trabalho do Prefeito) estamos buscando desde o início da gestão iniciar um trabalho com a população de rua, com aquelas pessoas menos favorecidas e que estão tendo problemas sérios, problemas motivados pelo alcoolismo, por questões da própria família, ponderando uma série de conseqüências ruins para eles e suas famílias. E isso têm se manifestado de uma forma muito triste inclusive nas praças da cidade. Não é uma coisa de agora e só vem se agravando. O Poder Público não poderia ficar omissos por isso nós estamos fazendo essas reuniões (essa já é a terceira) começamos na primeira reunião apenas para discutir o assunto e como iríamos trabalhar; numa segunda reunião já estavam presentes o Ministério Público, o comandante da polícia militar e agora ampliamos de vez essa reunião, e outras entidades estão sendo convidadas para **somar esforços conosco**. É uma questão que envolve não apenas um poder ou outro ou uma entidade mas a toda a sociedade e por isso nós queremos que todos abracem essa causa” (grifo nosso)²⁵³.

Denise Carvalho, Coordenadora de Apoio administrativo, Eliene Liberato, Secretária de Ação Social estão em consonância com a fala do Prefeito e como anteriormente comentado pelo Presidente da Associação Comercial de Cáceres (Acec), acreditam nesse trabalho em rede (expressão bem liberal), fazendo parcerias com outros organismos para que ocorra a “eficácia” dessas ações sociais e a ampliação do Estado acontece na medida em que mobiliza vários setores. A sociedade política de Cáceres está representada pelos setores comercial, agrário e empresarial:

“Agora que está iniciando um trabalho em parceria, promotor, juiz, os comerciantes, com os direitos humanos, a vigilância sanitária que é imprescindível. A assistência social é a única que faz a interface com as demais políticas, ela não trabalha sozinha para que o trabalho seja eficaz. Tem que fazer uma integração de serviços”.

²⁵² Reunião gravada no gabinete do Prefeito em 25-04-2009 por Vivian Lara Cáceres Dan.

²⁵³ FONTES Túlio. Fala do Prefeito na reunião gravada no seu gabinete em 25-04-2009 por Vivian Lara Cáceres Dan.

A partir da Constituição Federal de 1988 verificamos um crescente processo de fortalecimento da esfera local de governo, as representações do papel dos municípios têm mudado, ocorrendo uma descentralização e municipalização das políticas públicas. Segundo Santos Júnior²⁵⁴ isso está vinculado ao quadro de reformas macroestruturais e das transformações relacionadas à globalização da economia. Várias reformas institucionais têm sido empreendidas visando essa autonomia dos municípios e ao mesmo tempo a organização do poder local vem tomando novas formas com a criação das parcerias entre o poder público e setores da sociedade civil. Este é o processo que os municípios estão adentrando: a descentralização administrativa (participação da sociedade nas discussões e mudanças) e a municipalização das políticas sociais.

Embora o município de Cáceres ainda dependa dos recursos públicos (via governo federal e estadual) para efetivar algumas políticas públicas é possível que ele esteja se lançando também na disputa de capitais privados, ou seja, buscando investimentos e recursos do setor privado e por isso essa mobilização e tentativa de fazer “parcerias” e apoio, ramifica um tipo de atuação que não é mais isolada, mas um trabalho que é chamado de “rede” manifesta nas formas de privatizar e nas formas de fazer o Estado atender a interesses específicos.

Nesta reunião no gabinete do Prefeito de Cáceres, esse apoio, por parte de alguns segmentos organizados, tornou-se visível na medida em que existiam representantes do Poder Judiciário, Executivo, Legislativo e também parte da sociedade civil (empresários, Rotary, Igreja Católica, vigilância sanitária, polícia, corpo de bombeiros etc). O vice-presidente do Rotary, Cláudio Oliveira²⁵⁵, tomou a palavra para falar de um projeto social que está sendo realizado por essa entidade no sentido de dizer que eles dentro dessas associações também “fazem a sua parte na questão social”:

“Hoje o Rotary está com aquele projeto “vôlei em ação”, investiu 36 mil reais, estamos trabalhando com 52 crianças, foi a escola escolhida pelo MP devido a pior apresentação; eles são 30 professores, 28 estão de licença, fecharam o período noturno dessa escola em questão, a tarde tem muitas meninas com carrinho de bebê lá. Já estamos lá há 8 meses, se pegarem os relatórios o diretor do colégio disse que a realidade lá está mudando muito”²⁵⁶.

²⁵⁴ SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Democracia e governo local: dilemas e reforma municipal no Brasil. Rio de Janeiro. Revan: FASE, 2001. pg. 29.

²⁵⁵ Cláudio Oliveira, tem uma joalheria em Cáceres, também uma empresa de monitoramento eletrônico, vice-presidente do Rotary e membro do Sindicato Rural, pois também é pecuarista.

²⁵⁶ Reunião gravada no gabinete do Prefeito em 25-04-2009

A pauta dessa reunião era para falar sobre a população de rua (que obviamente incomoda pelo fato de estar visível em alguns pontos da cidade). Assim, o prefeito foi receber informações desses segmentos organizados, dar satisfação, e também colher sugestões e possíveis “soluções”. Em sua fala, o incômodo com essa população de rua que vive ou circula na praça “central” é evidente:

“Na **praça central de nossa cidade** tenho visto que muita coisa já melhorou mas ainda estamos distantes do ideal e para isso essa terceira reunião é para surgir mais idéias para chegar a resolver de vez esse grave problema social. Soma-se a essa questão também a prostituição infantil. É com a ajuda de todos que vamos conseguir vencer e fazer com que Cáceres volte a ter **os espaços públicos de uma forma condizente, adequada e essas pessoas ressocializadas**, que volte as suas famílias, com tratamento necessário, é isso que nós queremos” (grifo nosso).

A Secretária da Ação Social, Eliane Liberato Dias²⁵⁷, nesta reunião, explica o que já vem sendo feito para amenizar esse “problema” e sobre a mobilização que acha necessária inclusive na outra praça, a da Feira²⁵⁸ onde o problema se agrava e por isso para ela as soluções devem ser mais drásticas:

“Infelizmente ainda não conseguimos locar ainda a Casa de Apoio para a população de rua, as pessoas estão resistindo em locar para essa finalidade. Essa casa vai servir para até a gente encaminhar essas pessoas de rua para sua família de origem. Foram feitas cinco abordagens realizadas pelo CREAS, vigilância sanitária e a polícia militar, **na Praça Barão do Rio Branco (centro)** e conseguimos encaminhar vários casos, muitos primeiro para a saúde e depois demos passagem para eles irem embora. O grande desafio é trabalhar a família e não é um trabalho rápido pois temos que trabalhar essa família para ele voltar para casa. 90% deles têm família em Cáceres mesmo, e a família abandona na rua. (...).

Na **Praça da Feira** eu estive, e o grande problema está nos bares que ficam ali próximo da feira. A maioria que ficam ali, bebem e permanecem não são população de rua, bebem, dormem, acordam e vão embora. A partir do momento que **fechar esses bares**, com certeza esses que dependem do álcool vai ser mais fácil encaminhar para o tratamento. E aí entra os órgãos da fiscalização, da vigilância sanitária que devem nos ajudar também. Se for adolescente nós vamos enviar para Cuiabá para tratamento, do convênio que a Prefeitura vai assinar. Se você dá esmola ali eles voltam no outro dia, não adianta. Temos que mobilizar todos juntos” (grifo nosso).

O Prefeito fala sobre a casa de apoio que deve ser criada e outras medidas:

“essa casa de apoio não é para a pessoa ir e ficar, é uma casa que visa apenas um período de 48 a 72 horas para que seja feita a higienização da pessoa, trabalho de ordem psicológico, médico se necessário, é uma primeira abordagem para que a pessoa se sinta prestigiada e em condições de voltar a

²⁵⁷ Ela é formada em Assistência Social, membro do PMDB de Cáceres e também do Rotary Club.

²⁵⁸ A Praça da Feira estará em análise no próximo capítulo.

ter uma vida normal, porque esse tipo de vida ela (sem família, alcoolismo) foge aos padrões da normalidade. A casa de apoio é provisório e a gente achava que a grande maioria era de fora e não 70 a 80% são de Cáceres então vamos tentar envolver suas famílias nesse resgate, são pessoas daqui e que estão nessa condição. Mas também **enviamos para sua cidade de origem os que não são daqui**".

Pode-se perceber que a solução até agora pretendida é expulsar para outros lugares o "incômodo" que vem de fora e os indivíduos locais deveriam então receber tratamento para "voltar a vida ao normal". O trabalho em "rede" (pensado a nível de órgãos públicos e entidades de caridade, assistencialismo) cooperaria portanto com a "amenização do problema".

Adilson Reis em entrevista, assim abordou a respeito da marginalização evidenciada em alguns locais na cidade:

"Como o município pode impedir a chegada de gente aqui? Ai vem mochileiros, artesãos itinerantes, e também bandidos, vem coisas boas e ruins, infelizmente eles acabam se concentrando na zona central da cidade e a feira é um exemplo, houve proliferação dos barzinhos e de repente aparece ai também as bocas de fumo, que todo mundo conhece, e não há uma política de prevenção, um combate efetivo dessas situações".

Pelo comentário acima, percebemos as realidades urbanas já que estão ocorrendo novas clivagens e as diferenciações sociais advindas da desigualdade de renda estão redefinindo a cartografia da pobreza urbana, já que os espaços urbanos estão atravessados por todo tipo de "ilegalismo". Denise Carvalho assim pensa sobre essa questão:

"A questão da estrutura do município, não tem emprego, colabora para uma série de situações como por exemplo a prostituição, que acabam entrando pela renda mas permanecem pelas drogas. Ali na praça da feira tem a situação de rua, alcoolismo, a prostituição, a exploração de crianças e adolescentes, a questão sexual também, o trabalho informal, então a gente tem de tudo um pouco ali. Especificamente ali cabe várias políticas públicas, existem várias vulnerabilidades. Mato Grosso não oferece pelo governo oficialmente nenhum centro de recuperação e isso é um absurdo devido a ter uma grande parte de fronteira com a Bolívia, tráfico de drogas, e não oferece nenhum centro de recuperação a drogados para adultos. Somente entidades religiosas (unidades terapêuticas) e nem tem em seu quadro um médico, somente a boa vontade de ajudar"²⁵⁹.

²⁵⁹ CARVALHO, Denise. Coordenadora de Apoio Administrativo da Secretaria de Ação Social e assistente social, entrevistada por Vivian Lara em 06-04-2009.

A fala oficial, portanto, tem justificativas para os problemas sociais: a renda e a falta de políticas, mas não pretendem soluções que melhore as condições de vida da população ou diminuam as desigualdades existentes.

O restante da reunião tratava-se do incômodo dos vários participantes, entre eles Cláudio Oliveira²⁶⁰, a Secretária da Ação Social Eliene Liberato, assim também a Coordenadora da Assistência Social em Cáceres Denise Carvalho e o Prefeito Túlio Fontes, sobre a Praça da Feira, objeto da análise do capítulo seguinte. Esses incômodos são sociais e representam esses segmentos de classe representados na sociedade política: setor agrário, comercial e empresarial.

As estratégias para solucionar esses problemas sociais estão sendo encaminhadas e convalidadas inclusive pelo Poder Judiciário Municipal, na figura do então Juiz Dr. Sabóia (da 1ª Vara Criminal), que está reelaborando o Código de Posturas e assim se manifestou na reunião:

“O problema da população de rua não está somente na **Praça Barão**, também atinge a **Praça Duque** até por conta da oportunidade, e a **Feira**. Estarei enviando um **projotinho de lei** que eu já tenho ele mais ou menos pronto e vai depender dos vereadores porque para mim, as primeiras coisas que a gente tem que tratar quando vai mexer com essa questão da população de rua é a **gente regulamentar a utilização do espaço público**. Quando a gente estipular o que vai ser feito e como vai ser feito a utilização do espaço para procurar evitar determinadas situações. **Porque na Praça da Feira, na Duque e na Praça Barão a gente tem essa concentração de pessoas, porque a gente tem ali uma série de comerciantes, uma série de locais que vendem bebidas, aglomerações de pessoas, pontos e pessoas ali que utilizam os espaços públicos sem regulamentação alguma**. Então a primeira coisa que tem que acontecer é regulamentarmos como e de que forma esse espaço vai ser utilizado e o **Executivo tem que ter uma fiscalização** inclusive para os que vendem lanches, bijuterias, então a regulamentação deve existir mas de nada adiantará se não houver efetiva fiscalização. Essa fiscalização tem que existir (...).Mas isso também é problema da sociedade organizada. Ficar esperando que só o Poder Público resolva também nós não vamos sair do lugar. Pensar em trabalhar por exemplo ações que implementam a casa de apoio. Que tipo de ações: uma empresa dar emprego, nem todos são bandidos, tentando inserir aquela pessoa dentro da nossa sociedade, no comércio, disponibiliza uma vaga a casa de apoio. Podemos aqui fazer tentativas de solução mas a base Sr. Prefeito, creio eu que seja a regulamentação do espaço público e a efetiva fiscalização. Legislação específica, não agradável, possibilitando a cassação de alvará, estabelecer dentro do código de postura o **fechamento de determinados locais administrativamente** e não havendo necessidade do Poder Judiciário para isso acontecer. Fazer o caminho inverso: ao invés da Prefeitura entrar com ação judicial para fechar um local, conceder o direito da Prefeitura **fechar o local e ele ter que brigar na justiça para reabrir**. Criar esses mecanismos no código de postura, alterá-lo e são várias soluções impopulares” (grifo nosso).

²⁶⁰ Cláudio Oliveira, tem uma joalheria em Cáceres, também uma empresa de monitoramento eletrônico, vice-presidente do Rotary e membro do Sindicato Rural pois também é pecuarista

O prefeito acredita assim estar tomando as medidas necessárias para “melhorar a cidade” e promete medidas mais severas àquele local (Praça da Feira), os bares estão recebendo notificações e laudos que condenam sua existência (higiene e falta de estrutura segura) e assim que o novo código de posturas estiver pronto possivelmente serão fechados, conclamando a sociedade organizada. Sendo essas as medidas adotadas e visualizadas como a saída para sufocar a criminalidade, prostituição, desorganização, moradores de rua ali existente/visível e assim atender aos interesses desses segmentos de classes ali reunidos:

“Eu assumi a prefeitura dia 01 de janeiro, não estou preocupado com medidas impopulares. Estou tentando **colocar a casa em ordem, para que a cidade seja mais agradável para todos**. Eu quero que a lei Dr. Sabóia se cumpra. Não vamos impedir ninguém de trabalhar, isso em relação aos ambulantes. **A cidade virou terra de ninguém** nesses últimos anos (da administração passada). Devido à **proliferação de bagunças nas ruas**, nada contra quem estiver trabalhando, mas nós temos o código de posturas, e a lei foi aprovada pela Câmara, e muitos desses carrinhos não são recolhidos, atrapalham o trânsito, os carros, uma bagunça de som, tira e coloca de volta no horário de trabalho. **Mas o código precisa de uma atualização. Enquanto estiver em vigor, eu vou tomar essas medidas impopulares. Nós queremos melhorar a cidade, e nós temos que obedecer a lei, se a lei existe é porque a maioria entende que é necessário agir assim, porque a sociedade pediu assim**. E essas reuniões é para a gente mudar essa situação para o bem de todos nós” (grifo nosso).

Coimbra esclarece:

“Esta cidade reformada, pretensamente higienizada e homogênea, que pretende expulsar de seu **centro o espetáculo da miséria** deve ter como auxiliar, para manter a ordem nos espaços públicos de circulação, uma polícia competente. Remonta, pois, ao início do nosso século, o crescimento considerável desta força a fim, de principalmente controlar a população pobre”²⁶¹.

Segundo Coimbra:

“As estratégias de ordenação dos espaços urbanos têm se caracterizado, portanto, pela segregação, exclusão e isolamento das classes subalternizadas, corroborando a crença de que com elas estão as doenças, os perigos, as ameaças, as violências”²⁶².

²⁶¹ COIMBRA, Cecília. Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, pg. 102, 2001.

²⁶²IB, idem. 100.

Creio que ao levarmos em conta o quadro de desigualdades sociais existentes, perceberemos que essa “descentralização” do governo local está-se tornando neste caso, num mecanismo perverso que aprofunda ainda mais as disparidades existentes. As soluções estão vindo ao encontro dos interesses desses setores organizados incomodados com a “bagunça noturna”. A crise social e agravamento do desemprego já vêm aprofundando esse quadro de exclusão social com aumento da pobreza e isso pode estar repercutindo ainda na crise de legitimidade das instituições democráticas. Mesmo por mera especulação é possível nos perguntarmos por que a venda de votos é algo comum no processo eleitoral local? E isso aparentemente está refletindo ainda nos movimentos associativos populares que parecem estarem apáticos diante de tudo o que está acontecendo, mas não aprofundei o estudo sobre esses segmentos. Apenas notei essa ausência na reunião onde vários segmentos das classes dominantes estiveram representadas.

A Praça da Feira, um espaço específico em Cáceres, é um microcosmo da sociedade e do que acontece em toda a cidade. Portanto, é preciso explicar esse contexto assim como a dinâmica de suas relações visivelmente reconhecidas como “problemas” e talvez seja possível abordar as desigualdades não apenas como efeito do capitalismo, mas relacionando as questões políticas, urbanas e sociais. Ao abordarmos o que acontece na praça da feira no capítulo IV, passaremos a olhá-la como parte da cidade que destaca as desigualdades e por isso incomoda tanto. As estratégias de sufocamento desse lugar tendem a se ampliar, portanto. Será ainda uma oportunidade de conhecer não só este espaço, onde populares convivem/participam/se inserem em toda uma gama de conflitos, mas também o lugar onde o Poder Público e as classes dominantes atuam.

CAPÍTULO IV – UM ESTUDO DE CASO: A PRAÇA DA FEIRA

“Pouco entenderemos da `cidade ilegal` que sempre existiu, que cresceu nos últimos anos e continua crescendo, se não levarmos em conta esse intrincado e tenso jogo de atores. Legal e Ilegal, formal e informal, lícito e ilícito estão imbricados nas práticas e nos agenciamentos que presidem as disputas pelo e no espaço” TELLES E CABANES:2007”.

Neste capítulo a abordagem inicial é sobre o espaço urbano da Praça e suas modernizações, para a partir daí enfocarmos uma praça específica na cidade de Cáceres, que aqui é analisada como produto de uma política de inclusão diferenciada já que as atividades ali desempenhadas não poderiam mais estar ocorrendo na área “central” da cidade na década de 1980. Com o crescimento urbano essa área tornou-se integrante a área central e o uso desse espaço em ambiente noturno vêm causando muita polêmica incomodando setores da sociedade (comerciantes, empresários, autoridades políticas, autoridades públicas, órgãos públicos e privados, associações, religiosos), pois acaba exteriorizando as desigualdades sociais vivenciadas no cotidiano dessa sociedade que utiliza algumas estratégias para então “sufocar” este local. Trata-se de um espaço específico da cidade de Cáceres que a população local o reelabora cotidianamente e alguns setores da sociedade local assim como o Poder Público não vê com bons olhos a existência deste local. Analisamos algumas dessas estratégias no decorrer desse capítulo para compreender a Praça da Feira como lugar da pobreza, do descuido, do destrato das pessoas. De certa forma as modificações, reformas, as políticas públicas sociais, as atuações da Vigilância Sanitária e Corpo de Bombeiros, reuniões com segmentos da sociedade civil, a criação do Mercado do Produtor e a ação da polícia são ações criadas para “amenizar os problemas” encontrados neste local, e aqui estão sendo interpretadas como parte das estratégias de ordenação dos espaços urbanos, relacionadas ao modelo de cidade que as atuais administrações pretendem, sendo mais um fator da política segregadora e de exclusão vivenciada por muitas pessoas que ali freqüentam e ou trabalham. Para essa abordagem trarei algumas denúncias, enfoques de jornais locais, atas e requerimentos da Câmara Municipal, boletins de ocorrências, dados estatísticos e trechos gravados de reuniões no gabinete do Prefeito para então compreendermos a relação desse espaço com o que vêm sendo tratado nesse trabalho: um estudo de caso

das desigualdades sociais existentes na cidade. Ainda colocarei em evidência as distintas movimentações da Praça da Feira tentando entender como ocorre a apropriação desse espaço urbano, percebendo-o também como um lugar que resiste “ao processo acentuado de negação da rua, do espaço público de franco acesso, que vem marcando a urbanização brasileira nas últimas décadas”²⁶³ e que por algum motivo se potencializa na Praça. A feira livre para Mascarenhas representa uma “experiência peculiar” tanto de sociabilidade quanto do uso da rua e que se tornou uma “tradição obsoleta” devido ao uso dos automóveis e das práticas modernas do varejo. A Praça da Feira neste contexto é um alvo das Políticas Públicas para atingir as pessoas que vivenciam essa situação de miséria congênita e as desigualdades, porém também pode ser entendida como um contra-discurso contra os discursos e práticas que buscam instituir o consenso sobre a cidade, que não necessariamente nega a versão dos grupos dominantes, mas é antagonico a eles.

4.1. As Praças, o surgimento da Praça da Feira e sua inserção na política local

As praças se evidenciam como importantes espaços públicos urbanos e mesmo no Brasil Colônia quando estas tinham um aspecto religioso preponderante, ali também se exercia a função comercial²⁶⁴. Cruz ressalta que as políticas sanitaristas e de embelezamento fomentaram a construção destas e auxiliou no processo de deslocamento da população mais pobre para as periferias. Destaca ainda, as praças modernas que têm a função de serem “áreas de lazer ativo”, e, portanto, de convivência e de passeio da população local.

É possível perceber em algumas cidades (principalmente capitais como: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belém)²⁶⁵ uma ênfase nas modernizações de praças públicas, colocando-as como um dos espaços públicos mais valorizados, e portanto sendo tratadas como “ponto de convergência para a população, local de lazer, encontros, comércio, eventos políticos”. Desta forma, as Prefeituras e a iniciativa

²⁶³ MASCARENHAS, Gilmar; Dolzani, Miriam. C. S. Feira Livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. Disponível em: [www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article-view-4710-3971](http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/4710-3971). Acesso em 23-05-2009.

²⁶⁴ CRUZ, Natália Micossi Da. Resenha. Robba, Fábio; Macedo, Silvio Soares. Praças Brasileiras. São Paulo: Edusp, 2003. Disponível em: cecemca.rs.unesp.br/ojs/index.php/estgeo/article-203. Acesso em: 21-04-2009.

²⁶⁵ Sites como: www.belempa.gov.br; www.pocosdecaldas.mg.gov.br; www.cecemca.rc.unesp.br; www.pousadapeter.com/pracas_olinda; www.salvadorbahia.gov.br; [www2.portoalegre.rs.gov.br; pracas.com.br](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/pracas.com.br)

privada, as encaram como uma prioridade, revitalizando-as e multiplicando-as, já que são tidas também como pontos turísticos e se inserem no conceito de qualidade de vida, ou seja, as praças além de embelezarem as cidades também propiciam a melhoria da qualidade de vida dos moradores e visitantes e, constituí-se, hoje, numa boa opção de lazer.

O projeto “Photographias” de pesquisas sobre a cidade de São Paulo argumenta que as imagens históricas devem ser “resgatadas” e especificamente este projeto, do Centro de Documentação do jornal Folha de S. Paulo, mostra as praças e largos como sendo “um dos mais importantes espaços públicos da cidade e a praça desempenha papel fundamental nas relações sociais”²⁶⁶.

Em Cáceres, algumas praças públicas consideradas “centrais” passaram por reformas tendo destaque no jornal “O Correio Cacerense” já em 1969, nos dando pistas de locais considerados prioridades para obras realizadas pelo Poder Público: “(...) a Praça Duque de Caxias terá suas obras concluídas até 25 de agosto do corrente ano, época em que será entregue ao público (04/05/1969, Ano I, n. 48)”. E esta reportagem também mostra a continuação desse tipo de obra, num outro anúncio de obras, do mesmo jornal em 04/09/1969, Ano I, n. 72:

“Tão logo os trabalhos de pavimentação e ajardinamento da Praça Duque de Caxias estejam concluídos, a Praça Barão do Rio Branco, a mais central da cidade, terá suas obras iniciadas (...)”, (grifo nosso).

Ainda destaque para essas obras no mesmo jornal em 25/09/1969, Ano I, n. 78 que coloca esse tipo de obra sendo exemplo de “progresso” quando coloca o título dessa reportagem como: “Cáceres progride através de seu dinâmico prefeito” e vem trazendo a reportagem que diz:

“(...) Sr. Prefeito Municipal Ernani Martins declarou que dando prosseguimento ao seu plano de administração, já iniciou as obras da Praça Barão do Rio Branco, nosso principal logradouro da cidade e constará de passeio público (...)”.

De certa forma, abordar sobre a revitalização de praças desta cidade significa inseri-la dentro do tema das políticas públicas de reformas urbanas, que no final da década de 60 até os anos 80, assinalou ser, conforme Sant’anna, uma política voltada

²⁶⁶ www.almanaque.folha.uol.com.br/sãopaulo_home.htm.

para a questão da higienização da cidade, como também da segurança e da ordem, buscando controlar os fluxos produtivos da cidade como um todo:

“ (...) o processo de modernização não cessa de afirmar e de atualizar as separações entre produtivos e improdutivos, sadios e doentes, limpos e sujos, aprofundando os níveis de sensibilidades tornando menos toleráveis odores, gestos e paisagens, outrora aceitos”²⁶⁷.

Não nos esqueçamos que este é o período do regime militar e o modelo de Estado burguês adotado é “intervencionista e corporativista, pelo menos até o governo Geisel”²⁶⁸.

Isto significava reforçar a idéia da intervenção deste Estado na economia que visou, fundamentalmente, criar condições “para o capital privado existir e se expandir”²⁶⁹. Segundo Mendonça²⁷⁰, a proposta “nacional-desenvolvimentista”, de se evitar o capital estrangeiro se inviabilizou na prática, no governo Juscelino o capital internacional passa a ser instrumento de acumulação capitalista no país. E, como cita a própria autora: “o papel da ditadura militar foi o de consolidar o modelo econômico implantado nos anos 50, aperfeiçoando-o”²⁷¹.

Sendo assim, o capital estrangeiro teve enorme peso na indústria do país, como tentativa de solucionar o problema de falta de recursos para o crescimento industrial e por isso se intensifica o processo de “internacionalização da economia brasileira” e o Estado brasileiro passa a ter mais uma função, segundo a autora, o de gerenciador do mercado financeiro. Mas o mais importante para se ater deste período é perceber a serviço de quem este Estado, autoritário e centralizador estava: “a serviço de interesses estritamente privados”²⁷², ou seja, das diferentes frações da burguesia. A esse respeito, MENDONÇA salienta:

“Claro está que para os grandes empresários, nacionais e estrangeiros, todo esse processo era visto como satisfação, pois além de terem os seus

²⁶⁷ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. O Receio dos trabalhos perdidos: Corpo e cidade. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC. EDUC, 1996, p.125.

²⁶⁸ COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado Brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: Lima, Júlio César França (org). Fundamentos da educação escolar no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006, p.179.

²⁶⁹ IB Idem, p. 184.

²⁷⁰ MENDONÇA, Sônia. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986, pg.113.

²⁷¹ MENDONÇA, Sônia. A industrialização brasileira. São Paulo: Moderna, 2004, pg. 84.

²⁷² COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado Brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: Lima, Júlio César França (org). Fundamentos da educação escolar no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006, p.179.

²⁷² IB, idem, p.184.

lucros ampliados, também viam crescer o seu poder político no governo. Afinal, numa economia fortemente oligopolizada – ou seja, com poucos concorrentes, seriam eles que, mais cedo ou mais tarde, passariam a impor os preços, chegando mesmo, em certas ocasiões, a enfrentar o governo, quando se vissem pressionados a diminuí-los”²⁷³.

Neves esclarece que a burguesia induziu o processo de modernização brasileira para se apropriar do Estado: “a história do Brasil-desenvolvimentista (1930-1989) foi, ao mesmo tempo, a história da apropriação burguesa do Estado, para induzir o processo de modernização capitalista e desenvolver estratégias com vistas a sua legitimação social (...)”²⁷⁴.

Ao analisar os arquivos da Câmara Municipal no tocante aos requerimentos realizados pelos vereadores desta Casa, da década de 1960 a 2008, verificamos na ata da Sessão Ordinária do dia 08/02/1963, o vereador Dr. Ailton Pinheiro Leite requerendo verbalmente ao senhor Prefeito a “extinção de um início de negócios de camelô que está se verificando na Praça Major João Carlos, sem obedecer aos preceitos de higiene”²⁷⁵; no ano de 1983 é possível constatar o Presidente da Câmara Municipal, Argemiro Antunes Maciel (PMDB) requerendo à Mesa, “todo o esforço necessário para a mudança da Feira Livre, localizada na Praça Duque de Caxias para o lugar a ela destinado, já que ali onde se encontra é um lugar impróprio”²⁷⁶ (grifo nosso).

Um outro requerimento ressalta que: “a feira livre já tem local próprio (a Praça da Feira) e como tal não causa transtorno à vida da comunidade”²⁷⁷. Há também um grande número destes documentos requerendo ações do Poder Público Municipal para atender à Rua Padre Cassemiro onde está localizada a Praça da Feira.

Através destes documentos percebemos que era um local numa rua sem rede de esgoto (requerimento n. 60/83), sem canalização das águas estagnadas na rua (requerimento n. 130/83), não existia ainda arborização da área (requerimento n. 237/83), nem telefone público (sendo aprovado somente em ata do dia 18/11/1985), não existia um programa de limpeza da feira (requerimento n. 261/83), não existiam

²⁷³ MENDONÇA, Sônia. A industrialização brasileira. São Paulo: Moderna, 2004, pg. 89.

²⁷⁴ NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia W (org). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005, pg.87.

²⁷⁵ Ata da sessão ordinária de 08/02/1963, Vereador Dr. Ailton Pinheiro Leite, Sr. José da Lapa Arruda, Luiz Castrillon, José Natalino de Oliveira Guisti, Raimundo Cândido dos Reis (presidente), Walter Fidelis Mendonça.

²⁷⁶ Requerimento aprovado em 21/02/1983, de n. 05/83, na Câmara Municipal.

²⁷⁷ Requerimento aprovado em 05/12/0983, de n. 329/83, na Câmara Municipal, de autoria dos vereadores: Luiz Souza Costa (PDS) e Sebastião Xavier de Alcântara (PMDB).

banheiros públicos (indicação n. 54/83 e posteriormente, indicação n. 109/87 pois, ainda não haviam sido construídos) e não existia ponto de taxi nas imediações da Feira (requerimento n. 238/83). Neste último documento a justificativa apresentada era de que: “era necessário um ponto de táxi nas imediações da feira por esta ficar um pouco distante do centro” (grifo nosso). Porém, os feirantes não iniciaram suas atividades nesta praça e sim, em 1969 em outra praça, denominada Major João Carlos, em bairro mais central da cidade. É possível concluir que na década de 1980 essa área ainda estava um pouco distante do centro.

Uma ex-feirante, a senhora Theodora da Cruz Geraldês de 85 anos²⁷⁸, um senhor que ainda continua no ramo de vendas de verduras na atual Praça da Feira, Toshihiko Shimo Kowa de 56 anos²⁷⁹, confirmam as informações inicialmente coletadas no Museu Municipal da Cidade através do Sr. Antônio Miguel Faria Senatore, com 57 anos²⁸⁰, diretor do Museu e filho de um feirante que foi deslocado juntamente com esses outros para lugares cada vez mais afastados do “centro” da cidade nesta época (1969-1983). E, de acordo com as informações coletadas, esses feirantes fizeram três deslocamentos rumo a lugares mais distantes do antigo “centro histórico”: fixaram-se na Praça Major João Carlos (1969-1974), na Praça Luis de Albuquerque (1975-1978), na Praça Duque de Caxias (1979-1983) e a partir de 1983 fixaram-se na Praça da Feira. Então, na década de 1980, vimos a criação de um espaço público para agrupar feirantes e outros trabalhadores informais, retirando-os das áreas mais centrais da cidade. O interessante é que não houve discussões na Câmara a respeito desse deslocamento, a justificativa para a mudança era que a “Praça Duque não era um lugar adequado e portanto causava transtorno a vida da comunidade, conforme requerimento n. 329/83, de autoria de Luis Souza Costa (PDS) e Sebastião Xavier de Alcântara (PMDB).

A Praça da Feira em Cáceres reúne uma grande quantidade de trabalhadores informais, ambulantes e autônomos, e foi construída em 1983²⁸¹ para o fim de reuni-los ali, numa área que na década de 1980 não tinha nenhuma infra-estrutura²⁸². E portanto, aparenta ser produto de uma política que incluiu de forma diferenciada as pessoas que ali freqüentam e trabalham, restando-lhes esta área degradada quando de sua criação.

Segundo Adilson Reis, Secretário da Indústria e Comércio, em entrevista:

²⁷⁸ Theodora da Cruz Geraldês, ex-feirante, entrevistada por Vivian Lara em 19/07/2008.

²⁷⁹ Toshihiko Shimo Kowa, feirante, entrevistado por Vivian Lara em 19, 20 e 21/07/2008.

²⁸⁰ Antônio Miguel Faria Senatore, entrevistado por Vivian Lara em 08/07/2008.

²⁸¹ Informações e planta de sua construção, cedidas pelo engenheiro eletricista da Prefeitura Municipal, o Sr. Eliseu de Marchi em entrevista no dia 22/07/2008.

²⁸² Conforme análise dos Requerimentos da Câmara Municipal desta mesma época.

“Na década de 1980 ali ainda não era central, centro mesmo só o centro histórico, mas ali já era uma zona de primeira orla da parte central e a ampliação da zona central está ligado a esse processo de urbanização, expansão do comércio. A feira criada como uma oportunidade de trabalho para diminuir o problema do desemprego (gerou empregos indiretos e renda) e ali foi surgindo outras atividades”.

Além de constarem como parte do plano de administração do prefeito em 1969, algumas praças em Cáceres foram utilizadas para eventos políticos principalmente em 1969 (quando começam as reformas das praças centrais da cidade), em 1985 (dois anos depois da construção da Praça da Feira), com a reabertura política quando estas passaram a ser palco de comícios e na gestão do Prefeito Ricardo Henry (2004-2008, quando reestruturou várias praças), que passaram a utilizá-las para promoções públicas, homenagens, desfiles, discursos políticos e atividades sociais.

Esses vários momentos podem ser ilustrados nas reportagens do Jornal “O Correio Cacerense”, tais como a do dia 08/06/1969, Ano I, n. 69: “Os festejos comemorativos do aniversário da União Social de Assistência (USA) realizado na Praça Barão do Rio Branco teve um saldo satisfatório (...)”.

Esta outra com destaque para atividades rotarianas na semana da Pátria, no mesmo jornal, em 07/09/1969, Ano I, n. 73: “O Rotary Clube de Cáceres com a colaboração do 2º Batalhão de Fronteira, fará realizar em comemoração ao dia da Pátria, uma competição esportiva infanto-juvenil na Praça Duque de Caxias (...)”.

Ou atividades de comemoração do aniversário da cidade, em 25/09/1969, Ano I, n. 78: “Frisou ainda o Sr Prefeito que a parada no dia 06 de outubro em comemoração ao aniversário da cidade, será realizada na Praça Duque de Caxias, que está em fase final de acabamento”.

Em 1985, com a reabertura política, festas comemorativas e discursos políticos voltam a acontecer com maior incidência, em praças, como podemos evidenciar nesta reportagem de 01/10/1985, Ano VI, n. 2198, do jornal “O Correio Cacerense”:

“Das atividades políticas em comícios, realizadas na noite de anteontem em Cáceres, apenas o PMDB foi à praça pública da Cohab Velha levar sua mensagem (...). Ocorreram também a festa de São Miguel e a gincana estudantil integrada na Praça Barão do Rio Branco (...)”.

Um site criado pela Prefeitura Municipal (gestão do Ricardo Henry 2004-2008) informava às pessoas, as atividades do Prefeito e seus auxiliares e também ilustra a continuidade da utilização das praças públicas para promoção de eventos²⁸³.

Notamos ainda, a preocupação com a limpeza e higienização desses espaços públicos pelos vereadores da Câmara, mas agora visualizando melhorar a “imagem” desses lugares já que a área central cresceu e abrange também essa área da feira e também visando atender a um segmento organizado em Associação (feirantes) que faz uso desse espaço e cobram ações do Poder Público Municipal:

“(…) seja encaminhado expediente ao Prefeito Túlio Fontes, com cópia ao Secretário de Obras com a seguinte proposição plenária: que **se promova serviços de limpeza e reurbanização das praças públicas da cidade**, no que se inclui a regagem periódica de canteiros. Jusustificativa: As condições em que vem sendo atendidas as praças da cidade, inclusive as mais centrais, **não condiz com a necessidade de sua conservação, higiene e embelezamento**”²⁸⁴ (grifo nosso).

Neste requerimento percebemos a preocupação em urbanizar as praças públicas da cidade já aparece como parte da estratégia de ordenação urbana para que essas exerçam sua função de tornar-se lugar de entretenimento para as pessoas e ainda embelezar a cidade.

“(…) solicitando ao Executivo Municipal especiais gestos no sentido de **viabilizar projeto de reurbanização de todas as praças públicas da cidade**, com serviços de poda de árvore, agrupamento da arborização, plantio de grama, ordenação de canteiros ornamentais, construção de bancos, etc, bem como reativar os chafarizes dos logradouros onde estes já existem. Jusustificativa: as praças da cidade, de modo geral, encontram-se em **condições de conservação bastante precárias, urgindo ações efetivas no sentido de humanizá-las**, oferecendo um ambiente mais saudável e mais digno de uma cidade bicentenária, **capital regional e em emergente expansão ecoturística**”²⁸⁵ (grifo nosso).

Nestes requerimentos a preocupação com a higiene já que a Praça da Feira não detinha rede de escoamento pluvial nem era um local higienizado, já articulando-se a idéia de um novo espaço para os produtores rurais ou feirantes:

“(…) solicitando que a Prefeitura através de sua Secretaria de Obras e serviços urbanos, **promova projeto de implantação de rede de escoamento pluvial e de águas servidas nas vias circundantes da praça**

²⁸³ Ver no site: www.caceres.mt.gov.br, reportagens de 03/05/2005, 05/05/2006, 07/05/2007, 09/05/2007 entre outras.

²⁸⁴ Requerimento aprovado n. 275/02 em 11/11/2002, vereadores: Vilma Moura Rubchini (PSDC), Valdeníria Dutra (PPB) e Leomar Amarante Mota (PSDC).

²⁸⁵ Requerimento aprovado n. 09/02 em 18/02/2002, vereadora: Filomena Maria Alcântara (PSDB).

da feira, nesta cidade. Justificativa: no entorno da área, além dos moradores e comerciantes fixos, há o movimento comércio ocasional - feira livre e praça de alimentação noturna – **aonde não existe saída para o considerável volume de água servida produzido na praça**, além é claro, do sempre grande volume de águas pluviais que acumulam no trecho em dias de chuvas mais pesadas²⁸⁶(grifo nosso).

Aqui destaque para a idéia de retirar a feira da Praça ou reestruturá-la:

“(...) solicitando ao Prefeito Ricardo Henry e Secretário de Obras e serviços urbanos, para que os mesmos viabilizem **projeto de reestruturação da praça da feira e/ou projeto de um novo espaço em parceria com os próprios produtores rurais/feirantes, que tenham toda a infra-estrutura necessária para um bom atendimento e higiene** aos que trabalham e requeitam o referido local. Justificativa: Muitas administrações anteriores cogitaram em buscar recursos financeiros para estruturar a atual praça que atende a feira livre, mas nenhuma ação concreta foi levada adiante. A possibilidade de se organizar os espaços de cada produtor; a padronização das barracas; a administração do banheiro público; um espaço totalmente coberto; a limpeza e higiene do local são ações que buscam uma melhor qualidade de vida aos que trabalham e freqüentam a referida praça²⁸⁷(grifo nosso).

Aqui o requerimento pretende a modernização da Praça da Feira com a construção de calçamentos:

“Nós, abaixo assinados, associados e simpatizantes da Associação dos Feirantes e comércio rotativo de Cáceres, vem respeitosamente solicitar de Vossa Senhoria empenho em **priorizar as obras de construção do calçadão da rua lateral da Feira. Esta obra é de suma importância para os feirantes e os usuários da feira, uma vez que a transformação desta praça completaria sua modernização**²⁸⁸(grifo nosso).

Adilson Reis, em entrevista, enfatiza a ação da Associação dos Feirantes como um dos responsáveis por essas melhorias pois pressionam os vereadores e prefeitos:

“A própria Associação dos Feirantes repetiram insistentemente que precisavam de melhorias pois, estavam no centro da cidade e têm muita resistência em mudar de local. Os melhoramentos foram feitos a pedido dos feirantes e a Prefeitura veio gradativamente alterando aquele espaço ao longo de três administrações consecutivas vem recebendo essas melhorias”.

Esta Associação dos Feirantes e Comércio Rotativo de Cáceres (AFECORC) foi criada em 04-04-2004 e atualmente conta com mais de 150 associados. Para se filiar

²⁸⁶ Indicação aprovada n. 37/2004 em 15/03/2004, veradora: Filomena Maria Alcântara (PSDB).

²⁸⁷ Indicação n. 88/05, em 28/03/2005, vereador Wilson Kishi (PP).

²⁸⁸ Anexo à indicação n. 120/07 em 01/08/2007, vereador Mário Masao Tanaka (PP).

deve ser um profissional da feira que conforme a Ata de Fundação e Constituição em anexo²⁸⁹ serão “todos àqueles que congregam prioritariamente, trabalhos em feiras”. Destes alguns são pequenos produtores (plantam em pequenas áreas nos quintais de suas casas), outros são chacareiros com uma produção maior, outros ainda compram de outros produtores para revenderem na feira livre que acontece duas vezes na semana (quintas-feiras e domingos).

Em 12/09/2005, o Prefeito Ricardo Henry anunciou 20 obras para o município. Essas obras, em sua maioria decorreram de parceria com o governo estadual e federal, resultantes de emendas parlamentares do deputado federal Pedro Henry (irmão do prefeito) e entre as obras, houve a preocupação com praças públicas e foi anunciado “o projeto de recuperação da praça da feira, que terá boxes fixos e cobertos, além de palco e área de lazer, além da construção da Praça Vilas Boas e de uma pista de skate”²⁹⁰ que foram construídas em sua gestão.

Adilson Reis, secretário da Indústria e Comércio, quando perguntado o que acha das praças da cidade, assim comentou sobre elas e também a respeito da necessidade de sua “revitalização”:

“As praças são pulmões por causa das plantas, ponto de descontração, reunião, as praças têm que cumprir esse papel, tratadas, mantidas e no caso de Cáceres, 90% das praças têm que ser revitalizadas. Hoje as praças são pontos de passagem, às vezes até depósito de lixo. Desavisadamente ou por falta de programas de educação ambiental vão descartando seu lixo por aí”.

Em anexo, existe um relatório realizado em novembro de 2007 denominado de “Projeto de revitalização das Praças de Cáceres”²⁹¹, onde foi feito um levantamento preliminar de todas as praças de Cáceres e ele traz o que falta de infra-estrutura, podendo isso sinalizar o objetivo de “melhorar” esses espaços públicos.

Um dos objetivos de campanha do Prefeito Ricardo Henry era “urbanizar a cidade” e, portanto, várias obras em praças, melhoramento do trânsito e asfaltamento foram concluídas em sua gestão sempre utilizando a propaganda para se auto-promover através de um site da Prefeitura de Cáceres e também através de reportagens em jornais locais. Na gestão do Prefeito Municipal Ricardo Henry (2004-2008), a Secretaria

²⁸⁹ Anexo 1: Ata de fundação e constituição da Associação dos Feirantes de Cáceres.

²⁹⁰ Reportagem no site: www.caceres.mt.gov.br, do dia 12/09/2005, com o título “Prefeito Ricardo anuncia pacote de obras”.

²⁹¹ Anexo 2: fornecido pelos Engenheiros da Secretaria de Obras Joaquim Francisco da Costa Neto e Eliseu de Marchi, em 30-07-2008.

Municipal de Obras e Serviços, que teve como secretário o Sr. José Guaresqui²⁹², elaborou projetos de atuação e entre outras áreas de atuação estava: “(...) projetos de sinalização de área central, urbanização de praças e jardins e avaliação de áreas urbanas (...)”²⁹³.

A Praça da Feira passou por reformas no ano de 2006-2007²⁹⁴, numa parceria do Governo do Estado com a Prefeitura Municipal²⁹⁵ as quais segundo o então prefeito Ricardo Henry (PP) transformou aquele local num “lugar mais digno para consumidores”, já que a Praça da Feira é tido como um local que concentra bares de baixa renda, uma praça de alimentação popular e é conhecida como a “região de diversão marginal cacerense”²⁹⁶.

Um dos espaços públicos escolhidos para o destaque de sua figura política (sua promoção pessoal) como um “bom prefeito e trabalhador” realizando atividades sociais, educacionais, homenagens e outros eventos foram as praças. Assim, é possível pensar que esse projeto do ex-Prefeito Ricardo Henry de “urbanizar a cidade” e do qual a revitalização da Praça da Feira figuraram como uma política de convencimento cuja finalidade era propaganda de sua gestão com fins de se reeleger, alterando lugares e emitindo a idéia de benefício e ganho com essas obras que na realidade pretenderam reordenar os espaços públicos e dar-lhes novas funções.

O artigo “El proceso de renovación urbana em La Boca: organizaciones bariales entre nuevos usos y viejos lugares”, de Herzer²⁹⁷ e outros, aborda sobre o processo de reforma urbana relacionando mecanismos de preservação e transformação do patrimônio cultural do bairro La Boca, na Argentina. Assim, o que se depreende do artigo é que a intervenção estatal de reformar um local no sentido de revalorizá-lo, preservando certas características deste e trazendo mais segurança aponta também para aspectos de transformação deste local e portanto, sendo uma consequência do sistema

²⁹² Ele é aliado da família Henry em Cáceres e do Partido PP.

²⁹³ Reportagem no site www.caceres.mt.gov.br, do dia 12/04/2005 divulgado pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços.

²⁹⁴ Anexo 3: Fotos da praça da feira em reforma.

²⁹⁵ Anexo 4: fornecido pelos Engenheiros da Secretaria de Obras Joaquim Francisco da Costa Neto e Eliseu de Marchi, em 04-08-2008 mostrando o mapa da Feira e qual a contrapartida do governo do Estado e da Prefeitura para executarem a cobertura da Praça da Feira.

²⁹⁶ CUYABANO, Felipe Otávio de Souza. A política da salvação: a política e o encantamento da Igreja Universal do Reino de Deus em Cáceres-MT. Dissertação de Mestrado pela PUC. São Paulo: 2009, p. 57.

²⁹⁷ HELZER, Hilda; DI VIRGILIO, Mercedes; LANZETTA, Lucas Martín, REDENDO, Andréa; RODRIGUEZ, Carla. El proceso de renovación urbana em La Boca: organizaciones bariales entre nuevos usos y viejos lugares. Revista Actual On Line, 2008.

de estratificação e desigualdade social, pois, este local, reformado servirá para atender novas funções e atores sociais.

É provável que a reestruturação da Praça da Feira também tivesse a intenção de torná-la um local onde novos segmentos pudessem usufruir deste espaço, na tentativa de iniciar um acesso mais “seletivo” deste lugar. As modificações estruturais que “revalorizam” o lugar (deixando-o mais digno, como disse o então Prefeito), bem como o policiamento permanente do local acenam para isso, pois pretender um ambiente mais higienizado, mais seguro é torná-lo mais atrativo para setores de melhor poder aquisitivo da sociedade, significando não apenas transformar o local, mas hábitos, com a inserção de novos usos e “novos atores” neste cenário. Isto pode ser traduzido como uma medida da racionalização urbanística onde o processo de “limpeza” também ativaria o “consumo visual”, além da promoção pessoal ao ser utilizada como propaganda política²⁹⁸. Para Bourdieu:

“(...) as representações do mundo social (...) classificam a realidade e atribuem valores, no caso, ao espaço, à cidade, à rua, aos bairros, aos habitantes da urbe, não é neutra, nem reflexa ou puramente objetiva, mas implica atribuições de sentidos em consonância com relações sociais e de poder”²⁹⁹.

Neste contexto o discurso de higienização, ordenação da urbe, melhorias estruturais mascaram as transformações pretendidas: alterações de hábitos e inserção de novos atores sociais.

4.2. Movimentações na Praça da Feira de Cáceres: manhãs e a política local

Em nenhum momento as discussões feitas pelos textos que abordam sobre a função das praças associou-as a ponto de encontro da marginalidade, locais de prostituição, ambulantes, e local de diversão noturna para pessoas de menor poder aquisitivo. Porém estas imagens são associadas a algumas praças, incluindo aí a Praça da Feira de Cáceres-MT e recentemente, o responsável do jornal Oeste de Cáceres,

²⁹⁸ Ver reportagens: “Ricardo Henry entrega praça e avenida revitalizadas e inaugura semáforo” em 07/05/2007; “Ricardo Henry revitaliza praça e avenida” em 09/05/2007”; “Praça da Feira tem espaço melhorado” em 01/08/2007, disponibilizadas no site www.caceres.mt.gov.br.

²⁹⁹ BOURDIEU, Pierre 1982. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995. p. 279.

Chuenlay da Silva Marques (de nome fantasia Gonzaga Júnior)³⁰⁰ veiculou no blog “Minha opinião”, que dentre os objetivos dessa nova administração, deveria ser:

“tirar a feira da Rua Padre Casemiro e levá-la para o mercado do produtor pois a praça da feira e rodoviária são **símbolos de pobreza e decadência**, zona de prostituição, marginais, menores e mendigos que por ali circulam, e este espaço deveria ser transformado, ter outras funções (...)”³⁰¹.

O conflito real que se instala nesse processo é a supressão desse ponto considerado de marginalidade pela maior parte dos segmentos organizados da sociedade que estiveram reunidos no Gabinete do Prefeito Municipal: Associação dos Comerciantes, dos Feirantes, das Indústrias, entidades religiosas, entidades como Rotary Club, vereadores, representantes do Corpo de Bombeiros, Polícia, Vigilância Sanitária, Assistência Social, Sindicato Rural, em 25-04-2009.

A Praça da Feira tem duas movimentações distintas: nas manhãs de quintas e domingos acontece a feira livre onde as pessoas de melhor poder aquisitivo a frequentam já fazendo parte do costume local irem comprar verduras, legumes, carnes, etc; e todos os dias à noite funcionam “a praça de alimentação” e bares ao redor da praça da feira, onde ali tornou-se espaço de uma clientela bem variada que a frequentam para diversão e prostituição e que de certa forma exterioriza relações latentes desta cidade visualizadas por vários segmentos da sociedade como problemas sociais e também percebidos como ponto de encontro para criminalidade/marginalidade, prostituição infantil e adulta, alcoolismo e vícios em geral, narcotráfico, moradores de rua entre outros.

Adilson Reis, que aqui tem uma grande ligação com a elite local e sendo neste contexto compreendido como um intelectual orgânico, acredita que a Feira que ocorre nas manhãs de quintas-feiras e domingos tem um papel significativo na economia local e em entrevista disse:

“A feira abrigou os **excluídos do mercado de trabalho** e gerou oportunidades, incluiu. Lá foi um espaço de inclusão na época em que foi criada, é a leitura do momento, da época, ela foi o plano B de muita gente, que viraram chacareiros e começaram a produzir, se incluíram e desenvolveram uma produção local pois boa parte da verdura e fruta vinha de fora. Os mercados daqui absorvem muito essa produção. Acaba tendo um papel no desenvolvimento econômico da cidade mesmo que alguns

³⁰⁰ Chuenlay ainda é assessor de imprensa da atual administração municipal Túlio Fontes.

³⁰¹ Ver reportagem completa sobre a posse de Túlio Fontes como prefeito em 30/12/2008 no site www.jornaloeste.com.br, em que o responsável do jornal Chuenlay da Silva Marques (de nome fantasia Gonzaga Júnior) veicula no blog “Minha opinião” uma das prioridades que deveria ser considerada.

permaneçam na informalidade, porque ele faz girar a economia de certa forma né? Só que dentro dessa relação surge também o “atravessador” que compra desse feirante e vende para os supermercados e no caminho ele dobra o preço, o “grosso” muitas vezes está passando pela mão de terceiros. Mas de qualquer forma está girando dentro da cidade, na pequena economia”.

Portanto ele argumenta sobre a importância dessa atividade que mesmo de maneira informal gera empregos e renda. E, completa:

“O uso e costume também influenciam e a gente se habituou a usar aquele espaço que foi gradativamente melhorado apesar de que Cáceres comporta outras feiras, não pode ficar só com uma feira. Já tem o mercado do produtor da Avenida São Luís e daqui a pouco vai se formar outras feiras em outros lugares”.

De acordo com o mapa da Feira em anexo³⁰² trata-se de uma área de 2.342,28 metros quadrados com capacidade para 139 barracas na praça, sendo 35 barracas na rua e 13 boxes para caminhão. As pessoas dividem as partes cobertas para venderem peixes, aves, carnes suína e vermelha, verduras, legumes, salgados, sucos, churrascos e atualmente roupas e outros acessórios, mas também utilizam o espaço descoberto.

Recorro ao artigo de Leny Sato³⁰³ sobre a organização do trabalho na feira livre de São Paulo para entender melhor as feiras, pois feira significa “festa”. Ela faz uma analogia das feiras da Idade Média, onde os mercadores de vários locais se reuniam em festas religiosas para comercializar seus produtos, com as atuais feiras regionais. Utiliza também Thompson para contrapor a disciplina do trabalho com o “ambiente das feiras, espaço do ócio e do lazer”. Trata-se de um significado social vinculado às feiras livres que são locais “de comércio, de trabalho e sociabilidade”. As feiras teriam assim uma feição “lúdica” já que autorizariam certo isolamento “do mundo ritual”, espaço autorizado para as brincadeiras e quebra de “regras de civilidade”.

As relações de trabalho ali se misturariam com as relações familiares, de amizade e também de vizinhança. Ali se configuram relações tênues de competitividade e também de cooperação. Essas regras e acordos existentes fazem com que seja perfeitamente possível uma rede de relações sociais com diferentes feições. Nesse

³⁰² Anexo 5: mapa da feira cedida pela Prefeitura Municipal.

³⁰³ SATO Leny. Processos Cotidianos de organização do trabalho na feira livre. Psicologia & Sociedade. 19, Edição Especial 1: 95-102, 2007.

sentido é possível as várias práticas de trabalho (diurno e noturno) e ainda espaço de sociabilidade criado na praça.

No texto de Gilmar Mascarenhas e Miriam Dolzani³⁰⁴, a feira livre representa uma experiência do uso da rua que se tornou “obsoleta”, devido a própria modernização da venda a varejo e pelo uso do automóvel, e este tipo de atividade resiste para permanecer na “paisagem urbana”. Uma vez que o território se urbaniza cada vez mais, também se multiplicam as formas como se apropriam dos espaços urbanos.

A feira livre no Brasil é uma modalidade do mercado varejista, tendo origem na virada do século XIX para o XX, símbolo da modernidade nesta época, e volta-se para a distribuição local de gêneros alimentícios e abastecimento urbano, estando presente na maior parte das cidades brasileiras. Mas nos últimos 30 anos, segundo Mascarenhas (1991), passaram a enfrentar políticas públicas diversas inclusive uma mudança na sociabilidade, já que a rua perdeu seu tradicional significado de “local privilegiado da convivência tranqüila para tornar-se árida via monopolizada pelo automóvel”. Assim, a “morte” da rua também englobaria a “morte” da feira já que as cidades e bairros que passam pela urbanização progressista a retiram de cena, não incluíram esse ambiente informal de velhas quitandas, ambiente pretérito, já não faz parte deste projeto civilizador e na maioria das vezes excludente. “A feira livre, outrora símbolo da modernidade, implantada pelo próprio poder público, é agora seu filho bastardo, restando-lhe as áreas degradadas e miseráveis”³⁰⁵.

Isto ocorreu porque a partir dos anos setenta, surgem grandes redes empresariais de supermercados, mais adaptados ao sistema urbano e apoiados pelo governo federal que aprovou em 1970 o I Plano Nacional de Desenvolvimento e que objetivava expandir essas redes de auto-serviços, que em uma década, formaram uma cadeia de supermercados com crescimento vertiginoso. Mascarenhas observa assim, que a territorialidade da feira fica cada vez mais definida e restrita devido às constantes intervenções do governo, mas que sobrevive.

É importante destacar que a política econômica da década de 1980 chega ao debate na Câmara Municipal como sendo “a responsável pelo desemprego que assola todo o país e que por isso era obrigação do Poder Público, em todos os níveis, minorar

³⁰⁴ MASCARENHAS, Gilmar; Dolzani, Miriam. C. S. Feira Livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. Disponível em: www.revistas.ufg.br/index.php/ateli/article/view/4710-3971. Acesso em 23-05-2009.

³⁰⁵ MASCARENHAS, Gilmar; Dolzani, Miriam. C. S. Feira Livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. Disponível em: www.revistas.ufg.br/index.php/ateli/article/view/4710-3971. Acesso em 23-05-2009.

seus efeitos³⁰⁶. A crise econômica que assola o país na década de 1980 também reflete na cidade de Cáceres como já foi discutida a questão da estagnação econômica. Um dos reflexos é a economia informal que se destaca com o aumento dessas atividades e também das atividades de feirantes. Portanto, as questões políticas estão aqui intimamente ligadas ao econômico e também aos reflexos produzidos por essa amarração: aumento da informalidade, das desigualdades vivenciadas no espaço urbano.

Em alguns momentos, o jornal “O Correio Cacerense”, ajuda a divulgar essa “crise” pela qual o município de Cáceres passava, como o fez no editorial veiculado no dia 06/05/1984 e que posteriormente o vereador Geovanil dos Santos Sacramento (PMDB) requereu até congratulação a este jornal por levantar neste conteúdo, a síntese da situação deste município. Esclarecendo neste requerimento n. 58/84 que:

“Cáceres, cidade tradicional, está morrendo e é necessário que esta Casa, lidíssima representante do povo, não deixe que este fato venha acontecer. É preciso fazer alguma coisa, para que ela volte a se encontrar com o desenvolvimento sócio-político, econômico e cultural como era antes. Pelo contrário, seremos apenas cidade dormitório”³⁰⁷.

A partir dos anos de 1990, vivemos um processo cada vez mais intenso e rápido de “ampliação da hegemonia burguesa” e isso significa uma série de perdas para a classe trabalhadora. Coutinho argumenta que:

“torna-se evidente, a tendência hoje dominante entre nós, no sentido de reduzir a disputa política a um bi-partidarismo de fato, centrado na alternância de poder entre blocos de partidos, não só aplicando a mesma política econômica e social, mas também praticando métodos de governo semelhantes (...), criação de alternativas políticas que não põem em discussão as reais estruturas de poder econômico e político que vigoram na sociedade brasileira”³⁰⁸.

É notável também que tornou-se comum entre os partidos, fazer “pequena política”, todos eles com um mesmo projeto para a sociedade, sem nenhuma proposta alternativa à dominante³⁰⁹. Segundo Coutinho,

³⁰⁶ Justificativa apresentada pelo requerimento n. 130/83 da Câmara Municipal, que pedia a execução dos serviços de recuperação da Rua Padre Cassemiro (rua da Feira), feito pelos vereadores Argemiro Antunes Maciel, Belarmino Silva e Geovanil dos Santos Sacramento, todos do PMDB.

³⁰⁷ Requerimento aprovado n. 58/84, em 07/05/84.

³⁰⁸ COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado Brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: Lima, Júlio César França (org). Fundamentos da educação escolar no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006, p.193.

³⁰⁹ COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado Brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: Lima, Júlio César França (org). Fundamentos da educação escolar no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006, p.189.

“o grande objetivo atual das forças do capital, no Brasil e no mundo, é consagrar a pequena política e a pseudo-ética do privatismo desenfreado como elementos fundamentais de um senso-comum que sirva de base à sua hegemonia. É essa, precisamente, a face ideológica do neoliberalismo”³¹⁰.

Ou seja, temos partidos multipartidários somente para as disputas eleitorais mas que não colocam em discussão “as reais estruturas de poder econômico e político que vigoraram e vigoram na sociedade brasileira”³¹¹. Está havendo uma redefinição na relação entre sociedade civil e sociedade política que altera também a estrutura estatal e, ao mesmo tempo, despolitiza a política (inviabilizando projetos que contestam as relações capitalistas) e repolitiza a sociedade civil através de práticas que conciliem classes. A este processo Coutinho chamou de uma ocidentalização de tipo europeu para uma ocidentalização de tipo americana.

Ao analisarmos as administrações municipais dos anos de 1996 à atualidade dos seguintes prefeitos: Aloísio Coelho de Barros (agropecuarista), Túlio Fontes (advogado), Ricardo Henry (empresário) e retorno do Túlio Fontes, percebemos que realmente não houve nenhuma proposta política que alterasse as estruturas de poder econômico e político e embora sejam “inimigos políticos”, isso se reduz apenas a uma disputa da “pequena política”. E, ainda se analisarmos as ações desses gestores municipais com relação à Praça da Feira, verificamos que foram estratégias que sempre objetivaram o sufocamento do lugar.

Em contexto local, no ano de 1999 o Poder Público Municipal na figura do então prefeito Aloísio de Barros criou um novo espaço para os feirantes e produtores rurais, denominado Mercado do Produtor e segundo o engenheiro da obra, o Sr. Eliseu de Marchi, e também segundo informações colhidas por um dos feirantes, o Sr. Toshihiko, esta foi uma tentativa de deslocar a “feira” que acontece na Praça da Feira para este Mercado. Mas a transferência destes não foi forçada, ficava a critério dos feirantes. Era ano eleitoral e Aloísio disputava reeleição com o outro candidato Túlio Fontes. Alguns foram, mas a maioria ficou na atual Praça da Feira. Segundo o Sr. Toshihiko, feirante:

“Lembro que o prefeito Aloisio propôs que os feirantes fossem todos para o Mercado do Produtor, mas a maioria não quis ir não, pois era afastado do centro da cidade e não ia ter movimento. Como era ano eleitoral, não forçou não. Alguns foram e voltaram, outros têm feira agora nos dois lugares”³¹².

³¹⁰ IB, idem, p. 191/192.

³¹¹ IB, idem p. 193.

³¹² Entrevista concedida em 19, 20 e 21/07/2008.

Na fala do engenheiro eletricitista da Prefeitura Municipal, o Sr. Eliseu, fica evidente a intenção de tirá-los de onde se encontram até hoje: “Acho que a intenção da construção do Mercado do Produtor era para reunir os feirantes todos lá, mas não deu certo. A maioria dos feirantes não foram e forçar a barra não é conveniente”³¹³.

O então secretário de governo, da gestão Ricardo Henry (2004-2008), o Sr. Gabriel Alves de Moura³¹⁴ assim se manifestou a este respeito: “A tentativa de mudar os feirantes para o Mercado do Produtor não deu certo porque os feirantes resistiram mas, também porque a praça da feira já virou uma questão cultural”. Ou seja, as pessoas já se acostumaram com esse local, acomodando-se esta prática nos hábitos e costumes locais e também que os feirantes não se deslocariam sem protestos. Isto quer dizer que, os grupos políticos e moradores disputam a cidade, disputam sentidos da cidade, alguns querem modificar lugares ou suas funções e outros querem sua permanência.

As palavras do então Secretário de Governo, de certa forma, assinalam uma justificativa da gestão do Prefeito Ricardo Henry (2004-2008), em ter a preocupação de reestruturar o local, modernizar suas instalações, higienizá-lo, mas não transferi-lo, visto que a estratégia anteriormente usada pelo prefeito Aloísio de Barros, em atrair os feirantes para um local construído especificamente para essa atividade não tinha dado certo, somente criou mais um lugar onde se podia comercializar verduras, peixes, carnes, etc e que hoje também é visto como causador de “problemas” criando mais um ponto crítico de marginalidade segundo requerimentos/indicações em 1998 realizados por esta Câmara Municipal:

“(…) solicitando do Executivo Municipal, pelos setores competentes, urgentes providências no sentido de se promover efetivo trabalho de **reestruturação e organização do Mercado do Produtor de Cáceres**. Justificativa: Verificando, in loco, as condições de organização e funcionamento daquele mercado popular, sob a responsabilidade da municipalidade, constatamos ali uma **situação não apenas precária, mas também degradante**. Há quase uma verdadeira descaracterização de objetivos comerciais e finalidades sociais daquela unidade, **descambando para a degradação, visto que, no período noturno, após o encerramento das atividades, o local e seus entornos se transforma em antro de desocupados, usuários de drogas e desordeiros, inclusive com freqüentes exhibições de sexo explícito, num flagrante atentado ao pudor, à segurança e desrespeito à população adjacente**. E o que é pior, **sem a presença do policiamento ostensivo**. Um **ambiente totalmente insalubre e intolerável** que compromete a autoridade pública.

³¹³ Eliseu de Marchi, engenheiro eletricitista da Prefeitura Municipal de Cáceres, elaborou e acompanhou a construção do Mercado do Produtor e também da Reforma da Praça da Feira, concedeu entrevista em 22/07/2008.

³¹⁴ Gabriel Alves de Moura, secretário de governo na gestão 2004-2008, mas em outras administrações foi secretário da educação, vereador e diretor da previdência de Cáceres (Previ-Cáceres), concedeu entrevista em: 25-07-2009.

Diante desta situação exposta, há que se tomar providências enérgicas e imediatas a respeito” (grifo nosso).

Adilson Reis, assim se refere ao mercado do produtor:

“Ele foi desenhado para ser o mercado municipal e depois se desvirtuou. A maioria dos produtores não ficam ali ou se tornaram também atravessadores comprando a produção do vizinho. A Secretaria da Agricultura e também a de Indústria e Comércio precisa então definir essas regras de quem e como ocupar os espaços no mercado do produtor retomar o processo de como o pequeno produtor pode comercializar direto com o consumidor, tem que estruturar essa atividade e dar legalidade a essa atividade e para que a Prefeitura possa arrecadar algum imposto para retornar para essa atividade, na logística, estradas, é um desenvolvimento focado em resultado e cada um desses itens tendo como meta melhorar o IDH”.

Estes foram alguns dos problemas apontados pela existência da Praça da Feira e a tentativa de transferir essa Feira em 1999 para o Mercado do Produtor, na periferia da cidade, estratégia essa que não deu certo criando mais um espaço para os produtores e juntamente com esse espaço também se cria a imagem de sujeira, desorganização e prostituição.

4.3. As apropriações do espaço da Feira: noites

Não existe a possibilidade de falarmos sobre a Praça da Feira sem percebermos os personagens que vivenciam essa realidade noturna, bem como o que pensam a respeito desse espaço e portanto, analisaremos o espaço noturno da feira a partir da fala de donos de bares da lateral da Praça da Feira e de um ex-frequentedor da Praça da Feira, dos requerimentos encaminhados à Câmara Municipal, dos boletins de ocorrência (2003-2008), da fala dos representantes de setores que se incomodam com o ambiente noturno da Praça da Feira e ainda estudaremos outras ações ali efetivadas para amenizar/suprimir o incômodo com os “problemas” existentes e que refletem uma cidade com um alto índice de pobreza e concentração de renda, com conseqüências também nos altos índices de criminalidade, marginalidade, vícios, prostituição entre outros. Para enfatizar aquilo que é visto como problema e entender como se efetiva o “sufocamento” desses problemas perceberemos quem são as pessoas que frequentam esse espaço noturno, que problemas ali são gerados e a ação da polícia obviamente. A

seguir, fotos da Praça de Alimentação da Praça da Feira e outra da Praça da Feira a noite.



DAN, Vivian L. C. Praça de alimentação na Feira a noite. 2009.



DAN, Vivian L. C. Praça da Feira a noite. 2009.

O território das feiras foi transfigurado: novas práticas comportamentais passam a existir bem distante do “projeto civilizador”, sociabilidades alheias àquelas as quais foi concebida: os comerciantes estão estabelecidos junto à rua lateral da praça da feira, existem lanchonetes, pequenos mercados, ponto de moto táxi, bares. Nesse sentido, por entre os usos do espaço de acumulação capitalista (e ali economia informal), está-se reproduzindo um “espaço banal”, lugar onde a vida cotidiana se reproduz: alguns buscando formas de sobrevivência material, outros fazendo deste lugar, o *locus* de encontro, da vida coletiva, da interação e do vício. Em suma, uma infinidade de pequenos agentes anônimos tomam este espaço com diferentes interesses e necessidades em jogo. Pois, diferentes grupos de pessoas trabalham, consomem, vivenciam experiências, nos pedindo uma compreensão mais consistente sobre esta realidade.

Um entrevistado, ex-frequentador assim se expressou sobre a Praça da Feira:

“eu sempre bebia muito aqui, sempre mesmo...não perdia tempo nos outros lugares porque aqui eu ganhava bebida de graça, porque tudo mundo conhece o meu irmão mais velho que é polícia...aqui todo mundo me conhecia e eu ficava de boa...aqui é só barra-pesada, só pinguço, biscate, veado, e puta, todo mundo fica nos bares até amanhecer...eu não tinha dinheiro, mas bebia pinga pura, roubava as coisas na rua e trocava por pinga ou droga aqui na Praça da Feira...aqui é bom, não tem patricinha que nem na Praça Barão, que não gosta da gente...tem droga fácil é só querer, mas agora não frequento mais, comecei a ir na Igreja e não quero mais saber disso”³¹⁵.

Este lugar é visto por vários segmentos da sociedade burguesa como o local do desconforto, do informal, do barulho e da sujeira em contraposição com os supermercados, limpos, higienizados, confortável, “portadores do novo”. Se a modernidade urbana vem maximizando o embate entre setores hegemônicos X amplos setores marginalizados, este espaço então criado e formatado para a realização da feira livre, veio atender aos interesses de setores dominantes que retiram a feira de um lugar “impróprio” (Praça Major João Carlos no início da década de 1980), formatando o uso desse espaço da vida pública, na Praça da Feira a partir de 1983. Ao mesmo tempo, setores marginalizados também se apropriam deste espaço dos feirantes, se recusando/sendo impedidos/incapazes de participar dessa “coreografia da normalidade”, recriando a sua maneira o uso desse espaço. Desta forma, se apropriaram “inconvenientemente” deste lugar, ali instaurando, mesmo que de forma breve e

³¹⁵ SEBASTIAO. Entrevistado por Vivian Lara em 23-03-2010.

precária, usos e territorialidades diferentes e alheias ao projeto dominante da ordem, da normalidade, da higiene.

O incômodo com essas apropriações “indevidas” do espaço da feira aparece na fala de vários representantes do Poder Público que justificam e já apontam saídas para os problemas, como a então Secretária da Ação Social, Eliane Liberato Dias³¹⁶ que explica o que já vem sendo feito para “amenizar” esse problema, principalmente dos pedintes e moradores de rua e sobre a mobilização que acha necessária inclusive na Feira onde o problema se agrava e por isso para ela as soluções devem ser mais drásticas:

“Na **praça da feira** eu estive, e o grande problema está **nos bares que ficam ali próximo da feira**. A maioria que ficam ali, bebem e permanecem não são população de rua, bebem, dormem, acordam e vão embora. A partir do momento que **fechar esses bares**, com certeza esses que dependem do álcool vai ser mais fácil encaminhar para o tratamento. E aí entra os órgãos da fiscalização, da vigilância sanitária que devem nos ajudar também. Se for adolescente nós vamos enviar para Cuiabá para tratamento, do convênio que a Prefeitura vai assinar. Se você dá esmola ali eles voltam no outro dia, não adianta. Temos que mobilizar todos juntos” (grifo nosso).

Adilson Reis, em entrevista, assim aborda a respeito da marginalização evidenciada em alguns locais na cidade:

“Como o município pode impedir a chegada de gente aqui? Aí vem mochileiros, artesãos itinerantes, e também bandidos, vem coisas boas e ruins, infelizmente eles acabam se concentrando na zona central da cidade e a feira é um exemplo, houve proliferação dos barzinhos e de repente aparece aí também as bocas de fumo, que todo mundo conhece, e não há uma política de prevenção, um combate efetivo dessas situações”.

Por essa fala percebemos as realidades urbanas já que estão ocorrendo novas clivagens e as diferenciações sociais advindas da desigualdade de renda estão redefinindo a cartografia da pobreza urbana, já que os espaços urbanos estão atravessados por todo tipo de “ilegalismo”. Denise Carvalho³¹⁷ assim aborda essa questão:

³¹⁶ Ela é formada em Assistência Social, membro do PMDB de Cáceres e também do Rotary Club, em reunião no gabinete do Prefeito dia 25-04-2009.

³¹⁷ CARVALHO, Denise. Coordenadora de Apoio Administrativo da Secretaria de Ação Social e assistente social, entrevistada por Vivian Lara em 06-04-2009.

“A questão da estrutura do município, não tem emprego, colabora para uma série de situações como por exemplo a prostituição, que acabam entrando pela renda mas permanecem pelas drogas. Ali na praça da feira tem a situação de rua, alcoolismo, a prostituição, a exploração de crianças e adolescentes, a questão sexual também, o trabalho informal, então a gente tem de tudo um pouco ali. Especificamente ali cabe várias políticas públicas, existem várias vulnerabilidades. Mato Grosso não oferece pelo governo oficialmente nenhum centro de recuperação e isso é um absurdo devido a ter uma grande parte de fronteira com a Bolívia, tráfico de drogas, e não oferece nenhum centro de recuperação a drogados para adultos. Somente entidades religiosas (unidades terapêuticas) e nem tem em seu quadro um médico, somente a boa vontade de ajudar”.

Cláudio Oliveira³¹⁸, presente na reunião no Gabinete do Prefeito, pede a palavra para demonstrar todo o seu repúdio contra a Praça da Feira e sobre as estratégias que devem ser criadas para o “fim” desses problemas:

“a gente conhece a praça de madrugada e vários lugares são problemáticos, casa abandonada, iluminação pública deficiente, lojas sendo depredadas e materiais furtados, principalmente dessas portas de vidros, já conversamos com eles ali, muitos moram na cidade, temos o problema durante o dia ali, o pessoal que fica pedindo nos estacionamentos, não é só a noite, principalmente de menores. Sobre a praça da feira, na minha opinião são todos os dias eu caminho de madrugadinha (5h) e passo ali todo dia, só hoje de manha tinham 5 no chão. A gente só vê aqueles barzinhos ali mas tem outros barzinhos ali dentro que ficam funcionando. Ali é uma **região de meretrício**, fica uma **putaiada** que fica naquela região ali, na rua paralela, **a droga é rota usual ali**. E a gente tem que ver que não é só esse tipo de gente que vai ali, **tem pessoas que têm profissão**, e em dias de feriados, nos finais de semana ele vai ali. A nossa sugestão é que **feche esses bares. Isso não é uma medida popular, mas é uma medida necessária**. Chama os organismos competentes, Ministério do Trabalho, a Prefeitura tem que ser proibida de dar alvará para esse pessoal ficar lá funcionando até de madrugada. Ai o que acontece: Pronto Socorro sobrecarregado, bombeiros, polícia militar, até na mesa do Doutor (juiz) aumenta os processos. Sou a favor de tomar essas medidas mas também a favor de tomar medidas de emergência para **tocar na causa desses problemas não adianta fazer reparos para a goteira continuar pingando...tem que acabar com a goteira se a gente quer resolver as coisas**. Temos que acabar com isso ai porque senão é complicado. A questão do alvará já foi discutido na reunião passada que precisava ter um alvará da vigilância sanitária, um da Prefeitura e outro do corpo de bombeiros para funcionar e junto ainda estaria o pessoal do Ministério do Trabalho também. Essa foi a principal idéia e que todo mundo achou válido. Toda a documentação que precisa e a carga horária de funcionamento” (grifo nosso).

Essa fala exterioriza toda a repugnância pela existência de um lugar que exterioriza a miséria e a precarização das condições de vida. Ele pede medidas enérgicas o que sinaliza que todos que estavam na reunião concordaram com o que ele

³¹⁸ Cláudio Oliveira, tem uma joalheria em Cáceres, também uma empresa de monitoramento eletrônico, vice-presidente do Rotary e membro do Sindicato Rural pois também é pecuarista. Reunião no gabinete do Prefeito. 25-04-2009.

argumentou já que os depoimentos sempre sinalizaram para essa causa: acabar com a movimentação da Praça da Feira.

É possível destacar já na década de 1980, setores sociais mais privilegiados se incomodando com uma grande quantidade de questões vistas como “problemas sociais” que vão ganhando visibilidade na cidade através da Imprensa e discussões na Câmara Municipal (como as questões do desemprego, crise econômica, menores carentes, miséria, prostituição adulta e infantil, marginalidade) presentes também na Praça da Feira, realçando aspectos negativos da feira livre (sujeira, insegurança, criminalidade etc) já que setores da população de baixa renda a freqüentam principalmente no período noturno e esta situação incomoda a parcela da população que quer acabar com este lugar. Nos requerimentos e indicações abaixo já teremos uma idéia das pessoas que compõe parte dos problemas evidenciados pelos prefeitos, setores organizados da sociedade etc: mendigos, menores infratores, menores carentes, bolivianos, prostitutas e destaque para os problemas de higiene do local, problemas estes evidenciados como crescentes:

“(...) solicitando do Executivo Municipal, pelos seus setores competentes, nas mais urgentes providências no sentido de se promover **efetiva ação de combate aos problemas de perambulantes em pontos estratégicos da cidade**. Justificativa: Sendo Cáceres **uma cidade pólo**, cortada geograficamente atrativo e de natural convergência de público, mais ainda em face dos projetos de desenvolvimento, como o da ZPE, assim como a proposta de cidade turística, logo, com fluxo expressivo e crescente de sua população flutuante, composta também por pessoas desprovidas de mínimas condições para se abrigarem, as quais, via de regra permanecendo na condição de perambulantes pela cidade, **criando com isso uma situação de constrangimento** e até desumanismo, além de, em alguns casos, **causa transtornos para a sociedade**. Uma situação que, de fato, merece ser analisada com mais atenção pelas autoridades competentes do município”³¹⁹(grifo nosso).

O incômodo com os engraxates e “desocupados”, em requerimento em 1991:

“Senhores vereadores, (...) seja encaminhado expediente à Srta. Prefeita Municipal com cópia ao Juizado de Menores, no sentido de ser construído **na praça da feira**, na praça major João Carlos, Rodoviária local, **caixas de madeira fixa à exemplo de outras praças, para engraxates**, absorvendo grande parte da **mão de obra de menores carentes (desocupados)**”³²⁰(grifo nosso).

“(...) seja encaminhado expediente ao MD. Inspetor chefe da Receita Federal em Cáceres, solicitando daquela autoridade informações sobre os critérios adotados para a permissão da **comercialização de produtos importados em nossa cidade, inclusive e principalmente por elementos bolivianos na feira livre de Cáceres**. Justificativa: Temos observado o

³¹⁹ Indicação n. 103/08 em 09/06/2008: verador: Rubens Macedo (PTB).

³²⁰ Indicação n. 67/85, aprovada em 12/08/85, de autoria do vereador Roosevelt Barros Silva (PDS).

aumento desse tipo de comércio em nossa cidade, sendo que esta Casa não tem informações sobre a legalidade de tal iniciado”³²¹(grifo nosso).

A preocupação com a segurança da Praça da Feira, com o aumento da violência e prostituição em indicação de 2002 por vereadores dos Partidos PSDB e PSDC e que provavelmente tem tido efeito nas administrações desde então já que acionam os órgãos públicos e a polícia local para tentar lidar com a situação:

“(...) seja encaminhado expediente ao Sr. Prefeito Municipal e Comandante do 6º Batalhão da PM de Cáceres, no sentido de dar maior **segurança aos feirantes e usuários daquele espaço**, oferecendo maior ostensividade policial. Justificativa: os feirantes que semanalmente vem à feira trazendo alimentos e preços justos, que pagam para vender essa mercadoria e historicamente não é prioridade neste país, estão prejudicados pela **onda de violência que assola a praça da feira**, tirando-lhes a privacidade, infringindo-os a integridade física e moral, e o mínimo que o Estado pode e deve oferecer é segurança”³²²(grifo nosso).

É interessante pensar na forma como o Estado resolve ou pensa que resolve o problema da marginalização social: para dar maior proteção a atividade dos feirantes aumenta-se o policiamento do local.

“(...) seja encaminhado expediente ao Exmo Sr. Prefeito Túlio Fontes, com cópia à Secretária de Ação Social e ainda ao Conselho Tutelar da Infância e Adolescência de Cáceres, solicitando do Poder Público Municipal através de seus setores competentes, imediatas e enérgicas providências no sentido de se promover trabalho de acompanhamento e vigilância na cidade, **especialmente em alguns pontos estratégicos e críticos como a praça da feira, no período noturno**, naturalmente crianças e adolescentes desacompanhados dos pais/responsáveis, a promover atos ilícitos e altamente nocivos à educação, formação e segurança. Justificativa: de fato, **é assustador o número de menores que se encontram perambulando pelas ruas e logradouros da cidade, agindo como pedintes, e principalmente promovendo a prostituição infantil juvenil. É comum, na praça da feira, como principal exemplo**, se ver garotas menores, inclusive não mais que 11 anos, tanto se oferecendo como agenciamento do sexo infanto juvenil, de forma aberta e sem nenhum escrúpulo ou constrangimento dos envolvidos nessa situação, no que se incluem maiores que se utilizam dessas crianças e adolescentes para o criminoso e hediondo comércio sexual de menores. Providências há que ser tomadas com extrema urgência”³²³(grifo nosso).

³²¹ Requerimento aprovado n. 58/91 em 20/07/1991.

³²² Indicação aprovada n. 09/00, em 21/02/2000, de autoria do vereador: Elias Mendes Filho (PSDB).

³²³ Indicação n. 143/02, aprovada em 02/02/2002, de autoria da vereadora Vilma Moura Rubchini (PSDC).

Dos requerimentos analisados, o incômodo com a falta de higiene, organização e com o lixo da Praça da Feira é de todos os Partidos, é unânime, ninguém articulou qualquer fala em contrário:

“(...) solicitar ao Secretário de obras, que determine com máxima urgência possível, sejam promovidos **serviços de desobstrução de um bueiro existente no lado sul da praça da feira**, mais precisamente em frente ao Açougue Maraísa. Aquele bueiro se encontra totalmente entupido, **provocando a estagnação de águas fétidas**, tornando-se num foco de microorganismos altamente ameaçadores à saúde pública, como o vírus da dengue. Além disso **promove péssimo aspecto visual frente a um dos pontos mais concorridos do tráfego citadino**”³²⁴(grifo nosso).

“(...) seja encaminhado ao Sr. Prefeito Aloísio Barros, com cópia ao Secretário de Obras e Serviços Urbanos, solicitando destas autoridades que determinem a instalação de depósito de lixo no interior da praça da feira. **A forma indiscriminada com que é deixado o lixo naquela praça** foge a qualquer princípio de organicidade e higiene pública, exigindo providências a respeito. **O problema do lixo** naquela praça sempre foi um dos mais **sérios e desagradáveis**”³²⁵(grifo nosso).

“(...) seja encaminhado ao Sr. Prefeito Aloísio Barros, com cópia ao Secretário de Obras e serviços urbanos, solicitando pronta **recuperação do sistema hidráulico** (tanque de abastecimento de água) da praça da feira. Justificativa: as torneiras estão totalmente danificadas, com vazamentos, o que além do **desconforto**, causa uma sensação de **falta de higiene e desorganização**”³²⁶(grifo nosso).

O incômodo desses vereadores com os ambulantes também são visto como problema:

“(...) seja encaminhado expediente ao Prefeito Municipal com cópia ao Secretário do Planejamento, ainda Secretário de obras, sugerindo a implantação de sanitário público na praça da feira. Justificativa: Hoje **aquele logradouro se transformou num centro de convergência noturna, onde um espetacular número de ambulantes (alimentos e bebidas)** se instalam todas as noites. **A falta de sanitários** é realmente um **problema sério e representa inclusive uma questão de higiene e saúde**”³²⁷(grifo nosso).

³²⁴ Ofício n. 015/98, em 25/05/1998, veradora: Valdeníria Dutra Ferreira.

³²⁵ Indicação n. 156/99, aprovada em 20/04/1999, de autoria do vereador Antônio Salvador da Silva (PTB).

³²⁶ Indicação n. 176/99 em 21/2/1999, de autoria do vereador Wilson Massahiro Kishi (PSDB).

³²⁷ Indicação n. 01/00 em 21/02/2000, de autoria do vereador Lúcio Oliveira Filho (PSDB).

Denise Carvalho também assim se refere à Praça da Feira e à ação conjunta para ter eficácia:

“Na demanda da questão social, o que a gente oferece ali, porque ali é um ambiente de degradação, infelizmente, da violação de direitos. Ali nós temos crianças e adolescentes trabalhando, a exploração sexual, as pessoas em situação de rua, essa população sempre está envolvida com drogas e álcool e nós fazemos um trabalho de abordagem, mas se nosso trabalho não for intersetorial com as políticas públicas de saúde e a sociedade não teremos resposta”³²⁸.

Segundo Coimbra³²⁹, o pensamento higienista começou a extrapolar o meio médico no final do século XIX e início do XX para se aliar a outros especialistas como pedagogos, arquitetos/urbanistas e juristas, e essa “elite científica” tinha uma missão: promover o “saneamento moral”, salvando assim a sociedade moderna da degradação. Essa “degradação moral” estaria associada à pobreza pois, esta tem vícios e pode se tornar criminosa. Essa tutela então seria exercida especialmente aos pobres pois precisariam “transformá-los em corpos produtivos evitando, com isso, a formação de espíritos descontentes, desajustados e rebeldes”. E ela diz mais:

“Os pobres considerados viciosos, por sua vez, por não pertencerem ao mundo do trabalho – uma das mais nobres virtudes enaltecida pelo capitalismo – e viverem no ócio, são portadores de delinquência, são libertinos, maus pais e vadios. Representam um perigo social que deve ser erradicado; justificando-se assim as medidas coercitivas, já que são criminosos em potencial”³³⁰.

Toda essa discussão acabou gerando as estratégias de sufocamento da Praça da Feira. Esse lugar da pobreza não deve existir, não ai, visivelmente incomodando a classe dominante. Na visão de Adilson Reis o uso do lugar deve ser limitado, as leis de zoneamento tem esse papel:

“E essa discussão de mudar a feira de um lugar para outro eu na verdade acredito que devemos limitar o uso, colocar as regras e dependendo do índice de ocupação habitacional você autoriza ou não. Isso faz parte do macrozoneamento que deve estar contido no plano diretor para você definir

³²⁸ CARVALHO, Denise. Coordenadora de Apoio Administrativo da Secretaria de Ação Social e assistente social, entrevistada por Vivian Lara em 06-04-2009.

³²⁹ COIMBRA, Cecília. Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, pg. 88-90, 2001.

³³⁰ COIMBRA, Cecília. Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001, pg 91..

os usos dos setores da cidade e no caso da feira limitar o que acontece no entorno dessa feira, sumiram todos os casebres que tinham ali e agora são quase todos armazéns, lojas comerciais, distribuidoras”.

E, completa dizendo que o desenvolvimento traz também as dores, e que deve haver um combate efetivo a esses problemas assumindo também as conseqüências do desenvolvimento:

“Ao mesmo tempo a gente tem que ter condição de atendimento àquela população flutuante, que acabam se concentrando nas praças, na feira, o que é paradoxal: a gente busca o desenvolvimento mas tem as dores do crescimento e isso acaba compondo esse conjunto de coisas”.

Para Adilson Reis entre as dores do desenvolvimento está o aumento da população que migra e mais uma vez a justificativa de que a marginalização é uma conseqüência indesejável:

“(...)Como o município pode impedir a chegada de gente aqui? Ai vem mochileiros, artesãos itinerantes, e também bandidos, vem coisas boas e ruins, infelizmente eles acabam se concentrando na zona central da cidade e a feira é um exemplo, houve proliferação dos barzinhos e de repente aparece ai também as bocas de fumo, que todo mundo conhece, e não há uma política de prevenção, um combate efetivo dessas situações”.

Esta discussão remonta o início do século XX quando era preciso expulsar do centro o espetáculo da miséria e a força pensada aqui para auxiliar a manutenção da ordem nos espaços públicos é a polícia.

Bretas, ao analisar a reforma urbana pela qual passou a cidade do Rio de Janeiro (1907-1930) percebeu o crescimento do papel da polícia porque é seu papel controlar “as massas de trabalhadores pobres”. Ao enfatizar as reformas urbanas, e também as revitalizações e normatizações de espaços públicos que estamos nesse trabalho tratando, não podemos deixar de lado a polícia que tem papel fundamental “na acomodação e manutenção da vida e da ordem”³³¹.

Em Cáceres, o número de efetivo na polícia vem aumentando, confirmando a mesma direção na busca de solução adotada pela política governamental do governo

³³¹ BRETAS, Marcos Luiz. Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, p 39.

Lula³³² contra o crime: aumento da repressão, aumento das forças policiais, aumento da violência e ainda maior insegurança para as pessoas, conforme mostra a tabela a seguir:

Discriminação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006 ⁽¹⁾
Mato Grosso	3.717	4.803	...	6.698	6.325	6.480	6.566
Cáceres	197	201	244	219	...

Tabela 44: Efetivo da Polícia Militar, no Mato Grosso e Cáceres, do ano de 2000 a 2006. Fonte: Ministério da Justiça. SENASP-MJ, 2009, SEPLAN.

E este Estado também convence através de suas leis e com coerção³³³, justificando sua ação policial em determinados locais para torná-lo mais seguro para as classes médias e transeuntes poderem passar ali tranquilamente. Assim a violência do Estado se configura como legítima principalmente em espaços considerados perigosos. O policiamento e as intervenções da polícia nos arredores da Praça da Feira vêm continuamente aumentando, mostrando a atuação de mais um braço do poder público para “manter a ordem”:

Ano:	Número de Infrações	Número de tipos penais:	Número de colisões nas imediações da feira
2003	33	18	7
2004	47	18	11
2005	63	15	14
2006	46	15	12
2007	34	12	10
2008	30	12	10

Tabela 45: Boletins de Ocorrência dos anos de 2003 a 2008. Fonte: Polícia Militar de Cáceres-MT.

A “loira”³³⁴ dona do bar da loira, na rua lateral da feira explica:

“O movimento da praça está caindo muito nos últimos 4 anos (...) e a polícia colabora para isso já que faz batida sempre nos bares (acho que denúncia anônima), revistam os clientes, e nem sempre vêm aqui para separar brigas, mas atrapalham o movimento”.

³³² PETRAS argumenta que com o aumento da repressão as cadeias estão superlotadas e mesmo havendo um aumento no ritmo de encarceramentos, essa política não diminuiu as taxas de criminalidade no Brasil. Petras, James. Brasil e Lula: ano zero. Blumenau: Edifurb, 2005, pg. 119.

³³³ FONTES, Virgínia. Sociedade civil no Brasil contemporâneo. In: NEVES, Lucia Maria Wanderley & LIMA, Júlio César (orgs). Fundamentos da educação escolar no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006.

³³⁴ Loira, entrevistada informalmente por Vivian Lara em 15-12-2009.

Ela ainda explica que quase não ocorre confusão no seu bar, que as pessoas são muito bem atendidas e ninguém falta com respeito com ela nem com as garçonetes que trabalham lá; que são pessoas “de bem” que ali freqüentam, casais, homens solteiros, mulheres solteiras, mas não existe nada demais. Essa fala veio contrariando a “fama de bagunça e confusão” que esses bares possuem. Não mencionou ainda qualquer atividade ilícita e que só consegue autorização (alvará) para funcionar porque não vende comida mas que os fiscais “estão de olho”.

Das infrações analisadas no quadro 55, 21% ou seja, 53 infrações foram de furtos; 5% (12) delas por perturbação do sossego público; 17% (43) foram de brigas que resultaram em lesão corporal; 6% (15) de embriaguez entre outros. Percebemos uma diminuição dessas infrações ocorrendo a partir de 2006 (época que começaram as obras de revitalização da praça e também condiz com a diminuição do movimento à noite observado pela “loira”) sendo possivelmente fruto também das rondas policiais que aumentaram nos últimos anos àquele local. Muitas dessas pessoas que se envolveram nessas infrações são trabalhadores braçais, soldados do Exército, pescadores, pessoas desempregadas, em sua grande maioria com primeiro grau incompleto nos dando uma vaga visão dos “freqüentadores” desses bares.

Neste contexto, possivelmente o acirramento do policiamento do local como alternativa para garantir a “segurança”, sendo considerada uma ação legítima do Estado, transforma-se numa tentativa para amenizar o problema da “marginalidade”, brigas e prostituição que ocorrem no local. A seguir fotos do bar da Loira e da rua lateral onde ficam os bares:



DAN, Vivian L. C. Bar da loira. 2009.



DAN, Vivian L. C. Rua lateral à Praça da Feira. 2009.

Já o Sr. Moreno, do bar ao lado mencionou que se existe prostituição, ela está em qualquer lugar e que não iria tratar mal os seus clientes ou expulsá-los porque estão negociando sexo e termina dizendo: “As pessoas são livres para fazerem o que quiserem. O importante é que não sou cafetão e as pessoas vem no meu bar vem para beber”³³⁵. Com isso fica claro que são atividades que embora existam ninguém fala nem assume o que acontece por lá. Inclusive existiu uma grande resistência por parte dessas pessoas em dizerem algo, muito desconfiadas e irritadas com as perguntas. A seguir uma foto do bar:



DAN, Vivian L. C. Bar do Sr. Moreno. 2009.

³³⁵ MORENO. Entrevistado por Vivian Lara em: 15-12-2009.

Contrariando a “harmonia” pretendida por esses donos de bares, sem brigas ou prostituição, muitos boletins de ocorrência vem em sentido contrário e acenando para um lugar extremamente heterogêneo e conflituoso.

No Boletim de Ocorrência de 21-07-2004 às 02:40h: “(...) que estavam na Praça da Feira, a suspeita começou a puxar o cabelo da vítima, em seguida outras duas suspeitas começaram a agredi-la com socos e pontapés (...)”. No Boletim de ocorrência de 01-08-2004 às 21:34h: “por solicitação da rádio patrulha deslocou até a praça da feira onde encontramos o indiciado em visível estado de embriaguez alcoólica, causando transtorno e perturbação a todos que estavam presentes”. No Boletim de ocorrência de 28-08-2004 às 23:21h: “a vítima estava conversando com o suspeito, onde entraram em desentendimento, logo após em luta corporal, quando o mesmo fora conversar com sua convivente o suspeito veio a desferir um soco na sua boca, ocasionando uma lesão no lábio superior. Após a agressão o suspeito evadiu-se do local”.

No Boletim de Ocorrência de 05-04-2004: “em serviço de ronda ostensiva fomos solicitados por populares que nos informam que na Praça da Feira havia duas mulheres e um homem entrando em vias de fato”. No Boletim de ocorrência de 17-10-2005: “os suspeitos apareceram em sua barraca após ter ingerido bebida alcólica começaram a entrar em luta corporal e quebraram 5 pratos e derrubaram mesas e cadeiras”. No Boletim de ocorrência de 06-01-2006 às 05:59h: “a vítima se desentendeu com uma outra pessoa e foi atingido por uma pedra na altura da cabeça, provocando um corte que sangrava muito, em seguida os suspeitos evadiu-se do local tomando rumo ignorado”.

A Praça da Feira, longe de ser um lugar estático e homogêneo tornou-se palco de várias atividades e atores sociais que utilizam este logradouro de diversas maneiras: via de sobrevivência material e reprodução social, tomada como territorialidade popular. Pensar assim é assumir que a praça não é um espaço único, mas múltiplo; é refletir sobre como o espaço está sendo utilizado, e que essas apropriações acabam rompendo com o ideário projetado e definido, descaracterizando inclusive o que é visto como “normalidade” pela sociedade. Dialogando com Certeau, “o espaço é apropriado pelas pessoas de acordo com sua interação com o mundo”³³⁶.

A ofensiva burguesa será continuar na desestabilização desse lugar como lugar do encontro, inclusive porque devido ao crescimento da cidade, tornou-se também parte

³³⁶ CERTEAU, Michel de. A invenção do Cotidiano, 1. Artes de fazer. 9ªed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2003, p. 202.

integrante do centro da cidade e portanto a valorização imobiliária do local é visível com a construção de algumas farmácias, postos de gasolina, e comércio local.

A Feira deve continuar porque é fruto das contradições provocadas pelo capitalismo. Acabar com ela significa acabar com um espaço de sociabilidade importante da cidade. Mesmo sendo este espaço uma expressão da desigualdade social vivenciada na sociedade é importante ter um espaço de sociabilidades como este pois, ali coexiste temporalidades, agentes e processos muito diversos, traduzindo-se numa riqueza de possibilidades: realização de lucros, formas de sobrevivência imediata, de festa, de vários usos e apropriações desse território urbano (muitas vezes de forma “transgressora” e ilícita), e portanto talvez estejamos tentando “preservar a rua como lugar de encontro”, evidenciando essa “velha urbanidade” enquanto espaço da vida cotidiana. Já dizia Lefebvre: “a rotina consagrada da sociedade burocrática do consumo organizado empobrece a sociabilidade e cotidiano. Mas a contradição não se dissipa, pois o novo se confronta com a permanência”³³⁷.

Ao refletir sobre este lugar, tentamos abordar o que acontece na cidade, e por isso, nos voltamos para o cotidiano, para lugares da cidade, “microcosmo onde a vida e as formas de apropriação se revelam pois, o homem não habita a metrópole, mas lugares da metrópole onde se desenrola a vida”. Mas as falas burguesas deixam muito claro que a ofensiva está crescendo e que o futuro é nebuloso...

³³⁷ Lefebvre apud MASCARENHAS, Gilmar; Dolzani, Miriam. C. S. Feira Livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. Disponível em: [www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article-view-4710-3971](http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/4710-3971). Acesso em 23-05-2009.

CONCLUSÃO

O enfoque desta dissertação, quando ingressei no Programa de Mestrado, girava em torno do espaço da Praça da Feira, limitando-se a destacar a Feira como um espaço de diversão da população mais pobre, pensava-o como um espaço que sobreviveu apesar de estereotipado (local de bêbados, prostitutas, ambulantes, drogados) já que este local reflete as enormes contradições do capitalismo, entre elas o pequeno comércio, a informalidade, a pobreza e a marginalização que dali emana. No processo de aprendizado e amadurecimento da pesquisa o objeto se ampliou e passei a perceber como as relações capitalistas são vivenciadas no campo e na cidade e a partir daí evidenciar o seu revés: as desigualdades nessa cidade nos setores econômico, urbano, social e espacial, estudando também o caso específico da Praça da Feira, onde não só essa desigualdade se manifesta, mas existe toda uma gama de estratégias para sufocamento do lugar e este então surge como um contra-discurso que não necessariamente nega a visão da classe dominante, mas é antagônico a ela. Os elementos fundamentais para alcançar níveis mais aprofundados de compreensão das desigualdades estiveram presentes nas discussões sobre concentração de renda aqui manifestas no acesso à terra, nas opções de emprego, no baixo poder aquisitivo da população, na infra-estrutura dos bairros da cidade, no acesso à bens coletivos e ao solo urbano, nas normatizações a serem aprovadas, nas políticas públicas, nas reuniões de setores da sociedade organizada, na ação legítima do estado através da Polícia, estudadas aqui especificamente sua atuação na Praça da Feira. Foi preciso também problematizar o que é entendido em contexto local sobre o “desenvolvimento”, para entender como um discurso e sua ação estão voltadas a esse fim priorizando setores sociais, lugares ou interesses econômicos. Analisamos a atuação de parte da sociedade organizada (empresários, latifundiários e comerciantes) que através da implementação de leis e ocupando espaços no poder conseguem atender aos seus interesses, criar conformidade e minar práticas sociais que não são bem-vindas, criando consenso. Para superar os obstáculos ou práticas, em alguns casos, torna-se necessário que o Estado atue através da promoção de projetos de "renovação urbana". O aparecimento da incorporação de novos lugares (valorização imobiliária) é visto aqui como um agente fundamental na disputa pelo espaço urbano significando um avanço do capitalismo

também sobre o espaço tornando-o ainda mais desigual. Isso serviu de base para pensarmos as crescentes desigualdades que vincam as relações sociais nos espaços dessa cidade e como se difundem as formas degradadas de existência que foram demonstradas ao longo deste trabalho.

No âmbito desse enfoque, uma das questões que nos parece ser de grande relevância, pois retrata a perversidade que pode estar presente no processo de valorização do capital está ligada à ocupação do solo e a percepção de que no espaço também se configura um acesso de forma discriminatória aos bens de consumo urbano e coletivos por parte da população de baixa renda, em detrimento de outros grupos que conseguem garantir os seus interesses de classe dominante inclusive no terreno urbano e na espacialização. As contradições que emanam do desenvolvimento do capitalismo expressam-se no espaço urbano, o qual não será homogêneo com relação à implantação e à distribuição dos benefícios advindos das “externalidades urbanas” ou seja, os efeitos úteis da aglomeração e da valorização de um local. O processo que desemboca nessa heterogeneidade caracterizadora do fenômeno da segregação espacial tem nas formas de valorização capitalista do solo um importante elemento explicativo. Assim, observamos que o processo segregativo de uso e ocupação do solo representa a concretização no espaço da divisão de classes que se observa na sociedade.

No primeiro capítulo destaquei as transformações decorrentes da apropriação das terras no Mato Grosso e Cáceres por parte de segmentos de empresários e comerciantes, os quais colaboraram para a transformação territorial, política e social desencadeada no campo refletindo na formação e crescimento da cidade e para os quais a cidade não é pobre, já que são parte do segmento que acumula capital, concentra renda e explora a mão-de-obra, recursos naturais e estruturais. Faltou discutir com maior profundidade a questão do agronegócio, no que tange às exportações, que poderá contribuir para uma análise mais detalhada dessa modernização ocorrida no campo em Mato Grosso e uma discussão mais apurada sobre os intelectuais orgânicos dessa classe rural bem como sobre os movimentos sociais do campo. No segundo capítulo, a abordagem disse respeito à situação urbana da cidade e tentei demonstrar a estruturação da cidade sob a hegemonia do capital produzindo ainda mais desigualdades. Para tanto analisamos a ocupação e ordenação da cidade, os agentes modeladores e também os problemas verificados na expansão urbana e concluímos que a função econômica da cidade está em relação direta com as desigualdades manifestas sócio-espacialmente. O que esteve ausente nesse capítulo foi um estudo sobre as entidades associativas dos trabalhadores e

sua atuação ou participação nas atuais discussões sobre a elaboração do Plano Diretor e outras leis como a de Zoneamento municipal. No capítulo terceiro, destacamos como se materializa essa cidade desigual, as estratégias utilizadas pelos segmentos organizados para o controle social e criação da conformidade, sendo estas produzidas de diversas formas, na elaboração de leis, na mudança “seletiva” de lugares elencados como áreas de desenvolvimento, em reuniões com segmentos organizados, na ação da polícia, nas políticas sociais que trazem dados da pobreza para explicar a situação de miséria congênita e assim conseguimos captar como esses segmentos de classe dominante (grandes proprietários, comerciantes e empresários) se beneficiam dessa situação, justificando as “permanências”, as ausências e contribuindo para que a mesma realidade se modifique lentamente, sempre voltadas para a acumulação de capital de alguns setores e para a continuidade da política de exclusão e marginalização de uma grande maioria. Um dos lugares onde foi possível perceber a efetivação dessa política de exclusão foi a Praça da Feira, que no capítulo quarto destaca-se como lugar da pobreza, do descuido e do destrato das pessoas e que a partir das entrevistas, denúncias, requerimentos e boletins de ocorrências acabou se evidenciando como um espaço que reflete esse universo desigual, sendo alvo dos segmentos organizados bem como as pessoas que ali freqüentam que tornaram-se objeto do sufocamento que ocorre do local. Portanto, problematizamos sobre a possível permanência da Praça da Feira e relacionamos as diversas estratégias desse sufocamento que avançam na direção de extinção desse local de sociabilidade que de certa forma explicita o antagonismo ao discurso e práticas que visem garantir a “ordem”. Infelizmente não consegui tematizar profundamente sobre esse palco de antagonismos, não foi possível dar voz aqueles que vivem e constroem o cotidiano da Praça da Feira.

Então, falar sobre a cidade de Cáceres significou mencionar que a construção desta cidade foi e deve ser compreendida dentro de um processo social e econômico e que ela reflete os vários momentos da economia e do quadro político que se insere. Disto resultou o entendimento de que a estruturação da própria sociedade exigiu uma intervenção permanente do Estado (em todos os níveis de atuação) para garantir os interesses de alguns grupos sociais em detrimento de outros tornando importante o ordenamento urbano e medidas de controle do uso do solo urbano e através dessas medidas que ainda estão sendo implementadas (discussão e levantamento de dados para a construção do Plano Diretor), se manifestaram também as desigualdades em estudo.

Percebemos a partir do enfoque econômico, político, social e espacial para quem a cidade é realmente “pobre” e nos atemos às políticas públicas sociais que não agem sobre as causas da desigualdade social, apenas atuando na amenização desses problemas e auxiliando juntamente com outros aparelhos do governo e a sociedade organizada no controle e conformidade social. Por tudo o que foi analisado nesse trabalho, somos levados a concordar com o discípulo de Marx, Friederich Engels’ quando conclui que somente a transformação dessa ordem poderia mudar esse quadro onde a lógica fundiária do capital fundamenta a sua existência numa estrutura urbana com profundas desigualdades e que se manifesta, entre outras, nas formas precarizadas de existência da maioria da população.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARANTES, Pedro Fiori. Em busca do Urbano. Artigo. Disponível em: [www.scielo.br-sicelo](http://www.scielo.br/sicelo). Php?pid=s010133002009000100007&script=_arttext.

AVELINO, P.H.M. Evolução socioeconômica de Cáceres e sua região. In: ROSSETO, O.C. e JUNIOR, A.C.P.B (orgs). Paisagens Pantaneiras e sustentabilidade ambiental. (DISSERTAÇÃO). BRASÍLIA. UNB, 2002.

BRETAS, Marcos Luiz. Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1909-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BRITO, Fausto; SOUZA, Joseane. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. São Paulo em Perspectiva, São Paulo.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. Do extrativismo à pecuária (algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso, 1870-1930). S. Paulo. Ed. Scortecci.

BOURDIEU, Pierre 1982. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995.

CAMPANÁRIO, Milton de Abreu (1984). O mercado de terras e a exclusão social na cidade de São Paulo. In: KRISCHKE, Paulo J., org. Terra de habitação versus terra de exploração. São Paulo, Cortez.

CANCELLI, Elizabeth. O mundo da violência: a polícia da Era Vargas. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2ªed, 1994.

CARVALHO, Edmilson. A totalidade como categoria na dialética marxista. Outubro, São Paulo, n. 15, 2007

CERTEAU, Michel de. A invenção do Cotidiano, 1. Artes de fazer. 9ªed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2003,

COIMBRA, Cecília. Operação Rio o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa, e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo: Editora Ática, 2ª ed, 1993.

CORRÊA, R. L. A. Estudos sobre a rede urbana. Rio de Janeiro. Bertrand, Brasil. 2006.

CORRÊA, A. G. Questões ambientais no município de Cáceres-MT, numa retrospectiva histórica: Alguns aportes. Cáceres-UNEMAT/CNT – Departamento de Ciências Biológicas, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado Brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: Lima, Júlio César França (org). Fundamentos da educação escolar no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006.

COUTINHO, Ronaldo. A mitologia da cidade sustentável. In: COUTINHO, Ronaldo e BONIZZATO, Luigi (orgs). Direito da Cidade: Novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano. Ed. Lúmen Júris: RJ, 2007.

CUYABANO, Felipe Otávio de Souza. A política da salvação: a política e o encantamento da Igreja Universal do Reino de Deus em Cáceres-MT. Dissertação de Mestrado pela PUC. São Paulo: 2009.

CRUZ, Natália Micossi Da. Resenha. Robba, Fábio; Macedo, Silvio Soares. Praças Brasileiras. São Paulo: Edusp, 2003.

DEBIAGGI, Moema Castro. O processo de uso e ocupação do solo. In: Política Urbana: a produção e o consumo da cidade. 2 ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986.

FIALHO, L. L. Levantamento das condições físico-químicas e microbiológicas de água dos poços do Jardim das Oliveiras, Cáceres-MT. Cáceres – UNEMAT/CNT – Departamento de Ciências Biológicas

FIGUEIREDO, Ana C. Camargo Moraes. “O progresso chega ao fim do mundo” in: “Liberdade é uma calça velha azul e desbotada: publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964)”, Editora Hucitec, SP, 1998.

FONTES, Virgínia. Sociedade civil no Brasil Contemporâneo. In: NEVES, Lucia Maria Wanderley & LIMA, Júlio César (orgs). Fundamentos da educação escolar no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006.

GUIMARÃES, A. Passos. As classes perigosas. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

HERZER, Hilda; DI VIRGILIO, Mercedes; LANZETTA, Máximo; MARTÍN, Lucas; REDONDO, Andréa; RODRÍGUEZ, Carla. El Proceso de renovación urbana em La Boca: organizaciones barriales entre nuevos usos y viejos lugares in: Historia Actual Online 2008. Haol, núm. 16 (Primavera,2008), pg. 41-62.

HOBBSBAWN, Eric. Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo Companhia das Letras, 1995.

JARDIM, Zélia Leocádia da Trindade. Regulamentação da Política Urbana e Garantia do Direito à Cidade. IN: COUTINHO, Ronaldo e BONIZZATO, Luigi (orgs). Direito da Cidade: Novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano. Ed. Lúmen Júris: RJ, 2007.

KOWARIK, Lucio. A espoliação urbana. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

KOSIK, Karel. Dialética da totalidade concreta. In: Dialética do concreto. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1976

LAGO, L.C. Desigualdades e Segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000

LE GOFF, Jacques, História e Memória. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LIGUORI, Guido. 1. Estado ampliado; 2. Sociedade civil. Roteiros para Gramsci. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2007.

LIRA, Ricardo Pereira. Direito Urbanístico, Estatuto da cidade e Regularização Fundiária. IN: COUTINHO, Ronaldo e BONIZZATO, Luigi (orgs). Direito da Cidade: Novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano. Ed. Lúmen Júris: RJ, 2007.

LOPES, A. Simões. Desenvolvimento Regional. Fundação Calouste Gulbenckian, 5ªed.

MAESTRI, Mário. O sobrado e o cativo: a arquitetura urbana erudita no Brasil escravista: o caso gaúcho. Passo Fundo: UPF, 2001.

MASCARENHAS, Gilmar; Dolzani, Miriam. C. S. Feira Livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. Artigo. Disponível em: [www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article-view-4710-3971](http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/4710-3971).

MARICATO, Ermínia. Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, José de Souza. A exclusão social e a nova desigualdade, SP, Paulus, 1997.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, Livro 1, vol. II.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Políticas Públicas no Brasil: uma questão conceitual. In: Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns Escritos. Rio de Janeiro: Niterói. Vícios de Leitura/ FAPERJ, 2007

MENDONÇA, Sônia. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986,

MENDONÇA, Sônia. A industrialização brasileira. São Paulo: Moderna, 2004

MENDONÇA, Sônia. A construção de uma nova hegemonia patronal rural: o caso da organização das cooperativas brasileiras. Artigo. Disponível em: www.anpuh.org-arquivo-downloadID_ARQUIVO=56. Acesso em: 07-07-2010.

MORENO, Gislaíne & HIGA, Tereza Cristina Souza (org). Geografia de Mato Grosso. Cuiabá, Entrelinhas, 2005.

NASCIMENTOS, A. A. B do. Impacto ambiental nas margens do rio Paraguai no perímetro urbano da cidade de Cáceres/MT. Cáceres – UNEMAT/ICNT – Departamento de Ciências Biológicas, 2005.

NEVES, Lucia Maria Wanderley. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Wanderley (org). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo, Xamã, 2005.

OJIMA, Ricardo. Análise comparativa da dispersão urbana nas aglomerações urbanas brasileiras: elementos teóricos e metodológicos para o planejamento urbano e ambiental. Campinas, 2007. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, pg. 46.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Editora:CEBRAP, 1972.

PEREIRA, Benedito Dias. Industrialização da Agricultura de Mato Grosso. Cuiabá, Ed. UFMT, 1995.

PENHA, Roberta. Desigualdades Sociais em Mato Grosso. Artigo. Disponível no site: www.circuitomt.com.br/home/materia/1465.

PETRAS, James. O Brasil e o Lula: ano zero. Blumenau: Edfurb, 2005

PEREIRA, Raphael Henrique Moraes. Processos sócioespaciais, reestruturação urbana e deslocamentos pendulares na região metropolitana de Campinas. Unicamp. 2008. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Demografia.

PEREGRINO, Mônica. “As armadilhas da exclusão: um desafio para análise”. UERJ/UFF, pg 5. Artigo. Disponível em: www.anped.org.br – reuniões-monicaperegrinoferreira06.rtf.

POULANTZAS, Nicos. As transformações atuais do Estado: a crise política e a crise do Estado. In: POULANTZAS, Nicos (org). O Estado em crise. Rio de Janeiro. Graal, 1977.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. O Receio dos trabalhos perdidos: Corpo e cidade. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC. EDUC, 1996.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Democracia e governo local: dilemas e reforma municipal no Brasil. Rio de Janeiro. Revan:FASE, 2001.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, F. de M. Estudo preliminar sobre a qualidade da água tratada que chega aos bairros Jardim Guanabara e Santos Dumont, em Cáceres-MT. Cáceres – UNEMAT/CNT – Departamento de Ciências Biológicas, 2005.

SATO, Leny. Processos Cotidianos de organização do trabalho na feira livre. *Psicologia & Sociedade*. 19, Edição Especial 1: 95-102, 2007.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Revivendo Mato Grosso. SEDUC, 1997.

TELLES, Vera da Silva e CABANES Robert (orgs). Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. 2007.

VIEIRA, Edmar Augusto. Desigualdade de renda e pobreza em economia de alto crescimento: o caso de Mato Grosso. Monografia de Especialização. Departamento de Economia. UFMT, 2005.

VILHAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP; Lincoln Institute, 1998.

FONTES ESCRITAS

ATA da sessão ordinária de 08/02/1963, Vereador Dr. Ailton Pinheiro Leite, Sr. José da Lapa Arruda, Luiz Castrillon, José Natalino de Oliveira Guisti, Raimundo Cândido dos Reis (presidente), Walter Fidelis Mendonça.

BRASIL. Programa de estruturação institucional para a consolidação da política nacional de recursos hídricos – BRA/OEA/01/002: Caderno regional da região hidrográfica do Paraguai. Brasília: MMA/SRH/OEA. 2006.

COOTRADE, 2007. Diagnóstico do Planejamento Urbano de Cáceres.

COY Martin. FRIEDERICH, Martin. ROPER, Monika. SCHIER, Michada. DE AGUIAR, Maria Virginia A. Questão Urbana na Bacia do Alto Paraguai. UFMT. Centro de Estudos da América Latina, 1994.

IBGE/Cáceres/síntese 2007

Indicação n. 67/85, aprovada em 12/08/85, de autoria do vereador Roosevelt Barros Silva (PDS).

Indicação n. 156/99, aprovada em 20/04/1999, de autoria do vereador Antônio Salvador da Silva (PTB).

Indicação n. 176/99 em 21/2/1999, de autoria do vereador Wilson Massahiro Kishi (PSDB)

Indicação n. 01/00 em 21/02/2000, de autoria do vereador Lúcio Oliveira Filho (PSDB).

Indicação aprovada n. 09/00, em 21/02/2000, de autoria do vereador: Elias Mendes Filho (PSDB).

Indicação n. 143/02, aprovada em 02/02/2002, de autoria da vereadora Vilma Moura Rubchini (PSDC).

Indicação aprovada n. 37/2004 em 15/03/2004, veradora: Filomena Maria Alcântara (PSDB).

Indicação n. 88/05, em 28/03/2005, vereador Wilson Kishi (PP)

Indicação n. 103/08 em 09/06/2008: verador: Rubens Macedo (PTB).
Ofício n. 015/98, em 25/05/1998, veradora: Valdeníria Dutra Ferreira
Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento/Atlas do desenvolvimento humano do Brasil/2000.

Jornal Correio Cacerense (anos 1980-2005).

Requerimento aprovado em 21/02/1983, de n. 05/83, na Câmara Municipal

Requerimento aprovado pela Câmara Municipal n. 128/83, de autoria do vereador Sebastião Xavier Alcântara (PMDB).

Requerimento aprovado em 05/12/0983, de n. 329/83, na Câmara Municipal, de autoria dos vereadores: Luiz Souza Costa (PDS) e Sebastião Xavier de Alcântara (PMDB).

Requerimento aprovado n. 58/84, em 07/05/84

Requerimento aprovado n. 58/91 em 20/07/1991

Requerimento aprovado n. 171/91, em 16/05/1991, vereador: Roosevelt Barros da Silva (PMDB).

Requerimento aprovado n. 09/02 em 18/02/2002, vereadora: Filomena Maria Alcântara (PSDB).

Requerimento aprovado n. 275/02 em 11/11/2002, vereadores: Vilma Moura Rubchini (PSDC), Valdeníria Dutra (PPB) e Leomar Amarante Mota (PSDC).

SITES CONSULTADOS

- <http://www.belempa.gov.br>. (acesso em 27 dez.2008).
- <http://www.pocosdecaldas.mg.gov.br>. (acesso em 27 dez. 2008).
- <http://www.cecemca.rc.unesp.br>. (acesso em 27 dez. 2008).
- http://www.pousadapeter.com/pracas_olinda (acesso em 27 dez. 2008).
- <http://www.salvadorbahia.gov.br>. (acesso em 27 dez. 2008).
- <http://www2.portoalegre.rs.gov.br>;
- <http://www.praças.com.br> (acesso em 27 dez. 2008).
- <http://www.wikipédia.com.br/pracas> (acesso em 29 dez. 2008).
- http://www.almanaque.folha.uol.com.br/sãopaulo_home.htm. (acesso em 29 dez. 2008).
- <http://www.caceres.com.br> (acesso em 05 jan. 2009).
- <http://www.ibge.gov.br> (acesso em jan. 2009).
- <http://www.caceres.mt.gov.br> (acesso em jan. 2009).
- <http://www.mteseusmunicipios.com.br> (acesso em jan..2009).
- <http://www.jornaloeste.com.br> (acesso em dez. 2008).
- <http://www.jornaloeste.com.br> (acesso em jan. 2009).
- <http://www.friboi.com.br> (acesso em 2010)
- <http://www.floresteca.com.br> (acesso em 2009).

ENTREVISTAS

Adilson Reis. Atual Presidente da Associação para Zonas de Processamento e Exportação de Cáceres, atual Secretário da Indústria e Comércio pelo partido PSB. Entrevista concedida em 05-04-2009 e 22-04-2009.

Antônio Miguel Faria Senatore, diretor do Museu de Cáceres, filho de ex-feirante, entrevistado por Vivian Lara em 08/07/2008

Danival Bento Rodrigues. Servidor público municipal há 37 anos na Secretaria de Finanças e atualmente coordenador de inspeção tributária, entrevistado por Vivian Lara em 18-12-2009.

Denise Carvalho, Coordenadora de Apoio Administrativo da Secretaria de Ação Social e assistente social, entrevistada por Vivian Lara em 06-04-2009.

Eliseu de Marchi. Engenheiro eletricista da Prefeitura Municipal de Cáceres. Concedeu entrevista em 22/07/2008.

Fred Cebalho. Chefe da Unidade Avançada do INCRA em Cáceres. Entrevistado por Vivian Lara. 21-07-2009.

Gabriel Alves de Moura, secretário de governo na gestão 2004-2008, mas em outras administrações foi secretário da educação, vereador e diretor da previdência de Cáceres (Previ-Cáceres), concedeu entrevista em: 25-07-2009.

Jorge Augusto Amed. Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Cáceres. Entrevistado por Vivian Lara Cáceres Dan. 18/7/2009.

Loira. Entrevistada por Vivian Lara Cáceres Dan em dezembro de 2009.

Moreno. Entrevistado por Vivian Lara Cáceres Dan em janeiro de 2009.

Theodora da Cruz Geraldês, ex-feirante, entrevistada por Vivian Lara em 19/07/2008

Toshihiko Shimo Kowa, feirante, entrevistado por Vivian Lara em 19, 20 e 21/07/2008.

Reunião Ordinária no Gabinete do Prefeito Túlio Fontes em 25-04-2009.

ALGUMAS TRANSCRIÇÕES DE ENTREVISTAS GRAVADAS

ADILSON REIS entrevistado sobre o plano diretor ainda observa:

“Com raríssimas exceções desde a fundação até o presente momento, houve a preocupação de calçar tecnicamente uma gestão pública e política. Depois do primeiro plano diretor de 1778, o de 1995, que foi uma exigência legal para todos os municípios brasileiros e tinha que ser discutido e aprovado pela Câmara Municipal e caso não fizesse isso nosso município não receberia mais nenhum repasse do governo federal e o que foi feito foi um excelente compêndio de informações (recortou e colou um código de obras e de posturas que já existiam) mas que não direcionou a cidade, não definiu o macrozoneamento, locais autorizados onde se pode construir, enfim definir melhor essas situações no macro em cima de conhecimentos, em cima de estudos. Nós estamos atualizando o plano diretor que existe mas agora lendo a cidade, tecnicamente, socialmente, fazendo um plano diretor participativo, colhendo os indicadores dos bairros, tem que ser participativo e os governos anteriores não fizeram isso, foi feito internamente”. E nós precisamos do plano diretor para induzir o crescimento da cidade, em que direção nós queremos crescer, qual a infra-estrutura que devemos colocar para induzir o crescimento aqui no setor comercial, residencial, nós temos essa responsabilidade na construção do plano diretor.

As críticas que existem são construtivas e aí a gente fala para o Sr. Prefeito e muitas vezes ele não gosta disso.

A feira: “o uso e costume também influenciam e a gente se habituou a usar aquele espaço que foi gradativamente melhorado apesar de que Cáceres comporta outras feiras, não pode ficar só com uma feira. Já tem o mercado do produtor da Av. São Luís e daqui a pouco vai se formar outras feiras em outros lugares. E essa discussão de mudar a feira de um lugar para outro eu na verdade acredito que devemos limitar o uso, colocar as regras e dependendo do índice de ocupação habitacional você autoriza ou não. Isso faz parte do macrozoneamento que deve estar contido no plano diretor para você definir os usos dos setores da cidade e no caso da feira limitar o que acontece no entorno dessa feira, sumiram todos os casebres que tinham ali e agora são quase todos armazéns, lojas comerciais, distribuidoras”.

A feira: na década de 1980 ali ainda não era central, centro mesmo só o centro histórico, mas ali já era uma zona de primeira orla da parte central e a ampliação da zona central está ligado a esse processo de urbanização, expansão do comércio. A feira criada como uma oportunidade de trabalho para diminuir o problema do desemprego (gerou empregos indiretos e renda) e ali foi surgindo outras atividades.

A feira e a informalidade: a feira abrigou os excluídos do mercado de trabalho e gerou oportunidades, incluiu. Lá é um espaço de inclusão na época em que foi criada, é a leitura do momento, da época, ela foi o plano B de muita gente, que viraram chacareiros e começaram a produzir, se incluíram e desenvolveram uma produção local pois boa parte da verdura e fruta vinha de fora. Os mercados daqui absorvem muito essa produção. Acaba tendo um papel no desenvolvimento econômico da cidade mesmo que alguns permaneçam na informalidade, porque ele faz girar a economia de certa forma

ne? Só que dentro dessa relação surge também o “atravessador” que compra desse feirante e vende para os supermercados e no caminho ele dobra o preço, o “grosso” muitas vezes está passando pela mão de terceiros. Mas de qualquer forma está girando dentro da cidade, na pequena economia.

Os governos são os grandes leões arrecadadores, mas arrecadar quanto de quem? Não tem de onde arrecadar. Nós temos que gerar o fator gerador, que é a produção, a pulverização de oportunidades, a produção regional e dentro da legalidade que vai gerar um valor que vai voltar aos cofres públicos e que vai retornar em infra-estrutura e oportunidades que se espalha para o social como um todo.

A Feira – revitalização: a própria associação dos feirantes repetiram insistentemente que precisavam de melhorias pois estavam no centro da cidade e têm muita resistência em mudar de local. Os melhoramentos foram feitos a pedido dos feirantes e a Prefeitura veio gradativamente alterando aquele espaço ao longo de três administrações consecutivas vem recebendo essas melhorias.

O Mercado do Produtor: ele foi desenhado para ser o mercado municipal e depois se desvirtuou. A maioria dos produtores não ficam ali ou se tornaram também atravessadores comprando a produção do vizinho. A Secretaria da Agricultura e também a de Indústria e Comércio precisa então definir essas regras de quem e como ocupar os espaços no mercado do produtor retomar o processo de como o pequeno produtor pode comercializar direto com o consumidor, tem que estruturar essa atividade e dar legalidade a essa atividade e para que a Prefeitura possa arrecadar algum imposto para retornar para essa atividade, na logística, estradas, é um desenvolvimento focado em resultado e cada um desses itens tendo como meta melhorar o IDH.

Sobre o desenvolvimento: Toda vez que você melhora uma via urbana, pavimentação, coloca comunicação, telefone você em pouco tempo tem ocupação. Se você quer induzir o crescimento você dota o lugar de infra-estrutura, e aí vê crescer a venda de lotes e a supervalorização imobiliária. Então a cidade ela é viva, ela é dinâmica. Na verdade a valorização se dá em função da implantação da infra-estrutura, começa o fracionamento dos solos urbanos, as edificações, o valor imobiliário vai crescendo e é diretamente proporcional à infra-estrutura.

Desenvolvimento X marginalização: o desenvolvimento têm muitas variáveis que o compõe. Onde você vai desenvolver e a que custo? A outra é dar oportunidade para as pessoas e a outra busca do equilíbrio entre as atividades. Um local tem que ter as condições mínimas, confortável para o cidadão desenvolver suas atividades, com dignidade. Ao mesmo tempo a gente tem que ter condição de atendimento àquela população flutuante, que acabam se concentrando nas praças, na feira, o que é paradoxal: a gente busca o desenvolvimento mas tem as dores do crescimento e isso acaba compondo esse conjunto de coisas.

Você estimula o crescimento mas deve estar preparado para solucionar os problemas que vem juntos, e nem sempre isso é alcançado e o problema acaba aparecendo, por diversos fatores. E infelizmente é comum os municípios despacharem seus problemas para outros municípios, literalmente. Botam num ônibus e mandam para outros lugares; só transferindo problemas.

Na verdade o espaço é comum e a gente acaba tendo uma reação em cadeia e negativa infelizmente. Aí começa nessas pessoas a origem dos delitos, pela necessidade, pela

fome, e estamos cansados de ver pedintes e no desespero acaba levando a criminalidade. Isso tinha que ser combatido na origem.

Economia e turismo: O município é dependente de verbas federais em 100%. O que entra de recurso aqui: 80% ou algo próximo disso são valores de repasses federais. O índice de participação do município é definido por lei, é feito a partir da movimentação econômica do município, o que sai do município, valores, produtos, índices que compõem repasse do governo federal e houve uma queda geral nesses repasses. A cidade não é auto-suficiente na geração de recursos de melhorias públicas etc, e essa é uma regra que foi criada para se estabelecer ou minimizar aí os impactos do crescimento e falta de infra-estrutura e os governos então criaram esses repasses aí. Cáceres depende desses repasses. Cáceres é destaque nacional no turismo como um todo daí são recursos que podem vir num volume bem maior diminuindo essa dependência dos repasses institucionais.

Agricultura: na verdade Cáceres não tem grandes áreas de agricultura e sim uma somatória de pequenas áreas. A agricultura de fundo de quintal aqui é significativa a participação na alimentação da cidade e as pequenas chácaras, pequenos agricultores, aí juntando tudo a agricultura familiar é significativo na cidade.

A pecuária e a bacia leiteira X arrecadação X problemas: o município de maior rebanho bovino é o nosso do estado. Mas isso você não acaba pulverizando, a renda é concentrada. São poucos proprietários com grandes áreas com pouca geração de emprego. Ao mesmo tempo, nós temos nas pequenas propriedades a bacia leiteira, Cáceres está nesse cenário (65 mil litros por dia aproximadamente) e quase 90% desse leite vai para as Cooperativas, para ser processado fora do município. O que não está havendo é o recolhimento de impostos desse produto que sai daqui in natura e não está havendo por parte do município um controle disso. O Estado arrecada em cima disso ICMS depois de processado fora da cidade. É uma evasão de recursos e não está arrecadando nada disso aqui, que não fica aqui, um dinheiro que está indo para o ralo literalmente. E aí você pega isso com relação a cadeia produtiva da pecuária como o couro por exemplo...e isso tudo poderia estar melhorando a arrecadação do município e retornar para a sociedade para ajudar a combater os problemas sociais por exemplo aqui falado. Ao invés da gente ter esse ciclo negativo do crescimento a idéia é buscar esse equilíbrio. Tem que arrecadar para se fazer um plano de investimento para poder retornar aquilo e combater os problemas.

Praças: são pulmões por causa das plantas, ponto de descontração, reunião, as praças têm que cumprir esse papel, tratadas, mantidas e no caso de Cáceres, 90% das praças têm que ser revitalizadas. Hoje as praças são pontos de passagem, às vezes até depósito de lixo. Desavisadamente ou por falta de programas de educação ambiental vão descartando seu lixo por aí.

Sobre a marginalização: Como o município pode impedir a chegada de gente aqui? Aí vem mochileiros, artesãos itinerantes, e também bandidos, vem coisas boas e ruins, infelizmente eles acabam se concentrando na zona central da cidade e a feira é um exemplo, houve proliferação dos barzinhos e de repente aparece aí também as bocas de fumo, que todo mundo conhece, e não há uma política de prevenção, um combate efetivo dessas situações.

Henry e os problemas legais: abandonou completamente aquilo que foi pensado. Embora tenha feito o plano plurianual (que é obrigatório), Lei orçamentária anual, previsão orçamentária. Como Cáceres ainda não cumpriu o plano diretor que é obrigatório também isso comprometerá os próximos repasses. Esse plano é obrigatoriamente participativa, a sociedade tem que dizer qual o rol de necessidades, desse rol quais as prioridades e em que prazo. Leitura técnica e popular para se construir esse cenário para dez anos.

Os segmentos organizados X problemas: todos eles levantam os problemas e todos ficam de acordo, mas cadê a solução para aqueles problemas, seja nos sindicatos, nas discussões ambientalistas, não desenha um diálogo entre pequenos, médios grandes produtores, empresários, comerciantes X gestão pública. O foco é chegar ao resultado. Nessa direção que a gente insiste. Porque o que fica sendo comum pra todo mundo são os problemas que estão postos, as consequências, por falta de prática social de diálogo e debates, de analisar, de pesquisar, mas isso é um desenho de solução, pois você identifica um ponto aqui para começar a resolver. Desenhar o ciclo virtuoso do desenvolvimento. Algumas pessoas enfatizam problemas que são históricos, não são novos. Pensar em resolver isso? Qual a alternativa? Não existe país ou lugar no mundo que não tenha os seus problemas. Temos que minimizar. A questão técnica vai me permitir uma solução que também deve ser discutida em sociedade. A grande ação, o choque de gestão é exatamente isso: combinar numa matriz para resultar em alguma ação pública. A soma resultará em alguma coisa, pior não vai ficar.

DENISE CARVALHO: Coordenadora de Apoio Administrativo e Assistente Social

- Sobre a praça da feira: “a sua pesquisa que pega o exemplo da praça da feira então, você vai abordar várias expressões da questão social. Ali tem a situação de rua, alcoolismo, a prostituição, a exploração de crianças e adolescentes, a questão sexual também, o trabalho informal, então a gente tem de tudo um pouco ali. Especificamente ali cabe várias políticas públicas, existem várias vulnerabilidades.

A partir de 2005 começou o programa bolsa família, começou também o programa sentinela (atendimento a situação de violência, abuso e exploração sexual da criança); em 2007 começou o Programa de Atenção Integral à família (PAIF), são as entidades que trabalham na parte preventiva (não teve seus direitos violados), é um trabalho de prevenção, orientação, encaminhamento, de articulação com as demais políticas públicas;

- estrutura: Dentro da Ação Social nós temos 2 CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) é onde todo o serviço de proteção básica deve ser executado; nós sabemos que precisa de pelo menos mais 2 para atender a população carente; esses CRAS são criados para tirar da sede administrativa esse atendimento direto e ficar mais próximo da população em seus bairros; o CRAS 2, por exemplo tem o PAIF, tem o projeto CONVIVER que é para idosos, tem um setor do PET lá dentro porque quando a criança sai do trabalho infantil e entra na atividade sócio-educativa ela vai para a proteção básica e já vão fazendo um trabalho preventivo para ela não retornar, cursos

semi-profissionalizantes dentro do Programa Sócio-educativo da Família; dentro do CRAS 1 nós temos a Central de Cadastro Único, não é só o bolsa família que é incluído no cadastro único, jovens do PROJOVEM também, a carteira do idoso que tem no seu CPF esse benefício também, o trabalho do PET também é feito pela Central do Cadastro Único, a tarifa social de energia para ter direito a taxa mínima de energia pela CEMAT se ganhar menos de 100,00 reais, lá no CRAS também tem um setor de PET, um setor de PROJOVEM, PAIF, tem também a padaria que fornece pão para todos os nossos projetos sociais e a sala de corte e costura lá dentro, mais específico para quem está sendo beneficiado pelo Programa de Habitação, esse programa determina que para receber a casa tem que participar das reuniões, palestras de cidadania e participar de um curso e se não participar perde a casa, então dentro dos CRAS são esses serviços que funcionam; dentro do CREAS, ele é a nossa unidade de atendimento para a questão social de média complexidade. A proteção social é dividida em média e alta complexidade. A de média complexidade ele não perdeu o direito a convivência familiar e comunitária ele tem o seu lar, a sua casa. Na alta complexidade ele não tem nem referência de casa, nem de nada é a situação por exemplo de rua. De média complexidade que o CREAS atende nós temos implantado: não existe mais o programa SENTINELA, foi criado o SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL DE COMBATE A VIOLÊNCIA E ABUSO SEXUAL contra a criança e adolescente; o serviço de PROTEÇÃO SOCIAL AO IDOSO VÍTIMA DE VIOLÊNCIA, a ser implantado nesse ano pelo governo federal; o pagamento de medidas sócio-educativas em regime aberto, prestação de serviços de adolescentes; APOIO SOCIO-EDUCATIVO AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, esse serviço está sendo implantado bem lentamente, ainda não conseguimos a casa de apoio; o CREAS faz o trabalho de orientação e trabalho sócio-educativo com eles, a abordagem; implantado o serviço de atendimento às mulheres vítimas da VIOLÊNCIA DOMÉSTICA; a última unidade da Secretaria seria a CASA DA CRIANÇA, que disponibiliza o serviço de abrigo para as crianças até 11 anos e 11 meses, negligência, dependentes químicos, abandono atendemos 20 crianças;

- especificamente na praça da feira: na demanda da questão social, o que a gente oferece ali, porque ali é um ambiente de degradação, infelizmente, da violação de direitos. Ali nós temos crianças e adolescentes trabalhando, a exploração sexual, as pessoas em situação de rua, essa população sempre está envolvida com drogas e álcool e nós fazemos um trabalho de abordagem, mas se nosso trabalho não for intersetorial com as políticas públicas de saúde não teremos resposta. Agora que está iniciando um trabalho em parceria, promotor, juiz, os comerciantes, com os direitos humanos, a vigilância sanitária que é imprescindível. A assistência social é a única que faz a interface com as demais políticas, ela não trabalha sozinha para que o trabalho seja eficaz. Tem que fazer uma integração de serviços.

Na feira são duas situações: de dia e de noite. De dia a gente vê uma situação mais tranquila e a população de rua já deitada, dormindo, ou pequenos grupos conversando e brincando. A noite, tem crianças e adolescentes trabalhando lá e não pode. Ali tem o bar da esquina conhecido como bar da loira que é ponto de tráfico, ponto de exploração sexual de meninas. Continua a situação da população de rua, do alcoolismo, ponto de drogas, e que está sendo gerado infelizmente com a questão do lazer, fazem daquilo ali uma opção de lazer. Embora a estrutura melhorou visivelmente mas as pessoas que freqüentam lá são as mesmas. Não houve mudanças na minha visão.

- O único programa social que não está dependendo dos recursos do governo federal é a CASA DA CRIANÇA; Vem um recurso de 10.000,00 por mês do governo federal que nós utilizamos principalmente para o pagamento de recursos humanos.

- A pobreza e a violência: Não está aumentando a pobreza, mas os nossos serviços vão ficando conhecidos e por isso a maior procura por eles. Não é que está tendo mais casos de denúncias é que estão podendo denunciar mais por exemplo e a gente está podendo enfrentar as situações com mais qualidade nos serviços.

- a questão da estrutura do município, não tem emprego, colabora para uma série de situações como por exemplo a prostituição, que acabam entrando pela renda mas permanecem pelas drogas. Mato Grosso não oferece pelo governo oficialmente nenhum centro de recuperação e isso é um absurdo devido a ter uma grande parte de fronteira com a Bolívia, tráfico de drogas, e não oferece nenhum centro de recuperação a drogados para adultos. Somente entidades religiosas (unidades terapêuticas) e nem tem em seu quadro um médico, somente a boa vontade de ajudar.

FRED CEBALHO – Chefe da Unidade Avançada do INCRA em Cáceres – entrevista:
21-07-2009

Quando perguntado sobre como os assentamentos surgem:

“Os assentamentos podem surgir dessa forma: por indicação (desapropriação por interesse social), ou por descoberta em nossos cadastros de documentos que não existem (passíveis de anulação do título irregular). Então os movimentos sociais vêm e indicam dizendo pro INCRA que tem uma terra que aquele grupo de famílias tem interesse por aquela terra e o INCRA vai fazer uma vistoria agrônômica pra ver se aquela terra é produtiva ou improdutiva. Se ela for uma fazenda produtiva e o proprietário não tem interesse em vender a gente respeita e não desapropria. Agora se a gente for lá e ela for improdutiva e o dono não produz ali mas também não quer vender, aí o INCRA entra na Justiça para requerer a terra ou pagar ou entrando com o pedido de anulação do título caso o título dele tiver algum problema”.

No Brasil a gente não limita o tamanho da terra, vamos citar a GRENDENE (atividade agropecuária) tem mais de 10.000 hectares. Cáceres, nós temos aqui além da GRENDENE, a FLORESTECA, é ainda uma região leiteira de pequenos proprietários e os grandes Frigoríficos criadores, os que matam, temos também os grandes proprietários que são reprodutores, têm a criação para reprodução e os grandes quase não mexem com leitearia, é mais os pequenos. Então hoje na nossa região e até nos nossos assentamentos tem um crédito que chama PRONAF de até 20 mil para cada um não estão plantando lavoura mais não até pelo clima eles perdem, então eles estão todos comprando gado leiteiro aí eles vivem do leite, aí ele tem a pequena agricultura, ele planta abacaxi, milho, mas a maioria deles é leiteiro. Então da nossa região é leite, pecuária e venda de gado mas a agricultura só para a subsistência. No ano de 1998 e 1999 houve uma perda muito grande da plantação de algodão, e todo mundo plantando e foi assim uma decepção e todo mundo se endividou porque não veio a safra, agora se fala na soja e na cana que está em evidência. Aqui nos assentamentos, a Unemat, o Sindicato, Federação dos trabalhadores (FETAGRI), tem incentivado muito a agricultura orgânica, então nós temos o Facão aqui que está começando a produzir, já

temos alguns projetos, tem a Roseli Gomes que é outro assentamento que já está fornecendo para as escolas para a merenda escolar, o financiamento é feito para eles produzirem e eles já tem compradores (a Prefeitura compra), já é um projeto casado. Esse projeto tem dado muito certo e nós estamos incentivando enquadrando na agricultura familiar, agricultura para o sustento da família, ela pode ser para subsistência e também para a venda ”.

Quando perguntado sobre os assentamentos existentes, Cebalho respondeu:

“O Projeto de Assentamento São Luiz surgiu quando o INCRA fez uma **proposta de regularizar fundiária**, que seria o INCRA arrecadava a terra e depois transferia os documentos para os parceiros. Ai na época os movimentos, o sindicato dos trabalhadores, orientavam os moradores do São Luiz que seria melhor que o INCRA transformasse isso ai em assentamento, em projeto de assentamento porque ai eles iriam ter recursos, financiamentos, e outras benfeitorias, o INCRA dá estrada, dá carro, ai solicitaram ao INCRA que fizesse ali um PA e ai criamos um Decreto fazendo o São Luiz um Projeto de Assentamento e ai foi transformado em PA. Então ali foi uma terra pública que transformou-se em projeto de assentamento. O PA Sadia Vale Verde foi fruto de uma desapropriação por interesse social, houve uma **indicação dos movimentos dos trabalhadores, MTA**, pediram para o INCRA e fizemos uma avaliação, vistoria. Era uma terra documentada de propriedade da Sadia e houve um interesse da comunidade em comprar aquilo ali. Ai o INCRA entrou com um processo de desapropriação por interesse pagaria a terra (em título de dívida agrária – TDA) e as benfeitorias, e fez o estudo, compro e assentou 449 famílias, que ai uniu Sadia e Vale Verde. O PA laranjeira I também foi fruto de desapropriação por interesse social ela foi **indicada pelo MST**. O PA Paiol, Laranjeira I e II tiveram o mesmo início foi **indicação do MST** e também coube desapropriação por interesse social, foi comprada e transformada em PA. Os PAs da região do Alto Pantanal, Jatobá, Nova Esperança, Rancho da Saudade, Ipê Roxo, Barranqueira, Sapicuá, também foram **indicação de movimentos sociais** e foi tudo desapropriação por interesse social. Nesses assentamentos é que tem uma questão que sempre em época de eleição surge, que é a questão da água: como o INCRA compra uma terra que não tem água? Lá nos assentamentos da Fronteira, nós temos um problema seríssimo de água. Nessa região do Alto Pantanal, nós temos umas fendas e que a água corre por ela, ela não dá em qualquer lugar, tem que furar o lugar certo e corre o risco ainda de achar essa água salobra, não dá pra bebe, o gado não gosta e é horrível, o sabão não espuma, é uma água de péssima qualidade. Os laudos emitidos pelo INCRA condenavam a terra (agrônomos) embora fértil não tem a água, e foi relatados todos os problemas e laudos agrônômico do que o INCRA ia ter que encarar caso fosse fazer o Assentamento e só era viável bombear água do rio Jauru através de bomba, o INCRA então falou que não ia mais comprar essa terra e houve uma pressão muito grande, trancaram a BR, fizeram um aué, os próprios elementos que reclamam é um dos culpados também. A pressão veio dos movimentos. Infelizmente nos movimentos sociais existe muitas pessoas que vivem sobrevivem disso e ai você pergunta como? Eles vêm aqui e fala: olha eu sou do Movimento Sem Terra tal. Esses movimentos estão mais organizados hoje temos o **MTA, Pastoral da Terra (da Igreja Católica), MST a FETAGRI, Sindicato do Trabalhador, movimentos muito ligados a essa questão da desapropriação**. Ai houve essa pressão muito grande através de política conseguiram a desapropriação da terra. Na época do Fernando Henrique houve aquela pressão toda, autorizaram e disseram que iam colocar água lá, só que isso na teoria, quando foi para a prática a

gente começou colocando um bombeamento de água ali há 14 km antes dos assentamentos, só que gerou uma conta de energia muito alta e eles não deram conta de pagar. E aí voltou de novo esse problema da água e está até hoje e estou tentando resolver e estão lá, compraram gado, um caminhão pipa cobra parece que cada três caminhão de água que leva para eles, uma cabeça de gado, e estão acabando com o que eles têm, muitos ainda estão lá ainda e aí que eu estou com essa batata quente na minha mão pra resolver. O que que estou pensando: têm uma região na divisa da Bolívia, chama Corixa, onde está um dos assentamentos e lá tem uma água que brota numa fonte lá e aí furar um poço artesiano, mas falta saber qual a vazão pra saber quantos mil litros por hora ali vai aguentar, e eu bombear essa água para a caixa central pelo menos para o mínimo, lavar roupa, animais e para eles beberem”.

Quando perguntado porque antes de 1995 não existia nenhum assentamento em Cáceres:

“Na minha opinião de 25 anos que estou no INCRA, até a década de 1980 tinha terra aqui pra todo mundo e ninguém queria. A Caiçara mesmo, você ia até o Cacho aquilo lá era tudo terra pública (terra do Exército e o Exército não teve interesse e passou para o governo) e ninguém queria, porque não tinha documento. Mas era simples, era só demarcar sua posse ia no INCRA requerer, e através do INCRA regularizou tudo, então essa terra todinha era do Exército, essa faixa de segurança e aí não tinha como ter assentamento porque tinha terra demais, não davam conta do que tinha de terra pública, era só entra e pega. Quando você ia regularizar você tinha direito àquilo que você conseguia trabalhar nela, antigamente não tinha essa questão do meio ambiente era pra desmatar tudo e plantar, o governo queria produção e aí a gente regularizava. Quando o INCRA regularizou todas essas terras públicas e não tinha mais terra pra ninguém devido também a imigração para essa região de pessoas de São Paulo, Minas, Paraná, eles pensavam: oh no Mato Grosso tem Terra e vinha pra cá, e começou também esse pessoal a trabalhar a terra como arrendatários, nas fazendas, e começaram a grilar terra dos outros, tinha a terra lá mas ninguém morava lá dentro e não trabalhavam eles grilavam. E começou no final da década de 1980 os conflitos agrários, por causa de terra, acabou as terras que o governo tinha, então partiram para o Assentamento, mas isso é uma idéia minha, porque eu ainda não vi nenhum estudo a respeito disso, e a questão do assentamento foi gerado por isso. E aí começou na década de 1990 as primeiras desapropriações para atender a demanda de sem terra. E esses assentamentos são medidas sociais para enxugamento da zona urbana. E eu acredito hoje que os que viveram da terra, que estava no sem terra já foram todos assentados, já estão todos na terra. Os que estão hoje debaixo da lona, acampados os que estão inscritos para receber uma terra, são pessoas que teve o pai da roça, mas que hoje trabalharam na cidade, estão desempregados e também estão querendo sobreviver em uma terra, achando que essa é a melhor saída, e nem sempre é o que eles imaginam, porque está tendo uma evasão muito grande, estamos tendo que tomar vários cuidados para que a reforma agrária e as parcelas não vire comércio de lote porque está tendo muita venda, quando pegam a terra não querem mais. Nós temos o cadastro nacional que se chama CIPRA, se você pega uma terra nossa, você é cadastrado e se for casado também o esposo, e aí você fica no nosso sistema, e se você não quer mais a terra você tem que desistir pro INCRA entregando a parcela, mas eles não fazem isso oficialmente, quando chega o comunicado pra nós eles já venderam para outro, ele desiste e já vende a parcela e o nome dele fica cadastrado pra sempre e ele não pode mais pega terra em lugar nenhum

do território nacional, nem ele nem a esposa, em qualquer lugar que ele for com o CPF dele não passa mais”.

Quando perguntado sobre os assentamentos que ainda estão para ser efetivados em Cáceres:

“Nós temos PA Vida Nova, Mata Cumprida, Recompensa I. São terras que já estão finalizando a negociação e já está cheio de gente acampado perto também, e estão todos cadastrados como acampados então, não tem como cadastrar mais ninguém já são terras destinadas e indicadas por Movimentos e estão aguardando que essa terra saia. Esses três acampamentos ai estão naquelas denúncias que o Ministério Público fez sobre alguns agrônomos que estavam ganhando dinheiro para fazer alguns laudos absurdos, para superfaturamento de terra e que hoje esses assentamentos estão travados porque os agrônomos que foram denunciados não querem assinar o laudo para o governo pagar a terra. Então eles acham que se foram presos por uma coisa bem menor, imagina agora. E mais uma vez a justiça entro no meio e atrapalho”.

Quando perguntado sobre as principais dificuldades encontradas na implementação desses assentamentos:

“A justiça acaba atrapalhando porque é muito lenta, a gente entra com um pedido e a justiça está nos atravancando muito. Tem processos que estão rolando há 12 anos, 15 anos e pessoas querendo a terra e sofrendo a pressão. Todos esses acampamentos, invasão que você vê na televisão 1% é culpa nossa e 99% é da justiça.

Quando efetiva os assentamentos nós temos a demora dos recursos do governo federal por que quando a gente compra a terra do assentamento a gente precisa do PDA, o PDA é um estudo que promove o desenvolvimento do assentamento. Ele faz as diretrizes do que tem que ser feito no assentamento e o INCRA não dispõe de funcionários suficientes para fazer um projeto desses, porque ele é muito extenso, e ai a gente faz licitação para contratação de uma empresa pra fazer isso pra nós e o INCRA fiscaliza. Esse já é também um dos primeiros empecilhos que a gente encontra e que demora muito. Um outro problema é o comércio de lotes na reforma agrária. Geralmente aquelas pessoas que ficam lá seis anos debaixo de uma lona, quando você coloca ele na terra não fica 6 meses, ai você está com toda papelada dele pronta ai vai lá pra efetivar ele, não está mais ele, está outro e ai começa tudo de novo. Muitas vezes ele já pegou até o primeiro crédito que a gente chama de Fomento que ele pega para comprar comida, ferramentas e algumas coisinhas que ele precisar, ai ele pega esse primeiro crédito e some ai a gente fica só com o cadastro dele. Há um índice muito grande de evasão desses assentados da fronteira e dou até razão nesse caso porque a falta de água é desumana, e nesses casos eu sou de pleno acordo. Mas a questão do cara pegar o crédito e depois sair, isso ai eu acho falta de consciência e de desconhecimento porque o nome dele fica cadastrado e ele não pode mais pegar empréstimo nem requerer nova terra porque o nome dele está em tudo quanto é órgão de proteção ao crédito e muitas vezes vêm aqui no INCRA, com a cara mais deslavada pra ver se tem condições do INCRA tirar o nome dele como se a gente pudesse fazer isso, o INCRA trabalha em parceria com o Banco do Brasil, Caixa Econômica, não é o INCRA que põe”.

A organização do INCRA de Cáceres:

“O INCRA de Cáceres abrange 14 municípios, ele vai até no Porto Esperidião, sobe Jaurú e de lá vem até os municípios de Poconé, Livramento, Mirassol, Quatro Marcos, fica tudo aqui na nossa jurisdição. E esta unidade de Cáceres é uma unidade avançada. Nós temos hoje a capacidade de emitir muitos documentos por aqui, administrar nossos assentamentos, atender os que hoje são proprietários, que têm sua terra particular, também fazemos vistorias para compra, temos nossa unidade gestora aqui dentro, recurso que gera recurso, temos nossos processos administrativos que circulam aqui dentro, alguns que dependem da Procuradoria para dar parecer jurídico em Cuiabá e depois retorna, e de certa forma a gente tem toda a estrutura aqui da Superintendência”.

JORGE AMED – Presidente da Associação Comercial de Cáceres:

Segundo AMED³³⁸, a Associação Comercial e Empresarial de Cáceres (Acec) pode ajudar e muito a cidade porque se articula por exemplo, com a Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores para nesse momento:

“ver aprovada a Lei da Micro e Pequena Empresa de Cáceres e junto com isso o **Plano Diretor**, agora em agosto, porque Cáceres já começa a ter um formato no novo Brasil, um Brasil pensando em diminuir as desigualdades sociais, um Brasil que pensa empresarialmente, e com isso se organizando, tendo uma visão ampla inclusive de preservação de meio ambiente, e com a Acec que têm hoje aproximadamente **300 associados** a gente começa a mudar nossa realidade porque nós somos uma entidade de constituição jurídica, sem fins lucrativos, que trabalha projetos **de políticas públicas**, uma de nossas atividades é trabalhar projetos (...). Porque essas políticas públicas é que nossa cidade não pensou até o ano passado, esse ano começou a pensar nisso, não ficar somente na potencialidade, porque Cáceres é uma potencialidade em turismo e em prestação de serviços (...) Nós temos a questão do solo e o próprio **zoneamento** foi agora aprovado na Câmara e muitas pessoas começaram a acordar (..) porque as empresas precisam ter uma visão olística e nós temos dificuldade de trabalhar o associativismo aqui em Cáceres, as pessoas ainda são muito individualistas, a questão do explorado e explorador, a questão do trabalho escravo que temos ainda nesse estado, até porque a questão empresarial no Mato Grosso é nova, é da década de 1980 para cá. E o município de Cáceres demorou para ter uma Associação deste porte, só há 3 anos a Acec foi fundada, porque a região sudoeste do Estado tem três pontos (estudo feito em 2002) problemáticos: índice de desenvolvimento humano péssimo, renda per capita, estagnação, baixo dinamismo e em retrocesso, isso em 2002. Até 2005, nós melhoramos na questão do retrocesso. De 2008 para cá, a gente começa a crescer, e diminui a estagnação, porque começou a vir empresas de fora pra cá. (Proteínas MS, Crokijapan, floresteca, Cáceres florestal, Friboi, artesanato na região, pousadas) voltando a trabalhar a cidade de Cáceres naquilo que há de melhor, que é a nossa cultura. A Acec tem participado de toda discussão grande da cidade. Esse **zoneamento** agora vai melhorar o nosso Pantanal. E enquanto não vier a reforma tributária nacional, a prefeitura pode estar fazendo a reforma tributária no município. Os investimentos que virão para a Copa do Mundo (Cuiabá foi escolhida), Cáceres precisa estar inserida nesse processo, nós estamos dentro do Pantanal, quase 58% de Cáceres é pantanal. A Acec tem algumas ações junto ao Ministério Público, ao Judiciário, à Ação Social da Prefeitura, e mais

³³⁸ AMED, Jorge Augusto. Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Cáceres. Entrevistado por Vivian Lara Cáceres. 18/7/2009.

algumas entidades que trabalham a reinserção do presidiário, e nessas áreas temos os projetos sociais que estamos trabalhando na cidade de Cáceres. Todas as ações devem estar integrando junto com a Prefeitura e Câmara Municipal. Temos que nos unir e pensar não só em Cáceres mas na região para que todos cresçam. Nós estamos trabalhando, a partir de abril pra cá porque fomos convidados a participar do Conselho de Ação Social da cidade, a praça da feira, a praça barão, as pessoas que estão jogadas ali, (...) não podemos discriminar, aquelas pessoas são doentes, temos que ter trabalho de rede. Identifica a pessoa que está jogada e ver onde está a dificuldade com o profissional técnico que fará a abordagem, trabalhando a questão da religiosidade dessa pessoa, e o resultado é concreto com o trabalho em rede. Mas este projeto precisa ser permanente. Um grande problema de Cáceres é que os projetos que começam terminam rápido e este projeto não pode terminar, esteja quem estiver na prefeitura e na Acec.... A Acec tem participado de todas as reuniões onde é convidada, porque precisa ter uma representatividade que até o ano passado não tinha e assim, verificar as necessidades da sociedade de Cáceres e ver dentro do perfil da Acec de Cáceres como pode apoiar as ações sociais. E nós orientamos a elaboração de projetos, pois se não tiver projetos, fica uma coisa assistencialista e nós trabalhamos a promoção das pessoas (...). São situações assim que a gente tem participado muito, e a gente tem muita informação. Estamos num processo de crescimento, geração de emprego e a partir desse ano tem que sair da questão da potencialidade para ser efetivo”.

Reunião em 22-04-2009 no **Gabinete do Prefeito** (juiz, promotor, Acec, Rotary, empresários, comerciantes, vigilância sanitária, vereadores,

Túlio Fontes: “bom dia eu quero agradecer a todos que estão aqui em especial ao Dr. Sabóia (juiz) e a todas as entidades que estão aqui representadas. E o assunto em pauta é um assunto gravíssimo que está ocorrendo não só nessa cidade mas na grande maioria das cidades desse país. Nós (a Prefeitura) estamos buscando desde o início da gestão iniciar um trabalho com a população de rua, com aquelas pessoas menos favorecidas e que estão tendo problemas sérios, problemas motivados pelo alcoolismo, por questões da própria família, ponderando uma série de conseqüências ruins para eles e suas famílias. E isso têm se manifestado de uma forma muito triste inclusive nas praças da cidade. Não é uma coisa de agora e só vem se agravando. O Poder Público não poderia ficar omissos por isso nós estamos fazendo essas reuniões (essa já é a terceira) começamos na primeira reunião apenas para discutir o assunto e como iríamos trabalhar; numa segunda reunião já estavam presentes o Ministério Público, o comandante da polícia militar e agora ampliamos de vez essa reunião, e outras entidades estão sendo convidadas para somar esforços conosco. É uma questão que envolve não apenas um poder ou outro ou uma entidade mas a toda a sociedade e por isso nós queremos que todos abracem essa causa.”

Túlio chamou um funcionário da prefeitura para explicar sua atuação na Praça Central, praça barão do rio branco, que ele mesmo evidenciou como “centro da praça principal da nossa cidade e ele tem visto muita coisa: já melhorou mas ainda estamos distantes do ideal e para isso essa terceira reunião é para surgir mais idéias para chegar a resolver de vez esse grave problema social. Soma-se a essa questão também a prostituição infantil. É com a ajuda de todos que vamos conseguir vencer e fazer com que Cáceres volte a ter

os espaços públicos de uma forma condizente, adequada e essas pessoas ressocializadas, que volte as suas famílias, com tratamento necessário, é isso que nós queremos”.

O Presidente da ACEC, AMED: o que está faltando é a gente unir os esforços porque se isso acontecesse a Praça Barão não estaria nessa situação em que está.

Secretária de Ação Social Eliane: Infelizmente ainda não conseguimos locar ainda a Casa de Apoio para a população de rua, as pessoas estão resistindo em locar para essa finalidade. Essa casa vai servir para até a gente encaminhar essas pessoas de rua para sua família de origem. Foram feitas cinco abordagens realizadas pelo CREAS, vigilância sanitária e a polícia militar, na praça barão do rio branco e conseguimos encaminhar vários casos, muitos primeiro para a saúde. O grande desafio é trabalhar a família e não é um trabalho rápido pois temos que trabalhar essa família para ele voltar para casa. 90% deles tem família. Na praça da feira eu estive, e o grande problema está nos bares que ficam ali próximo da feira. A maioria que ficam ali, bebem e permanecem não são população de rua, bebem, dormem, acordam e vão embora. A partir do momento que fechar esses bares, com certeza esses que dependem do álcool vai ser mais fácil encaminhar para o tratamento. E ai entra os órgãos da fiscalização, da vigilância sanitária que devem nos ajudar também. Se for adolescente nós vamos enviar para Cuiabá para tratamento, do convênio que a Prefeitura vai assinar. Se você dá esmola ali eles voltam no outro dia, não adianta. Temos que mobilizar todos juntos.

Cáludio Oliveira, Vice-Presidente do Rotary, empresário (Oliveira's Joalheiros e empresa de monitoramento eletrônico) e do sindicato rural: “a gente conhece a praça de madrugada e vários lugares são problemáticos, casa abandonada, iluminação pública deficiente, lojas sendo depredadas e materiais furtados, principalmente dessas portas de vidros, já conversamos com eles ali, muitos moram na cidade, temos o problema durante o dia ali, o pessoal que fica pedindo nos estacionamentos, não é só a noite, principalmente de menores. Sobre a praça da feira, na minha opinião são todos os dias eu caminho de madrugada (5h) e passo ali todo dia, só hoje de manha tinham 5 no chão. A gente só vê aqueles barzinhos ali mas tem outros barzinhos ali dentro que ficam funcionando. Ali é uma região de meretrício, fica uma putaiada que fica naquela região ali, na rua paralela, a droga é rota usual ali. E a gente tem que ver que não é só esse tipo de gente que vai ali, tem pessoas que têm profissão, e em dias de feriados, nos finais de semana ele vai ali. A nossa sugestão é que feche esses bares. Isso não é uma medida popular, mas é uma medida necessária. Chama os organismos competentes, Ministério do Trabalho, a Prefeitura tem que ser proibida de dar alvará para esse pessoal ficar lá funcionando até de madrugada. Ai o que acontece: Pronto Socorro sobrecarregado, bombeiros, polícia militar, até na mesa do Doutor (juiz) aumenta os processos. Sou a favor de tomar essas medidas mas também a favor de tomar medidas de emergência para tocar na causa desses problemas não adianta fazer reparos para a goteira continuar pingando...tem que acabar com a goteira se a gente quer resolver as coisas. Temos que acabar com isso ai porque senão é complicado. A questão do alvará já foi discutido na reunião passada que precisava ter um alvará da vigilância sanitária, um da Prefeitura e outro do corpo de bombeiros para funcionar e junto ainda estaria o pessoal do Ministério do Trabalho também. Essa foi a principal idéia e que todo mundo achou válido. Toda a documentação que precisa e a carga horária de funcionamento.

Hoje o Rotary está com aquele projeto “vôlei em ação”, investiu 36 mil reais, estamos trabalhando com 52 crianças, foi a escola escolhida pelo MP devido a pior apresentação;

eles são 30 professores, 28 estão de licença, fecharam o período noturno dessa escola em questão, a tarde tem muitas meninas com carrinho de bebê lá. Já estamos lá há 8 meses, se pegarem os relatórios o diretor do colégio disse que a realidade lá está mudando muito.

Prefeito: essa casa de apoio não é para a pessoa ir e ficar, é uma casa que visa apenas um período de 48 a 72 horas para que seja feita a higienização da pessoa, trabalho de ordem psicológico, médico se necessário, é uma primeira abordagem para que a pessoa se sinta prestigiada e em condições de voltar a ter uma vida normal, porque esse tipo de vida ela (sem família, alcoolismo) foge aos padrões da normalidade. A casa de apoio é provisório e a gente achava que a grande maioria era de fora e não 70 a 80% são de Cáceres então vamos tentar envolver suas famílias nesse resgate, são pessoas daqui e que estão nessa condição. Mas também enviamos para sua cidade de origem os que não são daqui.

Juiz Dr. Sabóia: O problema da população de rua não está somente na praça barão, também atinge a praça duque até por conta da oportunidade, e a feira. Estarei enviando um projetinho de lei que eu já tenho ele mais ou menos pronto e vai depender dos vereadores porque para mim, as primeiras coisas que a gente tem que tratar quando vai mexer com essa questão da população de rua é a gente regulamentar a utilização do espaço público. Quando a gente estipular o que vai ser feito e como vai ser feito a utilização do espaço para procurar evitar determinadas situações. Porque que na praça da feira, na duque e na praça barão a gente tem essa concentração de pessoas, porque a gente tem ali uma série de comerciantes, uma série de locais que vendem bebidas, aglomerações de pessoas, pontos e pessoas ali que utilizam os espaços públicos sem regulamentação alguma. Então a primeira coisa que tem que acontecer é regulamentarmos como e de que forma esse espaço vai ser utilizado e o Executivo tem que ter uma fiscalização inclusive para os que vendem lanches, bijuterias, então a regulamentação deve existir mas de nada adiantará se não houver efetiva fiscalização. Essa fiscalização tem que existir. A questão do menor existe e é grave também: e eu não conheço comerciante que não venda bebida alcoólica para menor. Todos vendem, e eu falo isso sem medo da generalização. O adolescente se embriaga e depois o comerciante reclama que esse menino tá quebrando as coisas, tá jogando pedra no vidro dele. Então, todos nós temos que começar a mudar de atitude, começar a conscientizar e aí o papel da Associação Comercial de começar essa discussão dentro mesmo do âmbito comercial com os comerciantes e utilizador do espaço público. Mas isso também é problema da sociedade organizada. Ficar esperando que só o Poder Público resolva também nós não vamos sair do lugar. Pensar em trabalhar por exemplo ações que implementam a casa de apoio. Que tipo de ações: uma empresa dar emprego, nem todos são bandidos, tentando inserir aquela pessoa dentro da nossa sociedade, no comércio, disponibiliza uma vaga a casa de apoio. Podemos aqui fazer tentativas de solução mas a base Sr. Prefeito, creio eu que seja a regulamentação do espaço público e a efetiva fiscalização. Legislação específica, não agradável, possibilitando a cassação de alvará, estabelecer dentro do código de postura o fechamento de determinados locais administrativamente e não havendo necessidade do Poder Judiciário para isso acontecer. Fazer o caminho inverso: ao invés da Prefeitura entrar com ação judicial para fechar um local, conceder o direito da Prefeitura fechar o local e ele ter que brigar na justiça para reabrir. Criar esses mecanismos no código de postura, alterá-lo e são várias soluções impopulares.

Prefeito: Eu assumi a prefeitura dia 01 de janeiro, não estou preocupado com medidas impopulares. Estou tentando colocar a casa em ordem, para que a cidade seja mais agradável para todos. Eu quero que a lei Dr. Sabóia se cumpra. Não vamos impedir ninguém de trabalhar, isso em relação aos ambulantes. A cidade virou terra de ninguém nesses últimos anos (da administração passada). Devido à proliferação de bagunçinhas nas ruas, nada contra quem estiver trabalhando, mas nós temos o código de posturas, e a lei foi aprovada pela Câmara, e muitos desses carrinhos não são recolhidos, atrapalham o trânsito, os carros, uma bagunça de som, tira e coloca de volta no horário de trabalho. Mas o código precisa de uma atualização. Enquanto estiver em vigor, eu vou tomar essas medidas impopulares. Nós queremos melhorar a cidade, e nós temos que obedecer a lei, se a lei existe é porque a maioria entende que é necessário agir assim, porque a sociedade pediu assim. E essas reuniões é para a gente mudar essa situação para o bem de todos nós.